

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sheila Villanova Borba

**INDÚSTRIA E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL:
agentes da estruturação espacial na Aglomeração Urbana do
Nordeste do Rio Grande do Sul**

Porto Alegre

2003

B726 Borba, Sheila Villanova, 1948-

Indústria e estruturação do espaço regional: agentes da estruturação espacial na aglomeração urbana do nordeste do Rio Grande do Sul / Sheila Villanova Borba. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2003.

p.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2003.

1. Economia regional. - 2. Indústria - localização. - 3. Espaço (economia). I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. II. Título.

CDU 338.46:332.1

CIP

Silvia. Rech

CRB10/315

Sheila Villanova Borba

**INDÚSTRIA E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL:
agentes da estruturação espacial na Aglomeração Urbana do
Nordeste do Rio Grande do Sul**

Tese apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do grau de
Doutor em Sociologia no **Programa de Pós-Graduação em Sociologia** da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, janeiro de 2003.

Sheila Villanova Borba

**INDÚSTRIA E ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL:
agentes da estruturação espacial na Aglomeração Urbana do
Nordeste do Rio Grande do Sul**

Tese apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do grau de
Doutor em Sociologia no **Programa de Pós-Graduação em Sociologia** da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aprovada em 2003.

Profa. CLARISSA HECKERT BAETA NEVES, Ph.D.
Coordenadora do Programa

BANCA EXAMINADORA

Profa. ÉLIDA RUBINI LIEDKE, Ph. D.
PPGS/UFRGS
Orientadora

Profa. WRANA MARIA PANIZZI, Ph. D.
PROPUR/UFRGS

Prof. LUIZ CÉSAR DE QUEIRÓZ RIBEIRO, Ph. D.
IPPUR/UFRJ

Profa. CRISTINA PASSOS, Ph.D.
Depto. ECONOMIA/UNISINOS

Profa. EVA BARBOSA SAMIOS, Ph. D.
PPGS/UFRGS

Dedico este trabalho, com profunda gratidão: ao Paulo, que esteve comigo durante todo o percurso; ao Mauro e ao Ramiro, que estavam aqui desde antes e continuarão em mim, para sempre; ao Pedro, estrela luminosa que, nesse tempo, surgiu em nosso caminho.

“O retrato está tão longe do fim quanto eu quiser, ou tão perto quanto eu decidir. Duas pinceladas o concluiriam, duas mil não chegarão para o tempo de que preciso.”

José Saramago (Manual de Pintura e Caligrafia)

AGRADECIMENTOS

Agradeço

à Fundação de Economia e Estatística-FEE/RS, pelo apoio dado a este trabalho através de seus Presidentes Rubens Soares de Lima e José Antônio Fialho Alonso;

aos colegas da FEE, por todas as formas de colaboração que recebi – de modo muito especial, agradeço a Rosetta Mammarella, Guilherme Xavier Sobrinho e Mirian Detoni, pela solidariedade e estímulo constantes;

aos Professores Isidoro Zorzi e Vânia Heredia, da Universidade de Caxias do Sul, bem como a todas as demais pessoas que, nas Prefeituras Municipais e outras entidades da região, tornaram possível minha pesquisa sobre a AUNE;

ao PPGS/UFRGS, na pessoa da Professora Sônia Larangeira que conseguiu, junto à CAPES, minha aprovação para o Doutorado Sanduíche no IPPUR/UFRJ;

ao Professor Luiz César de Queiróz Ribeiro, pela acolhida no Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - IPPUR, da UFRJ;

à Professora Elida Rubini Liedke, que tantos papéis já desempenhou na minha vida - colega na Graduação em Ciências Sociais; professora quando do meu reingresso na UFRGS; colega no Departamento de Sociologia; novamente professora e orientadora no PPGS – mas que, acima de tudo, tem sido sempre uma grande amiga.

RESUMO

O papel da indústria na determinação de características estruturais da organização espacial é um tema que tem sido amplamente tratado nas Ciências Sociais, e que recobrou importância, a partir dos anos 80, em função das mudanças tecnológicas e organizacionais na produção industrial, as quais vêm provocando transformações territoriais em diferentes escalas - regional, das redes urbanas e intra-urbanas. O estágio atual do debate teórico (caracterizado pela ausência de *teorias gerais*) e da pesquisa empírica sobre tais fenômenos, recomenda a multiplicação das análises de situações concretas que, através da identificação de semelhanças e diferenças, continuidade ou descontinuidade de tais processos, permitam a formulação de novas hipóteses interpretativas.

Neste trabalho, a escolha recai sobre a Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul – AUNE/RS (integrada pelos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Garibaldi, Farroupilha, Flores da Cunha, São Marcos, Monte Belo do Sul, Santa Teresa e Nova Pádua), por tratar-se de região altamente urbanizada e industrializada, onde se observa, nas últimas duas décadas, um aumento da conurbação e da interdependência entre as áreas urbanas, tendentes a formar uma *aglomeração*. Trabalha-se com a hipótese de que essa nova forma de organização do espaço urbano-regional constitua-se em suporte indispensável às atividades da indústria, nas condições de produção e competição que estão postas pela economia globalizada.

Na formação histórica da região encontram-se elementos que explicam suas características atuais: o potencial de desenvolvimento industrial teve por base o processo de colonização por imigrantes italianos (do final do século XIX até a segunda década do século XX), fase em que se dá a ocupação da área rural em um sistema de pequenas propriedades, surgem os primeiros núcleos urbanos (base da rede urbana regional) e são abertas as vias que originaram os principais eixos do sistema viário atual. Simultaneamente, criam-se as condições que irão propiciar o posterior desenvolvimento das atividades industriais, na região. Da década de 1930 aos anos 1970, o crescimento industrial é acompanhado pela expansão das áreas urbanas e Caxias do Sul afirma-se como principal centro regional. A partir dos anos 80, sob o influxo das transformações tecnológicas e organizacionais implementadas pelas empresas (em especial as do setor industrial), ocorrem mudanças na organização do espaço regional, com a consolidação do aglomerado urbano.

A reconstituição histórica revela que o processo de estruturação do espaço regional é, também, uma questão de poder (econômico e político) de determinados agentes sociais, cuja influência na definição das características da organização espacial pode ser percebida através da atuação de suas organizações representativas. Constata-se uma ação constante das classes empresariais no sentido de construir um espaço urbano-regional adequado às suas atividades que, bem sucedida, vem reforçar a posição de predomínio (na produção/no mercado) e liderança (na ação política) desse segmento na sociedade regional. As características distintivas da AUNE e que fundamentam a identidade regional resultam, em grande medida, dessa atuação.

Palavras-chave: ESPAÇO / REGIÃO / INDÚSTRIA / AGENTES

ABSTRACT

The industry's role on the determination of structural characteristic's of spatial arrangement is a subject which has been much debated on social sciences, and which recovered importance, since the eighties, on technological and structural changes consequence's on the industrial production, which has been causing territorial alterations on different regional-scales, of urban and intra- urban networks. The theoretical discussion nowadays, characterized by the absence of current opinions, and empirical research about this occurrences, suggest the analysis of material situations to (through agreements and disagreements, continuity and discontinuity process) form new interpretative hypothesis.

In this paper, the choice falls back into the urban agglomeration in the northeast of Rio Grande do Sul northeast (Agglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul – AUNE-RS) formed by Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Garibaldi, Farroupilha, Flores da Cunha, São Marcos, Monte Belo, Santa Tereza e Nova Pádua, because its a very urbanized and industrialized area, where we could see, in the last two decades, a raise of conurbation and interdependence in urban areas, going towards the agglomeration. It's considered that the new way of regional space organization is an essential support for industry for the production and competition at globalized economy.

On the historical formation of this area we have evidences which explain its actual characteristics: the industry's progress potential is a consequence of the Italian settlement process (which started in the end of 19th century and finish in the following century), when there has been the rural area occupation occurs in a small property system, in this moment the first urban nucleus appears (base of the regional urban system), and the first roads in this area which originated the actual roads network. Simultaneously, the conditions which will propitiate the later development on industrial activities in the area are created. From the thirties until the seventies, the industrial growth is followed by the expansion of urban areas and Caxias do Sul takes place as the main regional center. Since the eighties, with technological and structural transformation introduced by the companies (essentially in the industrial segment) changes occur on the regional space arrangement, and with the urban agglomeration consolidation.

The historical reconstitution unveil that the regional space organization is also a power matter (economical and political), which influences the spatial arrangement characteristic which can be seen through representative company performances. Managerial classes try effortlessly to build an urban regional space suitable for their necessity and to provide a favorable position (on production / on market) and leadership (on politics actions) in the regional society. The distinctive AUNE characteristic, which ground the regional identity, is result of this attitude.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
A) Indústria e estruturação espacial: tradição e atualidade de um tema	20
B) Impasses teóricos e implicações metodológicas	30
C) O objeto: porque a Aglomeração Urbana do Nordeste	38
D) Hipóteses e estratégia metodológica	49
PARTE I - INDÚSTRIA E ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL	57
CAPÍTULO 1 – Indústria e estruturação espacial na teoria sociológica	57
1.1 - A contribuição dos clássicos: a sociedade industrial e seu espaço	58
1.2 - Teorias contemporâneas: as relações entre o “industrial” e o “urbano”	70
1.3 - A pesquisa brasileira sobre o tema	87
PARTE II - PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL	99
CAPÍTULO 2 – Estruturação do espaço regional	99
2.1 – Primeira fase: formação	99
2.1.1 - Principais elementos estruturadores	99
2.1.2 – Primórdios da industrialização	119
2.2 – Segunda fase: crescimento e consolidação	131
2.2.1 – Crescimento industrial	131
2.2.2 – Expansão das áreas urbanas	141

	11
2.3 – Terceira fase: transformações recentes	157
2.3.1 - A indústria regional face à reestruturação produtiva	158
2.3.2 - Estrutura econômica da AUNE e seus municípios	163
2.3.3 - O segmento urbano do espaço regional	191
CAPÍTULO 3 - Agentes da estruturação espacial na AUNE/RS	216
3.1 – Primeira fase: disputa	219
3.1.1 – Surgimento das organizações representativas	219
3.1.2 – Vinculações político-partidárias	222
3.1.2 – Principais ações	224
3.2 – Segunda fase: hierarquia	227
3.2.1 – Estratégias regionais de desenvolvimento	227
3.2.2 – Novas organizações representativas	232
3.2.3 - Identidade regional	238
3.3 – Terceira fase: predomínio	240
3.3.1 – Consolidação da “Região da AUNE”	241
3.3.2 – Ampliação dos limites da Região	252
CONCLUSÃO	262
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	277

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS.

Figuras

- Figura 1 – Aglomeração Urbana do Nordeste/RS – 2000. (pg 39)
- Figura 2 – Aglomeração Urbana do Nordeste/RS – 2000: densidade demográfica dos municípios. (pg 42)
- Figura 3 – Aglomeração Urbana do Nordeste/RS – 2000: grau de urbanização dos municípios. (pg 43)
- Figura 4 – Aglomeração Urbana do Nordeste/RS – 1998: situação em relação à Região Metropolitana de Porto Alegre (pg 48)
- Figura 5 – Origem dos municípios da AUNE. (pg 102)
- Figura 6 – Eixos de ligação da zona colonial italiana com Porto Alegre (1870/1930). (pg 114)
- Figura 7 – Aglomeração Urbana do Nordeste / RS –1998: sistema viário atual – principais eixos de ligação intra e inter-regionais. (pg 118)
- Figura 8 – Planta urbana de Bento Gonçalves. (pg 150)
- Figura 9 – Planta urbana de Carlos Barbosa. (pg 151)
- Figura 10 – Planta urbana de Caxias do Sul. (pg 152)
- Figura 11 – Planta urbana de Farroupilha. (pg 153)
- Figura 12 – Planta urbana de Flores da Cunha. (pg 154)
- Figura 13 – Planta urbana de Garibaldi. (pg 155)
- Figura 14 – Planta urbana de São Marcos. (pg 156)
- Figura 15 – Aglomeração Urbana do Nordeste/RS – 1998: ocupação urbana e sistema rodoviar e ferroviário. (pg 197)
- Figura 16 – Aglomeração Urbana do Nordeste/RS – 1998: fluxo de passageiros em transporte intermunicipal. (pg 202)
- Figura 17 – Caxias do Sul: plano físico urbano (1998). (pg 206)
- Figura 18 – Bento Gonçalves – Vale dos Vinhedos (2000): o campo urbanizado (1) (pg. 206)

Figura 19 – Vale dos Vinhedos / Bento Gonçalves (2000): fábricas e residências em paisagem rural. (pg 210)

Figura 20 – Bento Gonçalves – Vale dos Vinhedos (2000): o campo urbanizado (2). (pg 210)

Figura 21 - Bento Gonçalves – Vale dos Vinhedos (2000): o campo urbanizado (3). (pg 211)

Figura 22 - Bento Gonçalves – Vale dos Vinhedos (2000): o campo urbanizado (4). (pg 211)

Figura 23 – Vale dos Vinhedos - Bento Gonçalves / RS (2000): residência. (pg 212)

Figura 24 – Vale dos Vinhedos - Bento Gonçalves / RS (2000): sede de empresa vinícola. (pg 212)

Figura 25 – Periferia de Bento Gonçalves (2000): núcleo residencial de população de baixa renda. (pg 213)

Figura 26 – Periferia de Bento Gonçalves (2000): encostas – concentração de núcleos residenciais de população de baixa renda. (pg 213)

Figura 27 – Folheto de divulgação: ilustra a densidade da ocupação e concentração turística na área rural, entre Caxias do Sul e Flores da Cunha. (pg 215)

Figura 28 – Área de abrangência da Universidade de Caxias do Sul – UCS. (pg 253)

Figura 29 – Área de Abrangência da Universidade de Caxias do Sul – Centros de Produção de Conhecimento e Tecnologia. (pg 256)

Gráficos

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto *per capita*, a preços de mercado, dos municípios da Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e do Rio Grande do Sul – 1999. (pg 45)

Gráfico 2 – Estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) da AUNE e do Rio Grande do Sul, por setor de atividade econômica, em anos selecionados – 1985, 1990, 1995 e 1999. (pg 166)

Gráfico 3 – Participação percentual do Valor Adicionado Bruto (VBA) do conjunto dos municípios da AUNE no VAB total do Estado, por setor de atividade econômica, em anos selecionados – 1985, 1990, 1996 e 1999. (pg 168)

Gráfico 4 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): principais gêneros industriais – participação no emprego total da indústria de transformação da região – 1999. (pg 172)

Gráfico 5 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): principais gêneros industriais quanto ao número de empregados – participação no emprego total da indústria de transformação do Rio Grande do Sul – 1999. (pg 174)

Gráfico 6 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): evolução das indústrias tradicionais, modernas e demais indústrias, quanto à participação no número de empregados da indústria de transformação da região, em anos selecionados – 1970, 1980, 1991 e 1999. (pg 176)

Tabelas

Tabela 1 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e RS: população residente por situação de domicílio e grau de urbanização nos municípios da AUNE, em anos censitários – 1970, 1991, 2000. (pg 41)

Tabela 2 – Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto *per capita*, a preços de mercado, dos municípios da Aglomeração Urbana do Nordeste e do Rio Grande do Sul – 1999. (pg 44)

Tabela 3 – Estrutura da renda interna dos municípios da Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e do Rio Grande do Sul, em anos selecionados – 1939, 1949, 1970 e 1975. (pg 133)

Tabela 4.1 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e Rio Grande do Sul: Valor Adicionado Bruto (VBA) a preços básicos e participação no total do município, por setor de atividade econômica – 1985. (pg 164)

Tabela 4.2 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e Rio Grande do Sul: Valor Adicionado Bruto (VBA) a preços básicos e participação no total do município, por setor de atividade econômica – 1990. (pg 164)

Tabela 4.3 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e Rio Grande do Sul: Valor Adicionado Bruto (VBA) a preços básicos e participação no total do município, por setor de atividade econômica – 1996. (pg 164)

Tabela 4.4 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e Rio Grande do Sul: Valor Adicionado Bruto (VBA) a preços básicos e participação no total do município, por setor de atividade econômica – 1999. (pg 165)

Tabela 4.5 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e Rio Grande do Sul: participação percentual do Valor Adicionado Bruto (VBA), por setor de atividade econômica, no VAB total dos municípios da AUNE e do RS – 1985, 1990, 1996 e 1999. (pg 166)

Tabela 4.6 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e Rio Grande do Sul: participação percentual do Valor Adicionado Bruto (VBA) do conjunto dos municípios da AUNE no VAB total do Estado, por setor de atividade econômica, em anos selecionados – 1985, 1990, 1996 e 1999. (pg 167)

Tabela 5 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e Rio Grande do Sul: número de estabelecimentos e número de empregados da indústria de transformação nos municípios da AUNE e do Rio Grande do Sul – 1999. (pg 169)

Tabela 6.1 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): indústria de transformação – número de empregados por gêneros industriais – 1999. (pg 170)

Tabela 6.2 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e Rio Grande do Sul: indústria de transformação – número de empregados por gêneros industriais e participação de cada gênero no total de empregos na indústria de transformação do Rio Grande do Sul – 1999. (pg 171)

Tabela 7.1 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): indústria de transformação – número de estabelecimentos e empregados, por gêneros industriais – 1970/1980/1993/1999. (pg 175)

Tabela 7.2 – Participação das indústrias da Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) no total de empregados da indústria de transformação do Rio Grande do Sul, por gêneros, em anos selecionados - 1970/1980/1993/1999. (pg 179)

Tabela 8.1 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): número de contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da indústria de transformação no município de Bento Gonçalves – 1999. (pg 179)

Tabela 8.2 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): número de contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da indústria de transformação no município de Carlos Barbosa – 1999. (pg 180)

Tabela 8.3 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): número de contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da indústria de transformação no município de Caxias do Sul – 1999. (pg 180)

Tabela 8.4 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): número de contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da indústria de transformação no município de Farroupilha – 1999. (pg 181)

Tabela 8.5 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): número de contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da indústria de transformação no município de Flores da Cunha – 1999. (pg 181)

Tabela 8.6 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): número de contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da indústria de transformação no município de Garibaldi – 1999. (pg 182)

Tabela 8.7 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): número de contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da indústria de transformação no município de São Marcos – 1999. (pg 182)

Tabela 8.8 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): número de contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da indústria de transformação no município de Monte Belo do Sul – 1999. (pg 182)

Tabela 8.9 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): número de contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da indústria de transformação no município de Nova Pádua – 1999. (pg 183)

Tabela 8.10 – Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): número de contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da indústria de transformação no município de Santa Tereza – 1999. (pg 183)

Tabela 9.1 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): dez maiores empresas da indústria de transformação quanto ao número de empregados, nos municípios da AUNE, por gênero e localização – Produtos Alimentares – 2000/2001. (pg 186)

Tabela 9.2 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): dez maiores empresas da indústria de transformação quanto ao número de empregados, nos municípios da AUNE, por gênero e localização – Bebidas – 2000/2001. (pg 186)

Tabela 9.3 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): dez maiores empresas da indústria de transformação quanto ao número de empregados, nos municípios da AUNE, por gênero e localização – Mobiliário – 2000/2001. (pg 186)

Tabela 9.4 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): dez maiores empresas da indústria de transformação quanto ao número de empregados, nos municípios da AUNE, por gênero e localização – Calçados – 2000/2001. (pg 187)

Tabela 9.5 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): dez maiores empresas da indústria de transformação quanto ao número de empregados, nos municípios da AUNE, por gênero e localização – Material de Transporte – 2000/2001. (pg 187)

Tabela 9.6 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): dez maiores empresas da indústria de transformação quanto ao número de empregados, nos municípios da AUNE, por gênero e localização – Metalúrgica – 2000/2001. (pg 187)

Tabela 9.7 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): dez maiores empresas da indústria de transformação quanto ao número de empregados, nos municípios da AUNE, por gênero e localização – Mecânica, Material Elétrico e Comunicações – 2000/2001. (pg 188)

Tabela 9.8 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): dez maiores empresas da indústria de transformação quanto ao número de empregados, nos municípios da AUNE, por gênero e localização – Madeira – 2000/2001. (pg 188)

Tabela 9.9 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): dez maiores empresas da indústria de transformação quanto ao número de empregados, nos municípios da AUNE, por gênero e localização – Vestuário – 2000/2001. (pg 188)

Tabela 9.10 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): dez maiores empresas da indústria de transformação quanto ao número de empregados, nos municípios da AUNE, por gênero e localização – Têxtil - 2000/2001. (pg 189)

Tabela 9.11 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): dez maiores empresas da indústria de transformação quanto ao número de empregados, nos municípios da AUNE, por gênero e localização – Borracha e Plástico – 2000/2001. (pg 189)

Tabela 9.12 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): dez maiores empresas da indústria de transformação quanto ao número de empregados, nos municípios da AUNE, por gênero e localização – Papel e Papelão – 2000/2001. (pg 189)

Tabela 9.13 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): dez maiores empresas da indústria de transformação quanto ao número de empregados, nos municípios da AUNE, por gênero e localização – Editorial e Gráfica – 2000/2001. (pg 190)

Tabela 9.14 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE): dez maiores empresas da indústria de transformação quanto ao número de empregados, nos municípios da AUNE – 2000/2001. (pg 191)

INTRODUÇÃO

O papel que os agentes sociais diretamente ligados à produção industrial¹ desempenham na estruturação espacial é um tema de longa tradição na análise sociológica, que tem sido amplamente tratado por diferentes autores, com uma abrangência que vai da reorganização territorial que costuma acompanhar a industrialização às características internas das cidades que surgem nesse processo ou a ele se adaptam. Existe farto material teórico e de pesquisa empírica capaz de demonstrar que, a partir da etapa em que a indústria se consolida como base da produção na sociedade capitalista (meados do século XIX), as estratégias econômicas e locacionais das unidades industriais influenciam - e até mesmo determinam - a formação e a estruturação das áreas urbanas, ao mesmo tempo em que o meio urbano torna-se um elemento de suporte essencial à organização da produção industrial (BORBA, 1994).

No período recente – mais especificamente, a partir da década de 1980 – observam-se mudanças tecnológicas e organizacionais na produção industrial e, simultaneamente, transformações territoriais em diferentes escalas - regional, das redes urbanas e intra-urbanas. A pesquisa urbana vem detectando, desde então, diferentes tendências de reorganização espacial: maior segmentação das grandes áreas industrializadas e

¹ Aqui denominados, simplesmente, “agentes industriais”.

metropolizadas (em alguns casos, sua franca decadência); surgimento de cidades ou regiões que se vinculam ao mercado mundial independentemente dos países onde se localizam; surgimento de aglomerações urbanas não metropolitanas, entre outras. São fenômenos complexos cuja plena compreensão, tem sido dificultada, por vezes, por impasses de natureza teórica.

Neste trabalho, enfoca-se a Aglomeração Urbana do Nordeste, do Rio Grande do Sul (AUNE/RS), procurando reconstituir o processo de formação e consolidação, sob a ótica da atuação dos agentes industriais, buscando detectar o grau de influência dos mesmos na definição das características da organização desse espaço urbano-regional.

Acredita-se que a análise deste caso concreto, na medida em que permita identificar semelhanças e diferenças com situações análogas, possa contribuir para a formulação de novas hipóteses interpretativas de tais processos.

A) Indústria e estruturação espacial: tradição e atualidade de um tema

Nos clássicos da Sociologia (autores do período que vai da segunda metade do século XIX ao início do século XX) a problemática das relações entre a sociedade e seu espaço, está referida, preferentemente, a uma formação histórica – a sociedade industrial – e sua forma espacial correspondente – a cidade industrial.

MARX e ENGELS enfocaram o processo através do qual a produção industrial promove a urbanização em grande escala, tanto pela necessidade de concentrar espacialmente a força de trabalho, quanto de organizar, no espaço, a relação entre as empresas. Analisando as características formais da cidade típica do capitalismo industrial, concluíram que elas resultam de uma busca de racionalidade na organização da produção, através da articulação entre os locais de trabalho (as fábricas) e de residência (os bairros operários), ao passo que, em termos sociais, essas mesmas cidades são o palco das lutas que opõem as classes sociais fundamentais (burguesia e proletariado). WEBER, ao investigar o processo de constituição da sociedade ocidental moderna, concluiu que a mesma é inseparável do surgimento e desenvolvimento da cidade - cenário da interação de agentes sociais cuja conduta pauta-se por objetivos e valores crescentemente racionais. Para DURKHEIM, o fenômeno urbano é, primordialmente, fruto da divisão social do trabalho que se acentua com o progresso técnico e o avanço da industrialização, gerando a complexidade crescente da sociedade, tornando imperativa a cooperação e a complementaridade dos papéis sociais, em um sistema fundado na solidariedade orgânica.

A par de desvendar as relações estruturais que se estabelecem entre industrialização, urbanização e capitalismo, o principal legado dos clássicos consiste na percepção clara de que são os sujeitos sociais concretos que impulsionam os processos de mudança, sejam eles as classes sociais (Marx), os grupos que a integram a comunidade urbana (Weber), ou os indivíduos e as instituições (Durkheim).

A pauta da pesquisa costuma acompanhar as transformações históricas, de modo que à medida que a sociedade industrial avança em seu desenvolvimento histórico, novos temas de análise e novos enfoques teóricos vão surgindo.

No início do século XX, difundia-se a idéia de que o progresso científico e tecnológico seria ilimitado, abrindo caminho para a “sociedade de abundância”. Os novos modelos de organização das tarefas e do espaço fabril (como o taylorismo e o fordismo)¹ estavam a garantir aumentos de produção e de produtividade que possibilitavam melhorar a distribuição da riqueza social e, por consequência, diminuir a conflitualidade (entre as classes sociais e os países). Essa previsão não se confirma totalmente, como demonstram a guerra européia (1914-18) e a irrupção do primeiro regime socialista na Rússia (1917). Ainda assim, o Ocidente viveu um período de grande prosperidade econômica até a crise

¹ O *taylorismo* é uma estratégia patronal de gestão e organização do processo de trabalho formulada por Taylor, em obras como *Shop manager* (1903) e *Principles of scientific management* (1911); baseia-se na separação das funções de concepção e planejamento, da execução, na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle de tempos e movimentos e na remuneração por desempenho. Conjugando a utilização intensiva da maquinaria, com maior disciplina de trabalho, objetiva a eliminação dos tempos mortos (ociosos), acabando com anarquia da produção (várias formas de produzir) procurando *the one best way*. (CATTANI, A.D. In CATTANI, 1997).

Por *fordismo* designa-se o modelo de produção baseado em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista a produção e o consumo em massa, implantado por Henry Ford na fábrica Ford Motors Co, em Detroit, em 1913. No fordismo radicaliza-se a separação entre concepção e execução - esta última caracteriza-se pelo trabalho fragmentado e simplificado, com ciclos operatórios curtos, requerendo pouca formação dos trabalhadores. O processo de produção ocorre em uma linha de montagem acoplada à esteira rolante, o que evita o deslocamento dos trabalhadores e mantém o fluxo contínuo e progressivo das peças, permitindo a redução dos tempos mortos; a velocidade e o ritmo são pré-estabelecidos; o trabalhador perde qualificações, mas é recompensado pelos salários mais elevados. (LARANJEIRA, S. In CATTANI, 1997).

de 1929, a partir da qual houve uma significativa mudança de orientação: sob a influência de Keynes, o liberalismo clássico cedeu lugar ao Estado intervencionista (ou *keynesiano*), determinando avanços na teoria econômica e nas técnicas de planejamento estatal.

Nesse mesmo período começa a se desenvolver uma produção sociológica de caráter funcionalista que, entre outros objetivos, visa dar uma base científica ao gerenciamento racional da organização espacial. Sua expressão máxima pode ser encontrada na chamada “Escola de Chicago”². Fortemente inspirados em Durkheim, os teóricos de Chicago viam nas mudanças trazidas pela urbanização uma ameaça à ordem social e atribuíam à Sociologia a capacidade (e mesmo a finalidade) de restabelecê-la. Essa preocupação irá nortear o paradigma teórico que enfatiza os processos de integração social e que predominou na pesquisa urbana até, pelo menos, a década de 60.

A percepção de que o mundo urbano é o principal palco dos conflitos sociais fica mais clara na medida em que o Estado keynesiano estende seu papel de “gerente” da economia às relações sociais e políticas, função que atinge o ápice nos anos posteriores à II Guerra mundial, configurando o “Estado de Bem Estar” (*Welfare State*). Nos países que lograram os mais altos níveis de industrialização foi possível enfrentar as tensões sociais promovendo, em alguma medida, a redistribuição de parte da riqueza gerada. Os aumentos salariais vinculados aos ganhos de produtividade propiciaram às classes assalariadas um maior acesso ao consumo de bens duráveis. Paralelamente, ampliou-se a oferta de bens e serviços públicos (infraestrutura viária, redes de energia elétrica, abastecimento de água e esgotamento, equipamentos urbanos de saúde, educação, lazer e

² Um grupo de pesquisadores liderado por R. E. Park, entre os quais destacam-se Ernest Burgess, Robert Mackenzie e Louis Wirh.

cultura, entre outros) que CASTELLS³ denominou “meios de consumo coletivo”, dado seu caráter indivisível e de uso coletivizado, e que constituem uma forma de salário indireto para grandes contingentes de trabalhadores urbanos (CASTELLS, 1975).

Nessa fase, o papel histórico dos agentes industriais na estruturação urbana fica parcialmente eclipsado pela importância que assumem, progressivamente, os capitais imobiliários e os organismos governamentais. Segundo o mesmo CASTELLS, a crescente intervenção do Estado no consumo coletivo e no controle das tensões sociais contribui decisivamente para a emergência dos chamados “movimentos sociais urbanos”⁴. De composição pluriclassista, esses movimentos dirigem suas reivindicações, preferentemente, às agências governamentais de planejamento e serviços urbanos e, na medida em que se generalizam, levam o autor a levantar a hipótese de que a tradicional luta de classes (que opunha os trabalhadores assalariados a seus patrões) já não seria a única e nem a primordial forma de conflito social, sendo progressivamente suplantada pelos movimentos sociais urbanos. CASTELLS afirma que, desse modo, o “urbano” passa a ser, definitivamente, o locus central das relações e tensões sociais, na sociedade contemporânea (CASTELLS, 1980). Essa visão é partilhada por autores como LOJKINE, quando sublinha o papel que os bens e serviços urbanos desempenham nas condições de produção e reprodução nas economias capitalistas avançadas, e HARVEY, quando afirma ser possível efetuar a redistribuição de riqueza e promover a justiça social através do maior acesso aos bens públicos urbanos (LOJKINE, 1981; HARVEY, 1973 e 1974).

³ Veja-se CASTELLS, Manuel. *La Question Urbaine*. Paris, Maspero, 1975.

⁴ Nas obras de M. Castells os conceitos de “movimentos sociais urbanos” e os “meios de consumo coletivo” são designados pelas siglas MSU e MCC, respectivamente.

A corrente teórica que vê na organização espacial um componente essencial do sistema produtivo ganha impulso com a Escola da Regulação. Para os regulacionistas ⁵, a sociedade capitalista dispõe, sempre, um regime de acumulação e um modo de regulação das relações econômicas e políticas que, combinados, constituem os diversos modelos de desenvolvimento que se sucedem historicamente. Entre as regulações necessárias ao funcionamento de qualquer deles inclui-se a *regulação urbana* - ou seja, o modo como a estrutura espacial urbana está associada às relações de produção. Quando, na passagem do século XIX para o século XX, o capitalismo industrial transita de um regime de acumulação extensiva para outro, caracterizado pela acumulação intensiva ⁶, surgem novas formas de reprodutibilidade social da força de trabalho. Conforme ABRAMO, os novos modelos de organização da produção (taylorismo/fordismo) possibilitam a separação entre local de moradia e local de trabalho, que são (re)conectados pelo sistema de transportes coletivos e/ou uso do automóvel individual, o que abre passo a novos arranjos espaciais (intra-urbanos, suburbanos, e mesmo regionais). O papel do urbano na regulação, nessa etapa, poder ser sintetizado pelo binômio “cidade-habitação” (ABRAMO, 1995).

⁵ Os teóricos da chamada “Escola da Regulação” (entre os quais destacam-se Aglietta, Boyer, Coriat e Lipietz) têm como ponto de partida comum os conceitos de “regime de acumulação” e “modo de regulação”. Outros conceitos amplamente utilizados pelos regulacionistas - como taylorismo, fordismo, pré-fordismo, pós-fordismo, neofordismo, fordismo periférico (este último usado por Lipietz quando se refere a formas “híbridas” do desenvolvimento capitalista na América Latina) - aparecem em obras referenciais, como LIPIETZ, A. - *Miragens e milagres* (1988) e BOYER, C. - *Technical change and theory of regulation* (1988).

⁶ Para os regulacionistas, não existe um modo de produção capitalista único e universal, mas diferentes modos de desenvolvimento que correspondem a várias fases históricas e podem ser identificados através dos modos de regulação que lhe são próprios: até meados do século XIX, ainda na vigência da acumulação extensiva, a regulação era competitiva ou concorrencial; a crise dos anos 1860/70 abriu caminho para a acumulação intensiva, o que permitiu a maturidade da regulação competitiva; no período entre as duas guerras mundiais do século XX, formou-se a regulação monopolista ou fordista, que persistiu até os anos 60-70, quando teve início a crise atual (CONCEIÇÃO, 1996).

O fordismo garantiu a prosperidade das sociedades capitalistas industrializadas por várias décadas, entrando em crise a meados dos anos 70. Segundo LIPIETZ, manifestou-se uma tendência à queda da produtividade do trabalho que veio a comprometer a capacidade de acumulação. Para o autor, a causa principal estava na rigidez dos processos e estandardização dos produtos, características desse modelo, o qual começou a dar sinais de esgotamento do padrão técnico-produtivo. Paralelamente, a crise fiscal veio a dificultar sobremaneira a manutenção dos padrões de proteção e prestação de serviços, típicos do *Welfare State* (LIPIETZ, 1996). Nas cidades, avolumam-se demandas não atendidas, suscitando uma proliferação dos movimentos sociais urbanos, o que, para CASTELLS, configura uma verdadeira “crise urbana” (CASTELLS, 1980).

A superação desse quadro passa a exigir uma profunda reestruturação econômica, com mudança do padrão tecnológico. Por parte das empresas, há um esforço para manter e/ou conquistar mercados. Para tanto, procuram flexibilizar seus processos de produção e seus produtos, recorrendo a tecnologias baseadas na informática e na micro-eletrônica. O uso dessas tecnologias requer trabalhadores mais qualificados, bem como a implantação de novas formas de gestão da força de trabalho (trabalho em equipes, círculos de controle de qualidade) que enfatizam a cooperação, a multifuncionalidade e a polivalência. Segundo PIORE e SABEL esse processo se alastra, conformando um novo padrão de acumulação-regulação, a que os autores chamaram “*especialização flexível*” (PIORE, SABEL, 1984).⁷ No nível macroeconômico, traduz-se em um aumento geral das taxas de

⁷ Conforme XAVIER, a expressão refere-se a um paradigma alternativo à produção em massa e à organização das firmas em grandes corporações que caracterizava o fordismo, o qual teria entrado em crise, entre outras razões, pela sua “rigidez”. Na era da flexibilidade a produção se baseia em produtos diferenciados para mercados também diferenciados, valendo-se de tecnologias aplicáveis a diversos usos e

desemprego, desregulamentação progressiva das relações de trabalho e aprofundamento da internacionalização da economia mundial.

Frente a tantas e tão complexas mudanças, reformula-se a pauta da pesquisa sócio-espacial. Após o período de ênfase nas funções de consumo e reprodução ⁸, observa-se um retorno à temática industrial. É o que afirma TOPALOV que, ao fazer ao fazer a resenha da sociologia urbana francesa da década de 80 e início dos anos 90, constata a retomada da visão clássica da cidade como *locus* primordial da produção industrial, e como espaço onde se articulam os domínios da fábrica e da residência (TOPALOV, 1988). Logo ficaria clara a necessidade de ampliar a investigação das relações entre as novas tecnologias de produção, reestruturação econômica e reestruturação espacial.

Para CASTELLS, a difusão das novas tecnologias de informação e sua incorporação às práticas produtivas, enseja uma nova divisão espacial do trabalho a nível internacional, inter-regional e no interior das grandes metrópoles. Para o autor, trata-se de uma profunda rearticulação histórica do capitalismo como sistema social, a que ele denomina “modo de desenvolvimento informacional” (CASTELLS, 1985; 1989).

Também os autores alinhados à Escola da Regulação entendem que as modificações na estrutura e no padrão tecnológico da produção industrial são fatores preponderantes da reestruturação de espaços regionais e formações urbanas ⁹. Expressão disso, seriam os distritos industriais (DIs) - uma forma de agrupamento de empresas

que requerem trabalhadores mais qualificados e versáteis (XAVIER So. , 1997 *In* CATTANI, 1997).

⁸ A obra emblemática dessa orientação foi a já citada - *A Questão Urbana*, de M. Castells, publicada em 1975.

⁹ A propósito, veja-se os trabalhos de LIPIETZ, 1988; LIPIETZ, LEBORGNE, 1988; SCOTT, STORPER, 1988; STORPER, 1990; GOTTDIENER, 1990; BODDY, 1990; LIPIETZ, 1994; STORPER, 1994, alguns dos quais são examinados no Capítulo 1.

conhecida desde os primórdios da industrialização ¹⁰ e que ressurgiu nos anos 80. BECATTINI, ao descrever os novos distritos industriais italianos, ressalta a importância dessa modalidade de aglomeração para que algumas regiões conseguissem construir saídas para a crise do taylorismo-fordismo e alcançassem melhores condições para competir em uma economia globalizada. Segundo BECATTINI, a mobilização de recursos humanos e as novas relações entre as empresas, típicas da especialização flexível, seriam são largamente favorecidas pela agrupação em distritos.

Já para LIPIETZ, os distritos industriais atuais seriam apenas um exemplo de “mesma forma/novo significado” (LIPIETZ, 1996). Chama-lhe a atenção que o sucesso dessas regiões industriais na economia globalizada acabe gerando uma espécie de ortodoxia, segundo a qual os Distritos chegariam a ser a forma espacial predominante para as indústrias, no período pós-crise do fordismo. O que faz com que essas regiões sejam “ganhadoras” na competição internacional é, justamente, uma interação entre o “global” (internacionalização) e o “local” (evolução urbana). A globalização por si só, não seria capaz de determinar completamente as formas urbanas – ao contrário:

“... é o comportamento da reestruturação produtiva de uma sociedade local, seus conflitos, seus compromissos, seus coletivos que determinam a possível inserção em um mundo globalizado. Esses compromissos cristalizam-se nas formas urbanas, ao mesmo tempo consequência e condição das formas de reestruturação produtiva” (LIPIETZ, 1994:11)

Para BENKO e LIPIETZ, a diferença entre o local e o global não seria só de objetos, mas sobretudo de método. Para aqueles que privilegiam o local, a análise deve

¹⁰ Os distritos industriais foram, originalmente, descritos por Marshall., ao observar que, para certos ramos industriais (por exemplo, a indústria têxtil), era vantajoso agrupar-se e isolar-se em determinada área, reunindo ali as empresas interligadas e sua mão de obra, fato que dava origem, quase sempre, a núcleos urbanos com função produtiva e residencial exclusiva (LIPIETZ, 1996).

enfocar a estrutura interna de uma região, considerada o principal fator explicativo das relações mais ou menos vantajosas que a mesma estabelece com outros territórios, como é o caso da visão de BECATTINI sobre os distritos industriais (BENKO & LIPIETZ, 1994). Já para os que privilegiam o global, as regiões se definem pelo lugar que ocupam numa estrutura mais abrangente – tal é a posição de CASTELLS, quando preconiza a primazia da divisão internacional do trabalho. Existe, porém, entre esses autores, um ponto de convergência: todos admitem que é necessária uma base conceitual específica para análise dos processos urbano-regionais ligados à reestruturação capitalista, que possibilite a identificação de novos padrões espaciais.

Para RIBEIRO, o debate sobre causas e tendências da (re)organização sócio-espacial associadas à globalização concentra-se em três eixos principais: a) a dinâmica global *versus* local; b) a maior homogeneização ou diferenciação produzida por esses processos; c) a polarização *versus* fragmentação sócio-espacial e, embora haja uma fértil produção de estudos empíricos, esse debate padece com a ausência de teorias unificadoras (RIBEIRO, 1994; 2000). Essa lacuna não estaria sendo preenchida nem mesmo por HARVEY quando, em sua obra *A Condição Pós-Moderna* (1992), procura explicar como a acumulação flexível estaria articulando uma mudança na concepção de tempo-espaço típica da visão racionalista herdada da modernidade, com amplas conseqüências para o urbano.

Onde RIBEIRO vê a ausência de teorias de alcance explicativo geral, TOPALOV, já no início da década de 90, apontava a existência de uma “crise dos saberes” sobre a cidade e a região (TOPALOV, 1991), que estaria travando a pesquisa e a compreensão das novas espacialidades. Nesse quadro, a questão que inevitavelmente se coloca é - por

onde avançar, sem perder a continuidade da tradição temática e de análise iniciada com a sociologia clássica?

B) Impasses teóricos e suas implicações metodológicas

Impasses no desenvolvimento teórico acontecem periodicamente, principalmente em conjunturas em que a investigação deve dar conta de fenômenos emergentes e/ou realidades em processo de profunda transformação ¹.

CASTELLS diagnosticou uma situação desse tipo a meados da década de 80, quando se tentava unificar em uma “grande teoria” todas as descobertas que os vários estudos empíricos sobre os movimentos sociais urbanos (MSU) haviam produzido². Por um lado, imperava um formalismo excessivo, representado pelas análises estruturalistas generalizantes; por outro, o empirismo primário dos estudos de caso, pontuais e fragmentários, que não se preocupavam com a coerência em relação a um marco teórico geral. Reafirmando que o ideal das ciências sociais sempre fora (e continuava a ser) “... *um paradigma teórico da história e da sociedade, cumulativo e compreensivo...*”, CASTELLS reconhecia que:

“... nosso conhecimento não está nesse estágio, nem estará em um futuro próximo. Em razão disso, necessitamos de estratégias humildes, mas efetivas, de construção teórica, capazes de colocar-nos distantes do empirismo sem nos perdermos no paraíso artificial da grande teoria” (CASTELLS, 1983:340). ³

¹ Por um lado, só o tempo produz o grau de maturação dos fenômenos que permite apreendê-los através da ciência (tal como alertava Marx em sua análise da mercadoria, no primeiro capítulo de *O Capital*: a forma mais simples é a mais desenvolvida); por outro, porque só a acumulação de conhecimentos parciais permite avançar na construção de teorias abrangentes.

² Desde “*Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*” (1979), CASTELLS vinha criticando o paradigma teórico imperante, fruto da influência da Escola de Chicago que, segundo ele, já não fornecia elementos para a compreensão do acelerado processo de transformação vivido pelas sociedades capitalistas. Uma profunda crise urbana estava gerando uma crise das instituições e dos valores culturais, e o saber que fornecia a chave da interpretação dessa realidade também estava em crise. É nesse contexto que CASTELLS publica “*The City and the Grassroots*” (1983), onde sugere um caminho para a superação dos impasses na produção teórica.

³ “*It’s possible that we could reach a cumulative and comprehensive theoretical paradigm of history and societies, but our knowledge is not at that stage, nor will it be in the near future. Therefore we need humble*

A alternativa seria, então, seguir produzindo estudos de caso que fossem capazes de gerar novas hipóteses, não se restringindo a simples verificações empíricas de teorias existentes (tal como ele próprio vinha fazendo em relação aos movimentos sociais urbanos). Seriam “**histórias teorizadas de fenômenos sociais**” que, na medida em que fossem capazes de captar fenômenos novos e permitissem a continuidade das investigações, poderiam funcionar como degraus no processo de construção teórica. Na visão de CASTELLS, naquela conjuntura, isso era mais importante do que perseguir a construção de teorias trans-históricas⁴.

A estratégia proposta por CASTELLS para produzir esse tipo de investigação era bastante simples: iniciar pela formulação de algumas questões fundamentais, geradas pela experiência histórica, usando conceitos e enfoques herdados da tradição intelectual, adequando-os às questões que se pretendesse elucidar; em seguida, construir um arcabouço teórico geral provisório que, sem ser uma “teoria geral da sociedade”, fosse suficientemente compreensivo para estimular idéias e observações, guiando a seleção de situações sociais cuja observação fosse potencialmente frutífera para gerar análises substantivas.

A orientação de CASTELLS continua sendo pertinente, pelo menos no que concerne a alguns regulacionistas, para os quais a ambição de construir teorias gerais não invalida a pesquisa empírica abundante e diversificada - ao contrário, até a exige. Essa é, por exemplo, a posição de BODDY frente à multiplicidade dos processos atuais de

but effective strategies of theory building able to take us away from empiricism without losing us in the artificial paradise of the grand theory.” (CASTELLS, 1983:340).

⁴ “So, what we need is not a trans-historical theory of society but theorized histories of social phenomena.” (CASTELLS, 1983:340).

reestruturação territorial: *“O que é necessário são estudos de casos teoricamente fundamentados que possam dar conta tanto das semelhanças como das diferenças”* (BODDY, 1990:55). Também VILLAÇA pensa que o mais recomendável é continuar tratando analiticamente o uso do território, no intuito de detectar continuidades e descontinuidades dos processos globais de mudança, e assim obter elementos para a construção de analogias ou contrastes. Tais estudos cumpririam dupla função: contribuir para as elaborações teóricas gerais e colocar em "teste" as sínteses prematuras (VILLAÇA, 1995).

Aplicando a estratégia proposta por CASTELLS à investigação do papel dos agentes industriais nos processos de mudanças sociais e territoriais em curso no mundo contemporâneo, têm-se, primeiramente, as questões fundamentais a serem respondidas: como e em que medida os novos padrões de organização da produção industrial determinam (induzem, impulsionam) a reorganização espacial regional e urbana? os agentes industriais, que tiveram um papel importante na estruturação espacial: ainda têm? esse papel mudou? qual é, atualmente?

Em seguida, é preciso definir qual a escala adequada para a caracterização dos agentes do processo de reestruturação territorial: urbana (focada na estrutura das cidades) ou regional (focada na “nova geografia da indústria”)?

Conforme VILLAÇA, trata-se de um falso dilema, uma vez que não existe, no seu entender, um critério unívoco de separação (segmentação) entre “urbano” e “regional”. As determinações fundamentais da estruturação do espaço (regional e urbano) derivam das grandes transformações sociais e econômicas experimentadas por uma formação social em um país, um conjunto de países ou mesmo em escala mundial. Logo, não deve

haver qualquer tipo de oposição entre as análises espaciais de enfoque regional ou urbano – todas as análises territoriais seriam, em princípio, "regionais", pois tratam de relações inter ou intra-regionais. A urbanização, a formação das redes urbanas e a estruturação interna das cidades são, pois, processos constitutivos do espaço regional - o elemento urbano das estruturas espaciais regionais. De modo que qualquer processo de reestruturação urbana deve ser compreendido como parte de um processo de reestruturação regional (VILLAÇA, 1995).

Seguindo os critérios ditados pelo arcabouço teórico geral (ainda que o mesmo seja provisório), a situação particular a ser estudada teria de ser uma área fortemente urbanizada e industrializada, onde mudanças técnicas e organizacionais na produção industrial (do tipo descrito por PIORE e SABEL, na obra anteriormente citada) estejam causando transformações na forma espacial.

Quanto ao problema da delimitação do objeto empírico, o recomendável é não aceitar recortes previamente estabelecidos. Em especial, no estudo das regiões, as divisões fisiográficas ou político-administrativas usuais funcionam como limites que já “estão prontos” e são assumidos (explícita ou implicitamente) pela pesquisa. A delimitação, qualquer que seja, deve ser adequada ao quadro teórico e aos objetivos da pesquisa.

A estratégia metodológica para produzir a “história teorizada” sugerida por CASTELLS completa-se com a utilização de procedimentos metodológicos de uso geral em pesquisa social que permitam:

“... documentar e interpretar o problema, de modo que possa ser cotejado com estudos similares que estejam ou venham a ser realizados, podendo contribuir para a elucidação de algumas

questões fundamentais sobre processos concretos”
(CASTELLS, 1983:341).

Esses são, pois, os caminhos metodológicos através dos quais é possível avançar no estudo do tema em questão:

- a) a opção pela análise de um caso concreto, não na forma dos “estudos de caso” tradicionais, mas a partir da metodologia específica proposta por CASTELLS;
- b) a adoção de elementos da Teoria da Regulação (na variante que enfatiza o papel dos agentes sociais, representada pelos citados trabalhos de BENKO e LIPIETZ) para suprir a ausência de um paradigma teórico unificador.

Contudo, para a pretendida análise das formas espaciais não apenas como resultado de processos e relações sociais, mas como sendo, elas mesmas, fenômenos de natureza social, tornou-se necessário incorporar elementos encontráveis em autores como BOURDIEU e GIDDENS, relativos a dimensões espaciais (ou espacializáveis) da vida social. Em *O Poder Simbólico*, quando trata de identidade e representação, BOURDIEU afirma que não existem critérios capazes de fundamentar a classificação de regiões "naturais", separadas por fronteiras naturais. Mesmo quando alicerçadas em propriedades objetivas (ascendência, território, língua, religião, atividade econômica, etc.) ou subjetivas (como sentimento de pertencimento), a idéia de região é uma representação dos atores.

Essa afirmação decorre do fato de que, na concepção de BOURDIEU, existir socialmente é ser percebido como distinto. O mundo social não é apenas representação, mas nele as representações têm força e conseqüências concretas. As percepções que os

atores têm sobre como a sociedade se estrutura e qual o lugar que nela ocupa cada sujeito acabam por criar as diferenças reais (distinções). Daí que, para BOURDIEU:

"... qualquer enunciado sobre a região funciona como argumento que contribui - tanto mais largamente quanto mais largamente é conhecido - para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por esse meio, à existência" (BOURDIEU, 1989:120).

Em GIDDENS, a noção de região (ou, mais precisamente, de “regionalização”) está ligada ao conceito de “agência”, que vem a ser a capacidade que os sujeitos sociais têm de agir, causando efeitos. “Agência” é um conceito central na teoria de GIDDENS, para quem a conduta humana não é regida por forças que os agentes não controlam nem compreendem, como também não é mero resultado de seu caráter ativo, volitivo.⁵

“Agência diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetrador, no sentido de que poderia, em qualquer fase de uma dada seqüência de conduta, ter atuado de modo diferente” (GIDDENS, 1984:6-7).

As atividades humanas, mesmo quando não criadas pelos agentes, têm de ser constantemente recriadas por eles, através de seus próprios meios. É desse modo que eles se expressam como atores⁶, e reproduzem as condições que tornaram possíveis tais atividades. A isto GIDDENS chama “reflexividade”. A conduta reflexiva é uma característica dos sujeitos humanos e um pressuposto da continuidade de práticas sociais, no tempo e no espaço. Nesse sentido, pode-se entender as instituições como

⁵ Na teoria da estruturação social de GIDDENS o foco de interesse não está na experiência do ator individual nem na existência de qualquer forma de totalidade social, e sim, nas práticas sociais (GIDDENS, 1984:1-29).

⁶ O autor considera irrelevante a distinção entre “atores” e “agentes” – para ele, são apenas termos diferentes que designam o mesmo conceito. Mas *agent* (o sujeito que age) difere de *agency* (a atividade ou função – “o agir”).

“alongamentos” das atividades sociais através de grandes extensões de espaço-tempo (GIDDENS, 1984:2-3).

Sendo o espaço um elemento ordenador das práticas sociais, é tarefa da reflexão sociológica compreender a natureza localizada das interações sociais: os diferentes locais, através dos quais as atividades cotidianas dos indivíduos são coordenadas, não seriam apenas lugares, mas cenários de interação que influenciam substancialmente o caráter serial (repetitivo, seqüencial) dos encontros, sendo também influenciados por este. Vai daí que GIDDENS considere a noção de “regionalização” uma das mais significativas das ciências sociais, embora seja, usualmente, uma preocupação quase exclusiva dos geógrafos. Incorporando a noção de tempo-espaço em seu âmago, a teoria social estaria obrigada a repensar algumas divisões disciplinares que separam a Sociologia da História e da Geografia, e a utilizar algumas técnicas de pesquisa estabelecidas pelos profissionais dessas áreas. O mesmo se pode dizer em relação à aproximação da Sociologia com o Urbanismo ⁷.

Neste trabalho, o foco está colocado na capacidade de *agência* de atores regionais, no modo como têm atuado historicamente sobre o espaço urbano-regional, nos resultados concretos dessa atuação em termos de certas características assumidas pela organização espacial.

A escolha da Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul formalmente instituída por Lei Complementar, como objeto empírico, aparentemente

⁷ O enfoque interdisciplinar já era postulado por CASTELLS em “*Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*” (1979), quando insistia na necessidade de a Sociologia dialogar com o Urbanismo e a Política. Segundo seu ponto de vista, a Sociologia Urbana não possuía um objeto teórico próprio de análise e também não seria uma ciência aplicada a uma temática concreta (objeto real); portanto não se justificava a existência dessa disciplina autônoma. O tratamento interdisciplinar do(s) objeto(s), mais do que simplesmente recorrer a conhecimentos oriundos de diferentes campos, para aplicá-los ao objeto, exige construir um quadro referencial teórico que não pode ser produzido no âmbito de uma única disciplina – antes supõe a contribuição de várias delas (BARBOSA, 1990).

privilegia o critério de divisão administrativa ⁸. De fato, significa assumir que a existência do aglomerado urbano é a principal característica estrutural e delimitadora do espaço regional. Mas é o critério sociológico - presença e manifestação de agentes sociais nos processos de estruturação espacial – que permite tomá-la como objeto teórico.

A seguir é feita uma análise preliminar da AUNE, quanto aos aspectos demográficos e econômicos, no intuito de demonstrar suas características de área urbano-industrial adequada aos objetivos da investigação que se pretende fazer aqui.

⁸ A AUNE, formalmente instituída pela Lei n. 10335 (28/12/1994), abrange dez municípios: Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Monte Belo, Nova Pádua, Santa Tereza e São Marcos. Difere de outras delimitações usuais para a (mesma) região – por exemplo, a Microrregião 311 do IBGE, chamada “Região Vitivinicultora da Serra Gaúcha”, que inclui, além desses dez, os municípios de Antônio Prado, Cotiporã, Fagundes Varela, Nova Roma do Sul, Veranópolis e Vila Flores. Há quem sustente que, para fins de análise da economia regional, esse conjunto deve ser ampliado, incluindo os municípios de Gramado e Canela (vide BREITBACH, 1997:185).

C) O objeto: porque a Aglomeração Urbana do Nordeste

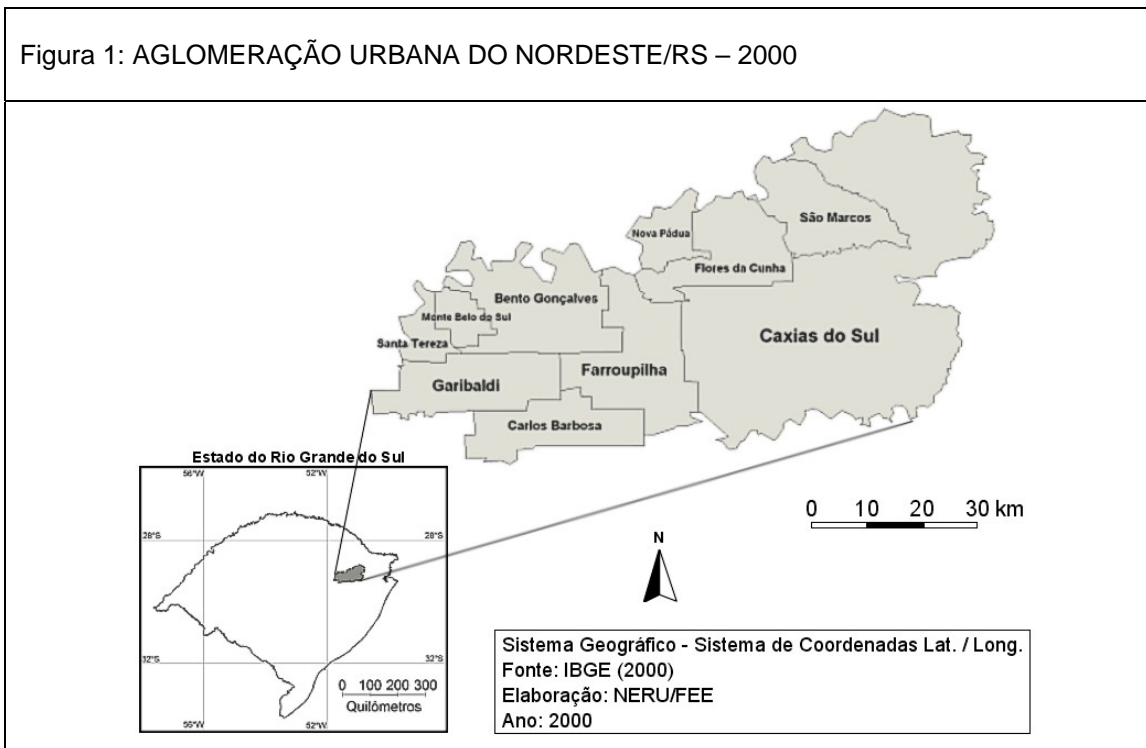
A partir da década de 90, a produção brasileira sobre as relações espaço-sociedade tem buscado compreender como a reestruturação econômica tem afetado o território nacional, transformando seus espaços regionais e urbanos. Embora uma grande parte dos trabalhos enfoque, descritivamente, realidades sócio-espaciais particulares e concretas, algumas tendências vêm sendo apontadas: desconcentração espacial da indústria; novos padrões de urbanização, com surgimento de cidades médias em áreas não metropolitanas; mudanças na dinâmica interna das regiões metropolitanas e alteração em suas funções, formação de novas concentrações urbanas de importância regional ¹.

Para alguns autores, a formação de um aglomerado urbano na porção nordeste do território do Rio Grande do Sul – a chamada Aglomeração urbana do Nordeste (AUNE/RS) - seria um fenômeno comparável ao que já ocorre, por exemplo, entre São Paulo e Rio de Janeiro, Belo Horizonte e as cidades da zona industrial metalúrgica que lhe são próximas, Joinville e as cidades do Vale do Itajaí (STORPER, 1994). Conforme DINIZ, o processo crescimento dessas áreas conurbadas seria uma manifestação das novas tendências de localização industrial, de desconcentração dentro da região sudeste do país (DINIZ, 1995).²

¹ A esse respeito veja-se, entre outros, os trabalhos de DINIZ, 1995; TASCHNER, 1992; NEGRI, PACHECO, 1994; COSTA, MONTE-MÓR, 1995; MONTE-MÓR, BRAGA, 1995; ROCHA, COSTA, 1995; COSTA, 1996; PIQUET, 1997; CORREIA, 1997; LAGO, 1997 – alguns dos quais são examinados no Capítulo 1.

² Segundo o autor, estaria ocorrendo uma desconcentração da indústria para fora do eixo Rio-São Paulo e uma reconcentração em outras áreas (dentro da própria região Sudeste), formando “o novo polígono da industrialização brasileira” (DINIZ, 1995).

A Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul (AUNE/RS) é integrada por dez municípios situados na porção nordeste do território do Rio Grande do Sul: Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Monte Belo, Nova Pádua, Santa Tereza e São Marcos (Figura 1).



Atualmente, a AUNE é segunda concentração populacional do Estado, com 605.749 habitantes (IBGE, 2000), o que representa 5,95% da população gaúcha. Essa posição resultou de um processo acelerado de urbanização, principalmente nas últimas três décadas, em que a participação da AUNE na população do Rio Grande do Sul veio aumentando sistematicamente, até atingir o patamar atual. Em 1970 sua população total correspondia a 3,95 % da população do Estado; chegou a 4,78 % em 1980, 5,39 % em 1991 e 5,95% em 2000. O crescimento da população urbana da AUNE em relação à do Estado se deu de maneira ainda mais acentuada: na década de 70 representava 4,64%; cresceu para 5,54% em 1980; 5,85% em 1991, e atingiu 6,35% em 2000 (Tabela 1)

Tabela 1 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE) E RS

População residente por situação do domicílio e grau de urbanização nos municípios da AUNE e no Rio Grande do Sul, em anos censitários - 1970, 1980, 1991, 2000

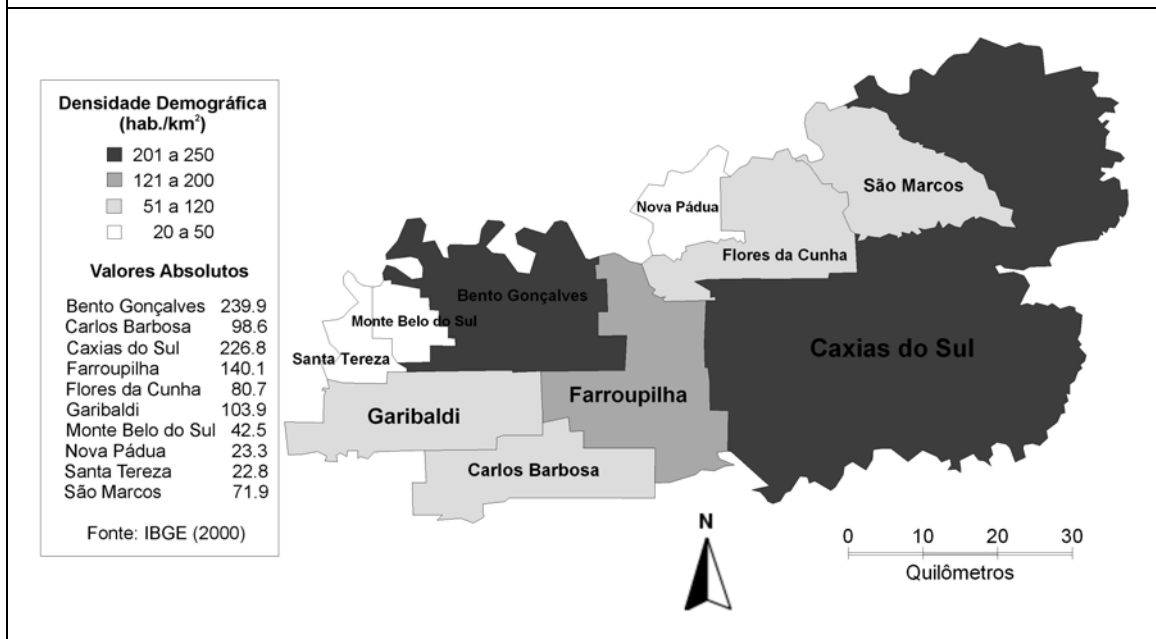
MUNICÍPIO	1970			GRAU URBAN. %	1980			GRAU URBAN. %
	URBANA	RURAL	TOTAL		URBANA	RURAL	TOTAL	
Bento Gonçalves	23.782	18.197	41.979	56,65	42.071	16.870	58.941	71,38
Carlos Barbosa	3.821	8.553	12.374	30,88	6.664	7.001	13.665	48,77
Caxias do Sul	114.008	30.863	144.871	78,70	200.354	20.212	220.566	90,84
Farroupilha	6.975	12.343	19.318	36,11	16.477	12.518	28.995	56,83
Flores da Cunha	3.801	10.825	14.626	25,99	5.482	9.997	15.479	35,42
Garibaldi	8.066	12.746	20.812	38,76	11.889	11.152	23.041	51,60
São Marcos	4.399	4.770	9.169	47,98	7.979	3.845	11.824	16,23
Total AUNE	164.852	98.297	263.149	62,65	290.916	81.595	372.511	78,10
RS	3.553.006	3.111.885	6.664.891	53,31	5.250.940	2.522.897	7.773.837	67,55

MUNICÍPIO	1991			GRAU URBAN. %	2000			GRAU URBAN. %
	URBANA	RURAL	TOTAL		URBANA	RURAL	TOTAL	
Bento Gonçalves	65.755	12.888	78.643	83,61	81.820	9.666	91.486	89,43
Carlos Barbosa	10.395	5.526	15.921	65,29	15.211	5.308	20.519	74,13
Caxias do Sul	264.775	26.150	290.925	91,01	333.391	27.028	360.419	92,50
Farroupilha	31.025	14.339	45.364	68,39	42.705	12.603	55.308	77,21
Flores da Cunha	8.701	11.168	19.869	43,79	14.227	9.451	23.678	60,09
Garibaldi	16.191	9.735	25.926	62,45	23.112	5.225	28.337	81,56
Monte Belo do Sul	-	-	-	-	621	2.259	2.880	21,56
Nova Pádua	-	-	-	-	530	1.866	2.396	22,12
Santa Tereza	-	-	-	-	551	1.217	1.768	31,17
São Marcos	12.412	3.445	15.857	78,27	15.694	3.264	18.958	82,78
Total AUNE	409.254	83.251	492.505	83,10	527.862	77.887	605.749	87,14
RS	6.996.542	2.142.128	9.138.670	76,56	8.317.984	1.869.814	10.187.798	81,65

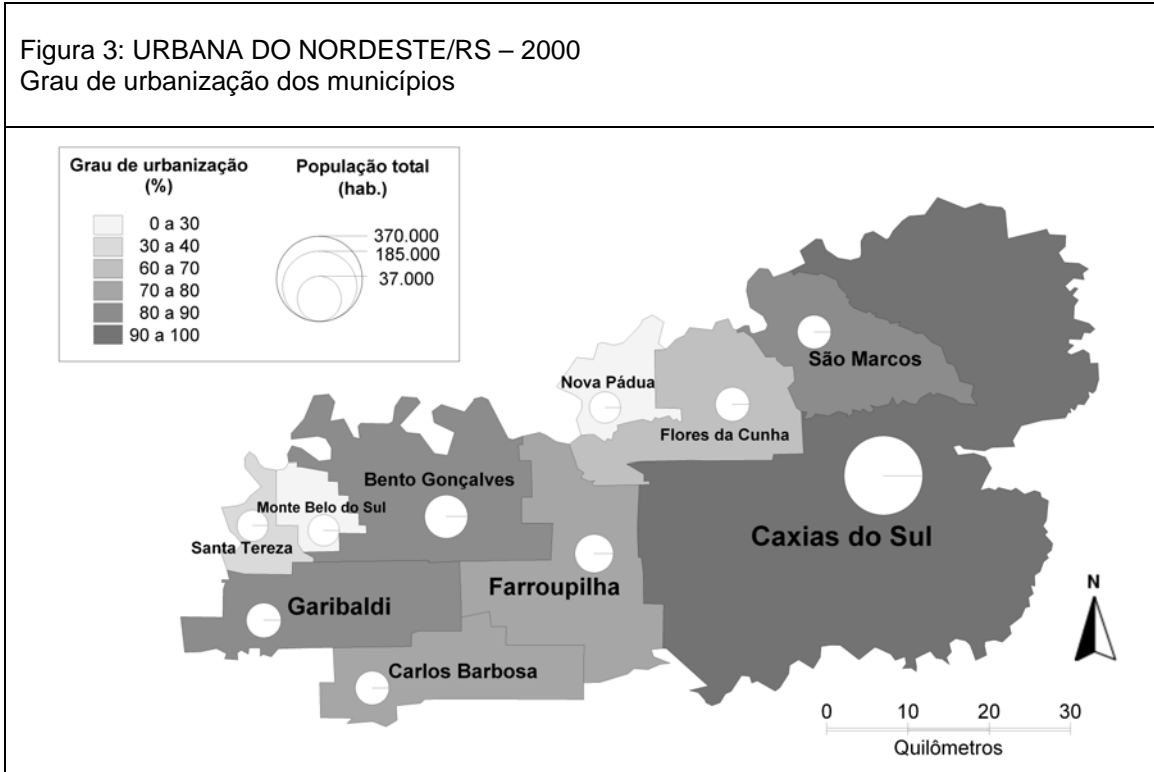
Fonte: IBGE - Censos Demográficos - 1970/1980/1991/2000

Apesar de, no conjunto, os municípios da AUNE representarem uma importante concentração populacional no contexto do Estado (só suplantada pela Região Metropolitana de Porto Alegre), os índices de densidade demográfica são bastante desiguais entre eles (Figura 2).

Figura 2: URBANA DO NORDESTE/RS – 2000
Densidade demográfica dos municípios



O grau de urbanização é bastante elevado, não apenas para o conjunto dos municípios, mas também na maioria deles quando considerados individualmente: está entre 70% e 80% em Carlos Barbosa e Farroupilha; acima de 80% em Bento Gonçalves, São Marcos e Garibaldi, chegando a 92,5% em Caxias do Sul. Em Flores da Cunha, onde até 1970 a população rural ainda predominava, em 2000 o grau de urbanização atingira 60,1% (Figura 3).



Há, dentro da AUNE, três pequenos municípios que formam um subconjunto - Santa Tereza, Monte Belo do Sul e Nova Pádua. Caracterizam-se por uma população pequena em termos absolutos (quando do Censo Demográfico-IBGE/2000, nenhum deles alcançava 3 mil habitantes) e por um baixo grau de urbanização (entre 20 e 31%). Trata-se de distritos recentemente emancipados, cuja população urbana é pouco expressiva (em nenhum deles ultrapassa 700 pessoas), pelo que suas respectivas sedes municipais não podem ser consideradas como verdadeiras cidades ³.

Nos maiores municípios, porém, não só a magnitude como também a velocidade do processo de urbanização foi muito grande. Em 1970, somente em Caxias do Sul e

³ No Rio Grande do Sul, desde os anos 80, tem havido um grande número de emancipações de pequenas localidades que, a rigor, não apresentam condições mínimas para constituir-se em municípios autônomos.

Bento Gonçalves a população urbana superava a rural. Na década seguinte, todos os maiores municípios já eram urbanizados - exceto Flores da Cunha, que somente na década de 90 alcançaria essa condição. (Tabela 1)

Como se pode observar na Tabela 2 (Gráfico 1), a seguir, os municípios da AUNE conformam uma região rica, apesar de existirem diferenças significativas entre eles. Todos apresentam um PIB *per capita* superior ao do Estado (Gráfico 1) - até mesmo Monte Belo do Sul que, entre todos, apresenta o valor mais baixo do conjunto ⁴.

Tabela 2

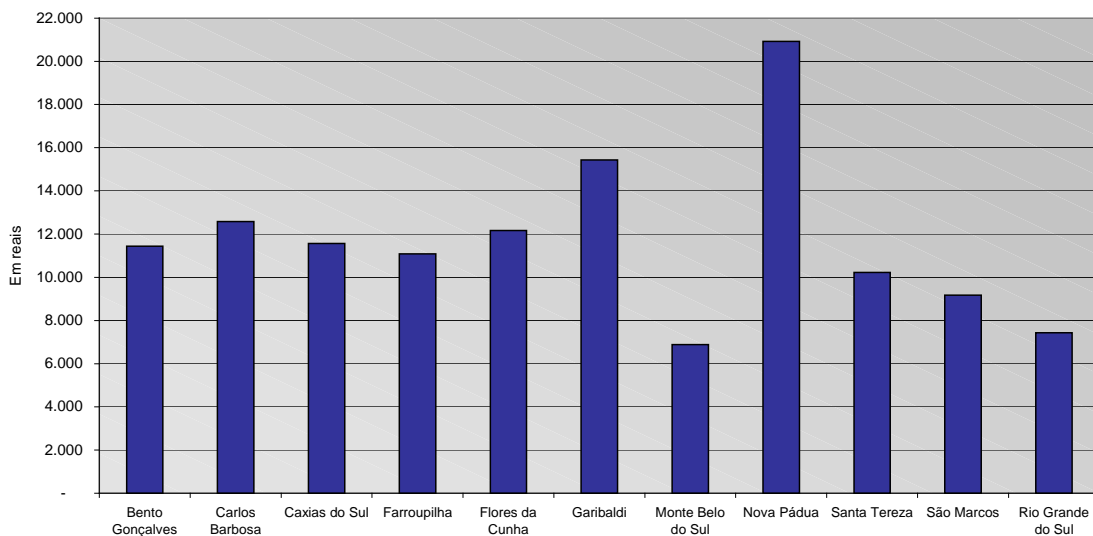
Produto Interno Bruto e Produto Interno Bruto per capita, a preços de mercado, dos municípios da Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e do Rio Grande do Sul - 1999

(R\$)		
MUNICÍPIOS	PIBpm	PIB per capita
Bento Gonçalves	1.022.408.620	11.438
Carlos Barbosa	253.162.000	12.584
Caxias do Sul	4.064.483.101	11.566
Farroupilha	603.248.859	11.088
Flores da Cunha	278.438.682	12.169
Garibaldi	428.474.100	15.434
Monte Belo do Sul	19.705.519	6.883
Nova Pádua	49.937.807	20.930
Santa Tereza	18.599.332	10.225
São Marcos	170.173.981	9.173
Rio Grande do Sul	74.666.465.639	7.435

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social

⁴ Chama a atenção que o PIB *per capita* mais alto seja o de Nova Pádua (cerca de 21.000 reais, quase três vezes o do Estado) - um município pouco industrializado. Segue-se o de Garibaldi, município no qual as principais indústrias são ligadas á agropecuária (produção vinícola e de alimentos). Em seguida vêm Carlos Barbosa, Flores da Cunha, Caxias do Sul e Bento Gonçalves, quase empatados na faixa dos 11.000 a 12.000 reais. Na seqüência vêm Farroupilha, Santa Tereza e São Marcos.

Gráfico 1
Produto Interno Bruto per capita, a preços de mercado, dos municípios da Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e do Rio Grande do Sul - 1999



Fonte: FEE. Núcleo de Contabilidade Social, 2002.

A pujança da economia regional se deve, em primeira instância, às atividades industriais, cuja importância na geração de renda e de empregos tem sido crescente.

A meados da década de 70, somente em Bento Gonçalves e Caxias do Sul a indústria respondia por mais de 50% do PIB. Municípios que hoje são acentuadamente industrializados, como Farroupilha e Carlos Barbosa, ainda tinham um setor agrícola importante e atividades urbanas apoiadas predominantemente no comércio e nos serviços, e não na indústria (Veja-se Tabelas 3 e 4, no Capítulo 2).

Em 1980, em todos os municípios da AUNE o PIB industrial já ultrapassava 50% do total, sendo que em três deles (Bento Gonçalves, Carlos Barbosa e Flores da Cunha) superava 60%, e em Farroupilha chegava a quase 80%. Em Caxias do Sul o setor industrial gerava 57% do PIB, dividindo importância com o setor terciário, responsável por 40,3%. Isto é compreensível, posto que Caxias do Sul já era, então, o grande pólo

regional de serviços. O que não o descaracterizava como município industrial, pois em termos do valor da renda gerada, a indústria caxiense equivalia a três vezes a de Bento Gonçalves, o segundo município em importância econômica na região. Embora a AUNE já apresentasse um perfil de região industrial, a produção primária ainda tinha um grande peso na formação do produto interno em pelo menos três dos maiores municípios: Flores da Cunha, Garibaldi e Carlos Barbosa (cerca de 20%).

Os dados de 1990, porém, indicam que entre 80 e 90 houve um crescimento generalizado do setor terciário. O peso do setor agrícola declinou drasticamente em Carlos Barbosa – de 22,3% para 10,3%; em Farroupilha o crescimento do terciário foi de 26% representando, por consequência, uma perda de posição da indústria na renda municipal; em São Marcos, a agricultura voltou a expandir-se, paralelamente à indústria, cuja participação no PIB permaneceu a mesma (cerca de 51%). De qualquer forma, em todos os municípios as atividades urbanas cresceram de modo constante, o que teve visíveis impactos na dinâmica de funcionamento das cidades.

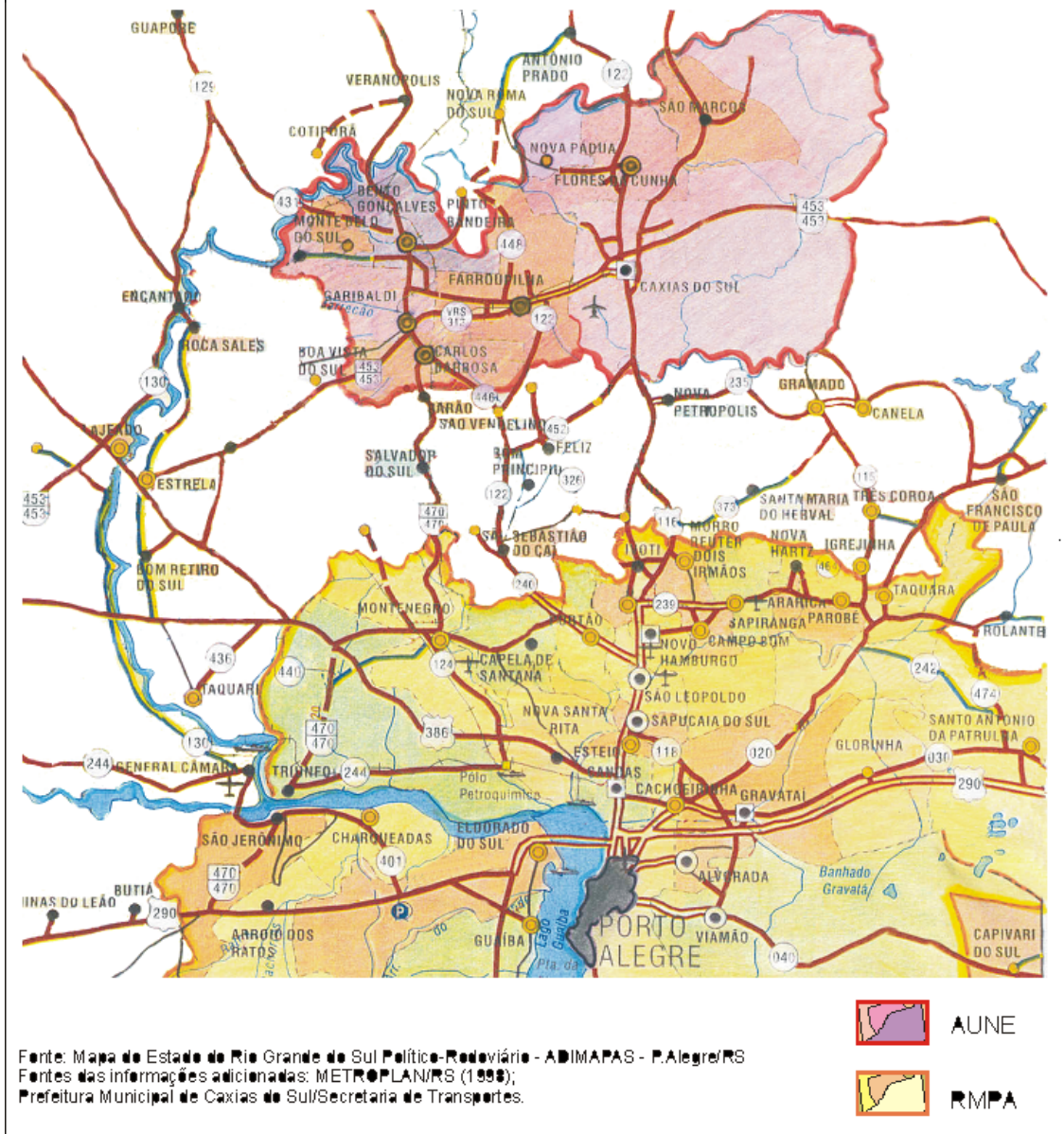
Na AUNE estão concentrados expressivos segmentos da indústria gaúcha (metal-mecânica, moveleira, têxtil, de alimentos e bebidas). Estudos recentes⁵ dão conta de que, desde a década de 80 e, de modo mais acentuado, ao longo dos anos 90, esse parque industrial vem passando por um processo de modernização tecnológica e organizacional (especialmente no setor industrial), como parte de um esforço de inserção da região na economia globalizada. De modo concomitante, constata-se que estão ocorrendo transformações na organização espacial, das quais a mais expressiva é, justamente, a consolidação do aglomerado urbano.

⁵ Realizados no âmbito do Projeto “Competitividade da Indústria Gaúcha, FEE/SEBRAE/FAPERGS - Porto Alegre, 1995”.

A importância da AUNE em termos econômicos e populacionais, não só no panorama do Estado do Rio Grande do Sul como também de todo o sul do país, vem sendo destacada por vários analistas. ALONSO e BANDEIRA sustentam que, a persistirem as atuais tendências, a AUNE terminará por formar um eixo único com a Região Metropolitana de Porto Alegre (ver Figura 4), acentuando a concentração do crescimento urbano-industrial na porção nordeste do território do Estado (ALONSO; BANDEIRA, 1990). Esse fenômeno seria comparável ao que já ocorre, por exemplo, entre São Paulo e Rio de Janeiro, Belo Horizonte e as cidades da zona industrial metalúrgica, Joinville e as cidades do Vale do Itajaí (STORPER, 1994). Conforme um trabalho de DINIZ, o “fenômeno AUNE” seria uma manifestação das novas tendências de localização industrial, dentro da região sudeste do país (DINIZ, 1995).⁶

⁶ Segundo o autor, estaria ocorrendo uma desconcentração da indústria para fora do eixo Rio-São Paulo e uma reconcentração em outras áreas (dentro da própria região Sudeste), formando “o novo polígono da industrialização brasileira” (DINIZ, 1995).

Figura 4 - Aglomeração Urbana do Nordeste/RS - 1998: Situação em relação à RMPA



D) Hipóteses e estratégia metodológica

Para a escolha da Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul (AUNE) como área-alvo da presente investigação, foram decisivos os indícios da presença de agentes sociais com marcante atuação nas questões relativas à organização territorial regional, colhidos em vários autores e fontes¹, os quais foram, posteriormente, complementados através da pesquisa direta².

Hipóteses

Como primeira hipótese, sustenta-se que a estruturação do espaço urbano-regional, hoje nucleado pela AUNE, foi impulsionada, predominantemente, por segmentos do empresariado regional diretamente ligados à produção industrial, cuja atuação, em vários momentos desse processo, orienta-se claramente para a constituição de uma base físico-territorial de suporte às suas atividades.

Sabe-se que, de modo geral, a industrialização acarreta algumas necessidades quanto à organização do território: arranjos espaciais que garantam a articulação entre as unidades produtoras e destas com a força de trabalho e com os mercados. Tais arranjos devem passar por contínua adaptação às mudanças de padrão tecnológico da produção industrial. No caso da AUNE, isso acontece em (pelo menos) três fases distintas:

a) na fase de formação, em que a ocupação das terras agrícolas em um sistema de

¹ Em especial, a produção historiográfica sobre a região colonial italiana do Rio Grande do Sul, na obra de autores como ADAMI, GARDELIN, GIRON e HEREDIA que, juntamente com relatos (publicados) de descendentes dos primeiros imigrantes, forneceram a base para as idéias desenvolvidas no Capítulo 3 deste trabalho.

² Entre agosto de 1998 e dezembro de 2000.

lotes coloniais dá origem a uma economia agrário-comercial, surgem os primeiros núcleos urbanos e as vias de ligação entre eles como elementos indispensáveis ao funcionamento do mercado interno regional;

- b) uma fase intermediária, em que surgem as primeiras manufaturas, concentradas nesses núcleos, que logo evoluem para um padrão fabril de produção em escala, assegurando a consolidação da economia industrial; nesse período verifica-se uma forte expansão urbana, caracterizada pela configuração de áreas residenciais predominantemente operárias, pelo aprimoramento do sistema viário intra-urbano e pela definição, através de instrumentos legais e de planejamento, das áreas funcionais industriais;
- c) por fim, uma fase mais recente caracterizada por transformações tanto na estrutura industrial quanto no espaço: introdução, por parte das (maiores) indústrias, de novas tecnologias baseadas na informatização e automação dos processos produtivos e gerenciais. Em paralelo, o território regional vai sendo progressivamente adequado ao padrão “flexível”, através da implantação de uma rede de centros de produção de conhecimento e tecnologia e da consolidação do sistema viário intermunicipal.

No que tange às duas primeiras fases, o processo de estruturação desse espaço regional apresenta características semelhantes às de qualquer área que se industrializa. No caso da AUNE, porém, observa-se algumas peculiaridades da organização territorial relativas à articulação fábrica-residência, à integração entre as cidades que compõem o aglomerado e à conexão espacial entre as áreas urbanas e seu entorno rural. A segunda hipótese assevera que tais peculiaridades da organização territorial são parte importante dos

elementos constitutivos da identidade regional, na medida em que estão presentes na imagem que os agentes sociais têm da região (o que ela é ou não é) e seus limites (quem a ela pertence, quem não), e que se expressa no reconhecimento de seu caráter unitário, representado pela institucionalização do aglomerado.

A terceira hipótese propõe que a atuação do empresariado industrial - ora em função de interesses próprios, ora buscando aglutinar outros segmentos e/ou assumir a representação de interesses vistos como “de toda a região” - produz um duplo resultado:

- por um lado, a AUNE configura-se como um típico “espaço da indústria” – ou seja, uma base física adequada e funcional à produção industrial, predominante na região;
- por outro, a AUNE converte-se em um verdadeiro “espaço de poder” – um território onde estão enraizados, não apenas o predomínio econômico como também o reconhecimento de que desfruta o empresariado industrial como elite dirigente, na sociedade regional.

A afirmação (postulada por alguns teóricos da Escola da Regulação) de que, na atualidade, são fatores endógenos os que mais concorrem para que uma região venha a ser “ganhadora” no quadro nacional e/ou internacional não é objeto de teste ou confirmação neste trabalho. Mas a constatação de que, no caso da AUNE, isso se deve à capacidade de agência de forças sociais locais, reforçaria a hipótese de que “... *numa estratégia de desenvolvimento local o conteúdo é mais importante que a forma*” (LIPIETZ,1996:11).

Estratégia metodológica

A estratégia metodológica através da qual procurou-se comprovar as hipóteses acima enunciadas tem como ponto de partida o reconhecimento de que, de modo geral, a estrutura espacial é resultado de um desenvolvimento histórico no qual os diferentes agentes sociais intervêm de forma contínua e cumulativa. Cada sociedade, porém, apresenta uma paisagem característica – ou seja, diferentes combinações de objetos naturais e objetos sociais (fabricados) que resultam da atividade de muitas gerações (SANTOS, 1986).

Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação de tempos é diferente. A paisagem transforma-se para se adaptar às novas necessidades da sociedade – algumas formas são alteradas, renovadas, ou suprimidas para dar lugar a outras, que correspondam às novas estruturas sociais. Pode haver alterações parciais da paisagem, em que alguns de seus elementos não mudam, permanecendo como testemunhas do passado; também pode ocorrer mudança social sem grandes modificações na paisagem, de maneira que, como resultado, têm-se:

“... formas de idades diferentes, com finalidades e funções múltiplas, organizadas e dispostas de várias maneiras, que assumem um novo papel a cada movimento da sociedade. As formas, por outro lado, influenciam esse movimento, na medida em que as determinações sociais presentes levam em conta essa herança do passado” (SANTOS, 1986:38).

Espaço e sociedade são dialeticamente relacionados³, mas se transformam em ritmos desiguais. Segundo BAUDIZZONE, as formas espaciais apresentam uma relativa inércia frente ao dinamismo mais acentuado das relações sociais. É essa maior capacidade

³ “O espaço socioeconômico se apresenta ao mesmo tempo como um produto, um reflexo da articulação das relações sociais e, enquanto espaço concreto já dado, como um constrangimento objetivo que se impõe ao desenvolvimento dessas relações sociais” (LIPIETZ, 1988:25).

de permanência que torna possível compreender essas relações através do estudo das formas que lhes são associadas (BAUDIZZONE et al., 1988). Mas, tal como observa SANTOS, para não cair no empirismo raso (estudo das formas como objetos em si), é preciso não olvidar que o espaço é um fenômeno essencialmente social e como tal deve ser investigado.

“... o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem, neles mesmos, a sua própria explicação. A postura metodológica puramente formal conduz a um empirismo que não permite captar as relações essenciais definidoras do espaço e seu significado, as quais são de natureza sócio-econômica, histórica e geográfica” (SANTOS, 1986:40).

Uma análise que seja capaz de abranger estrutura social e formas espaciais nas suas relações recíprocas não pode prescindir de duas dimensões: tempo e escala.

A noção de escala é essencial para compreender a organização espacial de sociedades onde exista uma complexa divisão do trabalho, pois, nessas sociedades “... a produção do espaço é resultado de múltiplas determinações cuja origem se situa em níveis diferentes e escalas variadas, indo do simples lugar à dimensão internacional” (SANTOS, 1986:40).

Na dimensão temporal, trata-se de reconhecer, nas formas espaciais atuais, os principais momentos de sua estruturação. Isso requer a reconstituição histórica, tanto das estruturas físicas quanto das práticas sociais que lhes dão suporte, constatando as permanências e transformações. Essa reconstituição permite verificar a existência de padrões de estruturação do território (ou de uma fração dele, seja uma região, uma cidade ou um aglomerado urbano), a cada etapa ou corte temporal. É desse modo que as formas podem ser compreendidas como expressão das relações sociais existentes e/ou geradoras.

Segundo BAUDIZZONE, a análise desse processo (que o autor denomina “morfogênese”) deve ser feita a partir dos fatores de estruturação: a ocupação do território, implantação das bases do sistema produtivo (fazendas, fábricas, etc.), o sistema viário e a formação da rede urbana. Conforme a escala de análise adotada, é recomendável “descer” até o nível intra-urbano, examinando as vias e redes de infraestrutura, os diferentes usos do solo, os limites e a tipologia do tecido residencial, a existência de espaços públicos, vazios urbanos e barreiras naturais ou urbanísticas. O objetivo dessa metodologia é identificar fragmentos com diferentes graus de estruturação, de especialização funcional e definição de identidade - na escala regional, a existência de áreas sub-regionais, grupos ou subgrupos de cidades e, nas cidades, a configuração de centros, periferias, bairros, distritos produtivos, etc. (BAUDIZZONE et al., 1988).

Neste trabalho, a periodização do processo histórico da formação e consolidação da Aglomeração Urbana do Nordeste é dada pelas transformações sócio-econômicas e políticas (em especial, no que diz respeito ao setor industrial). Pretende-se identificar as características que a organização do espaço regional vai assumindo, a cada etapa, a fim de verificar se existe algum padrão organização espacial associável às relações sociais.

Essa estratégia metodológica transparece na estrutura do presente estudo, no qual a Parte II (compreendendo os Capítulos 2 e 3), é onde se apresenta a pesquisa empírica, assim organizada:

- no Capítulo 2 é analisado o processo de estruturação do espaço regional delimitado pela Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul, em três fases: a ocupação colonial e os primórdios da industrialização, com a formação da rede urbana e do sistema viário; o desenvolvimento da economia industrial e a consolidação do espaço regional; as transformações sócio-espaciais recentes face à reestruturação econômica e à

globalização. Para cada uma delas, a análise é feita em três dimensões: a construção da base econômica regional ancorada na indústria; a estruturação físico-espacial propriamente dita; a atuação dos diferentes agentes sociais nesse processo.

- no Capítulo 3 examina-se a maior ou menor presença dos agentes industriais nesse processo, procurando comprovar a capacidade de *agência* do empresariado capitalista (comercial/industrial) na organização do espaço urbano regional como suporte das atividades produtivas e base territorial de sua estratégia para manter-se na posição de segmento dominante na sociedade regional.

A análise é assim precedida, como de hábito, pela síntese das referências teóricas (Parte I - Capítulo 1), onde se busca resgatar: de Marx, Weber e Durkheim, a concepção da sociedade industrial como tipo histórico, com certas características de organização do espaço, das quais as grandes cidades são a maior expressão, enquanto palco da cooperação do conflito entre os agentes sociais; dos teóricos da Escola de Chicago, o foco nas relações entre industrialização e urbanização, analisadas sob o enfoque multidisciplinar; e logo, as contribuições teóricas de vários autores (especialmente Castells) sobre as transformações da sociedade capitalista industrial e o surgimento de novos atores em conflito. Em seguida, recorre-se aos autores da Escola da Regulação (Aglietta, Lipietz, Benko), cuja produção fornece elementos para a compreensão das novas configurações espaciais engendradas pelo desenvolvimento capitalista, dando especial destaque à contribuição de Lipietz e Benko sobre a importância dos fatores endógenos na constituição das atuais “regiões ganhadoras”, processo no qual os agentes sociais locais desempenham papel decisivo. Nesse sentido, buscou-se relacionar os conceitos dos regulacionistas e os de Giddens e Bourdieu, relativos à capacidade de atores ou agentes para, através de suas representações e orientações de conduta, produzirem realidades sociais concretas.

Quanto às possíveis restrições a essa mescla conceitual, recorreremos, uma vez mais, a GIDDENS:

“... se as idéias são importantes e esclarecedoras, muito mais importante do que [discutir] sua origem é estar capacitado para delinear-las de modo a demonstrar a utilidade delas, mesmo num quadro de referência que poderá ser diferente daquele que ajudou a engendr-las. Assim, por exemplo, admito a exigência de que o sujeito seja descentrado e considero isto básico para a teoria da estruturação. Mas não aceito que isso implique na evaporação da subjetividade num universo vazio de sinais. Pelo contrário, considero que as práticas sociais, ao penetrarem no espaço e no tempo, estão na raiz da constituição do sujeito e do objeto social” (GIDDENS, 1984:XVIII).

Na Conclusão são apresentados os resultados da investigação acerca do papel desempenhado pelos diferentes agentes sociais na construção da região da AUNE e sobre o peso dos fatores endógenos na criação das condições que a colocam como (potencial) “região ganhadora”, no cenário mutante das relações econômico-territoriais nacionais e internacionais. Ainda que tais resultados não se prestem à comparação da AUNE com outras regiões (posto que o trabalho não se ateve de maneira estrita às metodologias comparativas)⁴, espera-se que possam inspirar novas hipóteses e alguns avanços na investigação dessa temática. Caso não alcance tal nível de relevância, o presente trabalho estaria justificado, ao menos, pela utilidade que alguns autores atribuem a esse tipo de estudo para a formulação de políticas de ordenamento e planejamento territoriais⁵.

⁴ A metodologia dos estudos comparativos (especialmente, no campo da história econômica) considera que a qualquer região só pode ser definida com referência ao sistema que fornece seu princípio de identidade (como parte de um sistema internacional, fração de um estado nacional, ente de um sistema federativo, etc.), e as características que a identificam s revelam-se somente na comparação com (pelo menos uma) outra (TARGA, 1991).

⁵ “... o conhecimento das diferenças, muito mais do que das semelhanças regionais, poderia contribuir para aumentar o nível de racionalidade das decisões políticas e melhorar a qualidade do planejamento público” (SILVA, 1990:47).

PARTE I – INDÚSTRIA E ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL

CAPÍTULO 1 – Indústria e estruturação espacial na teoria sociológica

Este Capítulo responde à necessidade de recuperar, em diferentes correntes teóricas, elementos relativos à atuação dos agentes sociais na produção de estruturas físico-espaciais, ou seja, conceitos e hipóteses interpretativas que permitam compreender de que modo e através de que mecanismos esses agentes organizam e reorganizam o espaço onde desenvolvem suas práticas. Reúne, especificamente, referências teóricas sobre a influência que atores ¹ diretamente ligados às atividades industriais têm na organização dos espaços regionais e urbanos, identificando as práticas através das quais essa influência se concretiza, em especial na fase atual do desenvolvimento capitalista, caracterizada pela globalização (ou mundialização) das relações econômicas e políticas. Essa resenha da produção teórica desempenha o papel do marco teórico “provisório” para a investigação do tema, a que referia CASTELLS ².

¹ INTRODUÇÃO – nota 17.

² INTRODUÇÃO – pág. 29.

1.1 - A contribuição dos clássicos: a sociedade industrial e seu espaço

Para os clássicos da teoria sociológica, a forma espacial característica das sociedades modernas é a *cidade*. Porém, mais do que simplesmente uma forma, o termo “cidade” designa uma categoria sociológica complexa, que só pode ser apreendida no marco de uma teoria interpretativa do fenômeno social no seu sentido mais amplo. Entender como a cidade se estrutura é, simultaneamente, identificar quais são e como atuam os agentes dessa estruturação.

MARX e ENGELS consideravam que o caráter de uma sociedade é determinado pelo modo de produção de suas condições materiais de existência. No marxismo, a divisão do trabalho e as formas de propriedade dos meios de produção correspondentes são as variáveis que explicam a existência de diferentes tipos de organização social e, associados a elas, diferentes arranjos de organização do espaço, que podem ser observados nos sucessivos estágios do desenvolvimento histórico.

A cidade surge, historicamente, como uma forma espacial claramente diferenciada do campo. Com o advento do sistema industrial fabril, torna-se um lugar onde se concentram fábricas e residências. A expansão industrial dá origem a um novo tipo de assentamento urbano, tanto pela criação de novas cidades quanto pela transformação das existentes, e modifica totalmente a organização social e territorial anterior. A cidade passa a exercer uma crescente força de atração em razão das vantagens econômicas próprias de um assentamento que amplia continuamente suas dimensões. Esse processo é regido por uma

espécie de lei segundo a qual quanto maior é a cidade, mais rapidamente cresce (BETTIN, 1982).¹

Na visão marxista, a cidade da era industrial é, em essência, um espaço dividido entre *capital* e *trabalho*². ENGELS descreveu as características estruturais das cidades industriais do século XIX, que considerava uma espécie de resultado, no espaço, das relações entre as empresas e destas com sua força de trabalho. A invenção de novas máquinas, associada ao uso de novos tipos de energia, fora a base da expansão do sistema fabril, mas os avanços tecnológicos exigiam melhor utilização e distribuição da força produtiva fundamental – o trabalho. A disposição das unidades produtivas (fábricas) e das áreas residenciais (tanto das classes trabalhadoras quanto das classes proprietárias capitalistas) na malha urbana, interligadas pelo sistema viário, constituía-se no principal fator de estruturação interna das cidades, configurando um padrão de uso e organização espacial caracterizado pela setorização das atividades e pela segregação das classes sociais no espaço³.

A continuidade do desenvolvimento capitalista mostrou que onde predominasse a produção industrial fabril, esse padrão de organização espacial se repetia, ainda que com

¹ - “... *cuanto mayor es la ciudad, más rapidamente se engrandece.*” (BETTIN, 1982:47).

² Conforme Marx expôs em “*A Ideologia Alemã*”, o desenvolvimento urbano é um processo ligado ao conflito campo-cidade, que atravessa todo o processo histórico de formação da sociedade ocidental. As raízes desse antagonismo estão na divisão social do trabalho, entre o trabalho agrícola e artesanal, que tem sua base no campo, e o trabalho comercial e manufatureiro, que se exerce primordialmente nos assentamentos urbanos. O centro do conflito social desloca-se na medida em que a cidade comercial, no seu avanço sobre o campo, consegue apropriar-se de uma função produtiva, originalmente subsidiária à economia agrária, mas que se torna primordial na cidade – a manufatura têxtil. Esta, onde quer que se instale, provoca uma espetacular concentração de capital e de população. A atividade manufatureira absorve uma grande parcela da força de trabalho disponível, a qual é formada por camponeses expulsos do campo e rejeitados nas cidades corporativas; ao mesmo tempo, mantém gravitando em torno de si a massa de desempregados que Marx chamou de “exército industrial de reserva” – uma população flutuante, que tem emprego em épocas de prosperidade e, nos demais períodos, ajuda a regular o nível dos salários (MARX, 1984).

³ Originariamente, esse tipo de cidade aparece como um resultado “espontâneo” da dinâmica do mercado; numa etapa posterior, novas características lhe são agregadas pela ação dos agentes governamentais que, através de sucessivas intervenções, procuram introduzir níveis mais altos de racionalidade urbana.

algumas variações nos diferentes casos concretos. Para as teorias de inspiração marxista existiria, pois, nas formações sociais dominadas pelo capitalismo-industrialismo, uma lógica geral de organização do espaço que objetiva a funcionalidade do mesmo para a lógica da produção.

Como o marxismo sempre almejou uma construção teórica que servisse de instrumento de transformação da sociedade, grande parte da obra de MARX e ENGELS se volta para a investigação das condições materiais concretas que possibilitam ou impedem a ação transformadora da classe proletária. ENGELS examinou essa questão em seu célebre ensaio “*A Situação da Classe Operária na Inglaterra - 1845*”, no qual analisa o modo de vida da população proletária nas grandes cidades daquele país, a meados do século XIX.

A situação em que se encontrava o proletariado inglês à época era, para ele, resultado das transformações na divisão do trabalho derivadas das novas técnicas produtivas. A partir da observação das cidades industriais inglesas, ENGELS demonstra como, nessa fase, a organização (formal e funcional) do espaço urbano representa, claramente, um novo padrão na história das formas urbanas, uma nova modalidade de *habitat*. Para isso, vale-se do exemplo de Manchester que, na época, tinha 400.000 habitantes:

“La ciudad misma está construida de una manera tan particular que se puede vivir en ella durante años, salir y entrar diariamente, sin ver apenas un barrio obrero, sin tropezar siquiera con obreros, siempre y cuando se limite uno a dedicarse a sus negocios o a pasearse. Esto es así porque los barrios obreros – por un acuerdo inconsciente y tácito – o están separados con el mayor rigor de las partes de la ciudad que se reservan a la clase media, o bien, cuando esto es imposible, quedan disimulados por el manto de la caridad.. Manchester alberga en su centro un barrio comercial bastante extenso, de una milla de largo por otro tanto de ancho, y se compone casi exclusivamente de oficinas y almacenes de depósito. Casi todo el barrio está deshabitado y, durante la noche, queda desierto y vacío; sólo las patrullas de la policía rondan con sus linternas sordas por las

calles estrechas y oscuras. Cruzan esta parte unas grandes arterias con un tráfico enorme; las plantas bajas de sus edificios están ocupadas por lujosas tiendas; en esas calles se encuentran de vez en cuando pisos habitados en donde reina hasta altas horas de la noche una considerable animación. Con la excepción de este barrio comercial, toda la ciudad de Manchester propiamente dicha (...) no es más que un distrito obrero que rodea el barrio comercial como un cinturón (...) Más allá de este cinturón, viven la burguesía media y la alta burguesía.” (ENGELS, 1845 In CHOAY, 1976:229).

Para ENGELS, essa organização espacial retratava a hierarquia das funções econômicas desempenhadas pelos diferentes estratos sociais, configurando uma situação de segregação se concretizava no espaço, ou seja, a cidade era a expressão da divisão da sociedade em classes. Essa divisão alimentava um conflito que, a partir da cidade, estendia-se por toda a sociedade. Foi ENGELS quem legou à teoria marxista a tese de que a desordem urbana (aparente) é expressão da ordem burguesa (subjacente) – uma ordem exploradora, que a organização espacial reflete e reproduz.

Em outro texto clássico (*Para a Questão da Habitação*, de 1887), ENGELS analisa a articulação entre fábrica e residência como fator de estruturação do espaço urbano. Como MARX já havia demonstrado, naquela etapa a acumulação de capital se fazia com base na extração de *mais-valia* absoluta. ENGELS então, demonstra como a formação das áreas residenciais operárias ao redor das fábricas contribui para a acumulação, e mesmo torna-se essencial à abrangência e à continuidade do processo. A proximidade entre local de trabalho e residência mostra-se indispensável, pois a jornada de trabalho é longa e restringe a possibilidade de deslocamentos, em uma época em que ainda não estavam amplamente desenvolvidos os modernos meios de transporte.

Na época, o provimento de moradia à população proletária assumia duas formas predominantes: a) moradias oferecidas pelas próprias indústrias, cuja finalidade era

assegurar a disponibilidade da mão de obra com certos qualificativos e/ou restringir o potencial de revolta, pois em caso de greve, a perda do emprego podia resultar na perda, também, da moradia; b) moradias de aluguel, extremamente precárias, cujo maior atrativo era a relativa proximidade das unidades fabris, oferecidas aos operários por um mercado que ENGELS classificou de “selvagem”. A expansão da cidade dava-se, entre outros mecanismos, pela proliferação dessas áreas residenciais, e por um padrão de ocupação em que levas de migrantes se sucediam nos bairros decadentes e cortiços, sendo constantemente deslocados para bairros “novos” cada vez mais periféricos. Em função da demanda, estabelecia-se um lucrativo ramo da produção capitalista – o da produção de moradias para os pobres (ENGELS, 1983).

A partir dos trabalhos de ENGELS pode-se falar em uma cidade industrial paradigmática, na qual a produção do espaço urbano e seu uso socialmente diferenciado são expressão da estratificação social. Segundo BETTIN, a idéia de que o espaço segregado é um componente inerente à ordem social capitalista foi posteriormente recuperada pela corrente estruturalista da sociologia urbana francesa, na década de 70 do século XX (BETTIN, 1982).

WEBER, através de um estudo sistemático e global do fenômeno urbano ⁴, procurou demonstrar que a cidade relaciona-se estreitamente com características da civilização ocidental, em uma fase particular de seu desenvolvimento, pois foi na cidade ocidental (originada dos pequenos burgos medievais europeus) que surgiram as principais instituições jurídicas e políticas da sociedade ocidental moderna (WEBER, 1979).

⁴ O principal texto de referência é *Die Stadt*, redigido provavelmente entre 1911 e 1913, publicado postumamente em 1920/1921, incluído em *Economia e Sociedade* sob o título “A dominação legítima – Tipologia das cidades”. Outras idéias sobre o mesmo tema aparecem em *História Econômica Geral*, publicado em 1923 (WEBER, 1979).

Para WEBER, o que caracteriza o assentamento urbano é a simultaneidade de funções econômicas e político-administrativas. Em termos econômicos, a cidade é um local de mercado – ou seja, uma localidade onde os habitantes satisfazem uma parcela relevante de sua demanda diária e colocam sua produção à venda. Do ponto de vista social, porém, o mercado é mais do que simplesmente um lugar de trocas, de intercâmbio: é, essencialmente, uma instituição moderna caracterizada por normas que regularizam a busca do lucro, numa tentativa de conciliação entre liberdade pessoal e disciplina de grupo. No mercado nasce uma relação peculiar e nova: uma espécie de “contrato social” voluntário (entre compradores e vendedores) que inaugura padrões de conduta social diferentes das relações primárias até então predominantes, favorecendo a ampliação das relações sociais impessoais.

Na cidade do início da era moderna o funcionamento do mercado dependia de um conjunto de leis que o regulavam, as quais vieram a ser os elementos constitutivos das instituições políticas. Ao mesmo tempo, o solo urbano podia ser vendido livremente; adquirindo valor de troca, convertia-se em instrumento de crédito, amparando a função mercantil – ou seja, funcionava como capital. Estas condições favoreciam a livre edificação da cidade, surgindo daí a necessidade de que se elaborasse o direito urbano, outra inovação revolucionária surgida nas cidades do Ocidente, ainda no final da Idade Média.

A autonomia econômica e legal das cidades propiciava-lhes autonomia política. O habitante da cidade gozava de uma distinção jurídica pessoal - a *cidadania*. A condição de cidadão fazia dele membro de uma comunidade constituída por indivíduos que estavam sob a jurisdição de um direito vigente exclusivamente para eles. De modo que, nas cidades, surgiram novas formas de solidariedade, diferentes dos laços familiares e comunais típicos

do campo. E mais: em virtude de sua força autônoma, as cidades exerceram uma influência determinante sobre o restante do território não urbano.

WEBER considera a comunidade citadina como o verdadeiro agente do processo de mudança social e política, embora reconheça que a mesma se compõe de elementos bastante distintos ⁵. Mas como esses elementos formam, do ponto de vista político, um “*grupo asociado en forma institucional, dotado de órganos especiales y característicos*”, as diferenças de classe tendem a se unificar (WEBER, 1964:957).

Racionalidade, normatização e burocratização são traços essenciais da sociedade ocidental, para os quais a cidade contribuiu de forma decisiva. Em “*História Econômica Geral*”, WEBER reafirma essa idéia:

“*Solo en Occidente se encuentra el concepto de ciudadano (civis romanus, citoyen, bourgeois) porque solo en Occidente se encuentra una ciudad en el sentido específico de la palabra.*”
(WEBER, 1964:266) ⁶

A cidade é, para WEBER, um dos traços essenciais da cultura do Ocidente, tendo concorrido decisivamente para o surgimento do Estado moderno (com administração relativamente estável, feita por funcionários especializados), do direito racional (criado e interpretado pelos juristas), da ciência livre das concepções teológicas e filosóficas e sua aplicação em técnicas de organização racional do trabalho e, por fim, para a emergência de

⁵ Em *Economia e Sociedade*, WEBER afirma que, enquanto os empresários forneciam o financiamento e os armamentos para as lutas contra as linhagens aristocráticas, as corporações industriais forneciam a massa humana necessária para a luta. Mas não apenas as massas: também as classes intelectuais – juristas, juizes, médicos, etc. – como membros oriundos do povo, deram o apoio técnico-administrativo e forneceram quadros para a nova classe política que retirou da aristocracia o monopólio dos cargos públicos.

⁶ Segundo Weber, os habitantes das cidades asiáticas jamais desfrutaram, como cidadãos, de um direito processual e tampouco dispunham de tribunais eleitos por eles mesmos, de forma autônoma.

uma ética racional da existência (para qual as religiões reformadas protestantes deram uma enorme contribuição).

Tanto BETTIN quanto FREUND destacam que o declínio das condições econômicas que deram origem à forma urbana ocidental, com o surgimento de monopólios e o possível desaparecimento do mercado livre, produziu em Weber um pessimismo acerca das chances de sobrevivência da democracia na sociedade moderna. Frente ao grande poder de alguns centros econômicos e agências políticas, o habitante das novas formas urbanas (as metrópoles) seria menos cidadão que o habitante do burgo medieval; já não seria portador nem realizador de valores que lhe permitissem viver como membro de uma comunidade (BETTIN, 1982; FREUND, 1967). Mas Weber continua sendo invocado quando se trata de resgatar a idéia de que o protagonista (*agente*) do desenvolvimento urbano é, em última instância, o sujeito humano com sua racionalidade e seus valores.

DURKHEIM, embora não tenha se dedicado especificamente à teorização do fenômeno urbano, foi o criador de conceitos que fundamentam a idéia de cidade como uma comunidade orgânica, expressão da divisão social do trabalho e, sobretudo, como uma estrutura institucional baseada nas crenças e nos costumes que constituem a “consciência coletiva”.

A grande influência de DURKHEIM na análise sociológica do fenômeno urbano transparece na produção da “Escola de Chicago” – o grupo de pesquisadores reunidos em torno a R. E. PARK, cujo interesse comum era a análise dos efeitos sociais da urbanização. Embora baseados em uma série de observações sobre uma dada realidade empírica em determinado período histórico – os Estados Unidos da primeira metade do século XX - os teóricos de Chicago pretenderam produzir uma teorização interpretativa do fenômeno

urbano e, ao mesmo tempo, contribuir para a solução de problemas concretos da sociedade americana, à época.

Nas duas primeiras décadas do século XX, nos Estados Unidos, houve um crescimento espetacular das cidades, devido aos grandes fluxos migratórios oriundos da Europa e das comunidades rurais do próprio país. A urbanização acelerada decorrente da industrialização logo se revelou um fator de mudança social rápida e de efeitos perversos, como falta de habitações, aumento da criminalidade e desorganização urbana. Chicago era um dos exemplos mais eloqüentes de como uma cidade que crescia vertiginosamente ⁷, abrigando uma complexa mistura social e étnica, convertia-se em sede dos problemas sociais e políticos fundamentais, de cuja solução parecia depender a estabilidade de toda a sociedade.

Segundo PARK, a pluralidade da vida urbana exigia a adoção de uma pluralidade de perspectivas, que não ficasse limitada ao estudo da organização física, mas considerasse também a exacerbada divisão do trabalho e a diversidade de culturas. Se não se quisesse construir uma visão parcial e deformada, o enfoque das análises devia ser multidisciplinar, sendo igualmente legítimos e necessários os aspectos geográficos, econômicos e ecológicos, além dos sociológicos. Essa postura dá origem ao enfoque ecológico no estudo do fenômeno urbano, sendo PARK seu principal teórico.

Conforme BETTIN, o ensaio *Humam Ecology*, que PARK publicou em 1936, é um marco na produção da Escola de Chicago ⁸. Nele, PARK expõe sua tese de que o princípio da luta pela existência é base da organização das espécies (inclusive, a espécie humana) em

⁷ Com 1,7 milhão de habitantes em 1900, Chicago alcançou 2,7 milhões em 1920, chegando a 3,4 milhões em 1930 – ou seja, ganhando mais 500 mil habitantes a cada ano, a cidade duplicou sua população total em 30 anos.

⁸ Incluído na coletânea publicada sob o título *Human Communities*, em 1952 (apud BETTIN, 1982).

comunidades. O termo "comunidade" é empregado por PARK no mesmo sentido dado pelos naturalistas, ou seja, designando uma população organizada, mais ou menos arraigada ao território que ocupa, formada por um conjunto de unidades que vivem em mútua dependência e, por vezes, em simbiose (BETTIN, 1982).

PARK considera que a organização física e a ordem moral influenciam-se mutuamente; a organização urbana (a cidade) é uma síntese de muitas soluções produzidas historicamente para o problema da relação homem-ambiente. Na sua visão, toda cidade é uma combinação de meio físico e variáveis culturais, uma forma de *habitat* humano em que uma massa crescente de organismos luta para satisfazer as necessidades elementares de sobrevivência. A relação que se estabelece entre as diversas espécies e seu *habitat* desenvolve a cooperação entre os membros de cada espécie, de forma solidária; o mesmo pode ocorrer entre espécies diferentes, dando origem a comunidades mais amplas. Toda comunidade tende a organizar-se para defender seu território e sua própria identidade, contra as forças externas (de outra comunidade), num processo que os ecólogos chamam "cooperação competitiva"⁹.

Do enfoque mais amplo da Ecologia Humana, PARK deriva sua visão da Ecologia Urbana, identificando os processos fundamentais de interação que se estabelecem no meio urbano, especialmente na moderna grande cidade industrial: competição, conflito, adaptação e assimilação. A competição inicia no nível biológico, na luta pela existência; da competição nasce não somente a organização ecológica, mas também a organização profissional da comunidade, fundada na divisão social do trabalho. É a divisão social do

⁹ Na luta pela existência, porém, a maior ameaça seria a crise ambiental, advinda de modificações na relação entre população e recursos naturais do *habitat*, justamente porque as crises ambientais tendem a gerar um aumento da competição "selvagem".

trabalho que, em última análise, determina o lugar de cada indivíduo dentro da comunidade. No nível social, a competição assume a forma de conflito e implica em uma tomada de consciência por parte dos indivíduos que, enquanto seres pensantes, intervêm nesse processo com sua capacidade de seres racionais. Nasce, assim, uma sociedade politicamente organizada, dotada de normas que reafirmam o caráter coercitivo inerente à competição.

PARK foi muitas vezes criticado por supervalorizar a base biológica da vida social e acusado de professar uma espécie de “darwinismo social”. Mas suas idéias têm uma clara filiação na sociologia durkeimiana, como se depreende da seguinte definição:

“A cidade é, sobretudo, um estado de ânimo, um conjunto de costumes e tradições, de atitudes e de sentimentos organizados dentro desses costumes transmitidos mediante estas tradições. Em outras palavras, a cidade não é somente um mecanismo físico e uma construção artificial: está implicada em um processo vital das pessoas que a formam; é um produto da natureza e em particular da natureza humana” (PARK, 1979:47).

Tanto PARK quanto os demais membros do grupo acreditam que a divisão social do trabalho é um modo de adaptação às novas condições geradas pelo progresso econômico e tecnológico, substituindo a competição por mais cooperação. O aperfeiçoamento dos mecanismos de competição/cooperação conduz à consolidação cultural das comunidades. Na cidade, como em qualquer comunidade humana, a estrutura institucional (que tem origem nas tradições e nos costumes) funciona como instrumento de sobrevivência e de resistência às crises ¹⁰.

¹⁰ Este e outros temas durkeimianos estão presentes na produção dos teóricos de Chicago. **Burgess** é o autor da hipótese dos círculos concêntricos - talvez, o mais famoso aporte da Escola de Chicago - segundo a qual a grande cidade é um produto de um processo que se desenvolve em várias fases, representadas em um diagrama de cinco círculos concêntricos, que expressam a expansão urbana e a diversidade sócio-cultural que vai se configurando, em cada fase. Segundo Burgess, toda forma urbana apresenta essa tendência de expansão

Os integrantes da Escola de Chicago sempre manifestaram um interesse preponderante pelos aspectos relativos a integração e controle, considerando o conhecimento científico indispensável à reconstrução da ordem social abalada pelo processo de urbanização. As principais objeções que receberam dizem respeito à (suposta) transposição de conceitos e metodologias das ciências naturais para a análise de fenômenos sociais e ao empirismo excessivo que, segundo alguns críticos ¹¹, marcou a sua produção.

Em síntese, nos autores clássicos encontram-se amplas referências a padrões de organização espacial (de cidades e regiões) como expressão de tipos e/ou estágios de organização social. Mas a contribuição maior dos clássicos é, sem dúvida, a ênfase no papel que têm, nesses processos, os agentes sociais concretos - elemento que está presente (de forma explícita ou subjacente) nas várias teorias subseqüentes que abordam a mesma problemática.

a partir de um centro (correspondente ao assentamento originário); as diferentes zonas que vão se formando, sucessivamente, cumprem funções particulares, indispensáveis ao conjunto. Isso acontece através dos processos complementares de extensão e sucessão, da seguinte forma: cada zona tende a expandir-se e, em consequência, “invade” a área contígua; ao mesmo tempo, torna-se área deteriorada e sofre uma substituição de seus habitantes. **McKenzie** dedicou-se especialmente ao estudo de uma nova dimensão da vida urbana: a metrópole, uma “supercomunidade” que resulta da redistribuição da população de um determinado território ao redor das cidades dominantes. Segundo McKenzie, essa redistribuição é causada, primeiramente, pela industrialização e, numa segunda fase, pelo desenvolvimento do setor terciário; realiza-se graças aos modernos meios de comunicação. A metropolização reduz a escala das distâncias locais; o centro (cidade dominante) estende seu raio de influência e, simultaneamente, sua população e suas instituições, liberadas graças aos modernos meios de transporte, dispersam-se pelo território circundante. O sistema metropolitano tende a uniformizar todos os demais assentamentos menores existentes na área territorial de influência, onde uma cidade dominante funciona como uma unidade integradora. **Wirth**, em cujas formulações aparece claramente a influência da sociologia de Durkheim sobre a Escola de Chicago, afirma que o caráter de uma sociedade se evidencia na capacidade dos sujeitos que a constituem em compreender-se e em atuar de forma solidária, tendo em vista objetivos comuns, obedecendo a normas também comuns. O consenso tem que ser construído progressivamente, e sua destruição é a destruição da própria sociedade. O princípio da divisão do trabalho e da competição econômica, junto com a cultura, a tradição e as normas, constituem a base sobre a qual se pode fundar o consenso. Segundo Wirth, um dos sustentáculos da coesão social nas sociedades industrializadas vem a ser a relação que os indivíduos tem com determinado ambiente, e desse modo (no ambiente e através dele) estabelecem relações com outros indivíduos relações que se caracterizam por certo grau de solidariedade. Desse tipo de relação nasce a “comunidade” no sentido ecológico. Os grupos assim identificados são os que melhor cumprem a função de manter integrada a organização social urbana (BETTIN, 1982).

¹¹ Entre eles, M. Castells, em “*Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*” (CASTELLS, 1979).

1.2 – Teorias contemporâneas: as relações entre o “industrial” e o “urbano”

Após um período de grande desenvolvimento das economias capitalistas (do final do século XIX até a crise de 1929) firmou-se a convicção de que a industrialização é o processo básico que gera o fenômeno urbano na sua forma contemporânea (para isso, muito contribuíram as investigações da Escola de Chicago sobre os Estados Unidos). Mas, ao longo do século XX, vão sendo percebidos outros elementos que conferem às áreas urbanas suas características, surgindo novos e diferentes modos de interpretá-los.

No começo do século XX, a introdução de técnicas científicas de organização da produção industrial e do espaço fabril preconizada pelo taylorismo, acarreta uma intensificação do uso da força de trabalho e a homogeneização de suas qualificações. A partir da segunda década, a ampla mecanização promovida pelo fordismo aumenta ainda mais a produtividade do trabalho, permitindo a elevação dos salários e os prêmios ao desempenho individual. Como aponta LIPIETZ, além da mecanização, o fordismo compreende, também, um esquema de crescimento macro-econômico¹ e um conjunto de costumes e de procedimentos a serem adotados pelos agentes - o seja, configura o que os regulacionistas designam como um “regime de acumulação” e seu respectivo “modo de regulação” (LIPIETZ, 1988).

A adoção desses modelos de produção e administração garante às camadas dirigentes um maior grau de controle sobre a força de trabalho. Mas os efeitos do taylorismo/fordismo não ficam restritos à fábrica. Um de seus impactos mais visíveis dá-se

¹ Sob o fordismo, o aumento da produção e da produtividade tornou possível reduzir os preços, aumentar os salários e elevar o consumo e, assim também, as taxas de lucro. No entanto, a aplicação do modelo fordista ficou confinada a certos setores da economia, em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala em tecnologias de produção em massa (LARANJEIRA, S. In CATTANI, 1997).

sobre a organização urbana, alterando o padrão de “cidade operária” até então vigente (aquele descrito por ENGELS). Devido à homogeneização da força de trabalho e à redução da jornada, já não era tão necessária a proximidade física entre fábrica e residência.

A vinculação entre organização espacial e acumulação, típica desse período, é claramente percebida por AGLIETTA na sua obra “*Regulação e Crise do Capitalismo: a Experiência dos Estados Unidos*”, de 1976. Em um texto que se tornou referência para a toda a produção posterior da Escola da Regulação, o autor toma o caso dos EUA para demonstrar como o processo de urbanização acompanha as mudanças de regime de acumulação, quando este evolui de um regime “taylorista concorrencial” para o “fordismo monopolista”² (AGLIETTA, 1979).

AGLIETTA observa que, na etapa fordista, a funcionalidade da cidade está ligada tanto às mudanças nas forças produtivas e quanto ao surgimento de novos padrões de consumo. A moradia deixa de ser apenas o lugar da "reprodução física" da força de trabalho (dormir-procriar), como apontara Marx, tornando-se lugar de acumulação e de realização individual dos valores de uso. A ampliação do consumo de bens duráveis (entre os quais destacam-se os eletrodomésticos) determina mudanças nas dimensões físicas das habitações – cresce o espaço domiciliar médio.

Ao mesmo tempo, alteraram-se os critérios de localização residencial. Nos EUA, em especial, essa fase é marcada pela produção em grande escala de habitações padronizadas. Observa-se uma acentuada suburbanização das cidades, devido à maior demanda por terra urbana, relativamente cara nas áreas centrais. Mas o aumento das distâncias é compensado pelo sistema de transportes públicos e pela difusão do automóvel individual. A moradia

² No que se refere ao processo de trabalho, ambos são modalidades de acumulação intensiva, mas com articulações macroeconômicas e formas de regulação diferentes, sendo que entre um momento e outro ocorre a crise de 1929.

própria, por sua vez, promove a sedentarização dos assalariados ³.

Segundo AGLIETTA:

“... a estrutura da norma de consumo fordista é composta por duas mercadorias – a moradia padronizada, que é o lugar por excelência do consumo individual, e o automóvel, que é o meio de transporte individual compatível com a separação entre o lugar da moradia e o lugar do trabalho” (AGLIETTA, 1979:159) ⁴.

Em conjunto, esses elementos acarretam profundas modificações no padrão de vida das classes assalariadas e também na estrutura espacial urbana. A solução para o problema dos deslocamentos entre o lugar de trabalho e a moradia exigiu o correspondente provimento de infra-estrutura. Ampliam-se os programas de construção de vias, sistemas de água e esgoto, redes de eletricidade e telefonia, etc. , que têm grande impacto sobre o modo de vida urbano, pois condicionam fortemente as práticas cotidianas, determinando os padrões de habitabilidade e de sociabilidade interpessoal.

As novas formas de organização da produção e reprodutibilidade da força de trabalho geram demandas inter-industriais, aumentam a massa salarial e a demanda para o setor produtor de bens de consumo. Os ganhos de produtividade deste último permitem, por sua vez, uma redução do valor da força de trabalho. É o que AGLIETTA chama de

³ No período pós II Guerra, ficam ainda mais evidentes as vinculações entre expansão dinâmica da indústria automobilística e suburbanização. Nos EUA, a partir dos anos cinquenta, ao mesmo tempo em que surgiam as empresas multinacionais do setor (diferenciadas horizontal e verticalmente, em diversas unidades de produção), ocorrem modificações no entorno das áreas urbanas. As regiões metropolitanas, com vários centros, várias áreas de influência e desconcentração passam a ser a formação espacial típica. A reestruturação atingiu tanto áreas anteriormente agrícolas e recreativas, transformadas em subúrbios, quanto as áreas centrais, que se adaptaram à dispersão (desconcentração) das atividades econômicas (WALKER, 1981 *apud* LIPIETZ, 1994).

⁴ *“The structure of the consumption norm thus coincides with its conditioning by capitalist relations of production. It is governed by two commodities: the standardized housing that is the privileged site of individual consumption; and the automobile as the means of transport compatible with the separation of home and workplace”* (AGLIETTA, 1979:159).

"círculo virtuoso" da acumulação intensiva. Após a II Guerra Mundial, até a meados da década de 60, os compromissos entre capital e trabalho sobre a distribuição dos ganhos de produtividade permanecem relativamente estáveis, garantindo a realização da produção em um mercado amplificado. O Estado mantém seu papel de provedor; em alguns países, as proteções sociais são até ampliadas. O resultado dessa estabilidade pactuada é que as economias ocidentais (principalmente, a norte-americana) experimentam um crescimento contínuo, razão pela qual considera-se que esses foram os "anos de ouro" do fordismo regulado.

Como provedor de bens e serviços de caráter público e consumo coletivo, o Estado tornou-se o alvo preferencial das demandas de diferentes segmentos sociais (em especial, da força de trabalho urbana) que, nos anos de prosperidade, puderam ser razoavelmente atendidas. Mas, nos anos 70 instaurou-se uma tendência à queda da produtividade do trabalho, que comprometeu, progressivamente, a capacidade de acumulação do sistema. Segundo LIPIETZ, a causa principal reside na rigidez dos processos e estandardização dos produtos, características do modelo. No bojo da crise econômica veio a crise fiscal, que obrigou o *Welfare State* praticar cortes nos benefícios sociais e adotar restrições orçamentárias na esfera do consumo coletivo (LIPIETZ, 1996). Frente a isso, multiplicaram-se os chamados "movimentos sociais urbanos", politizando definitivamente as disputas de interesses no meio urbano⁵. Na medida em que, nas cidades, avolumam-se demandas não atendidas, a crise econômica degenera em crise urbana (CASTELLS, 1980).

LIPIETZ considera que a demanda crescente por bens e serviços urbanos de caráter público não foi a principal causa da crise do modelo fordista, mas certamente muito

⁵ "... sistemas de práticas sociais contraditórias que contestam a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana" (CASTELLS, 1979:3).

contribuiu para ela. Para o autor, o regime de acumulação esbarrou em limites intrínsecos, principalmente por causa da rigidez dos processos e da padronização dos produtos, que não permitiam fácil adaptação às constantes mudanças na demanda. As soluções para a crise só poderiam advir de uma revisão na estrutura de coordenação e regulação do regime de produção em massa que, a essa altura, já estava internacionalizado (LIPIETZ, 1996).

As empresas, tentando recuperar sua produtividade e competitividade, procuraram “flexibilizar-se”, adotando novas tecnologias de produção e novos modelos de organização, passando a investir em equipamentos multiuso que tornassem possível uma diversificação dos produtos, os quais passariam a ser fabricados preferentemente em pequenos lotes. Para isso, necessitavam trabalhadores mais qualificados e versáteis. Formas inovadoras de gestão da força de trabalho foram implementadas, como o trabalho em equipe e os círculos de controle de qualidade, com ênfase a cooperação, a multifuncionalidade e a polivalência (PIORE; SABEL, 1984).

A difusão do modelo da “especialização flexível” entre as empresas está associada a mudanças no plano macroeconômico: com a racionalização e a automação das tarefas produtivas e o conseqüente aumento da produtividade, ocorre uma redução geral dos níveis de emprego. Paralelamente, a redução das altas taxas de desemprego passa a ser um dos focos das políticas econômicas e sociais do Estado, em cada país (LIPIETZ, 1996).

Na era da flexibilidade a funcionalidade urbana fordista entra em declínio.

No fordismo, a produção de massa podia ser espacialmente segmentada, pois a reintegração das várias etapas do processo produtivo era alcançada facilmente, uma vez que as operações aconteciam em locais fisicamente próximos. Nesse sentido, a organização espacial gerada pela produção de automóveis em cidades como Detroit (EUA) e Turim (Itália) tornara-se paradigmática. De modo coerente com a planificação racionalizada das

grandes firmas, o Estados constituía-se também, em agente da estruturação espacial através do planejamento urbano e regional, com destaque para a criação de zonas de concentração industrial do tipo “distritos”.

Alguns autores, porém, chamam a atenção para o fato de que, em princípio, as linhas de produção de componentes padronizados não são incompatíveis com um processo produtivo altamente descentralizado, tanto que uma das estratégias amplamente utilizadas pela indústria automobilística, na década de 80, foi a chamada “fábrica global”. Através de uma combinação de segmentação do trabalho e produção estandardizada, esse tipo de fábrica tinha seus “pedaços” (etapas do processo produtivo) instalados em vários lugares de vários países, onde aproveitava vantagens pré-existentes, como disponibilidade de mão de obra e infra-estrutura . A fábrica global foi a confirmação de que nem sempre a aglomeração espacial é um requisito da produção tecnicamente avançada, na indústria. O próprio Piore considera que, de modo geral, as economias de escala da produção em massa, por requererem consumo de massa, não se coadunam com padrões de vida muito localizados, associados a especificidades do meio ambiente urbano (PIORE, 1987).

Com o novo estruturação e funcionamento da economia mundial, indissociável da mudanças tecnológicas que irá mudar, também, a lógica da concentração e/ou dispersão das atividades industriais, dando lugar ao surgimento de novas formas espaciais, as quais, caso se assemelhem às antigas, certamente encerram novos significados.

CASTELLS foi um dos primeiros a apontar que as modificações do capitalismo no último quartil do século XX eram uma resposta à crise do começo dos anos 70. É nesse período que se desenvolvem e difundem as tecnologias de produção que associam os avanços da microeletrônica e da informática. Mas, para CASTELLS, não se trata somente de um conjunto de inovações tecnológicas e sim, da emergência de um novo modo de

organização sócio-técnica que o autor chama de “modo de desenvolvimento informacional”, que tem a informação e o conhecimento como fonte de maior produtividade (CASTELLS, 1989).

Essas tecnologias têm um papel central na reestruturação econômica em todos os países (em especial, nos de capitalismo avançado) e na economia internacional em seu conjunto, a qual, por sua vez, deflagra um processo geral de reorganização espacial. Um de seus primeiros efeitos perceptíveis é a polarização entre diferentes regiões e áreas metropolitanas. As empresas que detém maior poder econômico a nível mundial estabelecem suas sedes em certas metropolitanas, trazendo consigo os serviços empresariais avançados; para essas áreas aflui também a força de trabalho, através de migrações internacionais.

O caso que mais chama a atenção, tanto de CASTELLS como de outros autores, é o dos EUA, onde o advento dos novos grupos industriais de alta tecnologia (indústrias farmacêuticas, de bioengenharia, metalúrgica avançada, eletrônica, de equipamentos militares pesados e equipamentos espaciais) provocou uma série de grandes mudanças geográficas. Estudos de autores como SCOTT e STORPER demonstram que, nos estados Unidos, a indústria eletrônica fora o foco original das regiões metropolitanas da costa nordeste, nas décadas de cinquenta e sessenta. Nos anos setenta e oitenta, novas plantas instalaram-se no *Sunbelt*, marcando o crescimento dessa região através de uma dupla tendência: aglomeração numa série de novos centros que se especializaram em grupos específicos de produtos e, simultaneamente, dispersão dos processos ou etapas de produção rotinizados em outras localizações. No oeste, as empresas líderes em tecnologia de microprocessadores foram as responsáveis pelo crescimento do Vale do Silício (SCOTT; STORPER, 1990).

Esse tipo de mudança na organização espacial representa, para CASTELLS, uma manifestação da interação entre o modo informacional de desenvolvimento e a reestruturação capitalista. A alta tecnologia permite a disjunção das diferentes operações por várias zonas distantes; o sistema de comunicações restaura as ligações necessárias entre as diferentes unidades produtivas. Isto acelera o processo de desenvolvimento desigual e o desequilíbrio da estrutura espacial - por exemplo: tende a formar áreas "guetizadas" em localizações não-metropolitanas, nas quais se realiza a produção em série mais tradicional, e a concentrar a produção técnica mais avançada nas áreas metropolitanas, onde promove a segregação de atividades, grupos sociais e culturas (CASTELLS, 1985).

Sob essa dinâmica, as cidades e regiões de cada país passam a depender do lugar que esse país ocupe no contexto da hierarquia de funções da divisão internacional do trabalho. A internacionalização das economias afeta os fluxos de mercadorias, de capitais e de mão de obra, além de afetar a organização e gestão das atividades econômicas. O resultado é a reorganização completa das economias nacionais e de sua estrutura espacial (sobretudo nos países menos desenvolvidos ou de desenvolvimento recente). As empresas necessitam cada vez mais uma rede de serviços tecnicamente mais avançados, infraestrutura material e facilidades de comunicação.

Há uma tendência à dispersão do processo econômico que é simultânea à concentração das unidades de decisão em poucos lugares – as cidades globais⁶ - verdadeiros postos de comando da economia internacional. Também se estabelece uma

⁶ Saskia Sassen afirma que na economia globalizada, comandada pelo sistema financeiro, há uma nova ordem espacial: o sistema urbano é global e não mais nacional; as grandes cidades são centros de controle, comando e coordenação, onde se concentram não só as grandes empresas, como também os serviços avançados de que elas não prescindem (advocacia, corretagem, publicidade e propaganda, etc.) (SASSEN, 1991).

hierarquia de localização entre zonas de pesquisa e projeto e zonas de operações e fabrico - estas últimas dispersas no novo espaço de produção global (CASTELLS, 1985).

A conclusão de CASTELLS é que, como tendência geral, o “espaço de fluxos” substitui o “espaço de locais”, o que significa dizer que informações, comunicações e símbolos prevalecem sobre processos sociais e culturais de qualquer localidade específica. Essa seria a característica mais marcante da reestruturação espacial que acontece nos marcos do processo de globalização.

Apesar de prever que cidades e regiões perderão autonomia face aos agentes econômicos mundiais que controlam suas atividades, CASTELLS não abandona a idéia de que os atores sociais locais são decisivos no processo de emergência de novas formas espaciais ⁷. Estas resultariam tanto da reestruturação técnico-econômica quanto da atuação dos novos movimentos sociais, surgidos no contexto histórico da revolução tecnológica e da própria reestruturação. De todo modo, CASTELLS é categórico ao atribuir à nova divisão internacional do trabalho o papel preponderante nos processos de reestruturação espacial no período pós-fordista (CASTELLS, 1985).

Os autores afinados com a Escola da Regulação, por seu lado, consideram decisivos os fatores endógenos. Essa idéia que ganhou força desde o final dos anos 80, a partir do sucesso de regiões como a Terceira Itália, situada entre o industrializado triângulo Milão-Turin-Gênova, ao norte, e o subdesenvolvimento persistente do *Mezzogiorno*, ao sul. Na porção média do território italiano (Emília-Romana) emergiram cidades e vales que, por suas próprias forças, se engajaram vitoriosamente no mercado mundial através de uma indústria específica.

⁷ “... sociedades não são apenas a expressão de processos econômicos e tecnológicos. São realidades históricas conflituais, fruto de lutas entre atores sociais (classes, gêneros, grupos étnicos, identidades regionais e nacionais, aparelhos institucionais)” (CASTELLS, 1985:23).

Conforme BECATTINI, nessa região predominava um tipo de organização industrial formada por empresas pequenas e médias, entre as quais ocorria uma mistura de concorrência-emulação-cooperação que lembrava os distritos industriais descritos por A. Marshall. Isso, devido à presença ativa de pessoas e firmas, que interagem como uma comunidade, em uma área historicamente constituída. Mas os distritos atuais correspondiam a um modelo de produção diferente - a especialização flexível – de modo que havia que considerá-los como a reedição de uma antiga forma com um novo significado.

Com a difusão da flexibilidade, as economias de aglomeração estariam recuperando importância: dado que se tornara necessário estar atento às oportunidades de negócios e responder rapidamente às variações da demanda, a aglomeração de firmas poderia ser uma forma de solucionar problemas de reprodução e gestão da força de trabalho, e também de atender às exigências crescentes de qualidade dos produtos e eficiência dos processos, uma vez que no distrito difundem-se as inovações e circulam as informações estratégicas mais rapidamente (BECATTINI, 1990).

Foi a prosperidade de regiões como a Emilia-Romana que inspirou a PIORE e SABEL a tese segundo a qual, como tendência mais geral, a produção de massa fordista rigidamente estruturada seria sucedida por um regime fundado sobre a especialização flexível, cuja forma espacial correspondente seria o distrito, devido à “atmosfera” que neles impera, favorável ao profissionalismo da mão de obra, à inovação descentralizada e à coordenação entre firmas.

Segundo LIPIETZ, no debate atual a oposição se dá entre o enfoque baseado na divisão internacional (ou inter-regional) do trabalho e o que privilegia o desenvolvimento endógeno.

LIPIETZ não compartilha a tese segundo a qual do menor distrito italiano até as megápoles mundiais, tudo é efeito do novo paradigma tecnológico - a 'especialização flexível' - e faz parte da estratégia para sair da crise do fordismo. Nessa posição, que considera ortodoxa, LIPIETZ inclui até mesmo os geógrafos californianos SCOTT, STORPER e WALKER porque, apesar de adotarem parcialmente a terminologia regulacionista, interessam-se especialmente por metrópoles que são verdadeiros *patchworks* de distritos, como Los Angeles, sob a ótica da dinâmica da divisão do trabalho e os efeitos externos da aglomeração.

Os processos de reestruturação espacial associados à flexibilidade são ainda emergentes, de modo que não há consenso sobre seu significado nem mesmo entre os regulacionistas.

GOTTDIENER, por exemplo, acredita que as modificações da etapa pós-crise do fordismo são extremamente amplas, envolvendo além de uma nova base tecnológica, nova divisão internacional do trabalho, segmentação social entre trabalhadores qualificados e não qualificados; fragmentação das condições de trabalho e relações salariais; industrialização dos serviços; mudanças na regulamentação (menor intervenção estatal); diferenças extremas nos níveis de consumo, pobreza, incerteza no emprego; pluralização dos estilos de vida. Afirma que, no caso dos EUA, fatores específicos como racismo, gastos governamentais com defesa (indústria bélica) e mercado imobiliário foram e continuam sendo atuantes nos processos de reestruturação urbana. Mesmo assim, admite a existência de fatores como a busca de conhecimento/tecnologia e de fontes de mão de obra como critério de localização industrial, comuns a vários países, na atual etapa.

Para GOTTDIENER, o uso intensivo de capital e de tecnologia ocorre de modo concomitante à expansão do setor informal da economia, fazendo com que os domicílios se

convertam em unidades onde se combinam produção e consumo. O trabalho realizado a domicílio produz mudanças sócio-espaciais, gerando maior necessidade de serviços especializados ao alcance fácil dos empreendimentos residenciais suburbanos, o crescimento dos fluxos de trânsito em todas as direções e, até mesmo, alterações nos papéis sexuais da família tradicional. Simultaneamente, a desconcentração de setores manufatureiros, baseada em baixos salários e força de trabalho desqualificada, afeta o desenvolvimento das Regiões Metropolitanas, promovendo o crescimento para a periferia e maior polarização entre ricos e pobres. nesse sentido, as indústrias *high-tech* não irão fornecer a base da nova etapa do capitalismo, do qual serão apenas um segmento importante (GOTTDIENER, 1990).

BODDY, igualmente, pensa que os regulacionistas exageram quando descrevem a acumulação flexível e os novos distritos industriais como sendo hegemônicos, qualitativamente dominantes. A seu ver, faltam estudos a partir de dados agregados que permitam tais comparações, e sobram estudos de casos que ressaltam a diversidade de processos que ocorrem em diferentes localidades e regiões: enquanto o crescimento do Vale do Silício (EUA) estaria relacionado à liderança em tecnologia de microprocessadores, na Terceira Itália teriam atuado vários e singulares fatores históricos e culturais; fatores como as despesas governamentais explicariam a geografia das indústrias aeroespaciais e bélicas nos EUA e também diferenças de crescimento da alta tecnologia em diferentes regiões do Reino Unido.

Segundo LIPIETZ, os DIs não são (nem serão) a forma predominante de reorganização espacial no período pós-fordista, pois não há um modelo único para superação da crise fordista, mas projetos concorrentes que disputam hegemonia e, por isso, surgem regimes urbanos diferentes, que se articulam e se complementam, na configuração

do território nacional/regional. Para ele, continua sendo necessário regular a contradição entre a subjetividade empresarial e a coerência social (mesmo na crise e, sobretudo, para sair dela) – daí a importância que tem o espaço:

“... a materialização das atividades no espaço, a paisagem econômica no sentido próprio da palavra, é a primeira das formas de regulação. Antes mesmo do mercado, antes da primeira transação monetária entre um fornecedor e seu cliente, entre um assalariado e seu empregador. Da mesma maneira que nos tempos de Marx, a ‘cooperação simples’, o agrupamento de artesãos sob o mesmo teto do mesmo ateliê, foi a primeira etapa da hierarquia capitalista [...], da mesma forma a aglomeração, com seu cortejo de oportunidades potenciais, atualizáveis a baixo custo, foi e permanece a primeira condição do mercado capitalista” (LIPETZ, 1994:15).

LIPETZ sustenta que, sem dúvida, existe uma interação entre global e local, entre internacionalização e evolução urbana, mas a globalização não é uma espécie de força planetária capaz de determinar completamente as formas urbanas. A globalização é acompanhada de divergência das trajetórias nacionais e as conseqüências sociais desta divergência inscrevem-se nas formas urbanas - qualquer que seja a estratégia dominante num país, existe um grau de liberdade na escala local.

O Estado-Nação continua sendo um espaço privilegiado de expressão de tensões e de regulação, no âmbito do qual todas as regiões adotam as mesmas convenções. Porém, em países de dimensões continentais, as diferenças regionais dão lugar a diferentes arranjos

sociais locais que, por sua vez, são a base para a formação do que o autor denomina “blocos regionais hegemônicos”⁸.

A escolha um modelo de desenvolvimento, em detrimento de outro vai determinar a direção do desenvolvimento do território. A escala em que essa escolha se opera é o país (Estado-Nação), pois algumas transformações pós-fordistas (como por exemplo, as relações salariais) dependam de um quadro legislativo e normativo nacional. Mas não se deve desconhecer que existe uma margem para a formação dos blocos sociais regionais e inter-regionais, capazes de estabelecer novos modos de governança locais, independentemente da política nacional ou da política macro-econômica mundial.

Existem, pois, causas locais do sucesso, que dizem respeito ao comportamento da sociedade local frente à reestruturação produtiva, seus conflitos, seus compromissos seus coletivos, os quais irão determinar as possibilidades de inserção no mundo globalizado. Esses compromissos cristalizam-se nas formas urbanas que são, ao mesmo tempo, consequência e condição das formas de reestruturação produtiva” (LIPIETZ, 1994).

No paradigma emergente da “produção flexível”, cresce a importância das respostas locais (nacionais e regionais). É essa capacidade de resposta que distingue as “regiões ganhadoras”. Segundo BENKO e LIPIETZ, as são, necessariamente, concentrações urbanas e industriais, produtoras de bens exportáveis⁹.

A crise do taylorismo/fordismo afetou as relações entre as empresas, integrando empresas especializadas, ligadas por relações de sub-contratação ou parceria; embora esse sistema não seja necessariamente urbano, o regresso do profissionalismo, da cultura técnica,

⁸ PUTNAM, em sua análise das condições para o êxito da Terceira Itália – uma região que compete com as demais enquanto coopera internamente - ressalta que estas remontam a raízes históricas bastante antigas.

⁹ LIPIETZ adota, aqui, a acepção inglesa segundo a qual o “industrial” abrange tanto a indústria de transformação quanto os serviços – a qual, por sua vez, corresponde ao sentido francês antigo da palavra, relativo a qualquer forma de atividade econômica.

privilegia as jazidas de qualificação nas bacias de mão de obra. Na medida em que as novas formas de produzir buscam a superação do princípio taylorista de separação entre concepção e execução, requerem mobilização de recursos humanos, os quais

“... formam-se, sem dúvida, nas empresas, mas sobretudo na cultura local, na tradição familiar, num tecido de organizações de formação profissional, em suma, em um sistema local em que circulam e enriquecem-se as competências técnico-profissionais” (BENKO; LIPIETZ; 1994:4).

BENKO e LIPIETZ afirmam que não é possível separar a região ou o distrito da dinâmica nacional / internacional, frisando que só poderá pois existir um certo tipo de ‘região ganhadora’ no quadro de um certo tipo de Estado nacional ou confederal, e esses Estados só “ganharão” na competição econômica internacional se souberam suscitar esse tipo de “região ganhadora” (BENKO; LIPIETZ; 1994:251-252)

Para superar o impasse entre “distritos industriais” e “divisão internacional do trabalho” deve-se focar sobre as formas de regulação intermediárias entre a materialidade da aglomeração urbana e o governo, a legislação e a ação do Estado - ou seja, é preciso retornar à política. LIPIETZ recorre ao conceito de *governance* (do inglês), entendida como o conjunto das formas de regulação que não são mercantis nem do Estado – especificamente, “*a sociedade política local, os notáveis, as municipalidades*” (LIPIETZ, 1994: 17).

De modo geral, os regulacionistas pensam que, na última década do século XX, o novo modelo de desenvolvimento ainda não está plenamente configurado, sendo, portanto, inútil adaptar as formas do desenvolvimento espacial ao conceito de ‘acumulação flexível’.

É preferível, pois, estudar ao vivo as novas formas de regulação que se colocam e refletir sobre sua coerência.

Ao ressaltar o papel que desempenha, nesses processos, a capacidade de atuação de agentes sociais fortemente enraizados em um território, BENKO e LIPIETZ trabalham “região” como categoria eminentemente sociológica. Isso os aproxima dos conceitos formulados por BOURDIEU (a região como representação) e por GIDDENS (a região como criação de agentes sociais, fruto de sua capacidade de agência).

Tal como foi referido na Introdução, para BOURDIEU os limites de uma região podem coincidir ou não com fronteiras legais (nações, estados, departamentos, municípios). Porém, uma vez estabelecidas, as fronteiras juridicamente definidas delimitam o espaço legal de ação política dos grupos locais, incorporando-se à representação que os agentes fazem da região (o que ela é, quem a ela pertence, quem não, etc.). A representação, por sua vez, concorre para consolidá-la, para dar-lhe existência real: “... *as representações que os agentes tem das divisões da realidade contribuem para a realidade das divisões*” (BOURDIEU, 1989:19). Nesse sentido, para BOURDIEU, a idéia de região expressa o estado em que se encontra a luta que os atores sociais travam em torno das classificações.

No conceito formulado por GIDDENS – a agência como capacidade de perpetrar ações com conseqüências ou efeitos reais – também está implícita a idéia de luta, de disputa pelo poder. Nesse sentido, aproxima-se do conceito de hegemonia ¹⁰ na acepção gramsciana, segundo a qual hegemonia vem a ser, primordialmente,

¹⁰Hegemonia significa poder de domínio ou direção, fundado na força militar e/ou na capacidade de convencimento e persuasão. Na origem, refere-se a relações entre Estados, mas no marxismo passou a ser aplicado, também e sobretudo, às relações entre classes, partidos políticos e instituições, mas com diferentes conotações. Enquanto Lênin, em seus escritos, acentua o aspecto coercitivo do domínio de uma classe sobre as demais, Gramsci destaca a legitimidade obtida pela classe dominante quando consegue fazer-se reconhecer como legítima detentora do poder.

“... capacidade de direção intelectual. e moral em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país” (BOBBIO; MANTEGUCCI; PASQUINO, 1986:580).

Em BOURDIEU e GIDDENS encontram-se, pois, elementos que dão sustentação à análise das formas espaciais como elementos constitutivos e, simultaneamente, resultado das práticas sociais, tal como se propõe neste trabalho, no qual pretende-se examinar a *“natureza localizada das interações sociais”* (na expressão de GIDDENS), perscrutando seu significado na elaboração de identidades (a região como representação do “nós”) e de alteridades (tudo o que não é a região, como representação do “eles”).

1.3 - A pesquisa brasileira sobre o tema

No Brasil, tal como em outros países, a emergência de novas formas espaciais associadas às recentes transformações econômicas e tecnológicas tem ensejado uma grande variedade de estudos empíricos. Tais estudos enfrentam dificuldades relativas à análise dos processos de transformação sócio-espacial em países tradicionalmente vistos como "periféricos", uma vez que as elaborações teóricas disponíveis, via de regra, têm por base os países ditos "centrais", de onde esses são processos originários. Apesar disso, existe uma ampla produção sobre as relações entre industrialização e organização do território nacional.

Em trabalhos sobre formação do *hábitat* urbano no país, autores como LOPES, FOOT e LEONARDI, VAS e ALBERNAZ mostram como a industrialização brasileira, desde os primórdios, está relacionada com o crescimento das cidades e o surgimento de diferentes modalidades de habitação operária. No começo do século XX, em cidades como o Rio de Janeiro, já era possível relacionar a presença das fábricas com a expansão da malha urbana, através da implantação de bairros residenciais e industriais ao longo dos eixos de transporte. Até esse momento, a indústria operava com máquinas rudimentares e requeria um proletariado abundante, submisso e majoritariamente pouco qualificado, configurando um estágio de acumulação predominantemente extensiva. À medida que a industrialização avançava, crescia a demanda por operários mais especializados – relativamente escassos - simultaneamente ao uso extensivo da mão-de-obra feminina e infantil. Isto acontecia principalmente na indústria têxtil. Para este ramo tornou-se

necessário fixar a força de trabalho em locais próximos às fábricas, nas quais se empregavam vários membros de uma mesma família.

Até os anos 20 proliferaram os bairros e as "vilas operárias" dentro das grandes cidades, sobressaindo-se aos cortiços como alternativa habitacional das classes trabalhadoras. Tal é o caso dos bairros operários de Jaboatão, São José e Afogados no Recife; Bangú, Gamboa, São Cristóvão, Gávea, Tijuca e Laranjeiras no Rio de Janeiro; Lapa, Bom Retiro, Bexiga, Barra Funda, Cambuci, Ipiranga, Vila Prudente, Brás, Moóca e Belenzinho, em São Paulo. Também surgiram núcleos urbanos isolados ligados a grandes estabelecimentos fabris, junto aos quais as empresas construía habitações para seus trabalhadores - as chamadas "vilas de fábrica". Exemplos de cidades nucleadas por uma grande fábrica são as que surgem pela ação das indústrias de fumo na Bahia - Cachoeira, São Félix e Muritiba - e das indústrias têxteis do interior de São Paulo - Carioba e Votorantim (FOOT, LEONARDI, 1982). O tipo extremo de "vila de fábrica" pode ser exemplificado pelo núcleo construído no município de Paulista (Pernambuco), pela Companhia de Tecelagem Paulista, onde as habitações destinadas aos empregados agrupavam-se ao redor das plantas industriais e da sede administrativa, circundado por uma zona de atividades agrícolas. Desse modo, o monopólio territorial aliado ao capital industrial permitia uma grande concentração de poderes por parte da empresa (LOPES, 1988).¹

A combinação de unidades produtivas industriais e zonas residenciais tipicamente operárias foi comum nas maiores cidades industriais brasileiras. Em qualquer modalidade

¹ Outros casos podem ser citados: Galópolis, no Rio Grande do Sul, descrito por HEREDIA, 1993 - caso único de "vila de fábrica" na região que é objeto do presente estudo; Pau Grande, no estado do Rio de Janeiro - a cidade da Cia. América Fabril, de propriedade inglesa, que foi cenário da juventude de Garrincha, descrita por R. Castro na biografia do jogador. (CASTRO, 1995).

(chamem-se bairro operário, vila operária ou vila de fábrica), expressaram um padrão específico de relações de dominação, no qual as fábricas subordinavam diretamente seus trabalhadores para além da esfera da produção. A função dessas áreas é assim identificada:

"Na construção de casas para operários fabris estava sempre presente a intenção de introduzir um modo de morar e viver que preservasse a ordem entre seus empregados e aumentasse a produtividade do estabelecimento" (VAS, ALBERNAZ, 1986:159).

Esse padrão foi predominante em toda a primeira fase da industrialização brasileira, tendo mudado somente a partir da década de trinta. Com o aumento da utilização de maquinaria, a indústria passou a incorporar menos trabalho qualificado e mais mão-de-obra não qualificada, que existia em abundância. Em consequência, já não se construía especificamente para o operariado. No Rio de Janeiro, nessa fase, observa-se a consolidação de novos bairros habitados pelas camadas médias, formadas por funcionários públicos, comerciantes, profissionais autônomos e liberais.

A meados dos anos cinquenta, com o advento da indústria automobilística, inicia-se a transição da indústria brasileira para o estágio de acumulação intensiva, caracterizado pelas grandes unidades fabris capazes de produzir, em escala, toda uma gama de bens de consumo. Paralelamente, acelera-se o movimento das migrações campo-cidade e inter-regionais, resultando em concentração populacional e econômica no Sudeste do país.

Nesta etapa, a grande preocupação em relação ao *habitat* urbano não se restringia ao provimento da moradia às famílias operárias, mas abrangia as falhas na infra-estrutura que pudessem afetar os trabalhadores urbanos, vindo a comprometer os ganhos obtidos com o progresso das técnicas produtivas. Em razão disso, os investimentos direcionam-se,

preferentemente, para a implantação e a disponibilidade de serviços essenciais à força de trabalho, como o transporte de massa e os serviços de saúde que, no entanto, obedeciam a uma lógica marcadamente privatista e lucrativa.

No Brasil, a etapa da acumulação intensiva caracterizou-se pelo que os teóricos da Escola da Regulação chamam de "fordismo periférico" (LIPIETZ, 1984) e que TAUILE, em termos mais severos, classificou de "fordismo capenga" - um regime onde convivem relações salariais de vários tipos (fordistas e não fordistas), no qual "*... o dinamismo do sistema repousou, cada vez mais, sobre parcelas cada vez menores da população, que podiam consumir bens produzidos industrialmente*" (TAUILE, 1993:204).

O hibridismo desse modelo de desenvolvimento teve sua expressão espacial nas áreas metropolitanas, onde se observam critérios de localização residencial e modos de consumo semelhantes aos das economias européias ocidentais no século XIX e nas primeiras décadas do século XX (pré-fordistas, portanto), justapostos a padrões de moradia e de consumo típicos do regime de acumulação que conjuga produção em massa de moradias e automóveis, com acesso à propriedade domiciliar (fordista).

O melhor exemplo que se pode evocar é o da cidade de São Paulo e sua região, na década de 70 - a grande metrópole industrializada e moderna, com seus subúrbios e cidades-dormitório, é o *locus* da produção da riqueza e também da miséria. Nela podem ser encontradas as mais diversas formas de provimento de moradias - loteamentos clandestinos, invasões de terras, autoconstrução - que passam ao largo de qualquer regulamentação, configurando uma ampla "informalidade" residencial urbana (KOWARICK, 1979). Aí, as condições de vida das massas se equiparam às das cidades industriais inglesas do século XIX, descritas por ENGELS no trabalho anteriormente citado.

Essa configuração espacial – chamada de “metrópole periférica” - representa uma mudança radical no padrão de *habitat* urbano até então vigente e se repete em outras grandes cidades e concentrações urbanas brasileiras. A maioria delas carrega as marcas da segregação espacial: espaço residencial (e funcional, em geral) altamente segmentado; formas de ocupação do solo diferenciadas; considerável contingente de população ocupando os espaços periféricos ou os terrenos mais baratos e produzindo suas habitações fora do mercado formal; assimetria na distribuição geográfica de meios de consumo coletivo (SMOLKA, 1987).

O modelo de desenvolvimento, concentrador e perverso, acabou por comprometer a capacidade de crescimento econômico no longo prazo. A partir dos anos 80, no contexto da crise financeira mundial, esgotou-se definitivamente o ciclo da industrialização substitutiva de importações, ficando claro que a entrada em um novo estágio iria requerer a adoção de formas produtivas baseadas no aumento contínuo da produtividade do trabalho. Existiam, porém, fortes indicações de que a indústria brasileira encontraria dificuldades para fazer frente às exigências desta etapa (TAUILE, 1993).

Segundo vários analistas, a crise dos anos 80 teve efeitos bastante negativos para a indústria brasileira: queda do produto industrial, do emprego e dos salários reais, além de perda de competitividade em nível mundial. No final da década de 90, em comparação com os padrões internacionais, o setor industrial brasileiro apresentava ainda uma acentuada defasagem tecnológica quanto a equipamentos, tecnologias de processo e de produto. Além disso, as novas formas de organização e gestão da produção (ditas pós-fordistas) difundiam-se lentamente no país, e os níveis de gastos com atividades de pesquisa e desenvolvimento continuavam reduzidos. Para PASSOS e CALANDRO, a produção industrial brasileira caracteriza-se pela diversidade tecnológica: de modo geral, o atraso

tecnológico é maior na indústria de bens de consumo do que nas indústrias de bens de capital e de insumos básicos; a indústria de informática e alguns setores exportadores constituem-se em exceções, procurando melhorar a produtividade e a qualidade dos produtos com a introdução de novos equipamentos e processos, posto que a disponibilidade de mão-de-obra barata já não garantia vantagens concorrenciais (PASSOS, CALANDRO, 1992).

Há muitas divergências entre diferentes autores quanto às condições existentes no país para que sejam introduzidas inovações tecnológicas profundas, bem como em relação a possíveis impactos territoriais que possam advir. Alguns analistas, como GUN, consideram discutível a própria existência, no Brasil, de um regime de acumulação que se pudesse classificar como "fordista periférico". Outros, como STORPER, destacam a presença do padrão pós-fordista de especialização flexível, ainda que de modo incipiente, em várias regiões brasileiras. Seria este o caso de Blumenau e outras cidades do Vale do Itajaí, em Santa Catarina: da Região Metropolitana de Porto Alegre e Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul e de várias áreas no Estado de São Paulo, onde as empresas industriais vem implantando, desde meados dos anos oitenta, processos produtivos e gerenciais amplamente automatizados e informatizados (GUN, 1987; STORPER, 1990).

No Rio Grande do Sul, as investigações sobre modernização tecnológica na indústria gaúcha indicam a mesma situação híbrida. Em segmentos tradicionais, como as indústrias têxtil e de calçados, persiste um padrão em que as empresas pequenas e médias, e até mesmo as grandes, apresentam lenta incorporação de progresso técnico e seguem usando intensivamente mão-de-obra de baixo custo e pouca qualificação. O padrão emergente aparece na Região Metropolitana de Porto Alegre e na Aglomeração Urbana do Nordeste (especialmente em Caxias do Sul), em setores das indústrias petroquímica, metal-

mecânica e metalúrgica, cujas empresas vêm ampliando a utilização de automação e informatização em seus processos de produção e gerenciamento (RUAS, 1991).

SCHMITZ, em um estudo específico sobre a indústria calçadista concentrada no Vale do Rio dos Sinos, conclui que aí estão presentes algumas das características de distrito industrial, tais como: concentração de firmas e a divisão de trabalho entre elas, formando um complexo, e difusão de idéias e informações que favorecem a boa *performance* coletiva. Mas, para o autor, engana-se quem pensa que o Vale superou o “fordismo”: ao lado das grandes empresas que empregam dois a três mil trabalhadores e introduzem constantemente modernos equipamentos de automação, é possível encontrar um grande número de pequenos *ateliers*, que realizam etapas menos especializadas da produção, empregando trabalhadores temporários e até força de trabalho infantil (SCHMITZ, 1993). Desse modo, SCHMITZ acrescenta argumentos à posição que vê a indústria nacional (e também a regional) como ainda muito distanciada dos padrões da especialização flexível.

No tocante a padrões de moradia que possam ser associados a mudanças de paradigma tecnológico na produção industrial, existem trabalhos específicos, como o PIQUET, que mostra o surgimento, no interior paulista, de novos tipos de bairros privativos ocupados pela mão de obra industrial (PIQUET, 1997), e o de CORRÊA, que demonstra não estar encerrado o capítulo das cidades-empresa na história da industrialização brasileira. Segundo esta autora, ainda hoje, vários ramos industriais são capazes de induzir a formação de núcleos urbanos, embora estes não sejam mais destinados à mão de obra operária, mas reservados quase que exclusivamente ao seu pessoal qualificado (gerentes, técnico especializados). Esta situação tende a gerar novos problemas, tanto de ordem interna quanto de relação desses núcleos com a região onde se localizam (CORRÊA, 1997).

São particularmente ilustrativos da diversidade padrões tecnológico-espaciais encontráveis no território brasileiro, os estudos que enfocam os efeitos da reestruturação produtiva em regiões industrializadas de Minas Gerais, como o Aglomerado Urbano do Vale do Aço (COSTA, MONTE-MÓR, 1995; BRAGA, MONTE-MÓR, 1995) e as cidades de Betim e Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (ROCHA, COSTA, 1995; MONTE-MÓR, COSTA, 1996).

COSTA e MONTE-MÓR analisam três cidades monoindustriais (ou seja, dominadas por apenas uma grande indústria) situadas no Vale do Rio Piracicaba, Minas Gerais: a cidade de João Monlevade, onde se instalou, na década de trinta, a Siderúrgica Belgo-Mineira; Ipatinga, onde desde os anos cinquenta está a USIMINAS, e a área urbana que se formou em torno à CENIBRA - uma fábrica de celulose que começou a operar nos anos setenta - que os autores qualificam de uma “não-cidade”.

A cidade de Monlevade foi planejada para ser uma típica “vila-operária”. Mas, quando transbordou os limites previstos para seu crescimento, expandiu-se em direção às localidades de Carneirinhos (município de Santa Bárbara) e Nova Era (município de Bela Vista). Atualmente, é possível distinguir dois segmentos do espaço urbano: a verdadeira “cidade”, que são as áreas de expansão, e a antiga, que se tornou um centro simbólico.

Ipatinga, a cidade da USIMINAS, é contemporânea de Brasília e planejada dentro dos mesmos cânones, de modo que terminou por reproduzir no espaço urbano as relações funcionais e de poder existentes no âmbito do processo de trabalho. Seu crescimento “espontâneo” posterior deu-se sob a influência do capital imobiliário e do Sistema Financeiro da Habitação, gerando uma dualidade entre a parte planejada e a não planejada, dentro do aglomerado atual (que atingira cerca de 350 mil habitantes, em 1990).

Já o núcleo da CENIBRA, no município de Belo Oriente seria, segundo os autores, a própria expressão espacial do processo de produção tecnologicamente avançado com o qual a empresa produz 350.000 toneladas de celulose ao ano. Por um lado, a empresa trabalha com pequenos proprietários rurais terceirizados na produção do eucalipto em terras próprias, atividade que favorece a proliferação de núcleos e acampamentos. Por outro, mantem uma estratégia de segmentação da força de trabalho, na qual apenas a reduzida parcela diretamente empregada é bem remunerada. Esta fração da força de trabalho é alojada nas cidades próximas e conta com sistema de transporte subsidiado, enquanto os demais trabalhadores se estabelecem nas periferias próximas, especialmente em Belo Oriente, em áreas de baixíssima qualidade sócio-ambiental.

Comparados os três casos, vê-se que as empresas têm estratégias distintas, gerando estruturas espaciais também distintas, mas o sentido geral é o de atender às necessidades de retenção e controle (“domesticação”) da mão de obra: na “vila” de Monlevade predomina o espaço comunitário cooperativo; a cidade da Usiminas é um aglomerado integrado ao contexto micro-regional, que mantém uma diferença, no espaço urbano, entre “os da empresa” e o restante da população; na área da CENIBRA, o espaço é desmembrado e descontínuo, e o único grande problema é o da acessibilidade (COSTA, MONTE-MÓR, 1995).

Outro exemplo, analisado por ROCHA e COSTA, é o de Betim, município integrante da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde se concentram grandes empresas, como a Refinaria Gabriel Passos (REGAP) e a FIAT, altamente inovadoras em estratégias e processos produtivos. Até os anos 40, Betim era um pequeno núcleo urbano em uma área de atividades agrícolas. Com a criação da Cidade Industrial de Contagem, a

meio caminho para Belo Horizonte, Betim começou a tomar a forma atual (ROCHA, COSTA, 1995).

A industrialização dos anos cinquenta e sessenta não resultou em impactos populacionais de vulto, mas na década de setenta Betim cresceu a uma taxa anual de 8,3%, bem acima da taxa média da Região Metropolitana, que ficou em 4,6% ao ano. Nessa fase, em função da presença da FIAT, surgiram muitos loteamentos, supostamente para a classe média, pois os operários dessa empresa residiam, em sua maioria, em outros municípios da Região Metropolitana; o restante da população que ocorreu a Betim era de baixa renda, e alojou-se, predominantemente, nos loteamentos antigos, por meio de invasões.

O processo de loteamentos foi contido, em parte, pela legislação urbanística rigorosa, que encareceu a produção de lotes, como vinha acontecendo também em Contagem e Belo Horizonte. Em consequência, a atividade dos loteadores se deslocou para outros municípios². Em 1991, Betim atingiu 170 mil habitantes, tendo passado de sexta a segunda cidade da periferia metropolitana de Belo Horizonte. A forma atual é de um espaço urbano espreado, com vários núcleos ao longo das duas rodovias (BR-381 e BR-262, de ligação a São Paulo e ao Triângulo mineiro), começando a configurar uma cidade polinucleada. Segundo COSTA, na configuração atual pode-se distinguir o núcleo original da cidade, entre vários outros núcleos populacionais de baixa renda. O maior destes (Jardim Teresópolis), que abriga 1/3 da população urbana do município, localiza-se justamente no espaço frontal à FIAT Automóveis, no ponto mais distante do centro, em direção a Contagem e Belo Horizonte. A maior parte dos moradores se dedica ao setor terciário local ou se desloca diariamente para outros pontos da Região Metropolitana. Dados

² Como Ribeirão das Neves que, entre 1970 e 1980, teve sua população aumentada 12 vezes, crescendo a uma taxa anual de 27,24% ()

complementares (PIB e renda *per capita*) mostram que Betim é uma cidade rica com uma população pobre, ao mesmo tempo sede de um parque industrial dinâmico e cidade dormitório (COSTA, 1996).

ROCHA e COSTA afirmam que muito do crescimento de Betim deve-se ao processo global de expansão metropolitana e não tanto da implantação da FIAT e demais indústrias a ela ligadas. Mas, sem dúvida, uma grande parte da população que chegou a partir da década de setenta, veio atraída pelo aumento real da oferta de empregos industriais e pelas alternativas de sobrevivência que surgem em áreas onde são feitos investimentos desse tipo.

As conclusões dos autores vão no sentido de que as indústrias (principalmente os grandes empreendimentos industriais) têm papel preponderante no processo de produção e de conformação do espaço urbano. No caso de Betim, elas são as principais responsáveis pela expansão desordenada da malha urbana e pela introdução de novas necessidades urbanas, sendo que os agentes imobiliários atuam de forma coadjuvante, a reboque da atividade produtiva industrial (ROCHA, COSTA, 1995). Nessa porção do território mineiro, portanto, as novas relações intercapitalistas estariam propiciando a formação de um espaço cada mais homogêneo do ponto de vista de sua funcionalidade para a acumulação, e cada vez mais fragmentado quanto aos interesses dos diferentes agentes sociais e do Estado ³.

De modo geral, todos os estudos citados evidenciam que as transformações em andamento na economia industrial geram diferentes tendências de reorganização espacial; ao mesmo tempo, reafirmam a importância das pesquisas de situações particulares e

³ Segundo os autores, para captar os novos padrões de relações sócio-espaciais é preciso diferenciar "espaço social de usos" de "espaço abstrato de exploração" – categorias de análise que se equiparam aos já citados conceitos de "espaços de locais" e "espaços de fluxos", utilizados por M. Castells.

concretas como um caminho para a compreensão das novas configurações sócio-espaciais nacionais. A análise da Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE/RS) que compõe os Capítulos 2 e 3 deste trabalho pretende seguir este caminho.

PARTE II - PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE DO RIO GRANDE DO SUL

CAPÍTULO 2 – Estruturação do espaço regional

2.1 – Primeira fase: formação

Os principais traços da estruturação do espaço regional, na fase inicial, estão relacionados não apenas ao modelo de ocupação da área rural, mas também à origem e evolução dos primeiros núcleos urbanos e das vias de ligação entre eles. A ocupação colonial gerou, simultaneamente, condições potenciais para o desenvolvimento capitalista industrial e um processo de diferenciação social. Ao final dessa etapa acham-se já definidas as principais características da configuração espacial regional.

2.1.1 - Principais elementos estruturadores

2.1.1.1 - Ocupação colonial

A Aglomeração Urbana do Nordeste / AUNE insere-se na área do Rio Grande do Sul que foi colonizada por imigrantes italianos a qual, por sua vez, localiza-se na porção do território do Estado denominada “Região Nordeste” (Figura 1). Foi para esta região que se

dirigiu uma parte significativa dos fluxos da imigração promovida pelo governo imperial do Brasil, no século XIX¹, como parte da estratégia de promover a entrada de trabalhadores brancos livres no país, bem como ocupar e defender a parte sul do território nacional, submetida a contínuas guerras fronteiriças.

Os primeiros colonos a chegarem ao Rio Grande do Sul, no começo do século XIX, eram alemães, os quais, a partir de 1824, foram sendo assentados nas terras devolutas da região central da Província. Com a Revolução Farroupilha (1835-1845), esse fluxo migratório foi interrompido. De 1850 em diante, com a abolição progressiva da escravidão, verificou-se uma escassez relativa de mão de obra, principalmente no centro-sul do Brasil; o governo imperial retomou, então, o incentivo à imigração. No Rio Grande do Sul, a entrada de imigrantes europeus, de várias nacionalidades, recomeçou em 1870.

A partir de 1875 entraram no Estado, principalmente imigrantes italianos. A área a eles destinada pelo governo provincial abrangia 32 léguas quadradas na “Encosta da Serra do Nordeste da Província de São Pedro”, entre os rios Caí, Antas e Taquara, em território dos municípios de Montenegro, São Sebastião do Caí, São Francisco de Paula e Taquara.

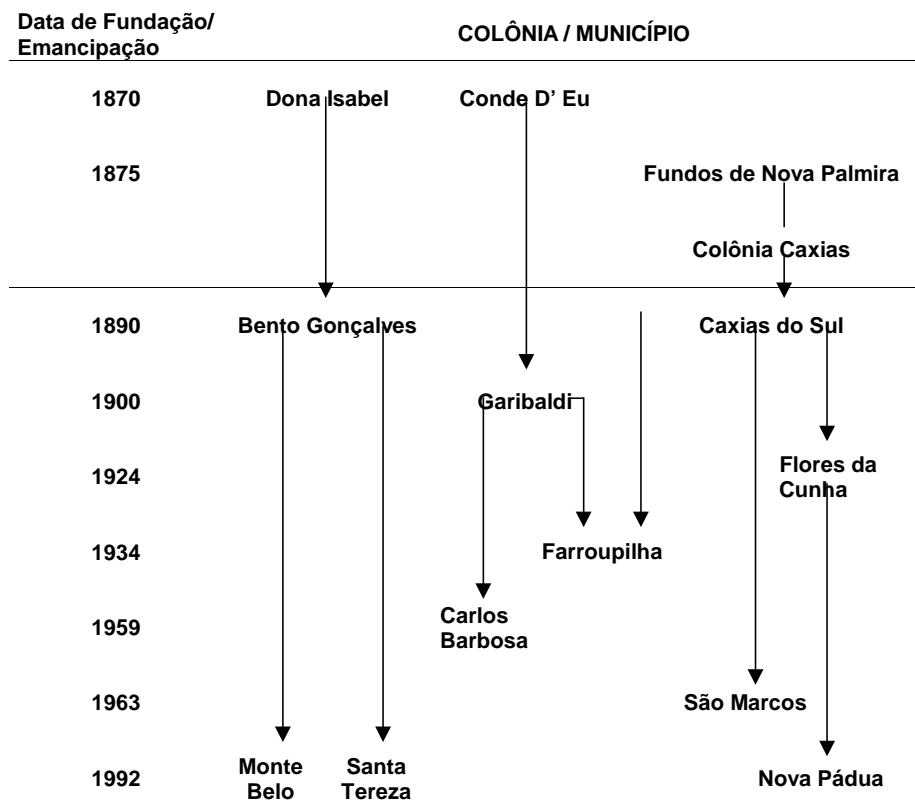
Embora o projeto de colonização dessa área – supervisionado pela Comissão de Terras - fosse o mesmo aplicado à área colonial alemã, sua implementação se deu em condições já um tanto diferentes. Enquanto os alemães haviam ocupado terras planas na

¹ Esses fluxos migratórios tiveram dois direcionamentos principais: para São Paulo, com a finalidade de suprir com trabalhadores assalariados as fazendas de café; e para o Rio Grande do Sul, onde deveria ser criada uma zona de pequenos proprietários rurais autônomos, capaz de gerar um aumento da produção agrícola do país. A Lei nº 601 de 1850, que ficou conhecida como “Lei de Terras”, foi a base do projeto de colonização promovido pelo Império. Ao determinar que as terras devolutas e as sesmarias sem preenchimento das condições legais, uma vez “... *medidas e demarcadas, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares como para estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros...*” essa lei instituiu, em definitivo, o mercado de terras no país, tendo por isso se tornado um dos mais importantes instrumentos da transformação econômico-social do Brasil na segunda metade do século XIX. (HEREDIA, 1997:20).

Depressão Central, adequadas à agricultura e à pecuária, os italianos foram assentados na encosta do planalto rio-grandense, em terrenos escalonados e cobertos de vegetação densa. Esta situação gerou grandes dificuldades iniciais, pois qualquer atividade produtiva tinha que ser precedida da derrubada de árvores, preparo da madeira, construção de moradias e acessos, etc. Outra diferença estava no fato de que, ao contrário dos alemães, que receberam os lotes gratuitamente, os italianos precisaram pagar por eles. Os preços eram estabelecidos pela Comissão de Terras; os prazos de pagamento não ultrapassavam cinco anos. Como forma de apoio inicial, os colonos recebiam sementes, instrumentos agrícolas e um auxílio em dinheiro até a primeira colheita.

Três das colônias estabelecidas na chamada “zona italiana” deram origem aos municípios que hoje formam a Aglomeração Urbana do Nordeste: Conde D’Eu, Dona Isabel e Colônia Caxias, que se transformaram nos municípios de Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, respectivamente. Estes, por sua vez, originaram os demais (Figura 5).

Figura 5 – Origem dos Municípios da AUNE



Fonte: “Os Municípios do Rio Grande do Sul: Evolução Cronológica”
Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – Comissão de Assuntos

Dona Isabel e Conde D'Eu foram criadas em 1870, sendo povoadas inicialmente por suíço-franceses e poloneses. Em 1875 foi iniciado o povoamento mais sistemático da região com imigrantes italianos. A primeira das novas colônias fundadas nessa fase situava-se na porção norte do município de São Sebastião do Caí, em uma área conhecida como “Fundos de Nova Palmira”. Estendia-se até a margem esquerda do Rio das Antas, ocupando uma área de 17 léguas quadradas. Posteriormente denominada “Colônia Caxias” (1877), abrangia mais da metade de toda a extensão de terras destinada à colonização na

Encosta da Serra do Nordeste, correspondendo a uma parte da área dos atuais municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, São Marcos e Flores da Cunha ².

Segundo GIRON, a legislação que regulava a colonização era bastante rígida e detalhada, especificando, entre outras coisas, a forma de demarcação dos lotes. A área total foi dividida em “léguas” (quadriláteros com 5.500 m de lado); cada légua dividia-se em “travessões” (ou linhas numeradas). A partir dos travessões eram demarcados os lotes, de variados tamanhos; variava, também, o número de lotes por travessão³. Esse modo de ocupação das terras agrícolas foi o primeiro fundamento da estruturação do espaço regional ⁴.

O projeto de organização da área colonial previa, também, a demarcação de uma sede no ponto mais central de cada colônia, em lugar escolhido pelas condições propícias ao desenvolvimento do núcleo urbano e à localização da administração. Todas as sedes tinham o mesmo traçado ortogonal: quadras com 80 metros de lado eram demarcadas a partir da via principal, que tinha sempre o sentido Leste-Oeste. O desenho incluía, ainda, uma praça central, onde ficavam a Igreja e a Intendência Municipal. O resultado foi uma grande semelhança que ainda hoje se nota nas áreas centrais das cidades da região (GIRON, 1992).

Houve casos em que a topografia não permitiu que se seguisse rigidamente o modelo em “tabuleiro de xadrez” – por exemplo, em Bento Gonçalves; já em Caxias do

² A partir de 1879 outras colônias italianas foram implantadas na Depressão Central e Campos de Cima da Serra: Alfredo Chaves (Veranópolis), Silveira Martins (Santa Maria e Cachoeira), Mariana Pimentel, Barão do Triunfo, Vila Nova, Antônio Prado e Guarani.

³ Na Colônia Caxias, por exemplo, havia em média 32 lotes por travessão e 132 por légua. Os primeiros lotes tinham 220 metros de largura 2.200 metros de comprimento, ou seja, uma área de 48,5 hectares, aproximadamente (GIRON, 1977).

⁴ Segundo GIRON, esse sistema lembra a forma de ocupação do Oeste dos Estados Unidos, onde a divisão dos territórios e das propriedades não seguia a linha tradicional das fronteiras naturais, sendo traçada a partir de paralelos e meridianos (GIRON, 1992).

Sul, a área central conserva, até hoje, o mesmo traçado básico de quando ainda era a "Sede Dante" (ADAMI, 1964).

As dificuldades enfrentadas pelos colonos nos primeiros anos da colonização são referidas por praticamente todos os historiadores e reiteradas nos inúmeros relatos dos memorialistas:

“A falta absoluta de estradas dificultava sobremaneira o transporte de tudo; as provisões escasseavam e, na estação invernal que estava próxima, talvez até chegassem a morrer de fome no meio da floresta, como aconteceu mais tarde ...” (LORENZONI, 1975:131)

“... pequenos prédios abrigavam os colonos que iriam receber os lotes. As famílias ali permaneciam recebendo víveres do governo (...) A primeira tarefa dos imigrantes, após a sua chegada e alojamento provisório nos barracões era abrir picadas que permitissem chegar aos lotes, deslocar-se de um barracão a outro e de uma para outra linha (...) A abertura desses caminhos não era fácil. Os imigrantes tinham dificuldades de entender as ordens dos capatazes (...) Além das dificuldades naturais da mata, das cobras e de outros animais, o terreno era muito acidentado. Houve quem morresse, em acidente, no trabalho.” (RIZZON, POSSAMAI, 1987:98-101)

Apesar disso, na segunda ou terceira geração a maioria das famílias conseguia atingir um padrão de vida superior ao que tinham nas regiões italianas de origem⁵ e – o que era mais importante – com perspectivas de melhorá-lo ainda mais. Veja-se o depoimento de LORENZONI, referindo-se à Colônia Dona Isabel (Bento Gonçalves) no ano de 1888:

“Para a família do colono que amava o trabalho, nada absolutamente faltava; vivia uma vida sem preocupações e de um invejável bem-estar. Tinha, é verdade, certa dificuldade em

⁵ No século XIX, as regiões de origem dos colonos italianos que vieram para o RS (*Veneto, Lombardia, Trento*) enfrentaram sucessivas crises econômicas e guerras. Sobre a situação em Maróstica, província de Vicenza, em 1877, relata LORENZONI: *“... um ano bom, com colheitas fartas e em dois ou três, tudo correndo mal; pouco trabalho e em vez de lucro, dívidas e dificuldades (...) A maioria dos habitantes daquela redondeza era composta de camponeses pobres a quem tudo faltava. Inquilinos de ricos proprietários sem uma casinha própria, nem uma vaca possuíam (...) a situação dos agricultores tornava-se cada ano pior, e mesmo os que tinham posses previam que em poucos anos tudo perderiam, ficando na miséria. Esperanças de melhorar sua sorte não existiam ...”* (LORENZONI, 1975: 13-14).

adquirir vestuário e calçado, porquanto o que produzia, em gêneros coloniais, quase não tinha valor por falta absoluta de comercialização; mas o colono não conhecia modas e naquele tempo vestia e calçava com extrema simplicidade. Os tecidos e calçados também custavam muito pouco; o preço, sendo módico, tudo facilitava e animava a esperança do colono de que em breve fossem abertas estradas, conquistando praças e incentivando o comércio para a troca de seus produtos, e de poder um dia ver compensado seu trabalho” (LORENZONI, 1975:177).

Um dos traços mais peculiares da formação regional está no fato de que havia, inicialmente, uma situação relativamente igualitária com respeito à possibilidade de acesso à propriedade da terra (em pequenos lotes rurais ou urbanos). Além disso, os imigrantes formavam, na origem, um grupo econômica e culturalmente bastante homogêneo – eram, na maioria, pobres e analfabetos. Porém, isso não impediu que a partir daí se estabelecesse um processo de diferenciação social. .

Como já foi dito, na zona italiana o acesso à terra não foi gratuito. Embora os preços não variassem significativamente⁶, os lotes - mesmo os contíguos - apresentavam um potencial produtivo muito diferenciado, devido à presença de arroios e outros recursos naturais, qualidade dos solos, e também pela localização em relação ao núcleo urbano mais próximo (HEREDIA, 1997; GIRON, 1992).

De início, a produção da pequena propriedade colonial era basicamente para autoconsumo, realizada pelos próprios membros da família ou com a ajuda eventual de vizinhos. As técnicas agrícolas eram rudimentares e os imigrantes tinham pouco conhecimento sobre os solos e o clima locais. Mas o isolamento em que se encontravam nas primeiras décadas forçou uma diversificação da produção: foram introduzidas novas

⁶ “O preço de cada braça quadrada variava de dois a oito réis, não influenciando no preço nem a localização das terras nem a sua qualidade [...] um lote grande custava na base de 700 mil réis e um lote médio, 500”. (HEREDIA, 1997:52). Conforme GIRON, esse era o preço dos lotes “rústicos”, enquanto o dos lotes urbanos variava de 10 a 80 mil réis (GIRON, 1977).

culturas além do milho e do trigo e, graças à tradição de trabalho artesanal trazida da Itália, os itens de difícil aquisição começaram a ser produzidos localmente.

O domínio de técnicas artesanais foi outro fator de diferenciação social. Muitos imigrantes estabeleceram-se, desde o início, como artesãos nas diversas “Linhas” e nos núcleos urbanos nascentes. Os que possuíam alguma formação mais específica localizavam-se, preferentemente, na sede da colônia. No caso da Colônia Caxias, concentravam-se na Sede Dante, onde, em 1899, cerca de 40% dos homens eram artesãos - padeiros, alfaiates, ferreiros, sapateiros, seleiros, moleiros, amoladores, relojoeiros, entre outras profissões (GIRON, 1977).

O trabalho assalariado era praticamente inexistente nas propriedades rurais, mas estava presente em outras tarefas, como desmatamento, construção de barracões, abertura de picadas e estradas. A própria regulamentação legal da colonização garantia aos colonos quinze dias de trabalho remunerado ao mês nos empreendimentos a cargo da administração das colônias, que podiam servir, também, como pagamento antecipado de parcelas da dívida.

Desse modo, iam-se estabelecendo diferenças sociais com base não apenas na propriedade da terra, mas também nas diferentes habilitações para o trabalho não agrícola. Porém, foi o comércio a atividade que consolidou essas diferenças.

Ao chegarem ao Rio Grande do Sul, os italianos já encontraram uma rede de comercialização organizada sob o domínio dos alemães (PESAVENTO, 1983). Mas, na zona italiana, aquele que conseguisse tornar-se comerciante podia contar com uma alta margem de lucro, comprando e redistribuindo a produção da área colonial, organizando o transporte para a capital da Província (e mesmo para fora do Estado) e, no sentido inverso, abastecendo as colônias de produtos manufaturados. Em muitos casos, o colono

comerciante tornou-se o empreendedor das primeiras unidades de beneficiamento do produto primário (moinhos, fábricas de banha, cantinas)⁷.

A zona colonial italiana apresentou um amplo e rápido desenvolvimento, como demonstram os dados da Diretoria de Obras Públicas e Colonização do Estado para 1897, apresentados por GIRON:

ZONA COLONIAL ITALIANA – 1897

Colônia	Fundação(*)	População	Área total (ha)	Área cultivada (ha)
Conde D'Eu	1870	13.054	50.000	26.000
Dona Isabel	1870	19.863	84.000	50.000
Caxias	1875	21.927	100.000	65.000
Alfredo Chaves	1885	19.449	95.300	31.800
São Marcos	1885	2.568	2.836	800
Antônio Prado	1886	6.550	38.780	18.000
TOTAL		83.411	370.516	186.650

(*) informação corrigida

Como se vê, em apenas dezesseis anos (de 1870 a 1886), seis colônias haviam sido criadas e mais de 50 % da área colonial estava cultivada. Desde essa época, Caxias despontava como centro de toda a zona: era a mais populosa e já tinha 65% de sua área cultivada (GIRON, 1992).

Na passagem para o século XX já se evidenciava certo grau de contraste entre a zona rural e a urbana. A maior parte dos colonos do interior – moradores das “Linhas” e das

⁷ Esta situação é bem ilustrada, na ficção, por J. Pozenatto em seu romance “O Quatrilho”, no qual o personagem Ângelo Gardoni, em sua trajetória de enriquecimento, trabalha inicialmente em seu próprio lote agrícola e como jornalista, na construção de estradas; conseguindo comprar mais terras, instala um moinho onde produz farinha e processa também os cereais produzidos por seus vizinhos; em seguida, adquire um armazém na sede colonial, passando a investir na indústria e a ampliar seus estabelecimentos comerciais (POZZENATO, 1988).

pequenas localidades – tinha dificuldades para adquirir alguns tipos de produtos muito necessários (como tecidos, por exemplo); além disso, seguiam enfrentando o problema da precariedade dos caminhos para o escoamento da produção.

“A artéria principal entre Dona Isabel e Montenegro continuava em péssimas condições, mas, assim mesmo, centenas de carretas e tropas de mulas transitavam semanalmente, fazendo o trajeto entre os dois municípios, importando o que comportava a despesa e importando açúcar, café, fazendas, ferro, quinquilharias e muito outros artigos de absoluta necessidade” (LORENZONI, 1975:177).

“O que produziam em suas propriedade precisava ser vendido, para gerar o dinheiro que lhes permitiria comprar roupas, sal, açúcar e outros gêneros. Mas os produtos precisavam ser transportados e, para isso, necessitava-se de estradas” (RIZZON, POSSAMAI, 1987:293).

No meio urbano concentravam-se os intermediários comerciais; era com eles que os colonos, para enfrentar dificuldades periódicas, contraíam dívidas que nem sempre podiam ser saldadas. Outros sequer chegavam a saldar a dívida histórica com o próprio governo e tinham que abandonar as terras. Em suma, embora as colônias, em seu conjunto, fossem prósperas, essa não era a situação de todos os colonos.

Do início da colonização até a segunda década do século XX, a zona colonial italiana apresentou um extraordinário crescimento demográfico. Estima-se que 75.000 imigrantes italianos entraram no Rio Grande do Sul⁸, no período compreendido entre 1875 e 1913. O Censo Demográfico de 1920 registrou uma população de 2.226.000 habitantes no Rio Grande do Sul, dos quais 295.000 eram italianos por nascimento ou descendência.

⁸ HEREDIA refere-se à discordância entre os estudiosos do tema: enquanto Pellanda fala em 74.000, Mem de Sá estima em 84.000 o número total dos imigrantes italianos que ingressaram no Estado entre 1875 e 1914 (HEREDIA, 1997).

Embora não se disponha de dados exatos pode-se inferir que a população de origem italiana cresceu a taxas altíssimas, das maiores já registradas no Estado ⁹. Fruto desse crescimento, a região colonial alcançou, em 1920, uma densidade demográfica de 27,0 hab/km², muito superior à do Estado, que era de 7,9 (GIRON, 1977).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o objetivo de promover uma ocupação diferenciada da que até então existia no território gaúcho fora plenamente atingido. Além das áreas de grandes propriedades tradicionalmente dedicadas à pecuária (na região Sul e na fronteira noroeste) e da faixa litorânea com ocupação agrícola, havia agora uma nova região, densamente povoada, cujo dinamismo baseava-se na agropecuária familiar e em uma economia urbana nascente.

2.1.1.2 - Núcleos urbanos: origem e evolução

O próprio plano de ocupação da área colonial e o crescimento demográfico acelerado explicam o fato de que tenham surgido tantos núcleos urbanos, bastante próximos uns dos outros¹⁰, diferentemente das demais regiões do Estado (especialmente, a “Campanha”, onde se formaram poucos núcleos, muito distanciados). Da evolução desses núcleos resultou a atual rede urbana regional.

Essa evolução começa após a proclamação da República (1889), com a emancipação progressiva das colônias que, primeiramente, convertem-se em distritos dos

⁹ GIRON estima em 6,2% ao ano, mas com os dados apresentados pela autora não é possível comprovar a exatidão desse cálculo.

¹⁰ Segundo GIRON, localizavam-se a uma distância média de 103 km, o que correspondia a dois dias de viagem, nas condições existentes, ou seja, por trilhas abertas na floresta e em transporte pelos rios (GIRON, 1992).

municípios já existentes e logo, em municípios autônomos. Os núcleos urbanos mais desenvolvidos, por sua vez, disputam entre si a condição de sede municipal.

As colônias Dona Isabel e Conde D'Eu tinham sua jurisdição político-administrativa ligada, na origem, a São João do Montenegro. Em outubro de 1890, Dona Isabel emancipou-se como Bento Gonçalves; Conde D'Eu ficou sendo seu 2º Distrito, até constituir-se no município de Garibaldi, em 1900.

A colônia Fundos de Nova Palmira - cuja denominação oficial, em 1877, passara a ser “Colônia Caxias” - emancipou-se em 1884, ficando na condição de 5º Distrito de São Sebastião do Caí. Tinha, nesse momento, cerca de 10.500 habitantes. Quando em 1890, a Colônia tornou-se o município de Caxias, a antiga Sede Dante mudou de nome, para “Vila de Santa Teresa de Caxias”. Em 1910, essa vila foi elevada à categoria de cidade, também com o nome de Caxias. No mesmo ano foi inaugurada a estrada de ferro ligando-a à capital, Porto Alegre, o que consolidou sua posição de centro comercial da zona colonial italiana, substituindo definitivamente São Sebastião do Caí como ponto principal na rota de escoamento da produção colonial do Planalto e da Encosta da Serra.

Desses três primeiros municípios originaram-se outros quatro que integram a atual Aglomeração Urbana do Nordeste: Flores da Cunha, Farroupilha, Carlos Barbosa e São Marcos (Figura 5).

Flores da Cunha teve origem em um núcleo de colonos italianos trentinos, fundado em 1877, na faixa norte da Colônia Caxias, constituído inicialmente por dois povoados: São Pedro, situado onde hoje está a sede do município, e São José, um quilômetro a leste do primeiro. Devido a problemas de várias ordens e, particularmente, à grande escassez de água, em pouco tempo os habitantes de São José transferiram-se para São Pedro. Essa localidade veio a chamar-se Nova Trento e quando Caxias passou a município (1890), ficou

sendo seu 5º Distrito. A emancipação plena de Nova Trento ocorreu em 1924, ocasião em que anexou o Distrito de Nova Pádua e parte dos distritos 1º e 6º de Caxias, mas somente em 1935 passou a chamar-se Flores da Cunha (BOSCATTO, 1994).

Farroupilha formou-se a partir da fundação, em 1886, de um núcleo de imigrantes trevisanos e vicentinos, na então chamada “Colônia Sertorina”, localizada entre a 5ª a 2ª léguas da Colônia Caxias. Tomou o nome de Linha Vicenza e, posteriormente, Nova Vicenza; também ficou sendo distrito de Caxias quando da emancipação desta, em 1890. Próximo a Nova Vicenza estava Nova Milano - um núcleo de colonos milaneses considerado o berço da colonização italiana no Rio Grande do Sul, pois aí situava-se o “Barracão” que abrigara os primeiros imigrantes que chegaram à região. As duas localidades disputavam a condição de principal núcleo urbano da área. O predomínio de Nova Vicenza só se definiu a partir de 1910, com a inauguração da ferrovia – a linha passava entre ambas, mas a estação foi colocada em Nova Vicenza, o que estimulou o desenvolvimento dessa localidade até tornar-se uma vila. Com a emancipação de Farroupilha, em 1934, Nova Vicenza foi escolhida como sede urbana, ficando Nova Milano na condição de 4º Distrito de novo município (MONTEGUTTI et al., 1993).

Carlos Barbosa originou-se do vilarejo chamado “Trinta e Cinco”, que surgiu no início do século XX, ao redor de uma capela existente no lote nº. 35, à margem da “Estrada Geral” da Colônia Conde D’Eu. Foi a primeira localidade da região a receber, em 1910, uma estação da nova estrada de ferro que avançava de Montenegro em direção ao norte do Estado, ocasião em que recebeu também o nome atual e o estatuto de sede distrital. (MIGOT, 1989).

São Marcos foi colonizado por poloneses e italianos que se estabeleceram a nordeste da Colônia Caxias, em terras do município de São Francisco de Paula de Cima da Serra.

Constitui caso único no processo de ocupação da região pelo fato de registrar um decréscimo de população entre a primeira e a segunda década do século XX. Consta que cerca de 300 famílias de agricultores poloneses e 201 famílias de italianos foram lotadas no núcleo colonial São Marcos, entre 1885 a 1897. Em 1908 havia quase 6.800 habitantes mas em 1923, pouco mais de 3.500. Isso pode ser explicado, ao menos em parte, pela evasão dos imigrantes para áreas mais ao norte, no Rio Grande do Sul e mesmo em Santa Catarina e no Paraná, devido às condições de grande penúria e isolamento que tiveram que suportar nos primeiros anos de assentamento (RIZZON, POSSAMAI, 1987).

As emancipações de Carlos Barbosa e São Marcos ocorreram em uma etapa posterior ao que aqui se considera como período de formação do espaço regional. Carlos Barbosa separou-se de Garibaldi em 1959; em 1963, São Marcos desligou-se de Caxias do Sul, quando a região já se encontrava em outro estágio de seu desenvolvimento econômico e outro era o contexto das disputas intra-regionais.

Como parte dos elementos explicativos da configuração territorial atual, é preciso considerar, ainda, as modificações da área municipal de Caxias. Entre 1910 e 1912, eram quatro os distritos que integravam o município: o 1º Distrito ou sede (a ex-Vila de Santa Teresa, então cidade de Caxias), Nova Trento, Nova Pádua e Nova Vicenza. Em 1921 foi-lhe acrescido o núcleo colonial de São Marcos, que até então pertencera ao município de São Francisco. Em 1924 foi desanexado o Distrito de Nova Trento que, junto com Nova Pádua, deu origem ao município de Flores da Cunha. Em 1934 foi desanexado o Distrito de Nova Vicenza, que passou a ser o município de Farroupilha. De 1935 em diante o território municipal manteve-se quase o mesmo, formado pela Sede e os Distritos de São Marcos, Galópolis, Ana Rech, Vila Seca, Santa Lúcia do Piaí, Fazenda Souza e Forqueta. A

alteração mais recente foi a emancipação de São Marcos, em 1963, conforme já foi mencionado.

Por fim, cabe ressaltar que os municípios mais novos - Nova Pádua (emancipado de Flores da Cunha), Monte Belo do Sul e Santa Teresa (emancipados de Bento Gonçalves) surgiram na “onda” municipalista que se verifica no Rio Grande do Sul no período posterior à Constituição estadual de 1989.

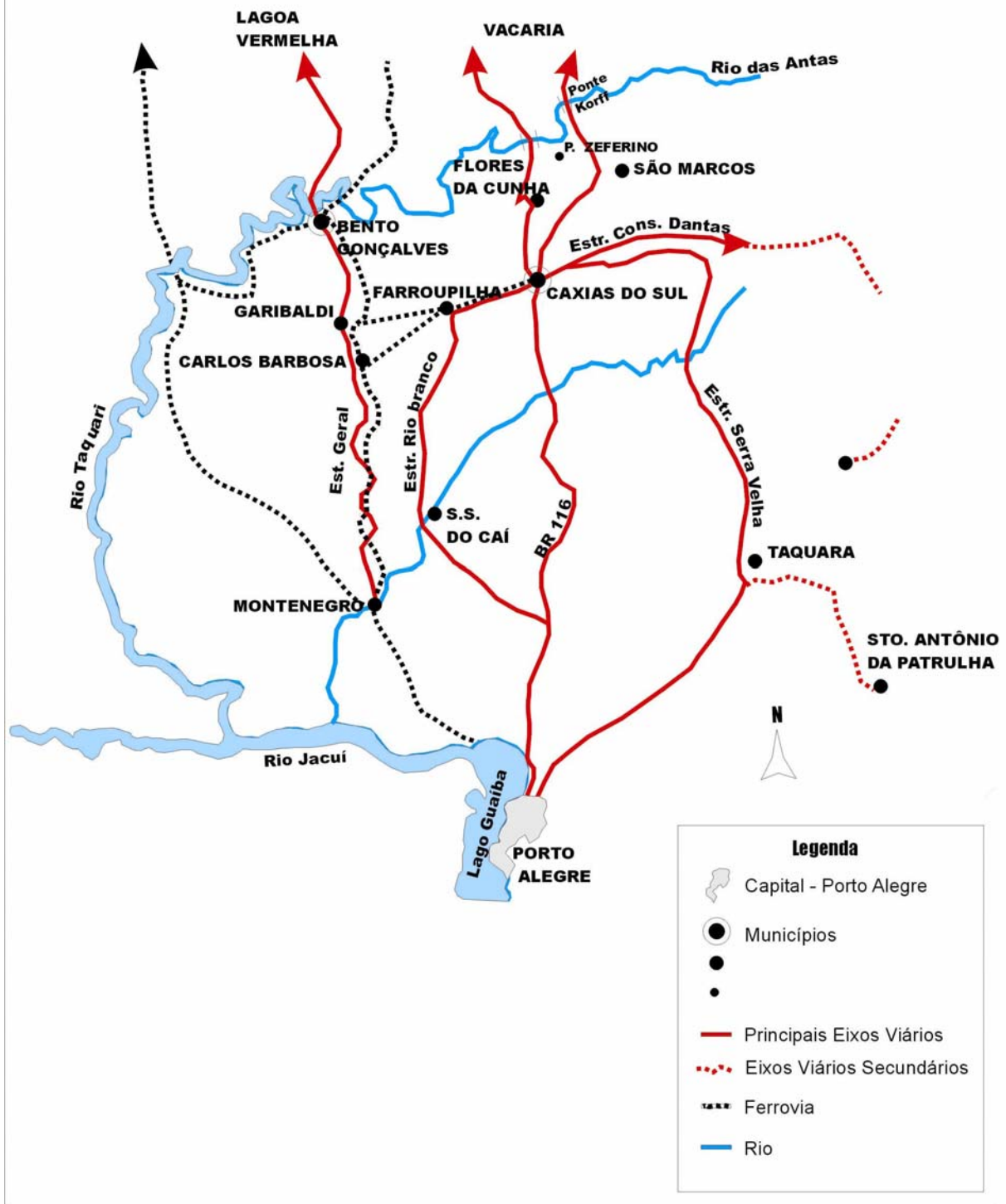
2.1.1. 3 - Sistema viário

Os traços básicos da estruturação do espaço regional que se originaram na etapa de formação completam-se com as vias que foram abertas para fazer a ligação das colônias entre si, e destas com os centros de comércio (São Sebastião do Caí, Montenegro, Porto Alegre).

As mais antigas vias de acesso à região eram a “Estrada da Serra Velha” e a “Estrada Rio Branco”. Saindo de Santo Antônio da Patrulha, a estrada da Serra Velha cruzava os Campos de Cima da Serra, passando por Criúva e descendo ao denominado Passo das Antas, onde hoje está a ponte Korff (Figura 6). Em 1845 a Câmara de Santo Antônio da Patrulha já fazia referência à sua existência, na forma de “... *uma picada que vai desta vila para o Distrito de Cima da Serra e Vacaria*”; em 1862, a mesma Câmara insistia junto ao governo da Província para que melhorasse a referida estrada, porque era uma importante rota de tropeiros.

A estrada Rio Branco, por volta de 1870 já era a principal ligação do Vale do Caí com São Francisco e Vacaria, nos Campos de Cima da Serra, passando pela área onde mais tarde foi colocado o núcleo da Colônia Caxias. A Câmara Municipal da então “Vila de São Sebastião de Cahy”, em 1883, reclamava do mau estado dessa via, mencionando que por ela passavam muitos cargueiros e tropas que desciam até o Rio Caí. A estrada Rio Branco foi uma referência para a demarcação das colônias, como parece nos autos de medição das terras (RIZZON, POSSAMAI, 1987).

Figura 06: Eixos de Ligação da Zona Colonial Italiana com Porto Alegre (1870/1930)



Até o começo da ocupação da zona colonial italiana, a estrada da Serra Velha e a estrada Rio Branco foram os grandes eixos de interligação das diferentes localidades da região dos Campos de Cima da Serra. Porém, logo se tornaram insuficientes. Muitos dos novos núcleos coloniais foram colocados em locais isolados, aos quais o acesso se fazia somente através de picadas. Era o caso, por exemplo, de São Marcos, onde as fazendas da área conhecida como Pedras Brancas (e que fora ocupada em época anterior à colonização) constituíam um obstáculo para se chegar à estrada Rio Branco. Foi necessário abrir um caminho em direção a Nova Trento para daí alcançar Caxias, tarefa que embora coubesse às autoridades provinciais, dependia em grande medida da disposição de trabalho dos próprios colonos. A ligação São Marcos-Nova Trento-Caxias só ficou pronta por volta de 1890. Em 1907 terminou-se de abrir o trecho dessa estrada que conduzia até Antônio Prado, e que ainda hoje serve de ligação entre esses municípios. RIZZON e POSSAMAI descrevem as condições em que essa via foi construída, em um relato que, com toda probabilidade, aplica-se a várias outras estradas da região:

“Os colonos trabalhavam, em média, seis meses por ano, na estrada. O restante do tempo cuidavam de suas roças. Os que moravam mais longe iam para casa cada quinze dias e os que moravam perto, diariamente (...) Na época, não havia máquinas para abrir estradas. Tudo era fruto da força do braço humano. As principais ferramentas usadas eram o picão, a picareta, a pá, a alavanca, a marreta, o machado, a foice, o ponteiro e a “spazzetta”, que era uma espécie de colher, provida de haste longa, utilizada para limpeza dos orifícios na pedra, para colocar a pólvora. Com tantas ferramentas, precisava-se de um ferreiro. Este trabalho foi realizado, durante muitos anos, por um polonês chamado Felipe Sawicki (...) Por volta de 1914, a estrada estava aberta, faltando, porém, muitos trabalhos de alargamento, bueiros e ponte. Os trabalhos continuaram até depois de 1920.” (RIZZON, POSSAMAI, 1987: 297-298).

Saindo de São Sebastião do Caí, a estrada Rio Branco passava por Nova Milano,

estação Nova Vicenza e São Vicente, seguindo até Antônio Prado. Em 1911, após receber melhorias, foi reinaugurada como “Estrada Júlio de Castilhos”, representando um grande avanço na ligação da região colonial com a Depressão Central e a capital, função que até hoje desempenha, pois se constitui na atual RS-122, principal alternativa à BR-116 para o acesso à região serrana (por São Vendelino).

Outra via estruturadora do espaço regional foi a estrada Buarque de Macedo, antiga “Estrada Geral” da Colônia Conde D’Eu (MIGOT, 1989). Essa via ligava Montenegro a Lagoa Vermelha, passando pelo já referido vilarejo “Trinta e Cinco”, que deu origem a Carlos Barbosa, e daí rumava para Garibaldi e Bento Gonçalves. Tendo sido um eixo que “... dava tráfego a tropas de mulas de carga e carretas, entre Dona Isabel e São João do Montenegro, ponto de embarque do rio Caí, para chegar a Porto Alegre” (LORENZONI, 1975:147), atualmente é a rodovia estadual RS-470.

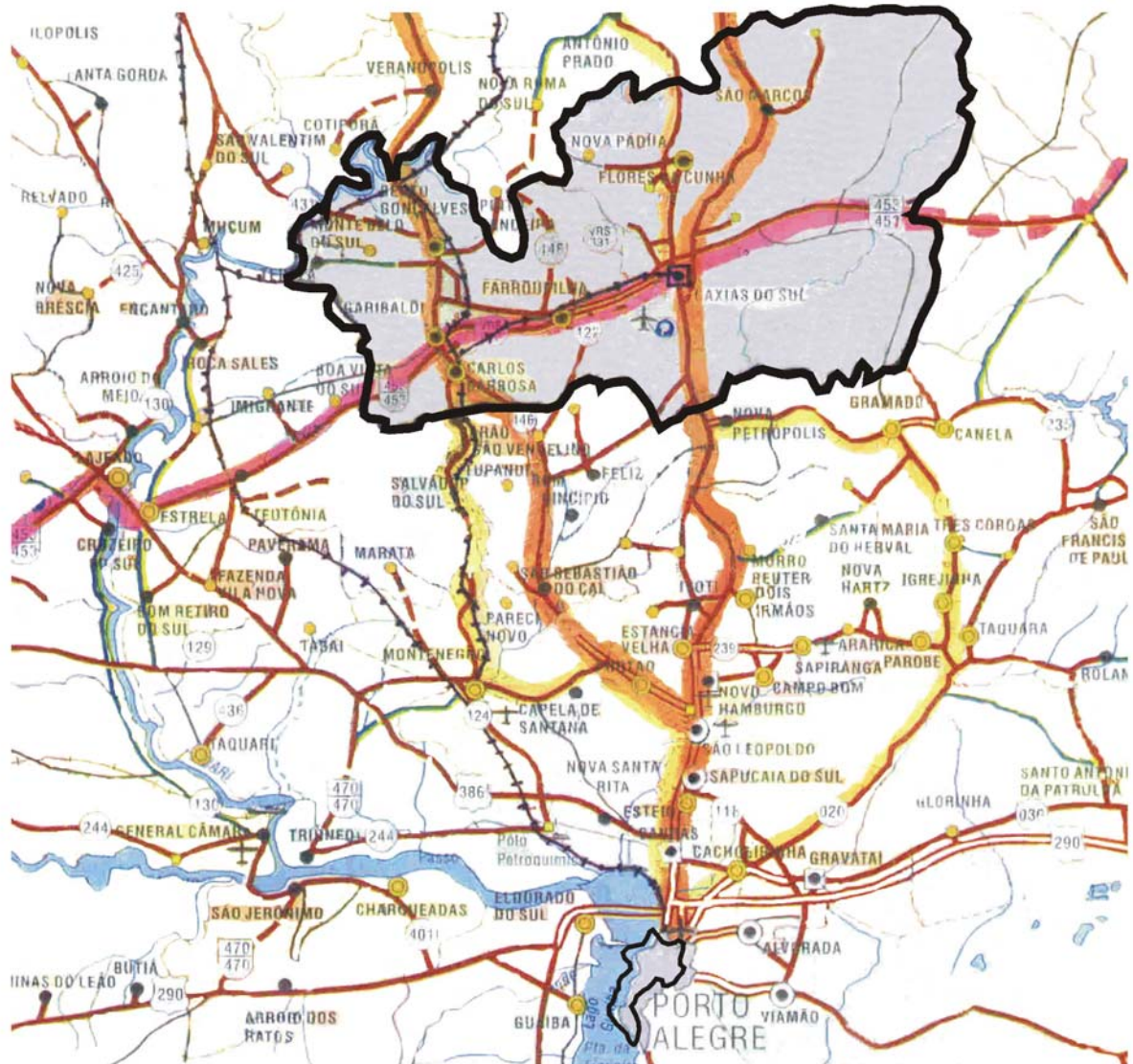
A ligação por ferrovia com a região central do Estado foi uma reivindicação das colônias desde, pelo menos, a última década do século XIX. No início do século XX o traçado planejado para a expansão da rede, a partir de Novo Hamburgo, tomava uma direção que terminaria por excluir Caxias e outras localidades da região serrana. Mediante muita pressão política, esse traçado foi alterado durante o governo de Borges de Medeiros, a fim de que as novas linhas abrangessem a zona colonial italiana, passando pelo maior número possível de municípios.

Em 1910 a estrada de ferro chegava a Carlos Barbosa. Daí avançou em direção a Caxias, cruzando o território do atual município de Farroupilha. Foi solenemente inaugurada em 1^o de junho de 1910. O prolongamento da ferrovia de Carlos Barbosa até Bento Gonçalves (passando por Garibaldi) só foi concluído em 1918, fato que muito contribuiu para consolidar a posição de predomínio de Caxias, que já era a maior

concentração populacional e econômica da região. Carlos Barbosa também teve sua posição reforçada, uma vez que ficou sendo o ponto de entroncamento para os dois maiores núcleos urbanos da região. A linha que vai de Bento Gonçalves a Santa Teresa (direção leste-oeste) completou a ligação entre os ramais General Luz-Vacaria e Roca Sales Marcelino Ramos, que se estendem (na direção norte-sul) da Depressão Central ao norte do Estado. As sedes municipais de São Marcos, Flores da Cunha, Nova Pádua e Monte Belo não foram (e até hoje não são) atendidas pela ferrovia, de modo que o traçado atual em nada difere do traçado histórico (METROPLAN, 1998).

Como se pode constatar, de simples caminhos coloniais essas vias se tornaram, posteriormente, eixos viários grande importância nas ligações intra e interregionais (Figura 7).

Figura 7: AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE/RS - 1998
Sistema Viário Atual - principais eixos de ligação intra e interregionais.



■ AUNE

Fonte: Mapa do Estado do Rio Grande do Sul Político-Rodoviário - ADIMAPAS - P.Alegre/RS
Fontes das informações adicionais: METROPLAN/RS (1998);
Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/Secretaria de Transportes.

2.1.2 - Primórdios da industrialização

2.1.2.1 – Do artesanato à manufatura

As condições para que a região serrana que acolheu os imigrantes italianos viesse a se tornar uma importante área industrial dentro do Rio Grande do Sul já estavam inscritas no próprio projeto de colonização empreendido pelo governo imperial brasileiro. Essa afirmação deve ser entendida no sentido de que, embora o propósito explícito do Império fosse reforçar a defesa da fronteira sul do território brasileiro, a ocupação de uma vasta área de terras férteis, em regime de pequena propriedade familiar, por uma população que dominava em grande medida as técnicas do trabalho manufatureiro, encerrava um grande potencial de acumulação e desenvolvimento capitalista.

Isso explicaria como, em pouco mais de um século, a região passou de uma economia predominantemente agrária para um padrão de desenvolvimento que se baseia, primordialmente, em atividades urbanas, cabendo à indústria o maior peso.

Um dos pilares da industrialização na região (além dos já mencionados capitais acumulados no comércio) foi, sem dúvida, a capacitação de uma grande parcela dos imigrantes para a produção artesanal e manufatureira. Muitos deles haviam sido agricultores-artesãos em suas regiões de origem; outros, especificamente operários urbanos. Nos primeiros tempos, os colonos procuravam satisfazer a demanda local por alguns produtos escassos montando pequenas oficinas (selarias, olarias, funilarias), dentro ou nas proximidades das propriedades rurais. No limiar do século XX, a economia da região italiana, predominantemente agrária, já contava com um importante setor de produção

artesanal concentrado na 5ª Léguas – fração da Colônia Caxias onde se localizava a “Sede Dante”, atual cidade de Caxias do Sul. Em 1899, havia aí 223 estabelecimentos industriais, dos quais 65% eram moinhos, serrarias, alambiques e engenhos de cana. Havia também várias ferrarias, funilarias e alguns curtumes (GIRON, 1977).

Na medida em que se desenvolviam, as unidades desse setor produtivo iam assumindo características de manufatura, evoluindo mais tarde para o sistema fabril¹¹. De modo geral, historiadores e demais analistas reconhecem o papel decisivo do comércio em estimular e abrir mercado para a produção artesanal, mas a bibliografia registra certo grau de controvérsia sobre como se dá a passagem do artesanato à manufatura e, posteriormente, à grande indústria, na região.

Enquanto GIRON considera que: “*Gradativamente, aquelas pequenas indústrias se transformaram em fábricas*” (GIRON, 1992:91), autores como LAGEMANN e PESAVENTO afirmam que essa passagem não é gradativa, e mesmo não aconteceria não fosse a ação dos capitais acumulados no comércio sobre elas, promovendo sua transformação e expansão (LAGEMANN, 1978; PESAVENTO, 1983). Para HEREDIA, a formação do capital comercial foi, sem dúvida, uma pré-condição da industrialização (ao lado da política de terras e da existência de mão de obra familiar), mas segundo a autora, não se deve desconsiderar o peso de valores culturais típicos dos grupos imigrantes, tais como a crença no trabalho como fonte da riqueza e o desejo de ascensão social (HEREDIA, 1997).

¹¹ Segundo Marx, a **manufatura** é a forma de organização do processo produtivo que precede a fábrica; caracteriza-se por ser a reunião, em um mesmo local, de um grupo de trabalhadores (artesãos) que realizam, simultaneamente, trabalhos análogos e/ou complementares, de um nível técnico ainda semelhante às tarefas artesanais que antes realizavam de modo independente; a **fábrica**, mais do que uma mudança de escala em relação à manufatura, se caracteriza pela introdução de instrumentos de produção tecnicamente mais complexos e também pela progressiva perda do controle sobre o processo produtivo por parte dos trabalhadores (MARX, 1968: 273-277)

A evolução da manufatura ao patamar de produção fabril pode ser percebida no desenvolvimento de alguns ramos industriais tradicionais na região, como o vinícola, o têxtil e o metalúrgico.

O nascimento da indústria vinícola é bem exemplificado no estudo de SANTOS sobre o núcleo colonial Travessão São Pedro, em Bento Gonçalves, cujas perspectivas se modificaram a partir da última década do século XIX, quando o vinho, até então fabricado para consumo doméstico, tornou-se a principal “moeda” na aquisição de produtos manufaturados nos armazéns coloniais. A produção vinícola artesanal feita na cantina doméstica (compartimento situado, em geral, no piso inferior da moradia), era adquirida pelos comerciantes e repassada aos atacadistas, os quais, por sua vez, a comercializavam em outros municípios (principalmente, em Porto Alegre) e estados (São Paulo, Rio de Janeiro).

Os intermediários comerciais realizavam a venda a vista e pagavam os pequenos produtores a prazo, sistema que favorecia a acumulação de capital. A partir daí, esses comerciantes estavam em vias de tornarem-se, eles próprios, produtores. Muitos montaram estabelecimentos ao lado das casas comerciais, onde estocavam, “formavam o tipo” e “corrigiam” o vinho, antes de comercializá-lo. As oportunidades de ampliação do capital então se multiplicavam, tendo em vista as diferenças de preços nas transações com os camponeses e entre os mercados local, regional e externo. Segundo SANTOS, foi desse modo que os comerciantes passaram a exercer uma superioridade econômica e social sobre os camponeses (SANTOS, 1977).

O fato que melhor expressa o estágio de desenvolvimento alcançado pela indústria vinícola é a fundação, em 1927, do Sindicato da Indústria do Vinho - o qual deu origem à Sociedade Vinícola Rio-Grandense (entidade que ficou popularmente conhecida como

”Sindicato do Vinho”). Seu objetivo explícito era promover a melhoria da qualidade do produto, mas SANTOS considera que a verdadeira função da Sociedade Vinícola foi a de instrumento para a centralização dos capitais¹², na medida em que reunia a poupança dos pequenos produtores que adquiriam suas quotas. O setor vinícola, que até então se caracterizava da pela presença de uma miríade de produtores independentes, mudou de estrutura após a década de 20: emergiram as grandes indústrias, sob a forma de cooperativas ou sociedade anônimas, que atuavam como oligopólios frente aos pequenos estabelecimentos pulverizados, com baixo volume de produção. Essa estrutura se manteve inalterada até a década de 70, quando teve início entrada de capitais multinacionais no setor (SANTOS, 1977).

A trajetória da indústria têxtil é retratada por HEREDIA, em seu estudo de caso sobre o Lanifício São Pedro, de Galópolis. Primeira fábrica têxtil da região, o Lanifício foi inicialmente uma cooperativa, fundada em 1894 por imigrantes da região de Vicenza¹³. A fábrica propriamente dita foi inaugurada em 1898, após a compra dos teares de uma empresa que falira, na Itália. Em 1906 essa cooperativa foi adquirida pelo imigrante Hércules Galló. Em 1911, o Lanifício já possuía 45 teares; no mesmo ano começou-se a providenciar a instalação de uma turbina hidroelétrica e um gerador com capacidade não só para atender à fábrica, como também à demanda de energia elétrica da população da localidade. Galló dirigiu a empresa até 1912, ano em que foi feita a fusão com a Sociedade Chaves e Irmãos (empresa que era cliente do Lanifício) sob a forma de sociedade anônima.

¹² Para Marx, **centralização** vem a ser “... *la aglutinación de muchos capitales pequeños para formar unos capitales grandes. La centralización completa la obra de la acumulación, puesto que permite a los capitalistas industriales extender la escala de sus operaciones. (...) mediante la fusión de una multitud de capitales ya formados ...*”, cujo caminho é, via de regra, a criação de sociedades anônimas (MARX, 1968: 529-531). No mesmo texto, Marx sustenta que a centralização é um processo geral na economia capitalista, mas que assume algumas peculiaridades, conforme o ramo industrial.

¹³ Consta que todos haviam sido operários têxteis, obrigados a deixar a Itália por haver participado de sérios conflitos laborais e políticos, no final da década de 1880 (HEREDIA, 1997).

Nesse período teve início a construção da vila operária - “Galópolis” – cujo crescimento acompanhou a expansão da fábrica, que chegou a ser uma das mais importantes da região. Em 1928, a empresa foi vendida em sua totalidade a Chaves Irmãos & Cia, que a manteve até 1979, quando foi então adquirida pelo grupo Kalil Sehbe.

Reconstituindo a história do Lanifício São Pedro, HEREDIA demonstra como a pequena cooperativa têxtil se transformou em grande indústria, com o progressivo aumento de capital e introdução de máquinas mais modernas. A autora destaca também o papel que tiveram, nesse processo, os valores de uma “cultura fabril” – cujo símbolo máximo é a vila operária de Galópolis - e que muito contribuíram não apenas para a reprodução das condições de vida dos trabalhadores, como também para mantê-los em uma situação de “submissão consentida” - conforme expressão da autora (HEREDIA, 1997).

O embrião da indústria metalúrgica, na região, foram as chamadas “funilarias de fundo de quintal”, as quais deram origem a quase todas as grandes empresas do setor. A eclosão da guerra européia de 1914 representou um incentivo especial para a expansão e o fortalecimento dessa indústria, pois, para atender ao aumento da demanda, muitas delas foram ampliadas, transformando-se em oficinas de reposição de peças, num processo que abriu caminho à criação das grandes indústrias fabris.

O exemplo mais citado é o da Metalúrgica Abramo Eberle S.A., de Caxias, que viria a converter-se no paradigma da “grande fábrica” no contexto da indústria regional, atingindo inclusive um lugar de destaque no cenário nacional. Seu fundador foi Guiseppe Eberle, natural do Veneto, onde fora agricultor, barbeiro e fabricante de alambiques de cobre. Segundo BALDISSEROTTO, ao chegar à Colônia Caxias (1886), Eberle vendeu um lote de mercadorias trazidas consigo da Itália e adquiriu terras na 7^a. Léguas; plantou frutíferas e tornou-se fabricante de “graspa” (aguardente de uvas). Dois anos depois

comprou a oficina de Francisco Rossi (na Rua Sinimbú, no centro de Caxias), passando a produzir lamparinas, artigo de grande demanda na época.

O crescimento dos negócios se fez à base do trabalho familiar - enquanto a esposa atendia a funilaria, Giuseppe voltou a comprar terras. O jovem Abramo Eberle, aos doze anos tornou-se o representante do pai nessa propriedade rural e em 1896 assumiu o posto da mãe à frente da funilaria, já então ampliada com vidraçaria e loja de artigos de cobre e louças. Desde essa época o empresário estabelecia relações comerciais com os colonos fornecendo-lhes mercadorias e recebendo, em troca, gêneros agrícolas; também prestava serviços de funilaria e emprestava-lhes dinheiro. Abriu novos mercados levando para São Paulo os produtos fabricados pelo pai e pelo sogro (vinho e graspa) e por outros colonos (salames, queijos, presuntos, bolsas de palha). Aos colonos Abramo Eberle pagava no retorno, quatro meses depois; ao pai, à vista, através do Bank of London! (BALDISSEROTTO, 1995:103).

Sem dúvida, o lucro comercial foi a principal fonte dos capitais que permitiram a ampliação de sua produção industrial. Em 1901, Abramo adquiriu “... *uma máquina de remanchar, outra de cortar reto e de cortar redondo, e outra de fazer cilindros*”, bem como o primeiro forno para fundição de metais não ferrosos, começando a fabricar artigos de montaria (BALDISSEROTTO, 1995:102). Os primeiros geradores de energia foram adquiridos em 1908, o que lhe permitiu aumentar ainda mais o capital, o número de empregados e, conseqüentemente, o volume da produção. Em 1915, instalou os primeiros motores elétricos e a primeira prensa manual; em 1918 começou a fabricar talheres; em 1921 abriu a primeira filial em São Paulo. Na década de 20, instaurou a produção de artigos forjados. Paralelamente, concedia financiamento a outros produtores para a aquisição de máquinas importadas das quais, aliás, era o representante local.

Examinado essa trajetória, compreende-se porque Abramo Eberle é considerado paradigma do colono-comerciante que se torna industrial de sucesso, e a Metalúrgica Eberle – uma empresa que nasceu e permaneceu por 80 anos sob domínio da mesma família - é freqüentemente referida como exemplo do processo de industrialização em Caxias do Sul e região. Porém, vários outros pioneiros da indústria metalúrgica regional tiveram trajetória semelhante¹⁴.

No limiar dos anos 30 havia, na região, um número significativo de empresas “modernas” – ou seja, empresas que tinham dado um salto em escala e mudado a forma de organização do processo produtivo, introduzindo novos meios técnicos (maquinaria que utilizava energia elétrica) e ampliado o número de empregados e os volumes de produção. Mas, ao que parece, não houve uma mudança correspondente no padrão das relações de trabalho.

A maioria das empresas – mesmo as maiores – era de base essencialmente familiar, sendo administradas diretamente pelos donos, seus parentes e herdeiros. Os laços de parentesco influenciavam, também, na escolha dos funcionários. Havia pouca distância entre patrões e empregados que trabalhavam lado a lado, no ambiente da fábrica. Tais relações guardavam semelhança com as que vigoravam nas pequenas propriedades rurais, de onde muitos desses industriais e seus trabalhadores haviam saído, há bem pouco tempo.

¹⁴ Entre eles, o próprio Amadeu Rossi, que fora funileiro e fabricante de alambiques, e vendera seu estabelecimento a Giuseppe Eberle; Rossi instalou a primeira metalúrgica de Caxias, vendida em 1915 a Fracalanza & Cia., e em 1940 fundou a Metalúrgica Amadeu Rossi e Filhos. José Gazola, também de Caxias, foi o fundador da Indústria Metalúrgica Gazola Ltda, que se tornaria “uma das maiores fábricas de munição do país” (ADAMI, 1964). Em Carlos Barbosa, esse papel coube a Ivo Tramontina, que herdou de seus pais uma ferraria onde eram fabricados facas e canivetes, e a conduziu até transformá-la na Tramontina Cutelaria, a maior das empresas do Grupo Tramontina, por ele fundado, e que atualmente inclui empresas fabricantes de ferramentas agrícolas, materiais elétricos, de pesca, talheres, etc., com plantas em vários municípios da região (MIGOT, 1989)

Além dos trabalhadores assalariados que trabalhavam por jornada, um grande contingente ingressava nas empresas na condição de aprendiz, sem receber qualquer remuneração, para ser treinado nas diferentes tarefas da produção. Os contratos definiam rígidas normas de trabalho e de comportamento, assim como as multas para o caso do não cumprimento dos acordos. No final do aprendizado, o jovem havia se convertido em um operário comum, formado de acordo com as necessidades da fábrica.

Esse foi o regime adotado em muitas das grandes indústrias da época como, por exemplo, a Metalúrgica Eberle e o Lanifício São Pedro:

“Na pequena funilaria de Abramo Eberle, a mão de obra era constituída basicamente de aprendizes, contratados pelo sistema de cama e mesa. Os meninos, através de seus representantes legais, assinavam contratos para aprenderem o ofício de funileiro ou ourives. As condições e o tempo dos contratos eram variáveis, durando de um ano e meio a três anos; os meninos podiam trabalhar em troca de casa e comida, alguns recebiam comida e uma remuneração mensal, outros somente o salário ... A obediência ao patrão era garantida pela indenização prevista na rescisão dos contratos de trabalho assinados.” (BERGAMASCHI, 1991 apud BALDISSEROTTO, 1995:102)

Além dos trabalhadores efetivos, Eberle mantinha um grupo de colonos artesãos que trabalhava a domicílio, com produtos de couro: recebiam a matéria prima e entregavam a produção, podendo sacar a diferença em mercadorias, na loja de Eberle. Ou seja, eram simultaneamente trabalhadores e clientes da empresa de seu patrão.

No Lanifício São Pedro também se dava preferência aos grupos aparentados. As relações de parentesco podiam facilitar a obtenção do emprego, mas aumentavam a possibilidade de controle sobre os salários, pois a dispensa de um podia se transformar na dispensa de vários indivíduos do mesmo grupo familiar. Em geral, era longo o tempo de permanência no emprego e muito comum o retorno ao trabalho após a aposentadoria.

Dentro da fábrica estabelecia-se um sistema de favores e obrigações mútuas. Não havia controles formais - mestres e contramestres é que vigiavam o serviço, os horários e o ritmo da produção (em algumas circunstâncias isso podia significar o controle de pais sobre filhos). A jornada de dez horas era aumentada ou reduzida conforme as exigências da produção; por ocasião da entrega de grandes pedidos, era prolongada sem que se aumentasse o número de trabalhadores. A mistura de relações pessoais com relações de trabalho, no caso do Lanifício São Pedro, era acentuada pela proximidade entre a fábrica e a moradia operária, na vila de Galópolis. O alto grau de relações interpessoais no trabalho foi sem dúvida um dos fatores que ajudaram a forjar a visão, muito difundida na sociedade regional, de que “a fábrica era uma extensão do lar” (HEREDIA, 1997).

2.1.2.2 – A relação fábrica-residência

O desenvolvimento de uma indústria com tais características, na região, marcou a estruturação espacial no nível intra-urbano, através de dois elementos: a localização das unidades produtivas e a formação de áreas residenciais da força de trabalho.

BALDISSEROTTO registra vários exemplos de indústrias que começaram sua atividade na área rural, transferindo-se posteriormente para os núcleos urbanos. Tal foi o caso da oficina De Antoni (fabricante de carroças), da tecelagem Panceri e do moinho Andrezza, de Caxias, primeira década do século XX (BALDISSEROTTO, 1995). Mas, de modo geral, as unidades industriais foram surgindo nos próprios núcleos, concentradas nas áreas centrais e/ou dispersas pela malha urbana. Esta é a situação que se observa tanto nas pequenas cidades, como Garibaldi, Carlos Barbosa e Flores da Cunha, quanto nas maiores - Bento Gonçalves e Caxias do Sul.

Em Caxias, desde o século XIX, existiam indústrias em bairros centrais – como, por exemplo, o Bairro Panazzolo, um dos mais antigos da cidade, onde em 1882 havia uma fábrica de móveis, outra de brocas, dois moinhos e dois alambiques (LAZZAROTTO; VALENTIN, 19L86). Em Garibaldi, a primeira grande vinícola a instalar-se foi a Cantina Peterlongo, em 1915; na década de 20 surgiram várias outras - Cooperativa Vinícola Garibaldi, Sociedade Vinícola Rio-Grandense, Carraro-Brosina S/A, Pindorama S/A, Generino Rossoni - todas localizadas dentro da área central (TIBURSKY, 1979). Em área central do núcleo urbano de Carlos Barbosa localizaram-se, também, a Tramontina Cutelaria, a empresa mais antiga do Grupo Tramontina, fundada em 1911, e a *Latteria Santa Chiara* - atual Cooperativa Santa Clara, fundada em 1912 (MIGOT, 1989).

Em Bento Gonçalves as plantas industriais mais antigas localizaram-se na área central e em bairros adjacentes (como Cidade Alta e São Bento), onde até hoje se fazem presentes.

Flores da Cunha teve sua evolução marcada pelas características da indústria vinícola, predominante na economia do município. Mas, ao contrário do que ocorreu em Garibaldi, em Flores da Cunha não se verificou uma concentração dos estabelecimentos produtores e comercializadores na área central, nem sequer no núcleo urbano. O vinho era produzido em cantinas rurais e remetido, em grande proporção, diretamente aos mercados consumidores. Os estabelecimentos estavam localizados de maneira dispersa, embora alguns, de maior porte, tivessem preferido localizar-se na sede.

O padrão de localização observado na maioria das cidades foi mantido praticamente inalterado por muito tempo (até pelo menos meados da década de 70), pois não conflitava com o crescimento urbano. A Metalúrgica Eberle, por exemplo, entre 1896 e 1926, de uma pequena oficina de 100 m² que era, cresceu até ocupar uma quadra inteira no centro de

Caxias (entre as ruas Sinimbú, Marques do Herval e Dezoito do Forte); na década de 30 ultrapassou os limites dessa quadra, chegando a ocupar uma área de quase 4.000 m². A Tramontina Cutelaria, em Carlos Barbosa, até a década de 80 ainda ocupava pavilhões no centro, quando então se transferiu, juntamente com outras empresas do Grupo, para a área próxima ao trevo de acesso à cidade pela RS-470.

Paralelamente, não se formaram bairros residenciais exclusivamente operários, e mesmo os bairros predominantemente operários eram raros e não tinham limites muito marcados – ou seja, via de regra estiveram integrados ao conjunto da área urbana. Nesse sentido, Galópolis – a pequena vila operária do Lanifício São Pedro - vem a ser um exemplar diferenciado dentro da organização espacial produzida pela indústria, na região. A começar por sua localização, afastada do núcleo central da Colônia Caxias, e que correspondia a uma escolha locacional bastante característica das indústrias têxteis, no patamar tecnológico da época. A fábrica buscou a proximidade com uma fonte potencial de energia, – a Cascata do Véu da Noiva, no lugar chamado “*Il Profondo*”. Mais tarde foi aí construído o “Desvio do Morro”, uma alternativa à Estrada Rio Branco que evitava a vertente mais íngreme do planalto, “... *para que por aí pudessem passar as máquinas adquiridas para a cooperativa dos tecelões*” (BALDISSEROTTO, 1995:67).

Galópolis se constituiu em uma típica “vila de fábrica”, análoga a outras tantas que surgiram primeira fase da industrialização brasileira, ligadas à indústria têxtil¹⁵, cuja função explícita era garantir a fixação da força de trabalho nas proximidades da fábrica:

¹⁵ Na história do desenvolvimento industrial brasileiro não faltam exemplos de vilas e/ou cidades que cresceram ao redor de fábricas têxteis, tais como Paulista, em Pernambuco, descrita por LOPES como “a cidade das chaminés” (LOPES, 1988); Votorantim, em São Paulo (FOOT; LEONARDI, 1982) e Pau Grande, no Rio de Janeiro (CASTRO, 1995).

“As primeiras casas da vila operária foram construídas para abrigar mão-de-obra estrangeira contratada pela fábrica, a fim de mover os novos teares mecânicos comprados na Europa. Com a formação da Sociedade Chaves e Irmãos, os novos proprietários decidiram implantar um plano habitacional que garantisse a fixação da mão de obra em torno da fábrica. Em um momento em que as empresas se preocupavam com a manutenção da mão-de-obra, principalmente porque não era fácil encontrar bons tecelões e tintureiros ...” (HEREDIA, 1997:204).

“Moradia, água, luz, emprego coletivo para a família, atendimento religioso, horta no quintal das casas, escola, eram condições estimulantes de trabalho para os colonos imigrantes, mesmo que o salário não fosse alto” (HEREDIA, 1997:173).

Devido a essa proximidade entre fábrica e residência, em uma área praticamente autárquica¹⁶, Galópolis representa, em grau máximo, as relações de trabalho personalizadas e os mecanismos (objetivos e subjetivos) de controle do patronato sobre sua mão de obra que caracterizaram, na origem, o desenvolvimento da indústria na região colonial italiana.

A fase inicial do processo de estruturação imprimiu características estruturais à organização do espaço regional, cuja permanência ou mudança, em período posterior, relaciona-se com o avanço da industrialização – é o que se procura demonstrar nos capítulos seguintes.

¹⁶ Galópolis é hoje uma localidade integrada à área urbana de Caxias do Sul.

2.2 – Segunda fase: crescimento e consolidação

O período que vai da década de 30 a meados dos anos 70 pode ser considerado uma etapa intermediária do processo de estruturação do espaço regional, caracterizada pelo avanço da industrialização e pela expansão das áreas urbanas, em todos os municípios que atualmente compõem a Aglomeração Urbana do Nordeste do Rio Grande do Sul. Subdivide-se em dois: de 1930 a 1950, em que o crescimento dos setores industriais é acompanhado de uma expansão contínua, sem saltos, das áreas urbanas; e entre 1950 e 1975, quando acontece uma “explosão” urbana e, simultaneamente, ocorrem importantes modificações na estrutura industrial, com novos gêneros industriais suplantando os tradicionais.

2.2.1 - Crescimento industrial

Havendo a região alcançado um significativo desenvolvimento industrial no final da década de 20, os anos 30 marcam o início de um processo de crescimento e maior diversificação desse setor da economia regional.

O período que se inicia com a Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder foi de avanços no processo de industrialização do país, embora mantendo-se o peso do setor primário exportador tradicional. Após a crise de 1929, a conjuntura mundial permitiu, e até mesmo impôs, que a economia nacional se voltasse mais para o mercado interno. Vargas implementou políticas específicas, de caráter protecionista, destinadas a garantir o nível de renda das classes ligadas à produção e exportação de café; desse modo

foi mantida, também, a demanda interna por bens de consumo, o que funcionou como estímulo à indústria nacional, iniciando a fase conhecida como de “substituição de importações”.

Na região serrana as empresas enfrentaram dificuldades financeiras, porém a diretriz do Governo Vargas de apoiar as indústrias “naturais” – aquelas que beneficiavam as matérias primas nacionais produzidas localmente - veio a favorecer o desenvolvimento da nascente indústria regional, impulsionando a produção de vinho, banha, conservas, óleos vegetais, farinha de trigo e produtos têxteis. Por consequência, ocorreu um aumento das atividades comerciais, principalmente em Caxias. Um indicador de que houve um aumento significativo da capacidade produtiva é que, a partir de então, as deficiências de energia elétrica e transportes passaram a ser apontadas pelas classes empresariais como os principais problemas da região (CÂMARA ... , 1996).

Foi nesse período – dos anos 30 até meados da década de 70 - que o setor industrial passou a ser dominante na economia regional, como mostram os dados sobre Renda Interna Municipal (Tabela 3). Em Caxias, no final da década de 30, a Indústria representava mais de 40%; entre 1949 e 1970 passou por uma queda relativa frente ao aumento da participação do setor Serviços, mas em 1975 já chegava a 53 % da renda municipal. Em municípios como Farroupilha e Garibaldi, em vinte e cinco anos (1949 a 1975), verifica-se uma verdadeira inversão entre o peso da agricultura e o da indústria na estrutura econômica local. O mesmo acontece Carlos Barbosa e Flores da Cunha, no espaço de apenas quinze anos (1959 a 1975).

Tabela 3

Estrutura da Renda Interna dos municípios da Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e do Rio Grande do Sul, em anos selecionados - 1939, 1949, 1959, 1970 e 1975

BENTO GONÇALVES	1939	1949	1959	1970	1975
Agricultura	31,18	31,34	21,14	14,14	8,13
Indústria	25,07	33,08	31,98	43,15	53,59
Comércio e Serviços	43,75	35,58	46,98	42,71	38,28
Total	100,00	100,00	100,10	100,00	100,00
CAXIAS DO SUL	1939	1949	1959	1970	1975
Agricultura	15,00	15,34	11,42	4,13	1,88
Indústria	42,57	41,50	37,23	39,63	53,15
Comércio e Serviços	42,43	43,16	51,35	56,24	44,96
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	99,99
FARROUPILHA	1939	1949	1959	1970	1975
Agricultura	54,79	54,91	46,49	23,32	14,96
Indústria	14,13	16,70	18,34	37,37	43,10
Comércio e Serviços	31,08	28,39	35,17	39,32	41,94
Total	100,00	71,61	100,00	100,01	100,00
GARIBALDI	1939	1949	1959	1970	1975
Agricultura	48,50	57,07	29,92	33,08	23,16
Indústria	21,37	22,02	32,51	29,29	34,63
Comércio e Serviços	30,13	20,91	37,57	37,63	42,21
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
FLORES DA CUNHA	1939	1949	1959	1970	1975
Agricultura	54,35	53,13	42,83	35,54	19,97
Indústria	19,02	25,36	27,47	29,80	45,58
Comércio e Serviços	26,63	21,51	29,71	34,66	34,45
Total	100,00	100,00	100,01	100,00	100,00
CARLOS BARBOSA	1939	1949	1959	1970	1975
Agricultura	-	-	49,89	34,17	23,92
Indústria	-	-	20,77	33,46	41,90
Comércio e Serviços	-	-	29,34	32,38	34,19
Total	-	-	100,00	100,01	100,01
SÃO MARCOS	1939	1949	1959	1970	1975
Agricultura	-	-	-	24,23	12,00
Indústria	-	-	-	17,58	25,21
Comércio e Serviços	-	-	-	58,19	62,79
Total	-	-	-	100,00	100,00
RIO GRANDE DO SUL	1939	1949	1959	1970	1975
Agricultura	34,50	37,82	27,98	20,92	18,54
Indústria	14,77	18,41	19,55	20,97	25,53
Comércio e Serviços	50,73	43,77	52,47	58,10	55,93
Total	100,00	100,00	100,00	99,99	100,00

Fonte: MAIA NETO, Adalberto Alves et alli. **Renda Interna Municipal - 1939/1980.**

FEE - Fundação de Economia e Estatística Série: Valor Agregado, vol. 1. Porto Alegre, outubro, 1986.

A tendência ao aumento progressivo do peso do setor industrial na economia da região pode ser melhor compreendida a partir da seguinte observação de ACCURSO, em seu trabalho sobre a evolução da estrutura econômica do Rio Grande do Sul no período 1939-1955:

“O papel que joga a indústria num país é exatamente o mesmo para uma região¹. Surge como decorrência de uma modificação na estrutura da demanda, ocasionada por um maior ingresso per capita e passa, em seguida, a ocupar a função dinâmica no processo econômico. Essa função dinâmica da indústria decorre de dois fatores distintos. O primeiro deles está ligado à própria causa de seu surgimento, ou seja, que quanto mais cresce o ingresso, maior é a procura por bens do setor secundário, situação que não tende a alterar-se em virtude de sua capacidade infinita de diversificar sua oferta. O segundo, diz respeito à qualidade difusa, heterogênea e propagadora da indústria. Dificilmente uma indústria surge só e mantém isolada. Ao nascer, se vincula aos setores já existentes e exige outros ramos que lhe complementem” (ACCURSO, 1958:66).

Analisando o quadro geral da economia do Rio Grande do Sul durante os anos da II Guerra Mundial e logo após, ACCURSO observa que ocorreu, então, um crescimento da indústria gaúcha, embora com algumas flutuações ao longo do período, as quais resultam de uma combinação entre as flutuações experimentadas pelos diversos ramos *vis-a-vis* o seu peso relativo no setor industrial como um todo. Primeiramente, o Estado viveu uma fase crítica (entre 1939 e 1948). Conforme o autor, durante esses anos uma parte significativa da indústria gaúcha manteve-se em profunda depressão². Mas em seguida (até 1955), a produção industrial voltou a crescer, desenvolvendo-se a uma taxa de 7%.

Quando se examina a participação dos diversos ramos nessa *performance*, constata-se que, para o total do período, a tradicional indústria de alimentos foi a que mais

¹ Nesse trabalho, o autor usa o termo “região” como sinônimo de Estado, mas “... apenas com sentido operativo” (ACCURSO, 1958: 08).

² Incluindo os gêneros Metalúrgica, Química e Farmacêutica, Couros e Peles, Calçados, Alimentos, que representavam 69% de toda a indústria de transformação do Estado, as quais cresceram a taxas menores do que o setor industrial como um todo, e mesmo a taxas negativas (ACCURSO, 1958:73).

contribuiu para o crescimento industrial global do Rio Grande do Sul. O gênero “Alimentos” representava 48,5% da indústria de transformação do Estado, colocando o Rio Grande do Sul na segunda posição dentro do setor, em nível nacional. Seu principal produto era a carne, cuja produção decresceu entre 1939 e 55, mesmo tendo apresentado crescimento em alguns anos. Desse modo, o crescimento da indústria de alimentos verificado a partir de 1947, baseou-se principalmente na produção de farinha de trigo e banha.

Outros setores tradicionais também apresentaram crescimento, embora com flutuações. A indústria têxtil, responsável por 4,5% da indústria de transformação no Estado, cresceu a uma taxa de 8,5%. A indústria de calçados, que representava 7,1% da indústria de transformação e garantia a terceira posição para o Estado no mercado nacional, teve um leve decréscimo entre 1939 a 1955³. Por fim, ACCURSO destaca a indústria de bebidas, cujos segmentos principais, por volta de 1950, eram os de fabricação de vinhos e cervejas, e que garantia ao Rio Grande do Sul o terceiro lugar na produção nacional. Esse gênero representava 5,6% da indústria de transformação no Estado, em 1950 – o que revela um avanço em relação a 1939, quando representava 4,9%. Dentro do gênero “Bebidas”, o autor destaca a importância da produção vinícola, no contexto da economia gaúcha:

“Digno de registro é o crescimento de sua produção de vinhos, que vem se refletindo no comércio com os demais Estados. Em 1939 a região [Estado] exportava 24.834 toneladas para, em 1955, subir a 46.130. O Rio Grande do Sul acaba de fazer as primeiras remessas para o estrangeiro, o que nos leva a crer que a expansão do mercado nacional, conjugada com novas perspectivas do exterior, motivarão uma maior oferta, a qual a região está capacitada para atender” (ACCURSO, 1958: 95-96).

³ Esse setor também experimentou grandes flutuações, com elevação somente nos anos 1940-41, seguida de uma queda vertical até 1947, e logo recuperação, com taxas de crescimento de 5,5%, quando se considera o último decênio (ACCURSO, 1958:85).

Porém, o que mais chama a atenção na evolução do setor industrial é o desempenho de setores não tradicionais, como Metalurgia e Mecânica. Estes gêneros (junto com Minerais não-metálicos, Têxtil e Papel) foram os que mais cresceram, no período. Mesmo tendo participação reduzida no conjunto do setor industrial do Estado, esse crescimento teve um papel altamente dinamizador. Por exemplo, sobre a indústria siderúrgica que, embora básica para o desenvolvimento econômico, é de produção derivada – ou seja, depende do nível de emprego de toda a economia. Em 1950 a siderurgia gaúcha continuava sendo insignificante em relação ao quadro nacional. No entanto, entre 1939 e 1955 apresentou um aumento de produção surpreendente ⁴ - o estímulo, segundo o autor, veio justamente do crescimento das indústrias metalúrgica e mecânica.

A indústria mecânica que, no Rio Grande do Sul, está direcionada à fabricação de máquinas industriais e peças, bombas hidráulicas e ferramentas agrícolas, era a terceira no panorama nacional, em 1950. Como lembra o autor, seu desempenho também funciona como uma espécie de termômetro do desenvolvimento industrial:

“É uma das indústrias regionais de maior prosperidade, com taxa de 8,3%, muito embora ainda represente um pequeno volume produtivo: 1,3% da produção de transformação. O rápido crescimento industrial, o grande desenvolvimento dos transportes ⁵ e a existência cada vez maior de meios de locomoção, implicarão

⁴ A siderurgia é uma atividade que requer grandes capitais e fica condicionada à disponibilidade de ferro e carvão, bem como do transporte ferroviário – o Rio Grande do Sul era deficitário em todos esses aspectos, à época. Contribuía com apenas 0,06% da produção nacional de aço e 1,0% da produção de laminados. Mas, no período em questão, essa produção teve seu valor aumentado em 98,8% e 73,5%, respectivamente (ACCURSO, 1958:86).

⁵ Transportes, um setor essencial para o desenvolvimento industrial, também teve uma evolução grande, no Estado - cresceu a taxas de 7% em todo o período (sendo que, no último quinquênio, a taxa foi 13%). Passou de 5,5% do PIB regional a 6,8% em 1955. Em transporte ferroviário o desenvolvimento do RS foi deficiente, à semelhança do que ocorreu no país (de 1938 a 1955 a rede ferroviária do Estado só aumentou 8% - passou de 3.475 a 3.757 km). O maior crescimento foi em transportes rodoviários. *“O transporte rodoviário não só teve um desenvolvimento de acordo com o crescimento regional senão, devido às grandes deficiências do transporte ferroviário foi obrigado em boa parte a ocupar o seu lugar”* (ACCURSO, 1952:103).

numa demanda crescente que poderá manter o seu ritmo de desenvolvimento” (ACCURSO, 1958:96-97).

À luz dessa análise do quadro geral da indústria gaúcha pode-se compreender melhor o que ocorre na região da AUNE, nesse período.

De acordo com dados da Diretoria Geral de Estatística do Estado, ao iniciar-se a década de 30, também na AUNE o gênero industrial “Alimentos” era o mais importante, tanto em número de estabelecimentos quanto em valor de produção, em todos os municípios da região. Entre 1930 e 1950, continuaram a crescer os gêneros tradicionais, de sorte que, a meados da década de 50, os principais gêneros industriais ainda eram Madeira, Produtos Alimentares, Têxtil e Bebidas. Este último tinha sua importância ligada à concentração regional da indústria vinícola - a principal do país, conforme a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (RIO GRANDE DO SUL, 1986).

O processo de crescimento industrial foi contínuo de modo que, segundo um estudo da Secretaria de Indústria e Comércio/RS⁶, a meados da década de 70 os municípios de Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Flores da Cunha e Bento Gonçalves já formavam um eixo industrial, de grande importância no contexto do Estado⁷. Isto vai aparecer claramente nos dados do Censo Industrial-IBGE, de 1980: esses seis municípios possuíam, então, 1.058 estabelecimentos industriais, com 56.801 empregados. A participação de sua indústria no total do Estado representava: 10,5% no número de estabelecimentos com mais de cinco empregados; 14,65% dos empregados; 13,55% do Valor da Transformação Industrial (RIO GRANDE DO SUL, 1986). Conformavam,

⁶ Publicado em 1986, esse estudo baseava-se, fundamentalmente, nos dados do Censo Econômico Industrial de 1975 e nos Censos Demográfico e Industrial de 1980, do IBGE.

⁷ Dos maiores municípios que formam atualmente a AUNE, apenas São Marcos não estava incluído; os três menores, ainda não emancipados, integravam as áreas dos municípios de origem.

também, uma importante concentração populacional - possuíam, em conjunto, cerca de 360 mil habitantes, ou seja, 4,6% da população gaúcha, e tinham uma taxa de urbanização de 78,5% (apenas Carlos Barbosa e Flores da Cunha não eram ainda considerados urbanizados - ver Tabela 1).

Em Bento Gonçalves e Caxias do Sul, os dois municípios mais populosos, concentravam-se 77% da população do Eixo - aproximadamente 280.000 habitantes, dos quais 86,7% estavam em área urbana. Ambos destacavam-se, também, em termos econômicos, com 72% dos estabelecimentos industriais, 83% da mão de obra empregada e 78% do Valor da Transformação Industrial. Caxias do Sul tinha o setor industrial mais diversificado – além dos gêneros tradicionais (vinícola, têxtil, alimentar), encontrava-se bastante desenvolvida a produção das indústrias mecânica e metalúrgica. Em Bento Gonçalves, consolidavam-se a produção de vinhos e a indústria moveleira. Esta última, que partira de unidades artesanais, alcançara o patamar fabril por volta de 1955. Mas o setor moveleiro somente viria a superar o vinícola, em Bento Gonçalves, a meados da década de 70 (ARQUIVO..., 1994) ⁸. Nota-se também uma concentração de determinados gêneros em alguns municípios: em Flores da Cunha, a indústria do mobiliário superara a de bebidas, que continuava predominando somente em Garibaldi; em Farroupilha, predominavam vestuário, calçados e artefatos de tecido (RIO GRANDE DO SUL, 1986).

Embora no conjunto a região conservasse, em grande medida, o traço histórico que fez dela uma região industrializadora do produto agropecuário, segundo a avaliação da SIC/RS, a principal característica do “Eixo-Caxias”, a meados da década de 70, consiste em que aí se concentra uma parcela significativa da produção metal –mecânica:

⁸ Isto teria acontecido a partir de 1977 – ano da realização da I Mostra do Mobiliário/MOVESUL que, dedicada a estimular o desenvolvimento, a comercialização e a promoção da produção moveleira em nível nacional, tornou-se uma das feiras regionais mais importantes (ARQUIVO..., 1994).

“O setor metal-mecânico tem grande expressividade no eixo industrial, sendo o segundo pólo metal mecânico do Estado, após o da Grande Porto Alegre, assumindo relevância especial na transformação de metais nas linhas leve e média. Na estrutura do setor, no eixo, o gênero Material de Transporte tem peso preponderante em termos de produto, seguido de Mecânica, Metalúrgica e Material Elétrico” (RIO GRANDE DO SUL, 1986:83).

Essa é, também, a visão das classes empresariais regionais. Segundo a Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul, esse município consumia 30% de todo o aço consumido no Rio Grande do Sul, o que o colocava na posição de maior pólo irradiador do setor metal mecânico no Estado, depois da “Grande Porto Alegre”, à época integrada por quatorze municípios (BOLETIM..., n. 32, 1977).

Paralelamente às transformações na estrutura produtiva regional, uma importante mudança na estrutura ocupacional ocorre entre 1960 e 80: a transferência de População Economicamente Ativa (PEA) do setor primário para os setores secundário e terciário – ou seja, para as atividades urbanas. No setor de Comércio e Serviços a PEA passou de 34% a 39%; na Indústria, de 20% a 46% (conseqüentemente, o decréscimo da PEA na agropecuária foi de 30 pontos percentuais). Daí que a taxa de urbanização tenha passado de 52% a 78%, no conjunto dos seis municípios (RIO GRANDE DO SUL, 1986).

O dinamismo endógeno da região, que dera origem às primeiras manufaturas (até a década de 20) manteve-se em todo o período que consideramos “de consolidação”. A região soube aproveitar o potencial de desenvolvimento continuado que ACCURSO afirma estar presente em economias de base industrial:

“Quando se encara a economia de um ângulo dinâmico, a composição industrial assume contornos muito relevantes. Não é indiferente para uma região possuir essa ou aquela estrutura industrial, porque seu ritmo de crescimento muito dependerá dessa

mesma estrutura. Uma região que tem sua principal indústria na que produz alimentos, fatalmente terá contração em seu crescimento, em virtude da baixa elasticidade-ingresso de seus produtos. A curto prazo pode não ser muito sentido esse fenômeno, porém, a um tempo maior, inevitavelmente surgirão seus efeitos” (ACCURSO, 1958: 69).

As peculiaridades da AUNE no panorama do Estado – uma região próspera, com estrutura social diferenciada e grande potencial de desenvolvimento - são, sem dúvida, parte das peculiaridades que o próprio Rio Grande do Sul ostenta, dentro do quadro nacional.

2.2.2 – Expansão das áreas urbanas

Do final da década de 1920 até meados dos anos 50, o crescimento urbano foi contínuo, acompanhando o crescimento das atividades industriais e de comércio, na região e em cada um dos seus municípios. A partir da década de 1950, com o avanço da industrialização e as mudanças que, simultaneamente vão ocorrendo no agro (mecanização, produção intensiva e tecnologicamente mais avançada), intensificou-se a migração rural-urbana.

As décadas seguintes irão registrar o “inchaço” das cidades, acarretando um aumento dos problemas urbanos (deficiências de infra-estrutura, desordem territorial, deterioração da qualidade de vida). Na região, ao longo dos anos 60, observa-se o início da formação de periferias com função de área residencial proletária e na década de 70, a proliferação das ocupações irregulares e dos loteamentos clandestinos, num processo bastante semelhante ao que acontece em outras concentrações urbanas do país, à época⁹. Isso ocorre em todos os municípios, mas com diferenças de ritmo entre as maiores e as menores cidades.

As áreas urbanas não apenas se expandiram como se diferenciaram internamente. Houve mudanças significativas na paisagem urbana, mas os principais traços forjados na etapa anterior modificam-se sem desaparecer.

Face ao grande crescimento urbano, em todos os municípios a tendência foi de que a ocupação extravasasse os limites do núcleo urbano inicial. Onde havia condições, tentou-se

⁹ Segundo KOWARIK, o processo de urbanização brasileiro caracteriza-se, ao final da década de 60, por basear-se em altas taxas de crescimento econômico, experimentando logo a seguir, uma fase de empobrecimento das classes trabalhadoras, com o fim do chamado “Milagre” brasileiro, a partir de 1973 (KOWARIK, 1979).

manter traçado ortogonal característico, mas na maioria dos casos, os sítios onde se assentaram os primeiros núcleos eram cercados de terrenos irregulares que apresentavam problemas para uma expansão urbana “ordenada”, bem como dificuldades para que fossem estendidas as de redes de infra-estrutura. Nas plantas urbanas atuais percebe-se claramente a diferença entre o traçado original da área central e adjacências e o das áreas de expansão, adaptado à topografia acidentada. (Figuras 8 a 14). Flores da Cunha, construída sobre terrenos planos, constitui-se no único caso em que toda a área urbana conservou a predominância do traçado “em xadrez”. Em Farroupilha, isso aconteceu parcialmente. A expansão provocou, também, a incorporação de trechos da ferrovia e das rodovias como elementos de estruturação intra-urbana. Esta situação repete-se em todas as cidades.

Com relação à ferrovia, já foram referidos os efeitos sobre o crescimento econômico dos municípios. Torna-se, então, necessário destacar seus impactos sobre a organização do espaço interno das cidades.

A ferrovia marcou a história urbana de Carlos Barbosa, Garibaldi e Bento Gonçalves. Em Garibaldi, no momento da emancipação (1900) a ocupação concentrava-se à margem da estrada Buarque de Macedo, no trecho onde hoje se encontra a avenida do mesmo nome. A expansão desse núcleo inicial se deu principalmente em direção à zona mais próxima a esses eixos viários (Figura 13). Carlos Barbosa, desde que fora construída a primeira estação ferroviária (1910), ficara sendo o entroncamento para o acesso a todas as cidades do Planalto. Foi em função da ferrovia que a área urbana de Carlos Barbosa assumiu uma configuração alongada, no sentido norte-sul. Esse papel estruturador foi reforçado pela estrada Buarque de Macedo, cujo traçado acompanha o da via férrea (Figura 9). Quando a extensão da ferrovia chegou até Garibaldi, a estação foi colocada na encosta leste, fazendo com que a expansão da cidade tendesse para este lado, ultrapassando a zona

baixa do arroio Marrecão. Nesses dois municípios o centro urbano terminou por se consolidar entre a via férrea e Estrada Buarque de Macedo, que eram os dois eixos viários principais. Em Bento Gonçalves a ferrovia foi o elemento estruturante principal, dando à área urbana um feitio longitudinal, que veio ser reforçado pela rodovia RS-470 (Figura 8). O fato de que, posteriormente, a cidade tenha se expandido mais na direção leste está relacionado com a topografia.

A ferrovia cruza Farroupilha no sentido leste-oeste, dividindo a área urbana em duas grandes porções, acima e abaixo desse eixo (Figura 11). Como já foi referido, a localização da estação praticamente decidiu o destino da cidade: foi por sediar a estação que o povoado de Nova Vicenza acabou suplantando Nova Milano como sede municipal, posição que foi definitivamente confirmada em 1911, com a abertura da estrada Júlio de Castilhos (de São Sebastião do Caí a Antônio Prado).

Embora para Caxias do Sul a ferrovia tenha sido um fator de aumento de poderio econômico e político, não teve o mesmo grau de importância como elemento de estruturação intraurbana. Uma vasta área da cidade desenvolveu-se do centro para o leste e para o sul, não cortada pela ferrovia, que chega somente até a ponta oeste da área central (Figura 10).

As cidades que não foram integradas à rede ferroviária tiveram seu desenho marcado por rodovias: São Marcos é cortada no sentido sul-norte pela BR-116, que também atravessa a zona leste de Caxias do Sul (Figura 10); Flores da Cunha é praticamente dividida em duas pela RS-122 (Figura 12).

Outras características da estruturação intraurbana são devidas à relação que se estabeleceu entre a localização industrial e a constituição das áreas residenciais. Também

quanto a este aspecto há traços gerais e traços peculiares a cada uma das cidades da AUNE, que se constituem ao longo do processo de industrialização e expansão urbana.

Garibaldi teve seu núcleo inicial estabelecido em área plana, cujo transbordamento levou a cidade a avançar sobre terrenos de maior declividade; novas vias foram traçadas, subindo as encostas em linha reta, surgindo assim as atuais ladeiras. Uma planta confeccionada pela Prefeitura em 1938, mostra a cidade já delineada, abrangendo uma área de aproximadamente 230 hectares. O Censo Demográfico de 1940 registra 3.375 habitantes, o que revela uma baixa densidade, característica que Garibaldi conserva até hoje. A década de 50 foi marcada por melhorias urbanas (início do abastecimento de água pela companhia estadual) e início das práticas de planejamento. Em 1958, foi aprovada a elaboração de um Plano Diretor (Lei n.554). A década de 60 trouxe aumento da quantidade de construções em diversos pontos da cidade; loteamentos surgiram indiscriminadamente inclusive sem aprovação legal. Nos anos 70 instalação de novas indústrias no município (Tramontina, Pena Branca, Delazari, Frinal) ampliou a oferta de empregos, gerando também um aumento geral das atividades terciárias. Entre 1970 e 1990 observa-se novamente uma expansão em direção às partes mais elevadas. A cidade adquiriu uma forma radial, em direção às estradas que dão acesso a Bento Gonçalves, Encantado, Estrela, Porto Alegre e Carlos Barbosa. Graças à topografia, vários núcleos de sub-habitação existentes são poucos visíveis do centro da cidade. (CAGLIARI, LAZZARI, 1983).

Em Carlos Barbosa o principal grupo econômico – as empresas Tramontina - experimentou grande crescimento a partir da década de 50. A planta atual da Tramontina Cutelaria está no mesmo lugar onde, nos primórdios da industrialização regional, existiu a unidade artesanal. Durante algum tempo, a Tramontina Ferramentas Agrícolas esteve instalada na área central. Existem outras indústrias metalúrgicas de médio porte na cidade,

em bairros contíguos ao centro: na Av. Kennedy, a Metalúrgica Carlos Barbosa e na Rua Osvaldo Aranha, a Metalúrgica Sfoggia, mas é evidente que a localização (e realocização) das grandes unidades da Tramontina é o fator que comanda expansão da área urbana de Carlos Barbosa desde os anos 60 (MIGOT, 1989).

No caso de Flores da Cunha, a produção vinícola, com muitas unidades disseminadas pela área urbana, marcou a evolução da cidade. Em 1965, num total de 238 estabelecimentos, havia 29 cantinas centrais, 27 cantinas isoladas, 17 postos de vinificação, frente a 165 cantinas rurais (TIBURSKY, 1979). Em 1968, o número de estabelecimentos ligados à indústria vinícola, em todo o município, chegava a quase 500. Isto com certeza determinou que não seja possível distinguir com clareza, na planta urbana atual, fragmentos com função predominantemente produtiva ou residencial.

Caxias do Sul foi o município que apresentou a maior expansão da área urbana, devido ao crescimento populacional e à magnitude da urbanização. Em um período de setenta anos, a cidade evoluiu de uma pequena e ordenada “capital” de uma zona de pequenos proprietários à condição de centro de uma região industrializada. Segundo GIRON, entre 1900 e 1950, Caxias passou de 24.997 habitantes para 53.850. Mas o crescimento vertiginoso se deu entre 1950 e 1970, quando chegou a 144.871 habitantes – ou seja, um aumento de quase 170,0 % em apenas vinte anos (GIRON, 1992). A década de 50 registrou a primeira grande ampliação da área urbana na direção norte, sul e leste. Nos anos 60/70, fase de formação da “periferia”, a cidade cresceu para o norte (na saída a Flores da Cunha), nordeste (em direção a Ana Rech) e sul (em direção a Galópolis).

A dinâmica de crescimento de Caxias do Sul não se explica apenas pelos fatores demográficos. Conforme o diagnóstico que embasa o atual Plano Físico Urbano, o mercado

de terras teve um papel determinante. A partir de 1940 (na conjuntura da II Guerra Mundial) os excedentes econômicos passaram a ser aplicados não apenas na ampliação da produção, mas também em terrenos fora do perímetro urbano, surgindo os loteamentos que deram origem à maioria dos bairros da cidade. A terra era procurada como reserva de valor. A cidade expandiu-se em cerca de dois terços do seu tamanho, sem nenhuma diretriz de crescimento urbano e sob o impacto da atividade especulativa. Esses espaços, carentes de infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos, constituíram a primeira grande leva de loteamentos ilegais. A lei 470, de 1952, beneficiou os loteadores com a regularização indiscriminada e sem critério, onerando sobremaneira a Administração Municipal. A meados da década de 60 aconteceu a segunda grande expansão, em direção ao sul, norte e leste. No início da década de 70 verifica-se uma nova proliferação de loteamentos ilegais, localizados em sua maioria fora do perímetro urbano de então. Em 1979 foi feito um esforço de legalização dessas áreas, no intuito de facilitar o acesso a recursos públicos federais; os investimentos realizados valorizam os lotes e vazios. Nos vinte anos seguintes teve continuidade o crescimento acelerado. O Censo Demográfico de 1991 constatou uma população de mais de 290 mil habitantes em Caxias do Sul, ou seja, um crescimento de 101,66% em relação a 1970 (CAXIAS DO SUL, 1993).

Bento Gonçalves também preservou uma pequena área central com o traçado regular. O restante da cidade espalhou-se ao longo do principal eixo viário – a RS-470, que atravessa a área urbana de sul a norte. Observando o croqui da planta urbana (Figura 8), constata-se que, à margem direita dessa rodovia, da entrada da cidade em direção ao centro, sucedem-se bairros de padrão médio, como Santa Rita, Pomarosa, Botafogo, enquanto que à margem esquerda concentram-se bairros pobres e ocupações irregulares, tais como Vila Arttini, Vila Divinéia e Pomarosa II – a característica comum a estes últimos é estarem

assentados na encosta dos morros, em terrenos em declive acentuado (BENTO GONÇALVES, 1996).

Conforme levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Bento Gonçalves, a situação atual da cidade quanto à predominância de classe social por bairro é a seguinte: no Centro predominam as classes média e baixa; ao redor do centro, um conjunto de bairros onde predominam os extratos médios (São Francisco, Humaitá, Progresso, Cidade Alta); as classes altas residem predominantemente em um bairro central (São Bento) e em alguns bairros mais afastados, que se caracterizam como espaços mistos de classes altas e médias, como os bairros São Roque (ao norte) e Planalto, (a leste). Em alguns casos, os extratos de renda alta têm como vizinhas populações de mais baixa renda, como é o caso do bairro São Roque, que tem nas proximidades os núcleos populares Aparecida e Loteamento Zat. O bairro operário mais antigo de Bento Gonçalves é a Vila Conceição (BENTO GONÇALVES, s.d.).

Quanto à localização das plantas industriais, pode-se constatar que a expansão urbana, embora acentuada no período aqui considerado, não chegou a alterar um traço marcante das cidades da AUNE, qual seja, a não separação radical entre fábrica e residência. Só a partir da década de 70, com a definição de zonas funcionais industriais no Planos Diretores Urbanos (PDUs) e Planos de Desenvolvimento Local Integrado (PDLIs), começa a alterar-se essa relação, mas apenas parcialmente.

Examinando mais detalhadamente as duas maiores cidades, vê-se que:

- em Caxias do Sul, até a década de 70, permaneciam grandes plantas na área central e em áreas próximas aos setores residenciais (CAXIAS DO SUL, 1970; 1975). O Plano de Ação Imediata, de 1975, já abordava a viabilidade da formação de um novo centro industrial; também apontava, entre os processos fundamentais da evolução urbana de

Caxias do Sul, não apenas o crescimento populacional acelerado causado pelas migrações, mas especificamente o desenvolvimento da indústria e os problemas espaciais decorrentes¹⁰.

- em Bento Gonçalves, até hoje há plantas industriais espalhadas por toda a malha urbana, inclusive no centro e nos bairros adjacentes (que constituem a área residencial de melhor padrão urbanístico). Também se observa uma distribuição relativamente concentrada de indústrias em uma faixa de terreno que vai da entrada sul da cidade até a zona ao norte do centro, nas proximidades do Bairro São Roque, e que mais ou menos acompanha o traçado da atual RS-470 e o leito da ferrovia.

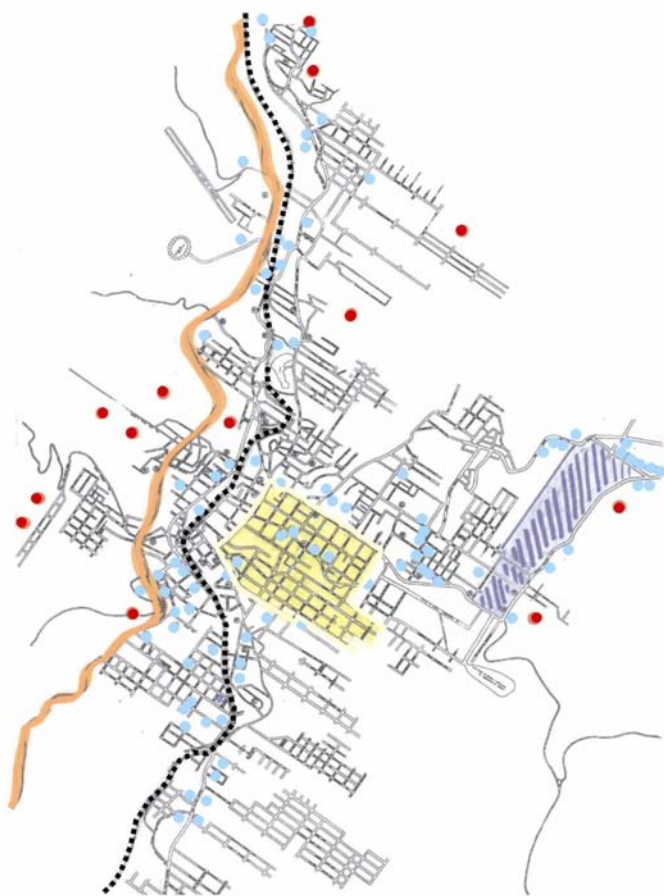
No final da etapa que aqui consideramos como de consolidação do desenvolvimento urbano-industrial (meados da década de 70), a região contava com um parque industrial diversificado, que já atingira o patamar fabril, dentro do qual destacava-se o setor metal-mecânico, que apresentava características de “pólo” no contexto do Estado. Paralelamente, o segmento urbano do espaço regional tornara-se o suporte físico-espacial da produção industrial. Caxias do Sul era o centro urbano que mais se aproximava do paradigma de “cidade industrial”: *locus* principal da produção de riqueza e dos problemas urbanos, passando por um processo de expansão/periferização que, em certa medida, repetia o padrão urbano-industrial nacional do período, mas conservando características próprias dadas pelo desenvolvimento histórico anterior.

As Figuras 8 a 14, a seguir – croquis das plantas urbanas das sete maiores cidades da AUNE¹¹ – mostram a síntese dos elementos estruturadores analisados: a delimitação da

¹⁰ Veja-se o capítulo denominado “Pesquisa Industrial” do PAI e o “Relatório Preliminar” do PDI (CAXIAS DO SUL 1975b).

¹¹ Nesses croquis foram utilizadas, como base, as plantas urbanas da década de 80 que constam do diagnóstico da SIC/RS sobre os Eixos Industriais do Rio Grande do Sul (exceto para o caso de São Marcos, cuja planta foi

área central, as áreas de expansão, o traçado da ferrovia e dos principais eixos rodoviários e a localização das indústrias, até meados dos anos 80. Foram acrescentadas as áreas definidas para uso industrial nos planos diretores municipais, bem como informações sobre novos pontos de localização das indústrias, obtidas na pesquisa de campo de 1998. Para Bento Gonçalves e Caxias do Sul, foi possível localizar, também, as áreas de sub-habitação.

Figura 8: Bento Gonçalves**Legenda**






-  Área Central
-  Principais Eixos Viários
-  Ferrovia
-  Zona Industrial / Distrito Industrial
-  Indústrias
-  Núcleos habitacionais de População de baixa renda

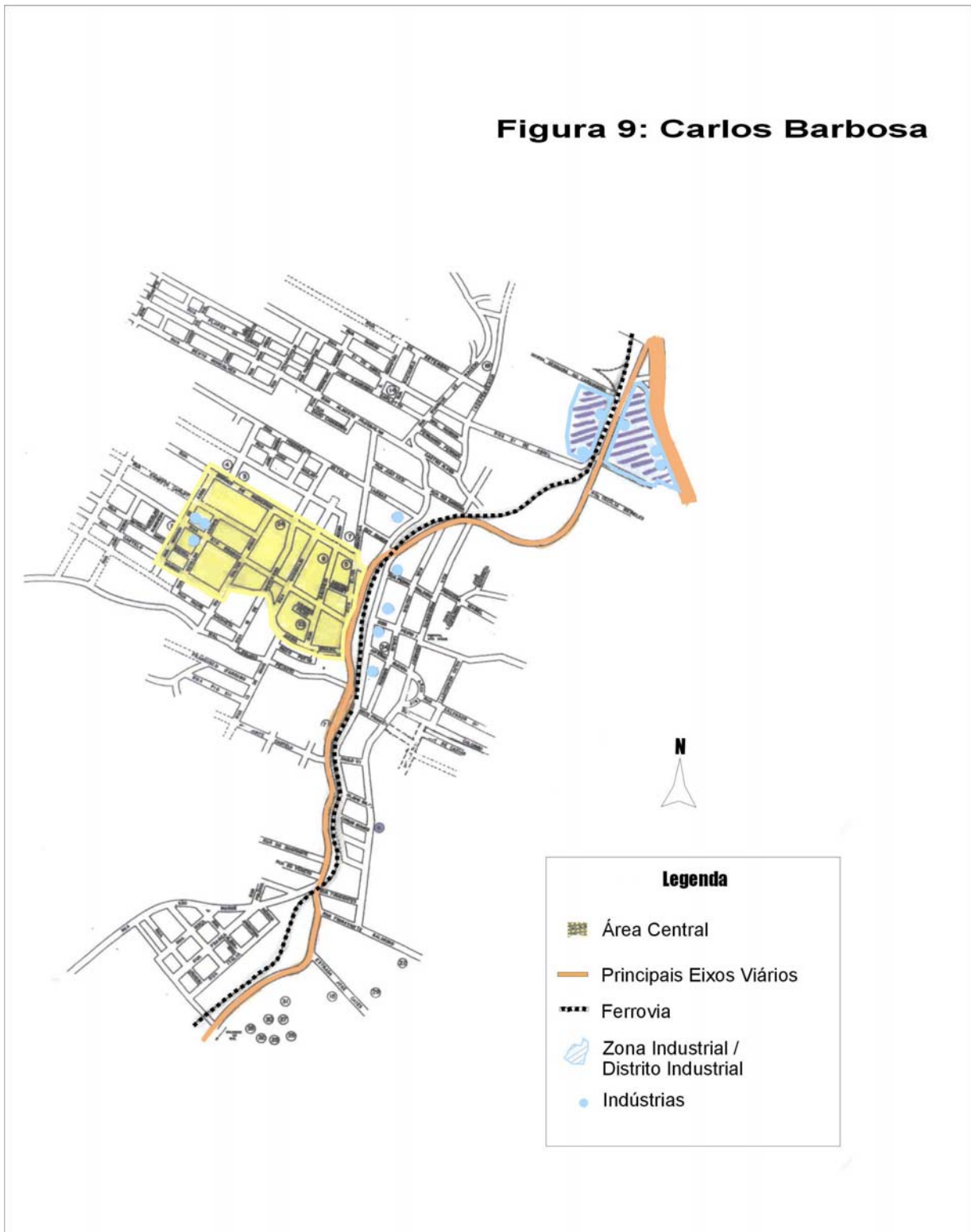
Figura 9: Carlos Barbosa

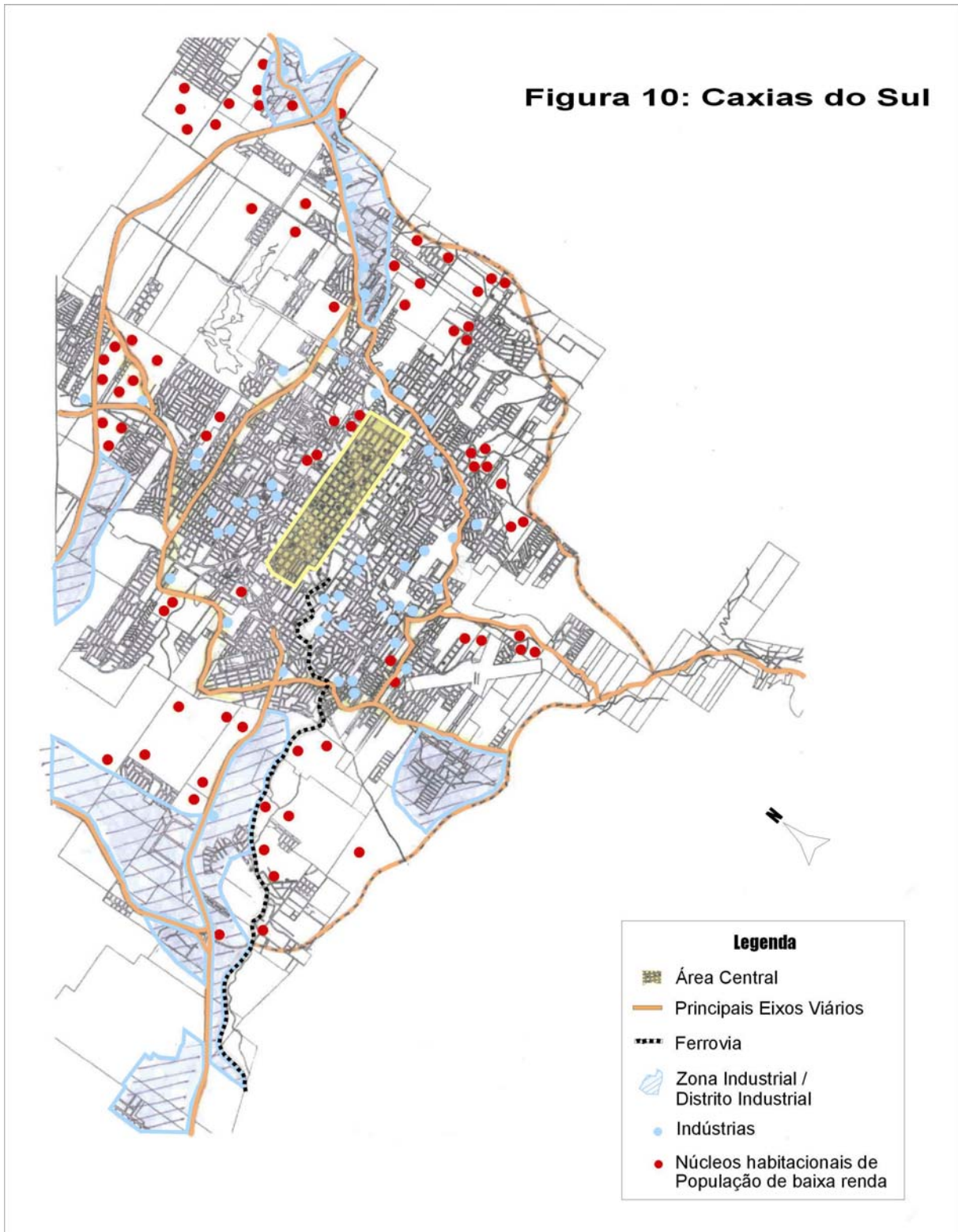
Figura 10: Caxias do Sul

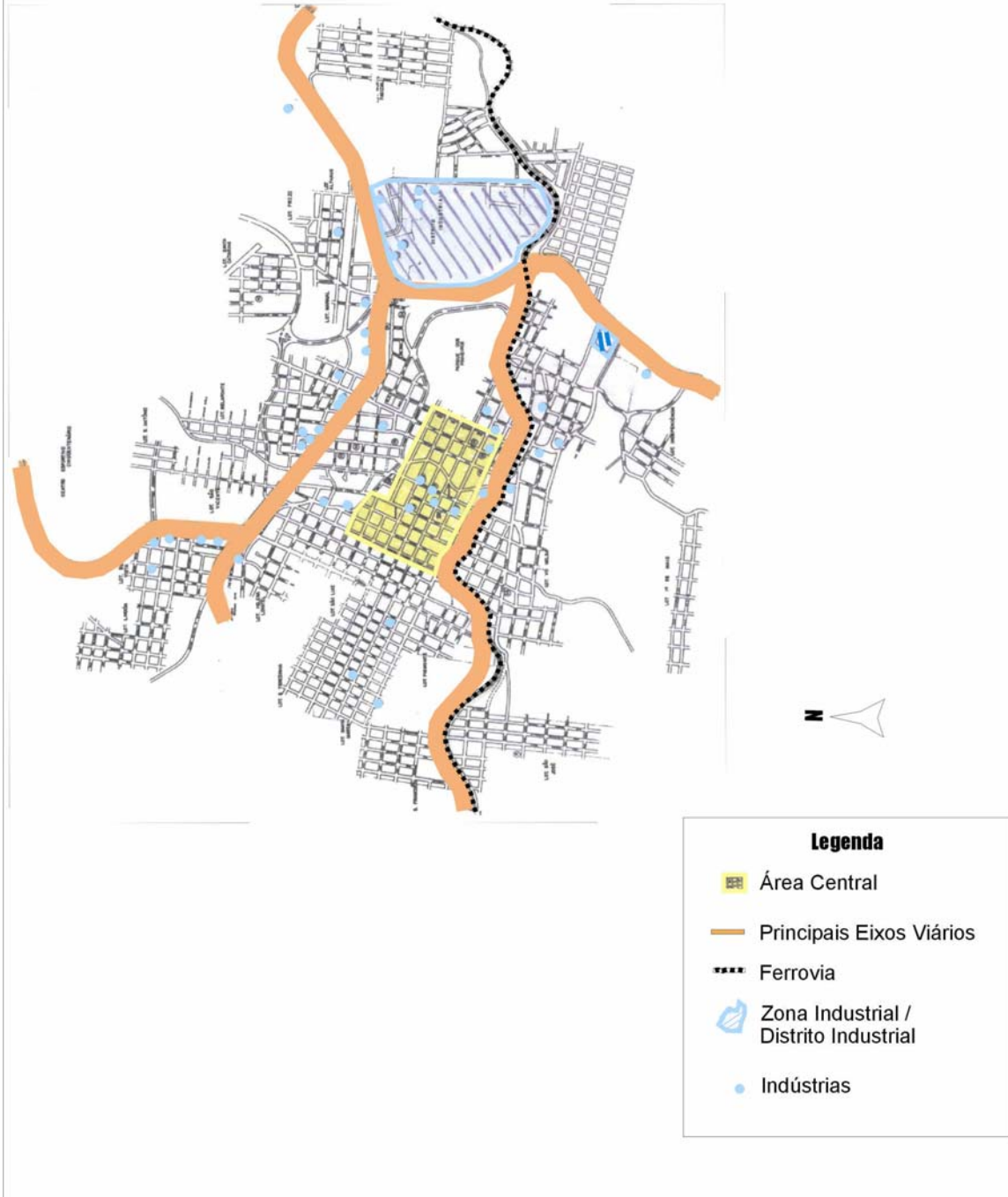
Figura 11: Farroupilha

Figura 12: Flores da Cunha

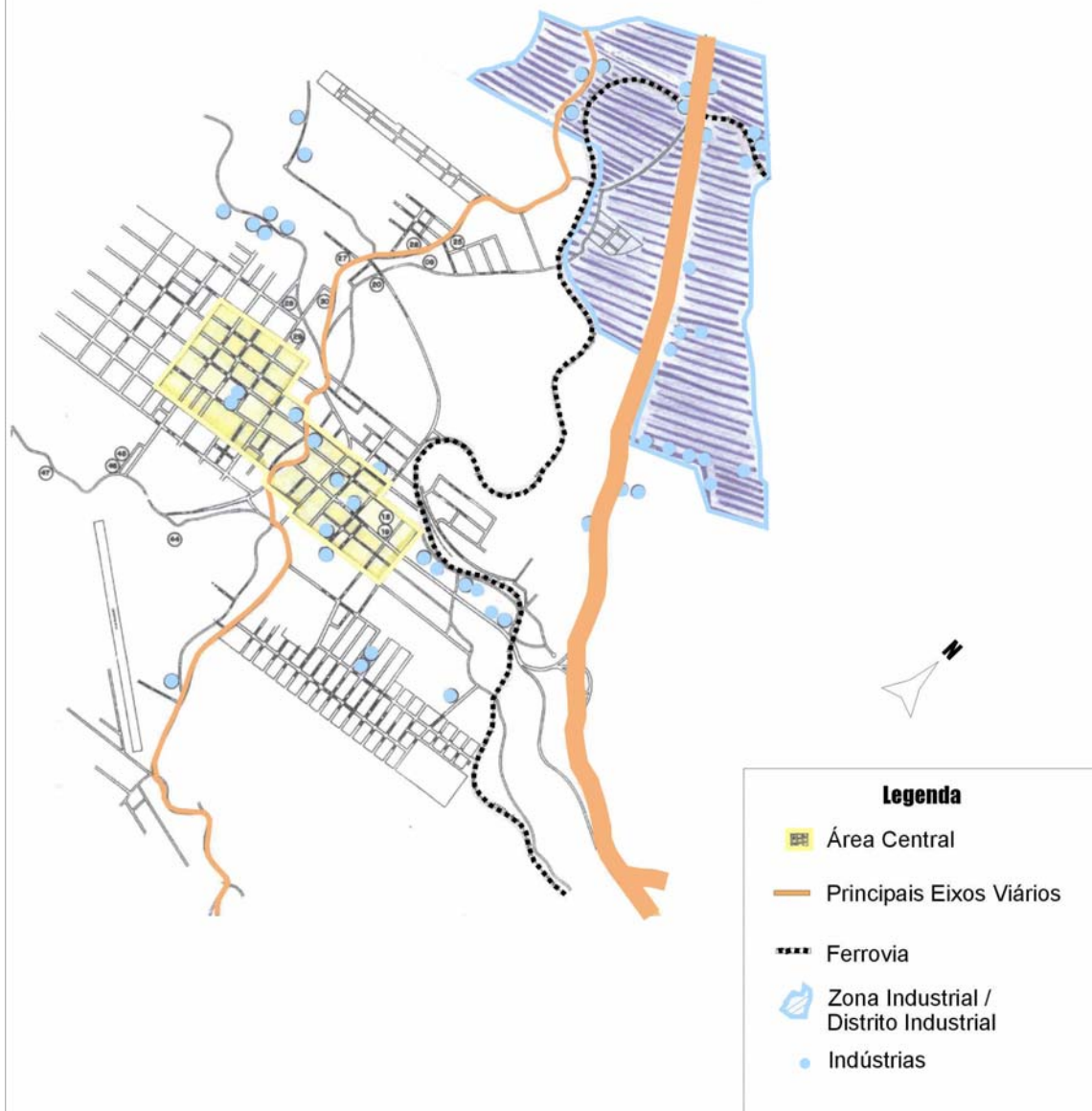
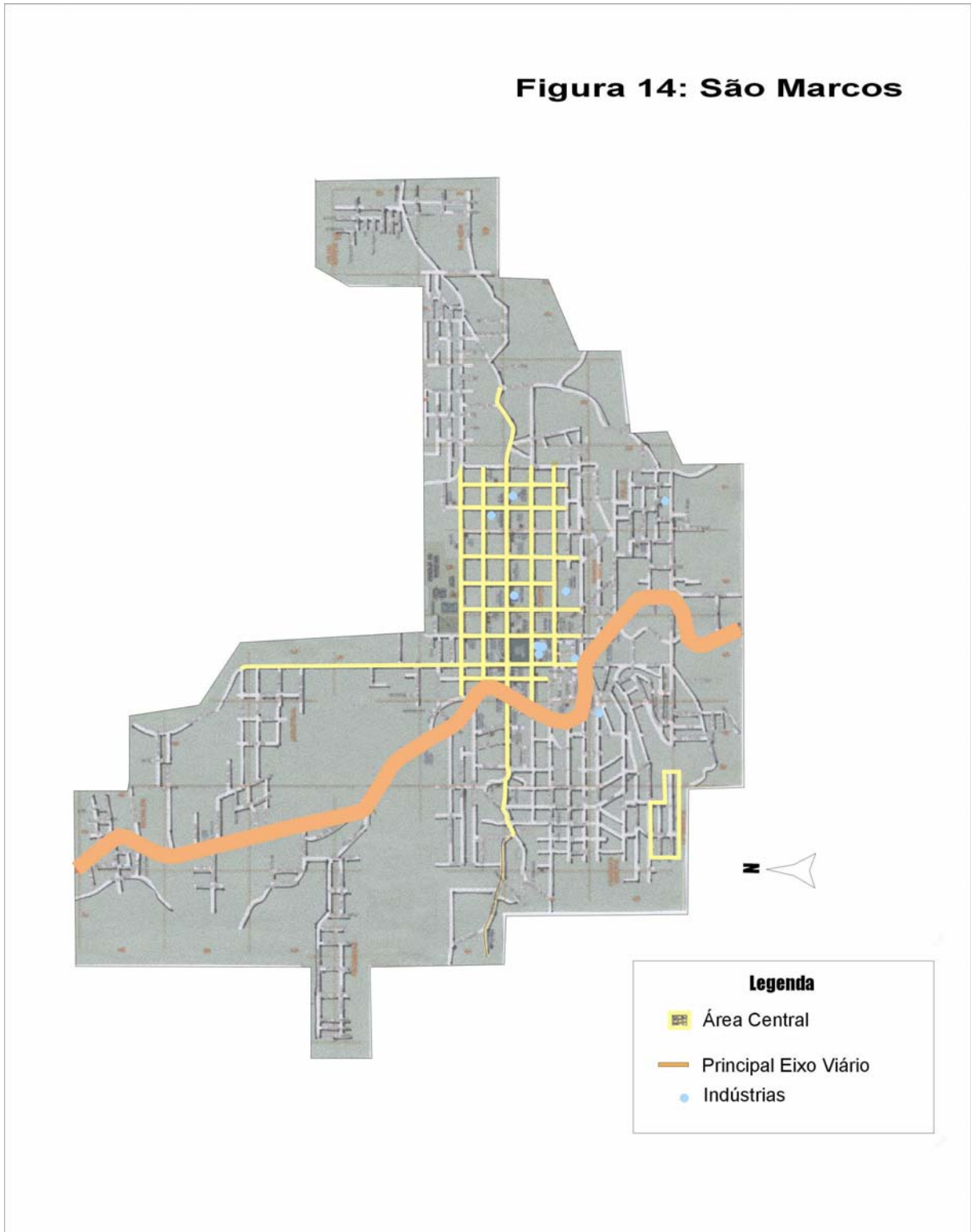
Figura 13: Garibaldi

Figura 14: São Marcos

2.3 – Terceira fase: transformações recentes

Nesta parte do trabalho pretende-se verificar como o espaço regional, constituído e consolidado nas fases anteriores, se comporta sob o impacto das transformações económicas que aconteceram nas últimas décadas em nível nacional e internacional.

Para muitos analistas esse período foi marcado primeiramente, pela crise que afetou a economia brasileira, em virtude da qual a década de 80 ficou conhecida como “década perdida” e, em seguida, pelas estratégias aplicadas ao longo dos anos 90 - abertura económica (Plano Collor) e estabilização (Plano Real). Foi uma fase de adaptação às mudanças ocorridas no bojo do processo de globalização (ou mundialização) da economia internacional que, entre outros efeitos, ensejou uma ampla reestruturação da produção industrial.

A crise dos anos 80 repercutiu fortemente no Rio Grande do Sul. Nesse período, a economia gaúcha, como um todo, experimentou flutuações. A produção industrial, especificamente, manteve-se estagnada de 1985 a 90, mas de 1990 a 95 apresentou um crescimento de 2,7% ao ano (INDÚSTRIA, 1998).

Nos itens a seguir procura-se examinar a “resposta” da região a esse quadro, a partir de evidências de que as empresas da região da AUNE estão entre as que mais se destacaram, no Estado, na busca de adaptação. Inicialmente é feita uma análise das transformações da estrutura produtiva nos municípios da AUNE (2.3.1) para, na sequência, apontar as possíveis conexões dessas transformações com as mudanças observadas na organização espacial (2.3.2).

2.3.1 – A indústria regional face à reestruturação econômica

A recessão do início dos anos 80 teve fortes efeitos a economia do Rio Grande do Sul, mormente sobre o setor industrial. Segundo o estudo da Secretaria de Indústria e Comércio, antes citado, o impacto recessivo se fez sentir, de modo especial, nas indústrias metalúrgicas e mecânicas, devido à retração geral da demanda por máquinas e equipamentos por parte dos demais setores. O aumento das exportações foi a forma pela qual se conseguiu reduzir o impacto recessivo e as demissões na indústria, partir de 1984. Na AUNE, essa estratégia foi adotada principalmente nos segmentos de cutelaria, de material de transporte e de material elétrico (RIO GRANDE DO SUL, 1986).

Os setores tradicionais também sofreram com a crise. A indústria vinícola, principal segmento da produção de bebidas, nessa época ainda contava com a vantagem de dispor localmente de uma abundante oferta de matérias primas. No documento da SIC/RS afirma-se que, a meados da década de 80, apesar da recessão, “... o setor de vinhos está tranqüilo, já que o consumidor de maior poder aquisitivo resolveu substituir a bebida importada pelos vinhos finos nacionais (...) Ao que tudo indica, a produção de vinho permanecerá como setor predominante [no Eixo] tendo em vista sua concentração espacial” (RIO GRANDE DO SUL, 1986:83). Mas o fato é que, logo a seguir, esse setor passou a enfrentar uma série de problemas ligados à insuficiência de qualidade do produto, redução do mercado consumidor e concorrência de outros estados. Algumas das maiores empresas (como, por exemplo, as vinícolas Michelin, Mosele e Antunes, de Garibaldi) não conseguiram sobreviver. No campo, a área cultivada com videiras diminuiu, e os agricultores ligados ao setor procuraram outras alternativas de cultivo.

Inversamente, para outros setores tradicionais essa conjuntura foi positiva. Nessa fase a indústria moveleira começou a adequar sua estrutura produtiva, passando a fabricar artigos manufaturados com laminados de madeira e outras matérias primas¹. No mesmo período (anos 80) cresceram muito os setores têxtil/vestuário e calçadista, nos quais atuava um grande número de pequenas empresas, de caráter quase artesanal (RIO GRANDE DO SUL, 1986).

Mas é nos anos 90 que acontecem as mudanças mais profundas. Segundo PASSOS e LIMA, historicamente as indústrias gaúchas haviam desfrutado de vantagens relativas nos mercados nacionais e internacionais graças, em grande medida, à combinação de salários baixos e mão-de-obra qualificada². Essa situação teria perdurado até a crise dos anos 80. Na década de 90 as condições mudaram, principalmente a partir de 1994, com o Plano Real (PASSOS; LIMA, 1994).

As dificuldades enfrentadas pelas atividades agrícolas, em geral, se acentuaram, o que afetou particularmente o setor produtor de máquinas agrícolas. Novamente é a indústria mecânica a que mais se ressentiu: responsável por 7% do emprego formal no RS, a mesma experimentou queda na sua produção, diminuindo o número de trabalhadores empregados

¹ A produção madeireira ficara estagnada e logo declinara, devido ao esgotamento das florestas, na região; muitas empresas transferiram-se para o Paraná e Santa Catarina (RIO GRANDE DO SUL, 1986).

² Conforme esses autores, a indústria gaúcha caracteriza-se por quatro complexos: o agro-industrial, o metal-mecânico, o coureiro-calçadista e o petroquímico, aos quais se acresce a cadeia têxtil-vestuário. O Rio Grande do Sul apresenta menores níveis de produtividade que a indústria nacional, mas isso é compensado pelos salários menores, garantindo competitividade às empresas gaúchas. Essas condições contribuíram para o desenvolvimento industrial do Estado de duas formas: a) no segmento de empresas que competem no mercado nacional com suas congêneres, produzindo os mesmos valores de uso, operou uma compensação concorrencial (é o caso dos segmentos de alimentos, têxtil, vestuário, bebidas, calçados – todos altamente absorvedores de mão de obra); b) nos setores onde as empresas gaúchas não concorrem com as nacionais, por ausência de escala ou tecnologia, formaram-se nichos de especialização regional (como é o caso de cutelaria, produção de armas de pequeno porte, móveis; máquinas e implementos agrícolas; carrocerias de ônibus e caminhões (PASSOS; LIMA, 1996).

de 58 mil para 36 mil (ou seja, 35,4%); só em 1996 voltou a apresentar sinais de recuperação.

De modo geral, a condição para competir nos mercados externos passou a ser a introdução de novas tecnologias. O aumento de produtividade e competitividade passou a ser buscado, pelas empresas, através de estratégias de modernização tecnológica e gerencial, que combinam capacitação tecnológica (atualização de equipamentos, técnicas organizacionais, controle de qualidade, relacionamento com fornecedores e usuários, licenciamento de tecnologia, atividades de pesquisa e desenvolvimento); estratégias empresariais (planejamento e ações empreendidas quanto à escolha dos produtos e da tecnologia, organização da produção, forma de comercialização e *marketing*, etc.) e controle de desempenho das unidades produtivas. Ou seja, investia-se predominantemente nos chamados “fatores internos” da competitividade - aqueles que são passíveis de controle e modificação pela própria unidade produtiva (PASSOS, LIMA, 1996).

Pesquisas sobre a introdução de novas tecnologias na indústria gaúcha ao longo dos anos 90 mostram que esse processo não se dá de forma homogêneas, isso porque existem diferenças entre os vários segmentos e empresas do setor industrial, no tocante a tamanho, conhecimento tecnológico acumulado, condições financeiras, etc. Entre os segmentos que mais se modernizaram estão máquinas ferramentas, auto peças e cutelaria. (CASTILHOS; PASSOS, 1998), justamente segmentos industriais concentrados na região da AUNE³. Já

³ Máquinas ferramentas é o segmento mais importante para a difusão de novas tecnologias, pois as inovações incorporadas nas máquinas que fabrica transformam-se em inovações de processo de outras atividades industriais, afetando a eficiência do processo de fabricação dos bens duráveis e dos próprios bens de capital dos usuários de tais equipamentos. Auto-peças é um importante segmento fabricante de bens intermediários no RS; liga-se, por um lado, com as indústrias de máquinas e implementos agrícolas e de carrocerias localizadas no Estado (e na própria região) e, por outro, a montadoras de veículos do eixo São Paulo-Minas Gerais. Cutelaria é um dos segmentos de maior expressão no setor de bens duráveis e tem papel crescente nas exportações, devido a sua posição competitiva (CASTILHOS; PASSOS, 1998).

na cadeia têxtil-vestuário, que também é importante na AUNE, a competitividade das indústrias não avançou significativamente, pois se manteve a defasagem tecnológica. Além disso, devido ao aumento das importações, existe o risco de perda de sua parcela de mercado (COSTA, SCHERER,1995).

No caso da AUNE, paralelamente aos investimentos nos citados “fatores internos”, observa-se que há, por parte dos setores produtivos, um esforço para implementar estratégias que visam o desenvolvimento do parque industrial como um todo. Isto já era perceptível desde a fase anterior, quando o empresariado empenhou-se na consolidação do pólo metal-mecânico, na melhoria da infra-estrutura viária e na definição de áreas funcionais industriais (Cap 2.2). Na etapa mais recente, esses esforços concentram-se na implantação de centros tecnológicos e de capacitação de mão de obra, como o Centro Tecnológico do Mobiliário (CETEMO/SENAI), em Bento Gonçalves, e o Centro Tecnológico de Mecatrônica (CMT/SENAI), em Caxias do Sul.

O CETEMO é um centro especializado em formação profissional, assistência técnica e tecnológica, pesquisa aplicada e serviços de consultoria à indústria moveleira. O CTM oferece apoio às indústrias na realização de transformações tecnológicas, com a utilização de máquinas ferramentas de comando numérico, controladores lógicos programáveis, robôs industriais, computação gráfica, etc. Para tanto, possui um laboratório para o desenvolvimento de sistemas autômatos de produção, e também faz treinamento, qualificação, pesquisa aplicada e assistência técnica.

A Universidade de Caxias do Sul (UCS) é parte integrante desse sistema regional de centros produtores de conhecimento e tecnologia e, com certeza, sua peça mais importante. Possui unidades espalhadas por toda a região, algumas delas totalmente direcionadas a

demandas dos setores produtivos regionais, como são a Escola Técnica de Moda e o Curso de Hotelaria.

Outro exemplo dessas “estratégias de conjunto” são as feiras regionais, das quais a mais tradicional é a Festa da Uva, em Caxias do Sul. Iniciada na década de 30, evoluiu de uma pequena exposição de produtos agropecuários locais para uma feira agro-industrial de caráter regional e expressão nacional. Outro exemplo ilustrativo é a Feira Internacional de Máquinas, Matérias Primas e Acessórios para a Indústria Moveleira (FIMMA), de Bento Gonçalves que, desde 1993, vem promovendo o acesso das empresas do setor a tecnologias mais modernas (em máquinas, matérias primas, acessórios, *design*, etc.) e abrindo-lhes novas oportunidades de mercado ⁴.

No item a seguir são examinadas algumas mudanças que configuram uma reestruturação no setor industrial na Aglomeração Urbana do Nordeste e em uma parte significativa de suas empresas, bem como alterações no mercado de trabalho que costumam acompanhar esse processo.

⁴ A análise do significado que têm essas agências e eventos na consolidação da unidade e da identidade regionais, é retomada no Capítulo 3, quando se examina a atuação do empresariado na construção de uma sólida base físico-espacial para o desenvolvimento e social da região.

2. 3. 2 - Estrutura econômica da AUNE e seus municípios

A evolução da economia da Aglomeração Urbana do Nordeste em uma década e meia é retratada, neste trabalho, em quatro momentos - 1985/ 90/ 96/ 99 – em função dos dados disponíveis. O indicador utilizado é o Valor Adicionado Bruto (VAB)⁵. Os dados apresentados a seguir permitem verificar mostram quais os setores que aumentaram ou diminuíram sua participação na produção regional, nesse período. Também é mostrado o peso de cada setor de atividade (em %) na economia dos municípios e efetuada uma comparação de cada município com a AUNE, em seu conjunto, e da AUNE com o Estado do Rio Grande do Sul (Tabelas 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4).

Ao analisar a contribuição de cada setor de atividade produtiva - Agropecuária; Indústria; Serviços (Comércio e Demais Serviços) - para o total da região, constata-se que a Agropecuária aumentou sua participação no produto regional de 5,26% em 1985 para 7,65 em 1999 (em 1996 essa participação esteve até mais alta – 7,96 %); a Indústria apresentou uma queda, no mesmo período, passando de 67,44 % a 54,95 % do produto regional; o setor Serviços teve um crescimento bastante significativo - sua participação no total do produto regional variou de 21,78 % em 1990 a 30,77 %, em 1999. Ou seja, apesar de ocorrerem mudanças, manteve-se o predomínio do setor industrial sobre os demais, embora se possa perceber que ao longo desses anos houve uma diminuição relativa de sua

⁵ Para a análise da estrutura produtiva dos municípios o indicador usual era o PIB municipal por setor de atividade - calculado pela Fundação de Economia e Estatística -FEE/RS. Mas desde 1985 o que está em uso é o Valor Adicionado Bruto (VAB), que vem a ser o “valor da produção a preços básicos com imputação financeira, não levando em conta os impostos e subsídios”. Ou seja, o VAB não computa impostos e subsídios, daí a diferença com os valores que aparecem na Tabela 2 (Parte I) – no entanto, ambas as medidas servem para caracterizar a estrutura. Neste trabalho, o PIB por setores só aparece com referência ao Rio Grande do Sul.

importância na produção total da região.

Houve um crescimento significativo do setor Serviços nos municípios mais industrializados da AUNE – Caxias, Bento Gonçalves, Farroupilha, S. Marcos e C. Barbosa, com queda relativa do setor industrial. Nos três menores municípios, a Agropecuária segue preponderando: Monte Belo – 54,76%; Nova Pádua – 76,21%; Santa Tereza – 63,65%.

Tabela 4.1 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e Rio Grande do Sul

Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos e participação no total do município, por setor de atividade econômica - 1985

Municípios/Setores	AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		COMÉRCIO		SERVIÇOS		TOTAL DO VAB
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)		
Bento Gonçalves	77.728,24	5,57	904.312,84	64,81	58.183,70	4,17	355.079,00	25,45	1.395.303,79
Carlos Barbosa	36.541,48	11,41	213.294,04	66,58	8.145,66	2,54	62.364,18	19,47	320.345,36
Caxias do Sul	99.794,60	2,23	3.066.024,30	68,37	333.736,10	7,44	984.706,17	21,96	4.484.261,17
Farroupilha	51.647,33	5,93	646.763,02	74,29	24.508,29	2,81	147.731,27	16,97	870.649,90
Flores da Cunha	52.666,25	14,55	221.191,67	61,13	7.652,43	2,11	80.340,73	22,20	361.851,08
Garibaldi	93.950,66	14,98	408.124,55	65,08	14.392,31	2,29	110.654,00	17,64	627.121,53
São Marcos	22.004,29	11,30	107.012,44	54,96	8.736,59	4,49	56.946,71	29,25	194.700,04
Total AUNE	434.332,86	5,26	5.566.722,86	67,44	455.355,08	5,52	1.797.822,07	21,78	8.254.232,86
Rio Grande do Sul	16.749.340,39	16,91	40.630.748,06	41,02	10.504.913,85	10,61	31.169.704,53	31,47	99.054.706,83

Fonte dos dados brutos: FEE/Núcleo de Contabilidade Social, 2002.

Tabela 4.2 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e Rio Grande do Sul

Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos e participação no total do município, por setor de atividade econômica, 1990

Municípios/Setores	AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		COMÉRCIO		SERVIÇOS		TOTAL DO VAB
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)		
Bento Gonçalves	1.887.722,00	5,50	20.416.447,20	59,53	2.058.513,47	6,00	9.934.234,64	28,97	34.296.917,31
Carlos Barbosa	714.715,27	9,08	4.962.193,68	63,05	282.451,28	3,59	1.911.455,58	24,29	7.870.815,81
Caxias do Sul	3.287.932,27	2,66	78.294.655,75	63,38	11.183.505,72	9,05	30.769.875,58	24,91	123.535.969,32
Farroupilha	1.410.582,61	4,54	21.824.635,36	70,17	2.018.624,22	6,49	5.849.378,17	18,81	31.103.220,36
Flores da Cunha	1.273.333,67	17,31	3.617.201,20	49,16	248.404,98	3,38	2.218.719,78	30,16	7.357.659,63
Garibaldi	2.515.166,74	18,41	7.350.326,87	53,79	675.391,32	4,94	3.123.622,40	22,86	13.664.507,33
São Marcos	738.113,85	13,45	2.578.490,05	46,97	247.500,02	4,51	1.925.496,92	35,08	5.489.600,84
Total AUNE	11.827.566,41	5,30	139.043.950,11	62,26	16.714.391,01	7,48	55.732.783,07	24,96	223.318.690,61
Rio Grande do Sul	298.902.045,98	12,08	1.089.322.130,59	44,01	270.974.719,84	10,95	816.019.071,72	32,97	2.475.217.968,14

Tabela 4.3 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e Rio Grande do Sul

Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos e participação no total do município, por setor de atividade econômica - 1996

Municípios/Setores	AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		COMÉRCIO		SERVIÇOS		TOTAL DO VAB
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)		
Bento Gonçalves	30.534.863,89	3,46	531.138.663,63	60,21	46.080.886,24	5,22	274.367.445,00	31,10	882.121.858,77
Carlos Barbosa	17.807.182,93	9,07	118.552.244,80	60,38	11.219.993,60	5,71	48.763.959,12	24,84	196.343.380,45
Caxias do Sul	145.212.578,63	4,74	1.703.273.619,76	55,62	263.153.992,19	8,59	950.854.978,66	31,05	3.062.495.169,24
Farroupilha	67.470.889,65	9,39	386.763.609,29	53,82	106.357.649,90	14,80	158.067.812,09	21,99	718.659.960,93
Flores da Cunha	58.945.250,07	28,25	88.808.918,08	42,56	5.656.652,16	2,71	55.273.321,04	26,49	208.684.141,35
Garibaldi	68.582.575,76	18,62	200.319.282,65	54,38	13.084.985,95	3,55	86.365.651,52	23,44	368.342.495,89
Monte Belo do Sul	2.088.571,64	24,70	841.164,18	9,95	175.509,65	2,08	5.350.893,97	63,28	8.456.139,44
Nova Pádua	25.137.548,44	73,80	1.767.716,11	5,19	610.227,20	1,79	6.547.586,03	19,22	34.063.077,78
Santa Tereza	7.894.315,25	55,44	855.776,66	6,01	160.374,52	1,13	5.329.261,34	37,43	14.239.727,76
São Marcos	24.398.958,96	17,95	48.563.763,83	35,72	6.074.017,54	4,47	56.919.235,26	41,87	135.955.975,59
Total AUNE	448.072.735,23	7,96	3.080.884.758,99	54,73	452.574.288,95	8,04	1.647.830.144,02	29,27	5.629.361.927,20
Rio Grande do Sul	8.221.581.967,24	13,75	21.882.088.791,89	36,60	6.267.514.371,57	10,48	23.414.523.080,79	39,16	59.785.708.211,51

Fonte dos dados brutos: FEE/Núcleo de Contabilidade Social, 2002.

Tabela 4.4 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e Rio Grande do Sul
 Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos e participação no total do município, por setor de atividade econômica - 1999

Municípios/Setores	AGROPECUÁRIA	(%)	INDÚSTRIA	(%)	COMÉRCIO	(%)	SERVIÇOS	(%)	TOTAL DO VAB
Bento Gonçalves	43.690.075,79	4,52	553.115.058,65	57,26	50.842.878,51	5,26	318.289.505,82	32,95	965.937.518,77
Carlos Barbosa	19.050.577,48	7,96	142.721.901,39	59,67	11.050.319,01	4,62	66.366.204,76	27,74	239.179.002,65
Caxias do Sul	145.192.934,98	3,78	2.234.877.131,32	58,20	277.613.894,11	7,23	1.182.303.932,10	30,79	3.839.987.892,52
Farroupilha	69.458.543,95	12,19	267.106.585,74	46,87	61.875.813,80	10,86	171.488.431,76	30,09	569.929.375,25
Flores da Cunha	74.224.398,09	28,22	104.888.708,00	39,87	8.306.456,45	3,16	75.640.004,80	28,75	263.059.567,34
Garibaldi	53.305.813,52	13,17	228.970.124,70	56,56	18.181.507,03	4,49	104.350.574,52	25,78	404.808.019,76
Monte Belo do Sul	10.195.296,23	54,76	1.167.439,27	6,27	203.659,95	1,09	7.050.720,99	37,87	18.617.116,44
Nova Pádua	35.954.930,94	76,21	1.466.753,71	3,11	719.489,37	1,53	9.038.398,62	19,16	47.179.572,64
Santa Tereza	11.183.756,41	63,65	412.924,63	2,35	117.307,23	0,67	5.858.039,89	33,34	17.572.028,16
São Marcos	37.067.928,80	23,06	51.739.343,03	32,18	6.068.053,02	3,77	65.899.368,72	40,99	160.774.693,57
TOTAL AUNE	499.324.256,22	7,65	3.586.465.970,44	54,95	434.979.378,46	6,66	2.006.275.181,99	30,74	6.527.044.787,11
Rio Grande do Sul	9.375.124.779,50	13,29	26.451.858.749,47	37,50	6.891.954.498,72	9,77	27.823.445.067,54	39,44	70.542.383.095,23

Fonte dos dados brutos: FEENúcleo de Contabilidade Social, 2002.

Apesar da queda da participação relativa da Indústria no produto regional, pode-se afirmar que em 1999 a Aglomeração Urbana do Nordeste continuava sendo mais industrializada que o Rio Grande do Sul como um todo, pois nesse ano o setor industrial representava 54,95% na AUNE, e na economia gaúcha somente 37,05 %.

Examinando mais de perto o que aconteceu em cada um dos municípios da AUNE, observa-se que, desde 1985:

- a indústria já era o setor de maior peso na estrutura de todos os municípios, exceto nos três menores (Monte Belo, Santa Tereza e Nova Pádua);

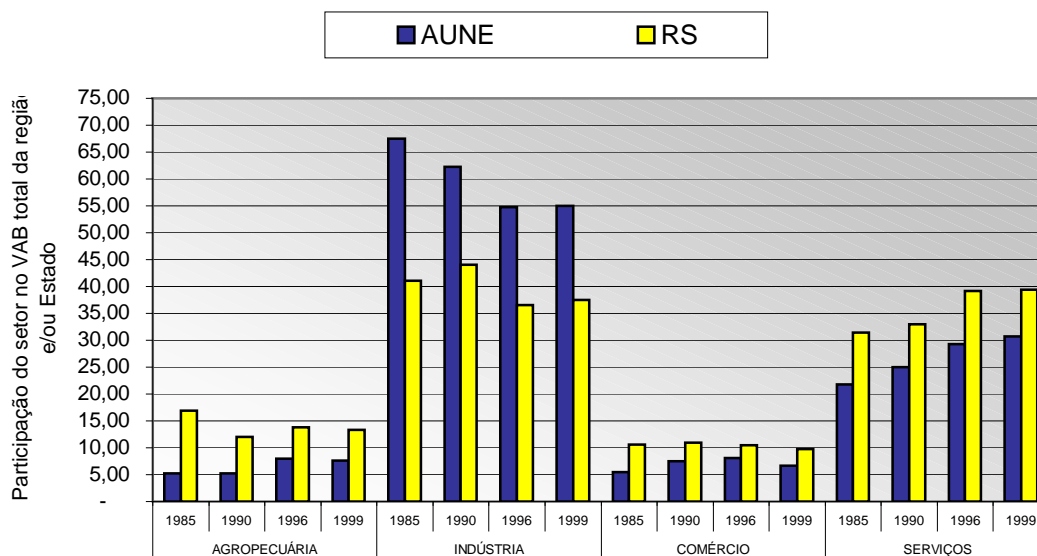
- a Agropecuária representava, no conjunto da AUNE, 5,26 % e somente 2,23 % da economia de Caxias do Sul, o município cuja produção industrial representava quase 2/3 do valor produzido pela indústria e mais da metade do VAB de toda a Aglomeração;

- os municípios onde o setor da Agropecuária mantinha uma grande participação eram justamente os “vinícolas” – Flores da Cunha (14,55 %) e Garibaldi (14,98 %) – tendo, também, razoável importância em Carlos Barbosa (11,41%) e em São Marcos (11,30%).

A síntese da evolução da economia regional, nesse período, aparece na Tabela 4.5 (em percentuais) e pode ser mais facilmente visualizada no Gráfico 2, que mostra

claramente o maior grau de industrialização da AUNE em comparação com o Estado.

Gráfico 2
Estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) da AUNE e do Rio Grande do Sul, por
setor de atividade econômica, em anos selecionados - 1985, 1990, 1995 e 1999



Fonte dos dados brutos: FEE, Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, 2001.

Tabela 4.5 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e Rio Grande do Sul

Participação percentual do Valor Adicionado Bruto (VAB)*, por setor de atividade econômica, no VAB total dos municípios da AUNE e do RS - 1985, 1990, 1996 e 1999

MUNICÍPIOS	AGROPECUÁRIA				INDÚSTRIA				COMÉRCIO				SERVIÇOS			
	1985	1990	1996	1999	1985	1990	1996	1999	1985	1990	1996	1999	1985	1990	1996	1999
Bento Gonçalves	5,57	5,50	3,46	4,52	64,81	59,53	60,21	57,26	4,17	6,00	5,22	5,26	25,45	28,97	31,10	32,95
Carlos Barbosa	11,41	9,08	9,07	7,96	66,58	63,05	60,38	59,67	2,54	3,59	5,71	4,62	19,47	24,29	24,84	27,74
Caxias do Sul	2,23	2,66	4,74	3,78	68,37	63,38	55,62	58,20	7,44	9,05	8,59	7,23	21,96	24,91	31,05	30,79
Farraposilha	5,93	4,54	9,39	12,19	74,29	70,17	53,82	46,87	2,81	6,49	14,80	10,86	16,97	18,81	21,99	30,09
Flores da Cunha	14,55	17,31	28,25	28,22	61,13	49,16	42,56	39,87	2,11	3,38	2,71	3,16	22,20	30,16	26,49	28,75
Garibaldi	14,98	18,41	18,62	13,17	65,08	53,79	54,38	56,56	2,29	4,94	3,55	4,49	17,64	22,86	23,44	25,78
Monte Belo do Sul	-	-	24,70	54,76	-	9,95	6,27	-	-	2,08	1,09	-	-	63,28	37,87	-
Nova Pádua	-	-	73,80	76,21	-	5,19	3,11	-	-	1,79	1,53	-	-	19,22	19,16	-
Santa Tereza	-	-	55,44	63,65	-	6,01	2,35	-	-	1,13	0,67	-	-	37,43	33,34	-
São Marcos	11,30	13,45	17,95	23,06	54,96	46,97	35,72	32,18	4,49	4,51	4,47	3,77	29,25	35,08	41,87	40,99
TOTAL AUNE	5,26	5,30	7,96	7,65	67,44	62,26	54,73	54,95	5,52	7,48	8,04	6,66	21,78	24,96	29,27	30,74
Rio Grande do Sul	16,91	12,08	13,75	13,29	41,02	44,01	36,60	37,50	10,61	10,95	10,48	9,77	31,47	32,97	38,16	39,44

(* VAB a preços básicos: valores a preços básicos com imputação financeira (não levando em conta os impostos indiretos e subsídios).

Fonte dos dados brutos: FEE/Núcleo de Contabilidade Social, 2002.

Outra medida da importância da AUNE no contexto estadual aparece na Tabela 4.6, que traz a participação de cada setor produtivo da região no total do mesmo setor, no RS.

Tabela 4.6 - Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e Rio Grande do Sul

Participação percentual do Valor Adicionado Bruto (VAB)* do conjunto dos municípios da AUNE no VAB total do Estado, por setor de atividade econômica, em anos selecionados - 1985, 1990, 1996 e 1999

Setor de Atividade	1985	1990	1996	1999
AGROPECUÁRIA	2,59	3,96	5,45	5,33
INDÚSTRIA	13,70	12,76	14,08	13,56
COMÉRCIO	4,33	6,17	7,22	6,31
DEMAIS SERVIÇOS	5,77	6,83	7,04	7,21
VAB TOTAL AUNE/VAB TOTAL RS	8,33	9,02	9,42	9,25

(*) VAB a preços básicos: valores a preços básicos com imputação financeira (não levando em conta os impostos indiretos e subsídios).

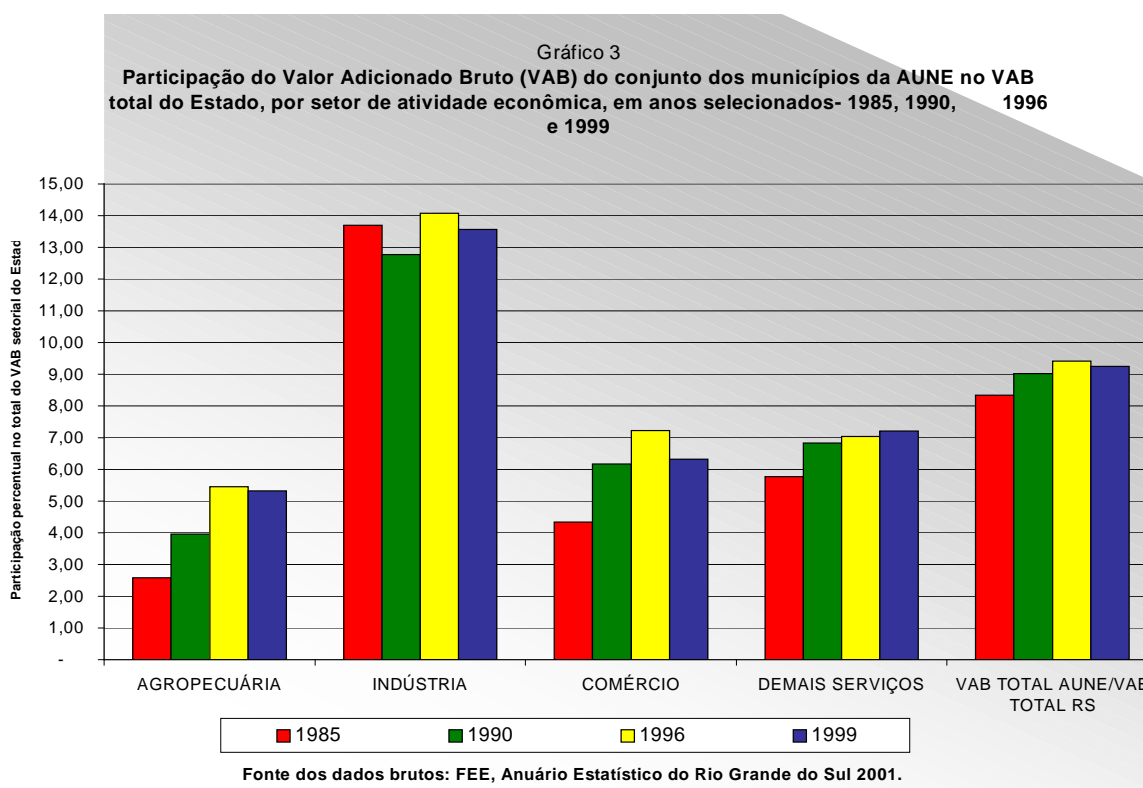
Fonte dos dados brutos: FEE/Núcleo de Contabilidade Social, 2002.

Entre 1985 e 1999 a AUNE teve um pequeno aumento de sua participação na economia do Rio Grande do Sul, partindo de 8,33% em 1985, atingindo o patamar mais alto em 1996, com 9,4 % e situando-se em 9,25 % do VAB total do Estado, no final do período.

Em termos da participação de cada setor produtivo da região no total da produção do mesmo setor no Estado, constata-se que, excetuando a Indústria, os demais tiveram sua participação aumentada entre 1985 e 1999. A Agropecuária da AUNE, que em 1985 participava com 2,59 % do valor de produção do setor no Estado, passou para 5,33 % em 1999, quase dobrando sua participação. A Indústria da AUNE teve uma oscilação de sua participação na produção industrial do Rio Grande do Sul, ao longo desses anos, mas encerrou o período com 13,56% do VAB total do setor, no Estado. Quanto ao setor Serviços, tanto Comércio como Demais Serviços apresentaram um aumento constante até 1996, verificando-se, logo a seguir, uma ligeira queda na participação do Comércio, enquanto Demais Serviços seguiu crescendo, o que permitiu encerrar o período em patamares significativamente superiores aos do ano de 1985, com 6,31 % e 7,21 % de participação, respectivamente, no total estadual VAB dos mesmos setores.

Mesmo com as oscilações verificadas, fica demonstrada uma tendência de modernização da estrutura produtiva, expressa no aumento da participação relativa dos

setores onde se localizam as atividades modernas – Indústria e, principalmente, Serviços. O Gráfico 3 (que decorre da Tabela 4.6), mostra o peso da AUNE na economia do RS, em cada setor de atividade econômica, ao longo de 15 anos (1985-99). Dito de outro modo: esse gráfico ilustra a participação da produção do conjunto dos municípios da AUNE na produção total do Estado, por setor.



Na análise da evolução da estrutura produtiva da AUNE, o que se percebe é que o conjunto se moderniza e essa modernização tem por base o crescimento do setor Serviços. É importante notar, também, que os setores que mais crescem da AUNE “para fora” são Serviços e Agropecuária – este último é o setor que mais aumenta sua participação relativa no Estado, no mesmo setor. A participação da indústria pode-se considerar estável.

Quando se observa especificamente o setor industrial da Aglomeração Urbana do Nordeste, vê-se que o mesmo responde por 17,19% dos empregos na indústria de transformação do Rio Grande do Sul, em 1999 – são mais de 72.000 empregos, em 6.562 estabelecimentos, que correspondem a 16,75 % do total do Estado (Tabela 5).

A par da importância da AUNE enquanto concentração industrial, no panorama do Estado, há que ressaltar a diversificação do parque industrial, no qual todos os gêneros industriais (exceto Fumo e Petroquímica) estão representados.

O caráter moderno da indústria regional se evidencia pelo papel que assumem os diferentes gêneros industriais na geração de valor e na oferta de empregos, na região (Tabelas 6.1 e 6.2).

Tabela nº. 5 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE) E RIO GRANDE DO SUL
Número de Estabelecimentos e número de empregados da Indústria de Transformação dos municípios da AUNE e do Rio Grande do Sul - 1999

MUNICÍPIOS	1999	
	ESTABELECEMENTOS	EMPREGADOS
Bento Gonçalves	1.005	12.088
Carlos Barbosa	136	3.624
Caxias do Sul	3.669	40.640
Farroupilha	681	6.549
Flores da Cunha	483	4.093
Santa Tereza	13	16
Garibaldi	321	3.532
Monte Belo do Sul	24	17
Nova Pádua	31	39
São Marcos	199	1.790
<i>Total AUNE</i>	6.562	72.388
RS	39.169	421.082

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2001.

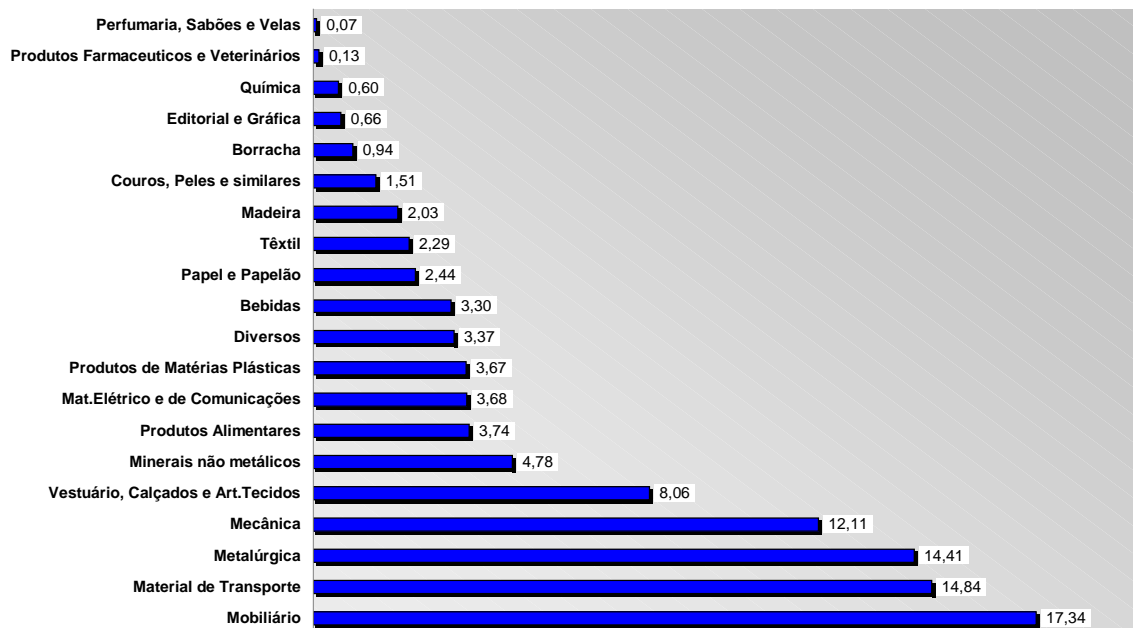
Na AUNE como um todo, os gêneros industriais mais empregadores são, pela ordem: 1) Mobiliário; 2) Material de Transporte; 3) Metalúrgica; 4) Mecânica; 5) Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos. Juntos representam, em 1999, 66,76 % dos empregos na indústria de transformação.

Tabela n. 6.1
AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)
 Indústria de Transformação - Número de estabelecimentos e de empregados por gêneros industriais - 1999

Gêneros	1999	
	Estabelecimento	Empregados
Produtos Alimentares	417	2.708
Bebidas	517	2.390
Madeira	253	1.472
Mobiliário	913	12.555
Têxtil	71	1.660
Vestuário, Calçados e Art.Tecidos	1.506	5.835
Metalúrgica	891	10.434
Mecânica	524	8.769
Mat.Elétrico e de Comunicações	186	2.666
Material de Transporte	193	10.739
Editorial e Gráfica	78	477
Borracha	34	684
Couros, Peles e similares	142	1.092
Diversos	202	2.443
Minerais não metálicos	193	3.461
Papel e Papelão	96	1.767
Perfumaria, Sabões e Velas	43	50
Produtos de Matérias Plásticas	241	2.654
Produtos Farmaceuticos e Veterinários	4	95
Química	58	437
TOTAL	6.562	72.388

Fonte:Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2000.

Gráfico 4
Aglomeración Urbana do Nordeste (AUNE)
 Principais generos industriais quanto ao número de empregados -
 Participação no emprego total da Indústria de Transformação da Região - 1999



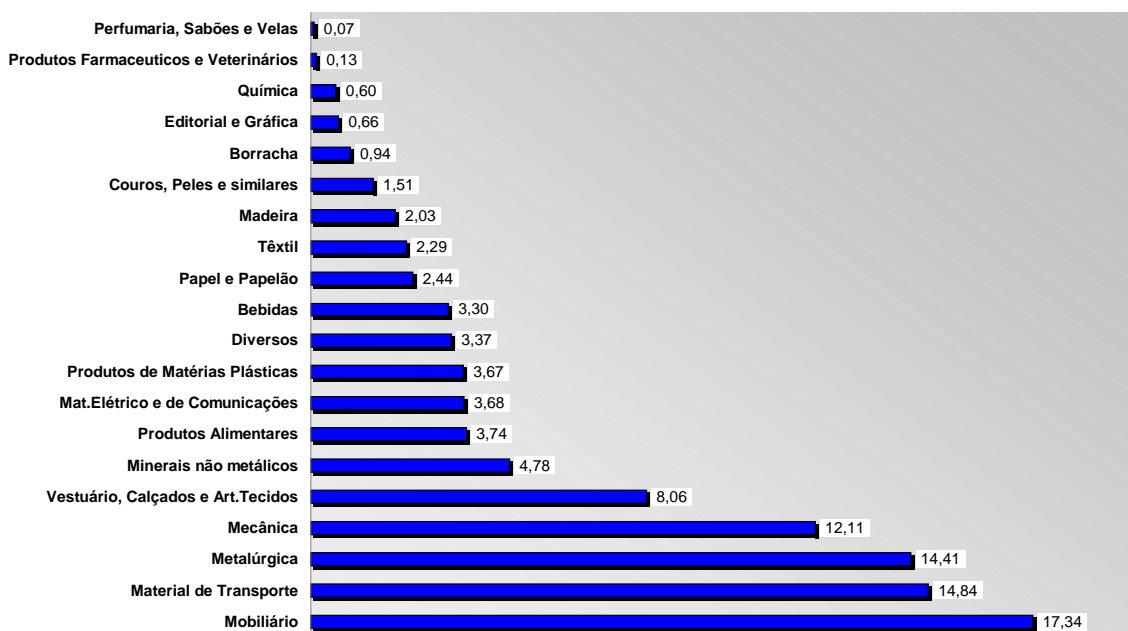
Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais 2000.

Tabela 6.2
AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE) e RIO GRANDE DO SUL
Indústria de Transformação - Número de empregados por gêneros industriais e
participação de cada gênero no total de empregos da Indústria de Transformação da AUNE - 1999

Gêneros	AUNE	Participação
Mobiliário	12.555	17,34
Material de Transporte	10.739	14,84
Metalúrgica	10.434	14,41
Mecânica	8.769	12,11
Vestuário, Calçados e Art.Tecidos	5.835	8,06
Minerais não metálicos	3.461	4,78
Produtos Alimentares	2.708	3,74
Mat.Elétrico e de Comunicações	2.666	3,68
Produtos de Matérias Plásticas	2.654	3,67
Diversos	2.443	3,37
Bebidas	2.390	3,30
Papel e Papelão	1.767	2,44
Têxtil	1.660	2,29
Madeira	1.472	2,03
Couros, Peles e similares	1.092	1,51
Borracha	684	0,94
Editorial e Gráfica	477	0,66
Química	437	0,60
Produtos Farmaceuticos e Veterinários	95	0,13
Perfumaria, Sabões e Velas	50	0,07
Fumo	0	-
4. TOTAL	72.388	100,00

Fonte:Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2000.

Gráfico 4
Aglomeración Urbana do Nordeste (AUNE)
Principais gêneros industriais quanto ao número de empregados -
Participação no emprego total da Indústria de Transformação da Região - 1999



Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais 2000.

O gênero Móveliário – tradicionalmente presente na região – é, isoladamente, o maior gerador de postos de trabalho na indústria, com 17,34 % dos empregos; seguem-se três gêneros modernos (Material de Transportes, Metalúrgica e Mecânica) que, juntos, respondem por 41,36 %. Na seqüência aparecem, novamente, gêneros tradicionais agrupados em Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos, com 8,06%. No Gráfico 4 é ressaltada a relevância de cada gênero no emprego industrial, na AUNE.

Por outro lado, alguns gêneros importantes na AUNE em termos de oferta de empregos também o são no contexto da indústria de transformação do Estado (Tabela 6.2). Destaca-se a indústria de Material de Transportes que, além de ser a segunda maior empregadora na Aglomeração, representa 52,34 % dos empregos no gênero, no Rio Grande do Sul. Também as indústrias dos segmentos de Mecânica e Metalurgia detêm uma alta participação no emprego industrial do Estado, em seus gêneros, representando 24,89 % e

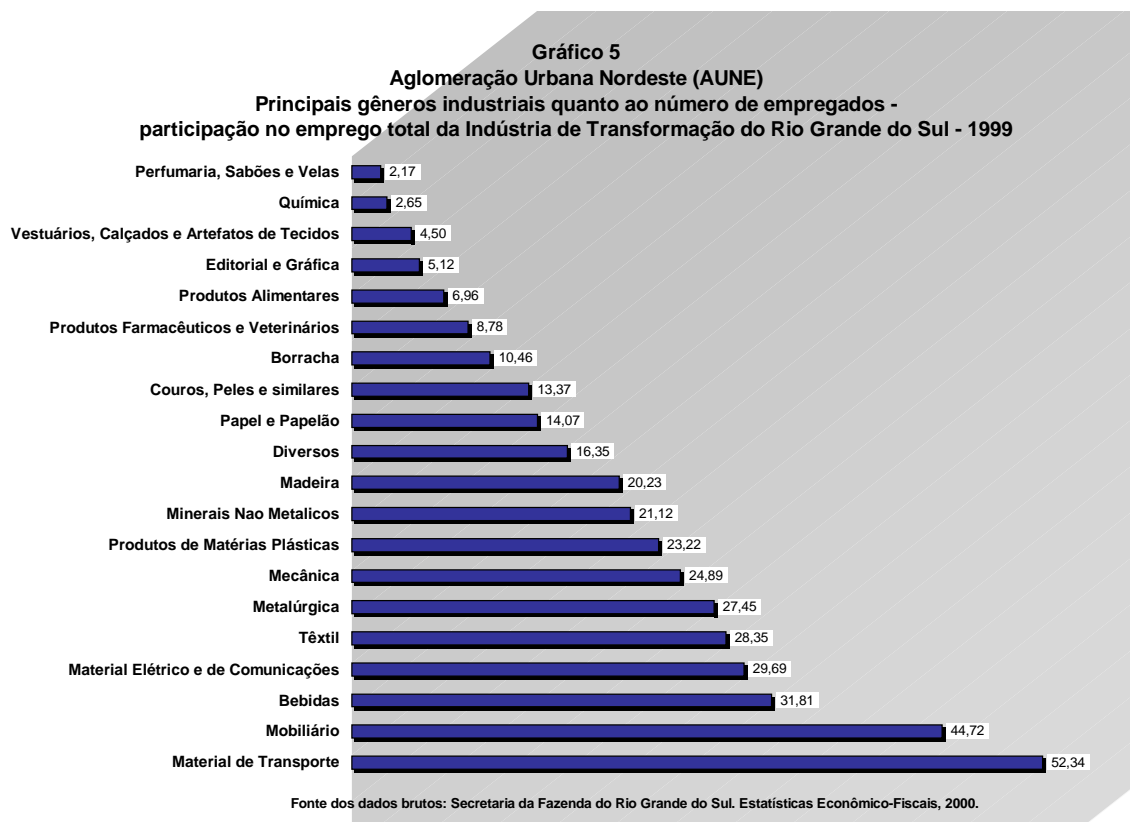
27,45 %, respectivamente. Material Elétrico e de Comunicações, que representa apenas 3,7 % do emprego industrial na AUNE, responde por quase 30,0 % dos empregos no gênero, no Estado. Esses são os gêneros industriais que constituem o pólo metal-mecânico regional.

Tabela 6.3
AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE) e RIO GRANDE DO SUL
Indústria de Transformação - Número de empregados por gêneros industriais e
participação de cada gênero no total de empregos da Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul- 1999

Gêneros	RS	AUNE	(%)
Material de Transporte	20.518	10.739	52,34
Mobiliário	28.074	12.555	44,72
Bebidas	7.513	2.390	31,81
Material Elétrico e de Comunicações	8.978	2.666	29,69
Têxtil	5.855	1.660	28,35
Metalúrgica	38.013	10.434	27,45
Mecânica	35.224	8.769	24,89
Produtos de Matérias Plásticas	11.429	2.654	23,22
Minerais Nao Metalicos	16.388	3.461	21,12
Madeira	7.276	1.472	20,23
Diversos	14.944	2.443	16,35
Papel e Papelão	12.562	1.767	14,07
Couros, Peles e similares	8.168	1.092	13,37
Borracha	6.542	684	10,46
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	1.082	95	8,78
Produtos Alimentares	38.900	2.708	6,96
Editorial e Gráfica	9.316	477	5,12
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	129.600	5.835	4,50
Química	16.510	437	2,65
Perfumaria, Sabões e Velas	2.305	50	2,17
Fumo	1.885	-	-
Total	421.082	72.388	17,19

Fonte:Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2000.

A indústria de Mobiliário também polariza regionalmente a oferta de empregos, com 44,72 % do total do Estado, no gênero. Já a indústria de Bebidas, embora não esteja entre as de maior peso em termos do emprego industrial regional, tem uma participação bastante expressiva no Rio Grande do Sul – 31,81 % dos empregos do gênero. O mesmo acontece em relação às indústrias Têxtil e de Produtos de Matérias Plásticas, que empregam relativamente pouco na região, mas esse pouco representa uma fatia considerável dos empregos dos respectivos gêneros, no Estado. Inversamente, as indústrias de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido, embora sejam grandes empregadoras na AUNE, têm pequena participação no contexto do Estado - 4,50 % (Tabela 6.2).



O Gráfico 5, que deriva da Tabela 6.2, expressa claramente uma peculiaridade do setor industrial na AUNE: é internamente “desconcentrado” (no sentido de que, na Aglomeração, o emprego industrial não está concentrado em um único gênero) e “concentrado” em relação ao Estado (no sentido de que detém uma fatia significativa do total dos empregos na indústria de transformação).

Quando se examina a evolução dos gêneros industriais quanto à relação empresas/número de empregados, constata-se que entre 1970 e 1999, na AUNE, houve um crescimento absoluto do número de estabelecimentos (de 1.201 para 6.562) e de empregos (de 19.109 para 72.388), no setor industrial. O maior crescimento do número de empregados aconteceu entre 1970 e 1980, quando o total de empregos na indústria mais do que triplicou; entre 1993 e 1999 houve uma queda no número de empregos na Indústria,

como se verifica a partir da análise da Tabela 7.1, corresponde a um aumento no setor Serviços.

Tabela 7.1

AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)

Indústria de Transformação - Número de estabelecimentos e empregados, por gêneros industriais - 1970/1980/1993/1999

Gêneros	1970				1980				1993				1999			
	Empresas	(%)	Empregados	(%)	Empresas	(%)	Empregados	(%)	Empresas	(%)	Empregados	(%)	Empresas	(%)	Empregados	(%)
Tradicionais:	922	76,77	12.140	63,53	1.226	66,27	35.308	54,20	2.987	65,01	37.000	45,91	3.677	56,03	26.620	36,77
Alimentos	198	16,49	1.594	8,34	160	8,65	4.157	6,38	292	6,35	6.082	7,52	417	6,35	2.708	3,74
Bebidas	199	16,57	2.062	10,79	234	12,65	3.097	4,75	396	8,62	3.036	3,77	517	7,88	2.390	3,30
Modista	204	16,99	2.544	13,31	243	13,14	5.127	7,87	285	6,20	2.476	3,07	253	3,86	1.472	2,03
Mobiliário	129	10,74	1.720	9,00	231	12,49	9.481	14,55	570	12,40	11.351	14,08	913	13,91	12.555	17,34
Têxtil	94	7,83	2.046	10,71	148	8,00	4.953	7,60	45	0,98	1.324	1,64	71	1,08	1.680	2,29
Vestuário, C	-	8,16	2.174	11,38	210	11,35	8.483	13,04	1.399	30,45	12.751	15,82	1.506	22,95	5.835	8,06
Modernos	230	19,15	6.495	33,99	563	29,89	27.578	42,33	1.302	28,34	33.304	41,32	1.794	27,34	32.608	45,05
Metalurgia	92	7,66	1.730	9,37	283	15,30	8.552	13,13	696	15,15	9.936	12,40	891	13,58	10.434	14,41
Mecânica	79	6,58	1.322	6,92	166	8,97	6.280	9,61	298	6,49	6.979	8,66	524	7,99	8.769	12,11
Mt. Elétric	19	1,58	576	3,01	51	2,76	2.935	4,51	142	3,09	3.554	4,41	186	2,83	2.666	3,68
Mt. Transp	40	3,33	2.807	14,69	53	2,86	9.831	15,09	166	3,61	12.775	15,85	193	2,94	10.739	14,84
Diversos	49	4,08	474	2,48	71	3,84	2.261	3,47	306	6,66	10.294	12,77	1.091	16,63	13.160	18,18
Couro e Pe	12	1,00	131	0,69	19	1,03	731	1,12	83	1,81	935	1,16	142	2,16	1.092	1,51
Borracha	19	1,58	182	0,95	24	1,30	640	0,98	22	0,48	1.019	1,26	34	0,52	684	0,94
Química	13	1,08	89	0,47	18	0,97	342	0,52	37	0,81	377	0,47	58	0,88	437	0,60
Papel e Pap	5	0,42	72	0,38	10	0,54	548	0,84	53	1,15	1.282	1,59	96	1,46	1.767	2,44
Outros (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	111	2,42	6.681	8,29	761	11,60	9.180	12,68
Total	1.201	100,00	19.109	100,00	1.850	100,00	65.147	100,00	4.595	100,00	80.598	100,00	6.562	100,00	72.388	100,00

(*) Indú. Editorial e Gráfica, Minerais não-metálicos, Perfumaria, Sabões e Velas, Produtos de Matérias Plásticas, Prod. Farmac. E. Vet. e Ópticos, etc.

Fonte: Censo Industrial Rio Grande do Sul. VIII Recenseamento Geral - 1970. Volume IV - Tomo XXI.

Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

Censo Industrial Rio Grande do Sul. Dados Gerais. IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. Volume 3-

Tomo 2 - Parte 1 - número 22. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

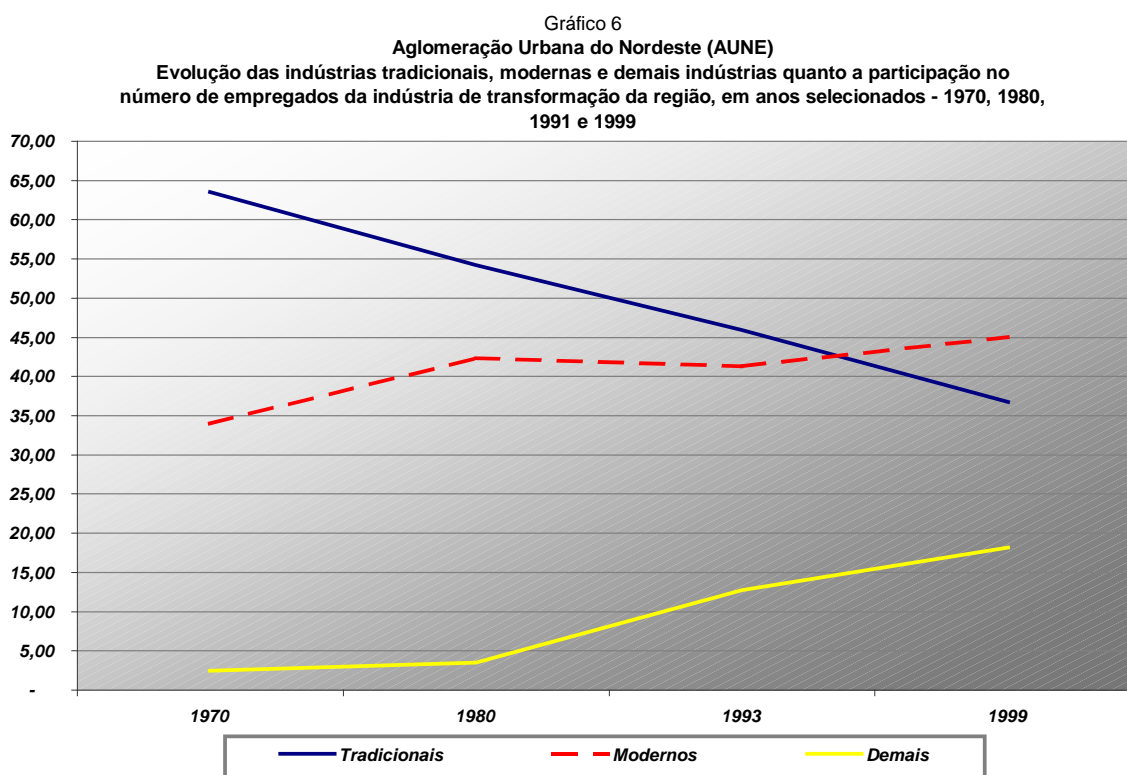
Secretaria da Fazenda, 1993.

Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2001.

É importante observar que, no mesmo período, os gêneros tradicionais vão sendo suplantados pelos modernos (Tabela 7.1) quanto à oferta de empregos – os primeiros decrescem de 63,53 % para 36,77 %, os segundos aumentam de 33,99 % para 45,05 % sua participação no total do emprego na Indústria. Esse peso é ainda maior se considerarmos o crescimento recente (na década de 90) do gênero “Outros”, onde estão incluídos segmentos caracteristicamente modernos, como é o caso dos Produtos de Matérias Plásticas.

Em síntese, o que se observa é uma mudança estrutural no setor industrial da AUNE, com a inversão da importância relativa dos gêneros tradicionais e modernos quanto

à capacidade de gerar empregos. Além disso, como já foi assinalado, o emprego na indústria cresceu relativamente mais na AUNE do que no Estado, nesse período – é o que se evidencia no Gráfico 6 (que deriva da Tabela 7.1).



A Tabela 7.2 mostra, de forma sintética, a evolução da participação dos diferentes gêneros industriais no total de empregos na indústria da AUNE, do início ao final do período que, neste trabalho, é considerado como a fase de maiores transformações da economia da região (de 1970 a 1999).

Novamente confirma-se que o crescimento de cada gênero industrial da AUNE sobre o total do gênero no Estado é maior que o crescimento relativo desse mesmo gênero na própria Aglomeração (conforme se pode observar comparando os dados das Tabela 7.1 e 7.2). Vê-se aí como, de fato, a oferta de empregos nas indústrias de Mecânica, Metalurgia,

Material Elétrico e de Comunicações e Material de Transporte é polarizada pela AUNE (este último gênero, com mais da metade do total do Estado). Também se confirma a importância que ainda têm os segmentos Têxtil e de Bebidas da AUNE em relação ao Estado, uma vez que sua participação se aproxima de um terço dos empregos nos respectivos gêneros.

Para a caracterização da estrutura do setor industrial dos municípios da AUNE o indicador utilizado é o VAF (Valor Adicionado Fiscal, da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul) – porque é a informação que associa valor (faturamento e valor adicionado na produção) e emprego, para descrever os gêneros industriais.

Tabela 8.1

Aglomeración Urbana do Nordeste (AUNE)

Número do contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da Indústria de Transformação do Município de Bento Gonçalves - 1999

GÊNERO	Nro de Contribuintes	Faturamento(R\$)	Empregados	VAF(R\$)
Bebidas	59	164.586.788,40	687	69.313.608,92
Borracha	14	27.200.331,23	343	9.096.767,49
Couros, Peles e similares	53	37.595.568,72	451	18.236.277,13
Diversos	22	4.393.011,00	61	2.387.117,44
Editorial e Gráfica	8	1.751.847,50	47	1.260.608,03
Madeira	42	11.052.110,27	257	5.080.916,22
Material de Transporte	12	20.573.549,40	401	13.198.976,29
Material Elétrico e de Comunicações	10	6.069.099,74	101	2.968.668,82
Mecânica	51	30.946.675,76	616	19.466.760,93
Metalúrgica	119	41.440.653,36	575	20.280.310,91
Minerais Não Metálicos	19	5.049.436,25	182	1.752.180,90
Mobiliário	338	612.306.183,00	6.115	248.821.425,60
Papel e Papelão	9	13.783.324,90	134	7.387.287,90
Perfumaria, Sabões e Velas	13	2.162.516,89	31	1.324.040,51
Produtos Alimentares	60	191.481.468,60	1.237	95.328.474,14
Produtos de Matérias Plásticas	34	47.119.753,21	525	21.089.200,65
Química	8	4.692.883,35	30	1.979.277,73
Têxtil	2	-	0	-
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	132	17.962.200,31	295	4.936.075,17
Total	1.005	1.240.167.401,89	12.088	543.907.974,78

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2000.

A análise dos dados do VAF corrobora as afirmações feitas anteriormente sobre a importância relativa dos diferentes gêneros industriais nos municípios da AUNE e também sobre a diversificação ou especialização do setor industrial nesses municípios (Tabelas 8.1 a 8.10).

Tabela 7.2

Participação das indústrias da Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) no número total de empregados da Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul, por gêneros, em anos selecionados

	1970	1980	1991	1999
METALÚRGICA	7,53	19,26	24,47	27,45
MECÂNICA	9,33	14,37	18,20	24,89
COUROS, PELES E SIMILARES	1,67	4,79	3,52	13,37
MADEIRA	17,00	21,65	15,44	20,23
MOBILIÁRIO	18,81	44,56	47,18	44,72
BORRACHA	7,14	12,52	15,34	10,46
QUÍMICA	1,28	2,77	3,80	2,65
PRODUTOS ALIMENTARES	3,99	5,69	7,58	6,96
BEBIDAS	31,59	41,67	29,32	31,81
VESTUÁRIO, CALÇADO E ART. TECIDOS	6,51	7,93	6,90	4,50
TÊXTIL	21,13	32,64	20,06	28,35
MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	11,68	23,75	31,16	29,69
MATERIAL DE TRANSPORTE	36,57	46,84	61,74	52,34
PAPEL E PAPELÃO	1,72	6,81	11,96	14,07

Fonte: Censo Industrial Rio Grande do Sul. VIII Recenseamento Geral - 1970. Volume IV - Tomo XXI. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.
Censo Industrial Rio Grande do Sul. Dados Gerais. IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980. Volume 3 - Tomo 2 - Parte 1 - número 22. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.
Secretaria da Fazenda, 1993.
Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2001.

Tabela 8.1

Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE)

Número do contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da Indústria de Transformação do Município de Bento Gonçalves - 1999

GÊNERO	Nro de Contribuintes	Faturamento(R\$)	Empregados	VAF(R\$)
Bebidas	59	164.586.788,40	687	69.313.608,92
Borracha	14	27.200.331,23	343	9.096.767,49
Couros, Peles e similares	53	37.595.568,72	451	18.236.277,13
Diversos	22	4.393.011,00	61	2.387.117,44
Editorial e Gráfica	8	1.751.847,50	47	1.260.608,03
Madeira	42	11.052.110,27	257	5.080.916,22
Material de Transporte	12	20.573.549,40	401	13.198.976,29
Material Elétrico e de Comunicações	10	6.069.099,74	101	2.968.668,82
Mecânica	51	30.946.675,76	616	19.466.760,93
Metalúrgica	119	41.440.653,36	575	20.280.310,91
Minerais Não Metálicos	19	5.049.436,25	182	1.752.180,90
Mobiliário	338	612.306.183,00	6.115	248.821.425,60
Papel e Papelão	9	13.783.324,90	134	7.387.287,90
Perfumaria, Sabões e Velas	13	2.162.516,89	31	1.324.040,51
Produtos Alimentares	60	191.481.468,60	1.237	95.328.474,14
Produtos de Matérias Plásticas	34	47.119.753,21	525	21.089.200,65
Química	8	4.692.883,35	30	1.979.277,73
Têxtil	2	-	0	-
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	132	17.962.200,31	295	4.936.075,17
Total	1.005	1.240.167.401,89	12.088	543.907.974,78

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2000.

Tabela 8.2

Aglomeraco Urbana do Nordeste (AUNE)

Número do contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da Indústria de Transformaco do Município de Carlos Barbosa - 1999

GÊNERO	Nro de Contribuintes	Faturamento(R\$)	Empregados	VAF(R\$)
Bebidas	1	4.725,00	0	678,00
Diversos	4	44.357,00	4	27.363,00
Editorial e Gráfica	4	131.571,00	5	69.694,00
Madeira	11	3.337.052,80	47	1.846.499,00
Material de Transporte	3	251.470,00	8	99.972,00
Material Elétrico e de Comunicaes	2	13.074.184,58	170	5.004.173,31
Mecânica	13	1.142.948,90	219	9.206.546,35
Metalúrgica	21	266.285.387,40	2.616	137.705.954,80
Minerais Nao Metalicos	7	1.323.249,81	17	731.002,00
Mobiliário	15	1.652.249,00	79	1.091.558,08
Produtos Alimentares	25	30.458.349,75	154	12.611.340,53
Produtos de Matérias Plásticas	2	5.037.030,00	68	2.595.182,00
Têxtil	2	5.665,00	0	(163,00)
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	26	4.957.639,73	237	2.336.724,48
Total	136	327.705.879,97	3.624	173.326.524,55

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2000.

Tabela 8.3

Aglomeraco Urbana do Nordeste (AUNE)

Número do contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da Indústria de Transformaco do Município de Caxias do Sul - 1999

GÊNERO	Nro de Contribuintes	Faturamento(R\$)	Empregados	VAF(R\$)
Bebidas	117	41.183.928,97	297	14.634.344,31
Borracha	12	18.144.626,92	263	9.103.275,00
Couros, Peles e similares	46	2.901.592,09	109	1.681.678,88
Diversos	159	199.391.910,20	2.263	93.443.342,92
Editorial e Gráfica	51	16.228.301,98	365	10.131.613,75
Madeira	127	26.950.617,87	812	16.143.834,35
Material de Transporte	137	1.038.549.936,00	9.426	491.630.109,00
Material Elétrico e de Comunicaes	162	173.793.816,30	1.962	76.550.526,25
Mecânica	409	682.216.425,90	7.608	328.709.173,20
Metalúrgica	606	362.296.962,80	4.478	167.256.320,20
Minerais Nao Metalicos	99	208.008.318,70	2.906	115.308.915,70
Mobiliário	317	112.331.786,80	1.976	55.987.905,01
Papel e Papelão	64	44.458.744,24	701	20.179.591,62
Perfumaria, Sabões e Velas	23	976.816,13	16	444.303,13
Produtos Alimentares	231	74.241.640,81	983	33.797.149,00
Produtos de Matérias Plásticas	158	138.123.376,10	1.793	69.946.417,89
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	4	7.160.246,00	95	4.967.588,00
Química	41	60.496.078,26	342	26.718.075,13
Têxtil	45	49.094.362,40	1.456	31.457.507,98
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	861	236.834.932,00	2.789	94.040.697,83
Total	3.669	3.493.384.420,47	40.640	1.662.132.369,15

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2000.

Tabela 8.4

Aglomeraco Urbana do Nordeste (AUNE)

Número do contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da Indústria de Transformaco do Município de Farroupilha - 1999

GÊNERO	Nro de Contribuintes	Faturamento(R\$)	Empregados	VAF(R\$)
Bebidas	35	43.420.505,82	346	27.159.917,00
Borracha	5	1.102.622,60	76	831.415,00
Couros, Peles e similares	26	18.215.115,98	426	7.550.875,94
Diversos	10	1.137.077,88	37	702.518,87
Editorial e Gráfica	9	1.572.654,87	42	829.497,90
Madeira	20	2.334.691,99	91	1.193.530,58
Material de Transporte	6	910.124,55	32	323.934,48
Material Elétrico e de Comunicaes	4	49.086.410,00	413	19.629.713,00
Mecnica	21	11.810.145,86	152	7.807.709,42
Metalúrgica	44	114.657.570,90	1.226	63.586.662,76
Minerais Nao Metalicos	24	2.212.789,24	157	1.687.407,48
Mobiliário	46	23.070.682,14	509	12.327.856,12
Papel e Papelão	14	178.846.576,80	541	50.059.610,92
Perfumaria, Sabões e Velas	2	27.002,05	0	7.047,00
Produtos Alimentares	41	3.422.305,81	129	1.342.255,36
Produtos de Matérias Plásticas	16	7.443.851,80	52	1.933.035,57
Química	2	5.027.820,09	44	2.301.164,41
Têxtil	22	26.275.793,36	204	12.145.436,81
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	334	63.186.734,96	2.072	34.650.800,22
Total	681	553.760.476,70	6.549	246.070.388,84

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2000.

Tabela 8.5

Aglomeraco Urbana do Nordeste (AUNE)

Número do contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da Indústria de Transformaco do Município de Flores da Cunha - 1999

GÊNERO	Nro de Contribuintes	Faturamento(R\$)	Empregados	VAF(R\$)
Bebidas	199	100.827.426,20	491	31.112.449,22
Borracha	2	39.011,00	1	28.211,00
Couros, Peles e similares	9	2.017.094,11	57	926.931,90
Diversos	2	973.073,00	41	446.235,00
Editorial e Gráfica	2	202.388,00	4	144.007,00
Madeira	19	2.529.384,71	92	1.513.969,66
Material de Transporte	1	1.386.379,00	15	360.339,00
Material Elétrico e de Comunicaes	2	860.099,63	14	167.122,72
Mecânica	15	424.992,88	24	240.021,87
Metalúrgica	25	4.567.386,19	113	1.508.156,10
Minerais Nao Metalicos	15	1.590.577,79	52	757.579,70
Mobiliário	98	140.641.409,00	2.472	66.075.306,80
Papel e Papelão	2	1.761.280,42	381	382.691,94
Produtos Alimentares	18	1.484.359,87	41	307.825,23
Produtos de Matérias Plásticas	7	15.674.236,93	116	4.250.313,66
Química	4	410.728,00	5	295.691,00
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	63	4.431.604,80	174	1.618.175,63
Total	483	279.821.431,53	4.093	110.135.027,43

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2000.

Tabela 8.6

Aglomeraco Urbana do Nordeste (AUNE)

Número do contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da Indústria de Transformaco do Município de Garibaldi - 1999

GÊNERO	Nro de Contribuintes	Faturamento(R\$)	Empregados	VAF(R\$)
Bebidas	55	233.843.469,90	471	118.076.168,80
Couros, Peles e similares	4	1.059.352,65	22	451.649,90
Diversos	5	994.179,00	37	350.401,44
Editorial e Gráfica	1	32.244,00	5	-
Madeira	14	1.706.399,99	83	1.018.862,19
Material de Transporte	4	375.844,00	5	201.014,50
Material Elétrico e de Comunicaes	4	199.305,89	4	78.939,55
Mecânica	6	7.328.812,53	126	2.729.502,86
Metalúrgica	51	92.209.063,84	1.364	41.369.342,55
Minerais Nao Metalicos	4	759.854,00	26	376.263,10
Mobiliário	56	73.879.314,33	973	28.606.693,52
Papel e Papelão	6	300.519,60	10	149.903,08
Perfumaria, Sabões e Velas	1	1.634,14	0	1.624,14
Produtos Alimentares	33	8.690.935,95	152	1.362.016,62
Produtos de Matérias Plásticas	17	5.136.325,62	63	1.253.762,00
Química	1	5.323,00	0	1.747,00
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	59	4.406.078,95	191	1.973.952,57
Total	321	430.928.657,39	3.532	198.001.843,82

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2000.

Tabela 8.7

Aglomeraco Urbana do Nordeste (AUNE)

Número do contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da Indústria de Transformaco do Município de São Marcos - 1999

GÊNERO	Nro de Contribuintes	Faturamento(R\$)	Empregados	VAF(R\$)
Bebidas	16	20.920.637,56	79	6.578.268,73
Borracha	1	17.088,00	1	14.088,00
Couros, Peles e similares	3	385.860,94	23	128.599,00
Editorial e Gráfica	3	129.914,38	9	83.710,00
Madeira	16	1.807.238,79	73	1.015.624,83
Material de Transporte	27	62.618.258,67	848	32.225.253,05
Material Elétrico e de Comunicaes	2	113.077,00	2	40.751,00
Mecnica	7	348.373,00	23	226.866,00
Metalúrgica	21	1.831.481,36	62	782.026,00
Minerais Nao Metalicos	22	4.325.648,31	121	2.418.661,00
Mobiliário	39	18.393.381,35	424	7.691.262,59
Papel e Papelão	1	9.961,00	0	4.515,00
Perfumaria, Sabes e Velas	4	135.657,20	3	48.554,00
Produtos Alimentares	5	160.975,15	6	93.329,29
Produtos de Matérias Plásticas	5	1.467.045,27	27	787.293,00
Química	2	1.536.264,58	16	622.102,00
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	25	1.774.726,34	73	863.928,64
Total	199	115.975.588,90	1.790	53.624.832,13

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2000.

Tabela 8.8

Aglomeraco Urbana do Nordeste (AUNE)

Número do contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da Indústria de Transformaco do Município de Monte Belo do Sul - 1999

GÊNERO	Nro de Contribuintes	Faturamento(R\$)	Empregados	VAF(R\$)
Bebidas	14	1.709.914,08	6	924.447,21
Madeira	2	135.389,00	10	78.847,00
Material de Transporte	1	110.967,00	0	84.610,00
Mecânica	1	41.955,00	1	30.164,00
Metalúrgica	3	31.727,00	0	17.840,00
Produtos de Matérias Plásticas	1	96,00	0	45,00
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	2	903,00	0	346,00
Total	24	2.030.951,08	17	1.136.299,21

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2000.

Tabela 8.9

Aglomeración Urbana do Nordeste (AUNE)

Número do contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da Indústria de Transformação do Município de Nova Pádua - 1999

GÊNERO	Nro de Contribuintes	Faturamento(R\$)	Empregados	VAF(R\$)
Bebidas	18	2.710.899,83	13	1.007.503,78
Madeira	2	385.261,75	7	91.160,00
Material de Transporte	2	110.368,50	4	44.423,14
Minerais Nao Metalicos	1	6.890,00	0	6.890,00
Mobiliário	1	36.615,00	5	14.788,00
Produtos Alimentares	4	797.238,62	6	330.984,00
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	3	125.154,00	4	22.211,06
Total	31	4.172.427,70	39	1.517.959,98

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2000.

Tabela 8.10

Aglomeración Urbana do Nordeste (AUNE)

Número do contribuintes, de empregados, faturamento e Valor Adicionado Fiscal (VAF) por gênero da Indústria de Transformação do Município de Santa Tereza - 1999

GÊNERO	Nro de Contribuintes	Faturamento(R\$)	Empregados	VAF(R\$)
Bebidas	3	2.568,00	0	4.507,62
Couros, Peles e similares	1	105.889,40	4	61.048,57
Mecânica	1	97.889,59	0	1.257,00
Metalúrgica	1	6.461,00	0	6.064,00
Minerais Nao Metalicos	2	-	0	-
Mobiliário	3	1.003.448,00	2	101.645,32
Produtos de Matérias Plásticas	1	84.532,55	10	50.626,00
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	1	-	0	-
Total	13	1.300.788,54	16	225.148,51

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. Estatísticas Econômico-Fiscais, 2000.

Quando se analisa cada um dos municípios da AUNE, constata-se que em dois deles - Caxias do Sul e Farroupilha – o setor industrial é bastante diversificado, enquanto que nos demais existe uma relativa especialização em determinados gêneros: em Garibaldi e Flores da Cunha predomina o gênero Bebidas (indústria vinícola); em Bento Gonçalves, Mobiliário; em São Marcos, a indústria de Material de Transporte; em Carlos Barbosa, a indústria Metalúrgica (cutelaria). A diversidade e/ou especialização dos setores industriais dos diferentes municípios pode ser comprovada através dos dados das Tabelas 8.1 a 8.10.

As mesmas tabelas permitem caracterizar os municípios da AUNE em relação ao número de empresas (contribuintes) e faturamento, número de empregados e empregados e valor adicionado:

- Bento Gonçalves – é um pólo da indústria do Mobiliário, que responde por mais de 50% dos empregos industriais, no município. Há também uma presença importante dos

gêneros Produtos Alimentares e Bebidas; secundariamente aparecem Mecânica e Metalúrgica.

- Carlos Barbosa – a economia do município é totalmente dominada pela indústria Metalúrgica; seguem-se em importância dois gêneros: Produtos Alimentares, com alto valor, porém gerado por muitas empresas, e Material Elétrico e de Comunicações, gênero que também responde por um alto valor adicionado, mas onde há só duas empresas.

- Caxias do Sul – verifica-se que a diversificação da indústria do município não está apenas no fato de que muitos gêneros industriais estão presentes, mas no fato de que vários deles apresentam VAF bastante elevado e têm alta capacidade empregadora. Como já foi referido, destacam-se Material de Transporte, Mecânica, Metalurgia, Material Elétrico e de Comunicações, e Produtos de Matérias Plásticas (os “modernos”), que representam 66,02% do VAF e 57,76 % dos empregos da indústria, em Caxias do Sul. Seguem-se Minerais não-Metálicos, Mobiliário, Têxtil e Vestuário-Calçados (com a ressalva de que, neste último, o VAF embora expressivo, é gerado por um número elevado de empresas).

- Farroupilha – tem uma situação semelhante a Caxias do Sul no que tange à diversidade do setor industrial; os gêneros que respondem pelas maiores parcelas do VAF são, pela ordem, Metalúrgica, Papel e Papelão, Vestuário-Calçados e Bebidas.

- Flores da Cunha – dois gêneros – Mobiliário e Bebidas – respondem por 88,24 % do VAF industrial, mas observe-se que, enquanto Mobiliário é o grande responsável pelo emprego industrial no município (60,39%), o gênero Bebidas está composto por muitas empresas com poucos empregados (11,99%).

- Garibaldi – o destaque fica com Bebidas, com mais de 50% do VAF; porém o gênero que mais emprega é a indústria Metalúrgica (o qual, se agregado a Mecânica,

representa 42,18 % do total de empregos industriais). Segue-se a indústria de Mobiliário, cuja participação no VAF e no emprego industrial tem alguma expressão, no município.

- São Marcos – é o menor dos municípios industrializados da AUNE; a indústria de Material de Transporte ocupa aí a primeira posição, tanto com relação ao VAF (60,09%) quanto ao número de empregos (47,37%). Dois gêneros tradicionais aparecem a seguir, com uma posição equivalente: Mobiliário e Bebidas.

- Monte Belo do Sul, Nova Pádua e Santa Tereza – são municípios que temos caracterizado como pequenos e agrícolas, ao longo de todo este trabalho, e sobre os quais cabe fazer algumas observações: a reduzida atividade industrial está a cargo de poucas pequenas empresas, produtoras de Bebidas (nos dois primeiros) e Mobiliário (no último). Isso leva a crer que o alto PIB *per capita* que se verifica em Nova Pádua (Tabela 2) tenha por origem uma atividade agropecuária altamente agregadora de valor e, portanto, moderna.

Nas Tabelas 9.1 a 9.13 pode-se observar que, em diversos gêneros, existem empresas de grande porte (com 500 empregados ou mais), muitas das quais têm conseguido um lugar de destaque no país, em seu segmento, pela competitividade⁶. Essas empresas estão presentes mesmo nos setores mais tradicionais (exemplos: Grendene, de Farroupilha, fabricante de calçados de plástico injetado; Adria e Isabela, de Bento Gonçalves, em Alimentos; Toigo e Florense, de Flores da Cunha, em Mobiliário; Petenatti, de Caxias do Sul, no setor têxtil), bem como em todos os municípios, exceto nos três menores.

⁶ Ranking da Revista EXAME – 1998 / 1999

Tabela 9.1 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)

Dez maiores empresas da Indústria de Transformação quanto ao número de empregados nos municípios da AUNE, por gênero e localização: Produtos Alimentares- 2000/2001

Empresa	Localização	Nro. Empregados
1. ADRIA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA	Bento Gonçalves	934
2. ISABELA S/A	Bento Gonçalves	840
3. PENASUL ALIMENTOS LTDA	Caxias do Sul	805
4. MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S/A	Caxias do Sul	744
5. FRANGOSUL S/A AGROAVÍCOLA IND.	Caxias do Sul	694
6. FRANGOSUL S/A AGROAVÍCOLA IND.	Caxias do Sul	645
7. FRIGORÍFICO NICOLINI LTDA	Garibaldi	600
8. FRINAL FRIGORÍFICO AVÍCOLA LTDA	Garibaldi	528
9. PREDILETO PENA BRANCA ALIM. S/A	Caxias do Sul	490
10. COOPERATIVA SANTA CLARA LTDA	Carlos Barbosa	315
Nro. Médio de empregados por empresa	-	660

Fonte: Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul 2000-2001. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 9.2 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)

Dez maiores empresas da Indústria de Transformação quanto ao número de empregados nos municípios da AUNE, por gênero e localização: Bebidas - 2000/2001

Empresa	Localização	Nro. Empregados
1. COOPERATIVA VINÍCOLA AURORA LTDA	Bento Gonçalves	320
2. COOPERATIVA VINÍCOLA GARIBALDI LTDA	Garibaldi	90
3. MONTE CARLO IND. DE BEBIDAS	Flores da Cunha	90
4. VINHOS SALTON S/A	Bento Gonçalves	80
5. SOC. BEBIDAS PANIZZON LTDA	Flores da Cunha	72
6. VINHOS PIAGENTINI S/A	Caxias do Sul	70
7. CHAMPAGNE GEORGES AUBERT S/A	Garibaldi	67
8. ALLIED DOMEQ BRASIL LTDA	Garibaldi	58
9. ANTONIO BASSO FILHOS S/A	Flores da Cunha	50
10. ESTABEL.VINÍCOLA PERTELONGO	Garibaldi	41
Nro. Médio de empregados por empresa	-	94

Fonte: Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul 2000-2001. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 9.3 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)

Dez maiores empresas da Indústria de Transformação quanto ao número de empregados nos municípios da AUNE, por gênero e localização: Mobiliário - 2000/2001

Empresa	Localização	Nro. Empregados
1. TOIGO MÓVEIS LTDA	Flores da Cunha	873
2. FABRICA MÓVEIS FLORENSE LTDA	Flores da Cunha	745
3. MÓVEIS CARRARO S/A	Bento Gonçalves	463
4. BERTOLONI S/A	Bento Gonçalves	457
5. TODESCHINI S/A	Bento Gonçalves	430
6. DELLANNO MÓVEIS LTDA	Bento Gonçalves	311
7. MADARCO S/A	Caxias do Sul	250
8. SACCARO MÓVEIS LTDA	Caxias do Sul	235
9. MÓVEIS SANDRIN LTDA	Bento Gonçalves	213
10. MADECENTER MÓVEIS LTDA	Bento Gonçalves	207
Nro. Médio de empregados por empresa	-	418

Fonte: Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul 2000-2001. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 9.4 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)

Dez maiores empresas da Indústria de Transformação quanto ao número de empregados nos municípios da AUNE, por gênero e localização: Calçados - 2000/2001

Empresa	Localização	Nro. Empregados
1. GRENDENE CALÇADOS S/A	Farroupilha	747
2. IND. CALÇADOS CIMAZA LTDA	Bento Gonçalves	263
3. GRENDENE S/A	Farroupilha	199
4. CALÇADOS BORTOLOSSI LTDA	Farroupilha	106
5. PROPER CALÇADOS LTDA	Caxias do Sul	97
6. CALÇADOS MARLONE LTDA	Carlos Barbosa	95
7. A V A IND. COM. CALÇADOS DE PLAST. LTDA	Farroupilha	50
8. DOSSIN& CIA LTDA	Caxias do Sul	49
9. LM SFOGGIA LTDA	Carlos Barbosa	49
10. CALÇADOS ENRY LTDA	Farroupilha	45
Nro. Médio de empregados por empresa	-	170

Fonte: Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul 2000-2001. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 9.5 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)

Dez maiores empresas da Indústria de Transformação quanto ao número de empregados nos municípios da AUNE, por gênero e localização: Material de Transporte - 2000/2001

Empresa	Localização	Nro. Empregados
1. MARCOPOLO S/A	Caxias do Sul	3.438
2. RANDOM S/A	Caxias do Sul	2.277
3. FRAS-LE S/A	Caxias do Sul	1.700
4. FRAS-LE S/A	Caxias do Sul	1.687
5. MARCOPOLO S/A	Caxias do Sul	1.188
6. A GUERRA S/A	Caxias do Sul	942
7. AGRALE S/A	Caxias do Sul	828
8. INSTALADORA SÃO MARCOS LTDA	São Marcos	692
9. SAN MARINO ÔNIBUS LTDA	Caxias do Sul	360
10. MASTER SIST. AUTOMOTIVOS LTDA	Caxias do Sul	336
Nro. Médio de empregados por empresa	-	1.345

Fonte: Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul 2000-2001. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 9.6 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)

Dez maiores empresas da Indústria de Transformação quanto ao número de empregados nos municípios da AUNE, por gênero e localização: Metalúrgica - 2000/2001

Empresa	Localização	Nro. Empregados
1. TRAMONTINA S/A CUTELARIA	Carlos Barbosa	1.931
2. TRAMONTINA FARROUPILHA S/A - METAL.	Farroupilha	596
3. SOPRANO ELETROMETAL. E HIDRO. LTDA	Farroupilha	558
4. TRAMONTINA MULTIFERRAMENTAS S/A	Carlos Barbosa	520
5. TRAMONTINA GARIBALDI S/A	Carlos Barbosa	473
6. FARINA S/A - FUNDIÇÃO METALÚRGICA	Bento Gonçalves	427
7. LUPATECH S/A	Caxias do Sul	422
8. AMERICAN TOOL DO BRASIL LTDA	Carlos Barbosa	342
9. DINACO IND.COM. FERRO E AÇO LTDA	Caxias do Sul	250
10. GAZOLA S/A IND. METALÚRGICA	Caxias do Sul	228
Nro. Médio de empregados por empresa	-	575

Fonte: Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul 2000-2001. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 9.7 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)

Dez maiores empresas da Indústria de Transformação quanto ao número de empregados nos municípios da AUNE, por gênero e localização: Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações - 2000/2001

Empresa	Localização	Nro. Empregados
1. EBERLE S/A IND. E TECNOLOGIA	Caxias do Sul	2.317
2. INVENSYS APLIANCE CONTROLS LTDA	Caxias do Sul	1.251
3. ENXUTA IND. LTDA	Caxias do Sul	724
4. EBERLE S/A IND. TECNOLOGIA	Caxias do Sul	617
5. CEMAR S/A COMPONENTES ELÉTRICOS	Caxias do Sul	385
6. PIGOZZI S/A ENGREN. E TRANSMISSORES	Caxias do Sul	362
7. MADAL S/A	Caxias do Sul	344
8. INTRAL S/A IND. MAT. ELÉTRICOS	Caxias do Sul	323
9. EBERLE S/A IND. TECNOLOGIA	Caxias do Sul	279
10. DAMBROZ S/A	Caxias do Sul	260
Nro. Médio de empregados por empresa	-	686

Fonte: Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul 2000-2001. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 9.8 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)

Dez maiores empresas da Indústria de Transformação quanto ao número de empregados nos municípios da AUNE, por gênero e localização: Madeira - 2000/2001

Empresa	Localização	Nro. Empregados
1. CIA. SUL AMERICANA MADEIRAS S/A	Caxias do Sul	423
2. CHIES CHIES CIA. LTDA	Caxias do Sul	230
3. CHIES CHIES CIA. LTDA	Caxias do Sul	227
4. MADEZATTI S/A	Caxias do Sul	180
5. IND. CAXIENSE DE MOLDURAS	Caxias do Sul	170
6. INCOGREL IND. COMP. GREGOLETTO LTDA	Caxias do Sul	163
7. REQUIEM IND. COM. LTDA	Caxias do Sul	75
8. FÁBRICA DE ESQUADRIAS SÃO JOSÉ LTDA	São Marcos	70
9. MÓVEIS SALVARO LTDA.	Bento Gonçalves	70
10. MADEIREIRA IBIRAJARA S/A	Bento Gonçalves	62
Nro. Médio de empregados por empresa	-	167

Fonte: Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul 2000-2001. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 9.9 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)

Dez maiores empresas da Indústria de Transformação quanto ao número de empregados nos municípios da AUNE, por gênero e localização: Vestuário - 2000/2001

Empresa	Localização	Nro. Empregados
1. FASOLO ARTEFATOS DE COURO LTDA	Bento Gonçalves	199
2. PETTENATI S/A IND. TEXTIL	Caxias do Sul	193
3. SULTEXTIL S/A IND. DE TECIDOS	Caxias do Sul	180
4. MALHARIA FARROUPILHA LTDA	Farroupilha	152
5. MALHARIA ANSELMI LTDA	Farroupilha	136
6. INDÚSTRIA DE COUROS J L C LTDA	Farroupilha	120
7. INDÚSTRIA DE BOLSAS TONIN LTDA	Farroupilha	108
8. TYKYTA MALHAS FINAS LTDA	Caxias do Sul	94
9. ARRIVARE ACESSÓRIOS DE MODA LTDA	Bento Gonçalves	80
10. MALHAS G DOM LTDA	Bento Gonçalves	80
Nro. Médio de empregados por empresa	-	134

Fonte: Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul 2000-2001. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 9.10 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)

Dez maiores empresas da Indústria de Transformação quanto ao número de empregados nos municípios da AUNE, por gênero e localização: Têxtil - 2000/2001

Empresa	Localização	Nro. Empregados
1. MALHARIA STUMPF LTDA.	Caxias do Sul	188
2. ITM IND. TÊXTEIS H MILAGRE S/A	Farroupilha	171
3. ALEZE IND. TÊXTIL LTDA	Farroupilha	90
4. FIPAN TÊXTIL LTDA	Caxias do Sul	74
5. FIOLINE FIOS E FIBRAS LTDA	Caxias do Sul	50
6. SCAVINO, BERTUZZI & CIA. LTDA.	Caxias do Sul	48
7. MALHARIA JONESCAR LTDA	Caxias do Sul	44
8. MALHARIA FRIOLA LTDA	Caxias do Sul	25
9. PEZZI CIA. LTDA	Caxias do Sul	23
10. BEST MALHAS LTDA	Caxias do Sul	20
Nro. Médio de empregados por empresa	-	73

Fonte: Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul 2000-2001. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 9.11 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)

Dez maiores empresas da Indústria de Transformação quanto ao número de empregados nos municípios da AUNE, por gênero e localização: Borracha e Plástico - 2000/2001

Empresa	Localização	Nro. Empregados
1. RINALDI S/A IND. PNEUMÁTICOS	Bento Gonçalves	250
2. PLASTIBENTO ACESSÓRIOS PLAST. LTDA	Bento Gonçalves	238
3. ACRILYS BRASIL LAMIN. PLAST. LTDA	Caxias do Sul	223
4. IND. CALÇADOS BOKALINO LTDA	Farroupilha	200
5. AUTOTRAVI BORRACHAS E PLAST. LTDA.	Caxias do Sul	189
6. SULBRAS MOLDES PLÁSTICOS LTDA	Caxias do Sul	173
7. LINPAC PISANI LTDA	Caxias do Sul	168
8. ELOBRAS IND. PLÁSTICOS LTDA	Caxias do Sul	163
9. VIPLAST SOLDA PLÁSTICA LTDA	Caxias do Sul	138
10. TOK PLASTI-METAL LTDA	Caxias do Sul	118
Nro. Médio de empregados por empresa	-	186

Fonte: Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul 2000-2001. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 9.12 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)

Dez maiores empresas da Indústria de Transformação quanto ao número de empregados nos municípios da AUNE, por gênero e localização: Papel e Papelão - 2000/2001

Empresa	Localização	Nro. Empregados
1. TROMBINI EMBALAGENS LTDA	Farroupilha	466
2. PAEMA EMBALAGENS LTDA	Bento Gonçalves	80
3. CARTON ESTOJOS DAL PICCOLLI LTDA	Caxias do Sul	51
4. CARTOMAPI IND. DE EMBALAGENS LTDA	Farroupilha	47
5. NEWSUL EMBALAGENS LTDA	Bento Gonçalves	43
6. SAFIRA IND. E COM. DE PAPÉIS LTDA.	Caxias do Sul	42
7. EMBALAGENS DAL PICCOLLI LTDA	Caxias do Sul	40
8. BELLA AMÉRICA EMBALAGENS LTDA	Caxias do Sul	33
9. METALGRAF IND. EMBALAGENS LTDA	Caxias do Sul	18
10. TONDO EMBALAGENS LTDA	Farroupilha	17
Nro. Médio de empregados por empresa	-	84

Fonte: Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul 2000-2001. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 9.13 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)

Dez maiores empresas da Indústria de Transformação quanto ao número de empregados nos municípios da AUNE, por gênero e localização: Editorial e Gráfica - 2000/2001

Empresa	Localização	Nro. Empregados
1. SOCIEDADE LITERÁRIA S. BOAVENTURA	Caxias do Sul	153
2. EMP. JORNALÍSTICA PIONEIRO S/A	Caxias do Sul	110
3. UNTRES DECORATIVOS VISUAIS LTDA	Caxias do Sul	100
4. FOTOGRAVURA ZEYANA LTDA	Caxias do Sul	76
5. ADERE IND. SERIGRAFICA LTDA	Caxias do Sul	75
6. FIRENZE IND. SERIGRÁFICA LTDA	Farroupilha	63
7. ACRILYS BRASIL IMPRESS. GRAF. LTDA	Caxias do Sul	54
8. SHINE CARTONAGEM LTDA	Caxias do Sul	50
9. DEGRAFICA IMPRESSOS LTDA	Flores da Cunha	32
10. GRÁFICA KESSLER LTDA	Caxias do Sul	30
Nro. Médio de empregados por empresa	-	74

Fonte: Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul 2000-2001. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Já as “mega-empresas” com cerca de 1.000 empregados ou mais, acham-se concentradas nos setores modernos que integram o pólo metal-mecânico. A concentração dessas empresas é também territorial: todas estão em Caxias do Sul, exceto duas – uma, localizada em Bento Gonçalves e outra em Carlos Barbosa (Tabela 9.14).

Em síntese, pelos dados analisados, pode-se afirmar que a estrutura industrial da Aglomeração Urbana do Nordeste, tomada em conjunto, não é concentrada (nem por município, nem por gênero, nem por tamanho de empresas). Também é possível concluir que ao final do período em questão, a AUNE tornou-se mais importante no contexto do Estado – mais rica, mais industrializada, mais diversificada internamente, e mais moderna no que tange à tecnologia e ao perfil das empresas.

Tabela 9.14 - AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE (AUNE)

Dez maiores empresas da Indústria de Transformação quanto ao número de empregados nos municípios da AUNE - 2000-2001

Empresa	Localização	Gênero	Data Fundação	Nro. Empregados
1. MARCOPOLO S/A	Caxias do Sul	Material de Transporte	1949	3.438
2. EBERLE S/A IND E TECNOLOGIA	Caxias do Sul	Mecânica, Mat. Elétrico e de	1896	2.317
3. RANDOM S/A - IMPLM.SIST. AUTOMOT.	Caxias do Sul	Material de Transporte	1949	2.277
4. TRAMONTINA S/A - CUTE LARIA	Carlos Barbosa	Metalúrgica	1961	1.931
5. FRAS-LE S/A	Caxias do Sul	Material de Transporte	1954	1.700
6. FRAS-LE S/A	Caxias do Sul	Material de Transporte	1954	1.687
7. INVENSYS APLIANCE CONTROLS LTDA.	Caxias do Sul	Mecânica, Mat. Elétrico e de	1959	1.251
8. MARCOPOLO S/A	Caxias do Sul	Material de Transporte	1949	1.188
9. A GUERRA S/A IMPLM. RODOVIÁRIOS	Caxias do Sul	Material de Transporte	1970	942
10. ADRIA ALIMENTOS DO BRASIL LTDA.	Bento Gonçalves	Produtos Alimentares	-	934

Fonte: Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul 2000-2001. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

2.3.3 – O segmento urbano do espaço regional

As transformações econômicas e tecnológicas ocorridas nas duas últimas décadas foram acompanhadas de uma reestruturação do segmento urbano do espaço regional. Acelerou-se e acentuou-se a tendência (pré-existente) à formação de uma aglomeração, a partir de um conjunto de sete cidades, com o aumento da conurbação e do grau de ligação entre elas. Esse processo acarretou, também, modificações na organização do espaço interno de cada cidade.

2.3.3.1 - Emergência da Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE/RS)

Os primeiros estudos sobre a tendência à formação de uma aglomeração urbana na região Nordeste do Rio Grande do Sul foram realizados no início da década de 70, pela Universidade de Caxias do Sul. No final da década de 80, os municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Carlos Barbosa, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi e São Marcos já eram considerados uma aglomeração emergente, figurando como tal na Divisão Regional proposta pelo “Programa Estadual de Descentralização Regional”, da então Secretaria de Desenvolvimento e Obras, do Governo do Estado. Note-se que, excetuando São Marcos, são os mesmos municípios que, de acordo com a Secretaria de Indústria e Comércio/RS, constituíam um eixo industrial desde meados da década de 70 (RIO GRANDE DO SUL, 1986).

Em 1992, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDU/RS) realizou um diagnóstico das aglomerações urbanas existentes ou em formação no Estado.

Conceitualmente, considerava-se que as mesmas eram “... constituídas por municípios que fazem parte de uma mesma comunidade sócio-econômica, com vistas à realização do planejamento integrado, disciplina do uso do solo e execução de políticas de interesse comum” (AGLOMERAÇÕES..., 1992:17)

Nesse trabalho, o CEDU/RS adotou os critérios então utilizados pelo IBGE, segundo os quais uma aglomeração urbana devia apresentar:

- população total superior a 300.000 habitantes e população urbana superior a 200.000 habitantes; taxas de crescimento geométrico da população (citadina, urbana e total) iguais ou superiores às do Estado;
- conurbação resultante da expansão urbana e do adensamento;
- integração funcional, demonstrada através do percentual da População Economicamente Ativa (PEA) em atividades urbanas, pelas relações entre PEA empregada no setor secundário com a do setor terciário, e pela relação entre população ocupada e PEA no setor secundário.

Foram examinados doze conjuntos de municípios do Rio Grande do Sul, sendo detectadas três aglomerações urbanas potenciais: a da região Nordeste, nucleada por Caxias do Sul; outra, em formação na região Sul, a partir de Pelotas e Capão do Leão; e outra mais, formada pelo conjunto das cidades balneárias do Litoral Norte do Estado⁷. No entanto, só o grupo de municípios da Região Nordeste apresentava população urbana e total dentro dos parâmetros estabelecidos. Esses municípios passaram, então, a ser formalmente considerados uma “aglomeração urbana”, para fins de planejamento e administração. Os

⁷ Os demais grupos de cidades analisados pelo CEDU foram: Rio Grande e São José do Norte; Estrela e Lajeado; Canela e Gramado; e os pares de cidades fronteiriças Santana do Livramento e Rivera, Quaraí e Artigas, Jaguarão e Rio Branco, na fronteira sul (Uruguai); Uruguiana e Paso de los Libres, São Borja e Santo Tomé, Itaqui e Alvear, na fronteira oeste (Argentina).

municípios de Nova Pádua, Monte Belo do Sul e Santa Tereza ainda não estavam emancipados, fazendo parte, portanto, dos municípios de origem.

A institucionalização da Aglomeração Urbana do Nordeste - AUNE (Lei Complementar nº 10.335 de 28/12/1994), entretanto, só veio a acontecer depois da definição dos novos instrumentos de ordenamento e gestão do território, derivados da Constituição Federal de 1988, e da Lei de Desenvolvimento Urbano (estadual) de 1994, referenciada à Constituição do Estado do Rio Grande do Sul de 1989.

Para o estudo publicado em 1992, o CEDU/RS fez um levantamento da ocupação urbana nos sete municípios mencionados. Verificou-se que, em todos eles, estava havendo um desbordando do perímetro urbano, com a expansão da ocupação acompanhando, preferentemente, o traçado das principais rodovias. Foi constatada a presença de indústrias de grande porte em vários trechos dessas vias. Na interpretação do CEDU, a melhoria dos eixos rodoviários havia "puxado" a expansão urbana e, principalmente, a localização industrial. A tendência geral que se manifestava era de aumento da conurbação – ou seja, de que se produzisse uma continuidade da malha urbana ao longo desses eixos, nos locais onde não existiam barreiras topográficas, por sobre as fronteiras legais dos municípios. Os principais pontos onde a conurbação aparecia de modo mais claro (nas fotografias aéreas e nos levantamentos diretos) estavam situados:

- entre Garibaldi e Bento Gonçalves, no trecho da rodovia RS-470 onde está a zona industrial de Garibaldi;
- entre Farroupilha e Caxias do Sul, ao longo da rodovia de quatro pistas que liga as duas cidades (RS-453), sendo os trechos mais conurbados a área do Distrito Industrial de Caxias do Sul e na altura do Desvio Rizzo;
- entre Garibaldi e Carlos Barbosa, também às margens da RS-470;

- entre Caxias do Sul e Flores da Cunha, em vários pontos ao longo da RS-122;
- de São Marcos em direção a Caxias do Sul, pela BR-116.

Em 1998 os vetores desse crescimento, tendente a formar um espaço urbano contínuo, seguiam sendo os mesmos, mas percebia-se uma densificação da ocupação das áreas funcionais industriais e de áreas residenciais, principalmente entre Farroupilha e Caxias do Sul ⁸. Nesse trecho, haviam sido implantados novos loteamentos e equipamentos urbanos, alternando-se com instalações comerciais e de outras funções, de expressão regional, tais como *shopping-centers*, hotéis/motéis, novas unidades da Universidade de Caxias do Sul, etc. A paisagem urbana apresentava-se como uma seqüência de espaços com edificações de vários tipos (inclusive plantas industriais de grande porte), entremeadas com poucos espaços não construídos mas já parcelados (BORBA, 1999). Com menor intensidade, a tendência à conurbação avançou também entre Caxias do Sul e Flores da Cunha; Bento Gonçalves e Garibaldi; Garibaldi e Carlos Barbosa (Figura 15).

A conexão entre os vários segmentos das áreas urbanas que compõem a AUNE é feita pelo sistema viário, em cujo desenho percebe-se um alto grau de permanência das vias que, desde a primeira fase, estruturam o espaço regional, principalmente as que unem os municípios da AUNE à Região Metropolitana de Porto Alegre e aos municípios que estão próximos à fronteira norte do Estado. Porém, esse conjunto de rodovias federais, estaduais e municipais tem, atualmente, uma hierarquia diferente (Figura 15).

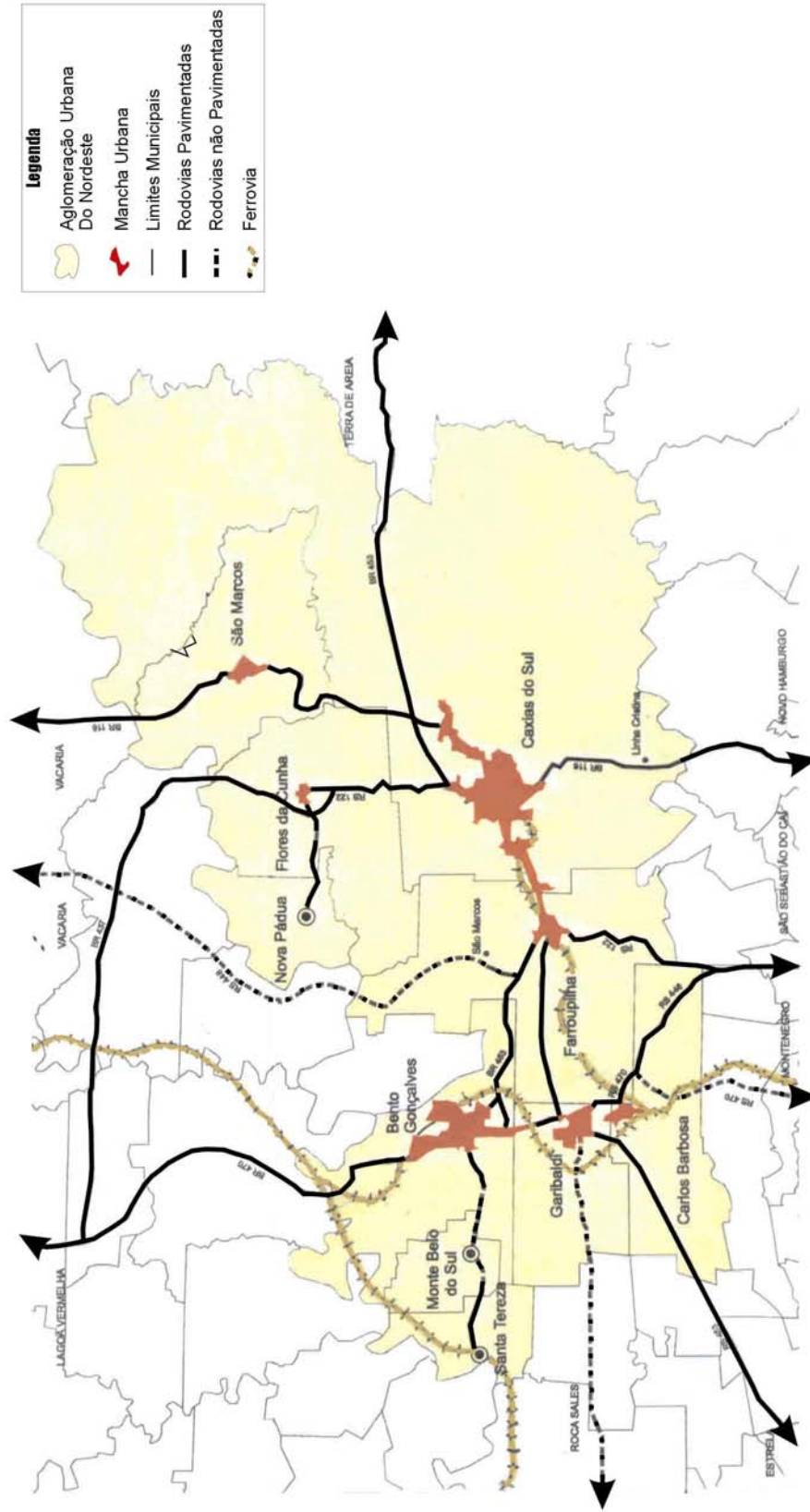
A malha rodoviária da AUNE tem uma densidade de vias pavimentadas superior à do Estado. Todas as sedes municipais têm acesso pavimentado, exceto Santa Teresa e

⁸ Conforme pesquisa por nós realizada nos sete maiores municípios da AUNE, de agosto a dezembro de 1998, no âmbito do Projeto “Impactos Sociais e Territoriais da Reestruturação Econômica no Rio Grande do Sul” – Convênio FEE/FINEP/ 1996-1999.

Monte Belo. Recentemente, uma grande parte do complexo rodoviário regional teve sua administração delegada a empresas privadas ⁹ (METROPLAN, 1998).

⁹ Consórcio UNIVIAS - CONVIAS S/A Concessionária de Rodovias (Forqueta/CAXIAS DO SUL)

Figura 15: AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE/RS - 1998
Ocupação Urbana e Sistema Rodoferroviário



Fonte: Mapa METROPLAN/RS (1998)
 Fontes das informações adicionadas: Projeto FEE/FINEP (1999)

A BR-116 (antiga BR-2, inaugurada em 1941), com seu traçado no sentido norte-sul, de curvas acentuadas, continua sendo uma das mais importantes rodovias da região. Porém, a mais utilizada como ligação com a capital do Estado é a RS-122, que está sendo duplicada. Essa via ramifica-se em direção a Carlos Barbosa, Garibaldi e Bento Gonçalves como RS-446 e, a seguir, junta-se à RS-470. No sentido leste-oeste, a RS-453 faz a interligação da AUNE com o Vale do Caí e com a Encosta da Serra Geral; quando concluída, essa via (denominada “Rota do Sol”) permitirá a ligação da região com o litoral norte do Estado e com os demais estados do sul e sudeste do País.

As rodovias RS-122, RS-453, RS-470 e RS-446 formam um anel que praticamente envolve o município de Farroupilha (Figuras 11 e 15). Também em Caxias do Sul há um anel viário, que contorna a área central, formado por vias estaduais (RS-453 e RS-470), federais (BR-116) e urbanas municipais, cuja finalidade é desviar o trânsito regional para que não interfira no trânsito urbano (Figuras 10 e 17).

A ferrovia (EF-492) conservou inalterado seu traçado histórico, que interliga as sedes municipais de Carlos Barbosa, Garibaldi, Bento Gonçalves, Santa Tereza e Caxias do Sul, e mantém as sedes de São Marcos, Flores da Cunha, Nova Pádua e Monte Belo não atendidas. O trem foi o principal meio de transporte de mercadorias e de passageiros até 1950, e até a década de 70 transportava os insumos para a indústria metalúrgica provenientes do Sudeste do país (PROJETO..., 1982). Hoje em dia a ferrovia está quase totalmente desativada, com apenas alguns trechos (entre Carlos Barbosa e Bento Gonçalves) sendo utilizados para turismo.

A Aglomeração Urbana do Nordeste do Estado não conta, até o presente momento, com uma estrutura para os transportes aéreos condizente com os propósitos da região de

ampliar sua integração com outras regiões (dentro e fora do país) e melhorar sua competitividade em mercados externos. Caxias do Sul, Garibaldi e Bento Gonçalves têm aeroportos, mas de capacidade limitada¹⁰. Um grande aeroporto regional é considerado estratégico para o desenvolvimento da região, e tem sido uma das suas mais insistentes reivindicações, tal como foi a ferrovia, no início do século passado.

Assim examinada, a rede viária aparece como um componente estático da forma espacial, mas seu papel na dinâmica regional é facilmente percebido quando se considera que é o elemento de suporte dos fluxos (de veículos, pessoas, mercadorias) intra e inter-regionais. Em conjunto, infraestrutura viária e fluxos são indicadores do grau de interligação entre as áreas urbanas municipais. No citado trabalho do Conselho Estadual de Desenvolvimento Urbano, o fluxo de pessoas foi o indicador utilizado para caracterizar a integração entre as cidades da AUNE, o que foi aferido de duas maneiras:

- através de levantamento do deslocamento mensal de passageiros entre as estações rodoviárias das cidades da AUNE (com base em dados relativos ao ano de 1989). Esse levantamento mostrou que tais fluxos eram mais intensos entre Caxias do Sul e Bento Gonçalves passando por Farroupilha; entre Caxias e Flores da Cunha, Caxias e São Marcos e, formando outro circuito, entre Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa;

- através de pesquisa (efetuada em 1990) junto a algumas das maiores indústrias da Aglomeração, com vistas a mensurar a importância do transporte fretado. Constatou-se que era grande o número de funcionários transportados em veículos das empresas ou fretados e que, portanto, não passava pelas estações rodoviárias¹¹.

¹⁰ O maior é o aeroporto de Caxias do Sul, cujas instalações foram inauguradas em 1988; em 1995 tiveram início os vôos diretos dessa cidade a São Paulo.

¹¹ Foram pesquisadas: Grandene S/A, Calçados Bortolossi, e Cosipla S/A, de Farroupilha, que forneciam transporte a um total de 20.350 funcionários por mês, oriundos de Carlos Barbosa, Bento Gonçalves, Caxias e

Em 1998, procuramos reavaliar os fluxos de transporte (intermunicipal e de fretamento) colhendo os dados a partir de algumas das maiores empresas de transportadoras da região, e não a partir das empresas usuárias, como havia sido feito pelo CEDU. Foi constatado que os trechos de maior fluxo seguiam sendo os mesmos do início dos anos 90, porém as informações obtidas ¹² permitiam afirmar que:

- a) o transporte intramunicipal (entre as sedes urbanas e os distritos) adquirira um papel relevante, tendo crescido muito em número de linhas, viagens e passageiros transportados, por dia ¹³;
- b) crescera de forma ainda mais significativa o transporte de fretamento – em 1999 existiam mais empresas transportadoras, mais empresas usuárias (entre elas, algumas das maiores indústrias da região); um grande contingente de trabalhadores era transportado, diariamente, da residência ao local de trabalho¹⁴.

Garibaldi; Fras-le e Eberle, de Caxias do Sul, que transportavam 4.800 funcionários/mês; Móveis Toigo e Móveis Florense, de Garibaldi, com 1.500; Móveis Carraro, de Bento Gonçalves, com 1.400; Bepo, de São Marcos, com 360 funcionários transportado ao mês (AGLOMERAÇÕES..., 1992).

¹² Não foi possível fechar um quadro completo, pois algumas empresas não fornecem dados, outras os fornecem de modo incompleto.

¹³ Por exemplo, EXPRESSO CAXIENSE (que é também uma grande empresa de transporte intermunicipal) mantinha linhas intramunicipais: 3 linhas em Flores da Cunha (11 viagens/dia; 7.671 passageiros/mês); 4 em Farroupilha (32 viagens/dia; 14.318 passageiros/mês). A empresa OZELAME (Caxias do Sul) operava linhas de transporte intermunicipal, mas que não são diretas de rodoviária a rodoviária, como poderia parecer ao se examinar exclusivamente as planilhas de origem-destino do DAER/RS; na verdade os percursos atendem a inúmeras localidades situadas à margem dos eixos viários principais. Isto torna difícil a verificação do volume total de passageiros transportados; para tanto, seria necessário fazer uma pesquisa direta, que abrangesse também os pontos intermediários das linhas. Já a empresa OLIVA, de Caxias do Sul, mantinha diárias para os distritos de Ana Rech, Fazenda Souza e Vila Oliva.

¹⁴ Algumas empresas atuantes nas outras modalidades, também realizavam transporte fretado: OLIVA atendia grandes empresas como Marco Polo, Madal, Eberle, Frangosul; EXPRESSO CAXIENSE realizava viagens fretadas com origem em Farroupilha para as empresas Tramontina-Farroupilha (7 viagens/dia; 5.440 passageiros./mês), para Lojas Colombo (10 viagens/dia; 8.400 passageiros/mês); com origem em Caxias, para várias empresas (com um total de 136 viagens/dia; 119.430 passageiros/mês), entre as quais estavam incluídas as “gigantes” Marco Polo (com 63.000 trabalhadores/mês transportados) e a Randon (com 38.640).

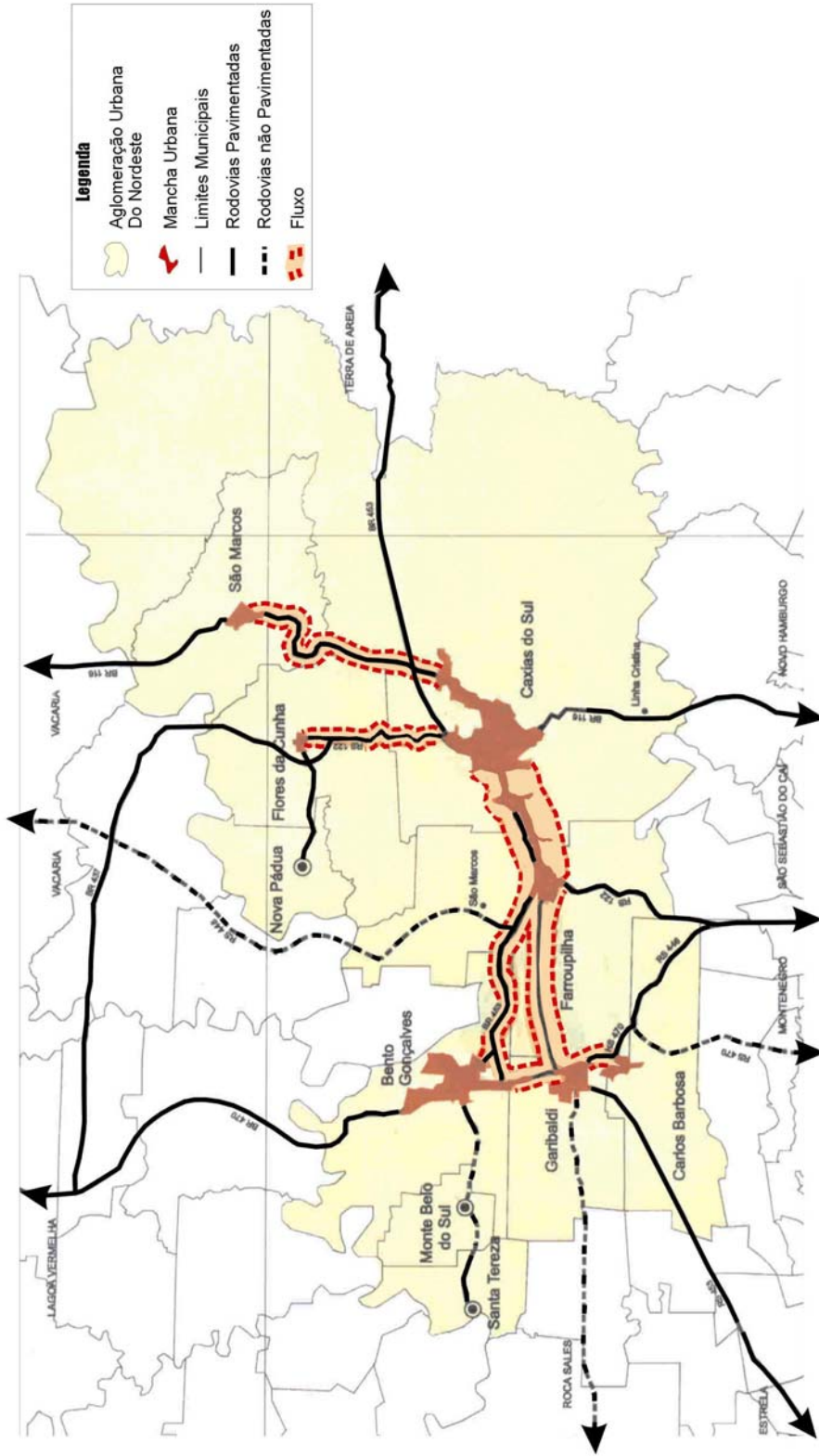
A crescente importância do transporte fretado¹⁵ torna-se ainda mais evidente quando se considera que, no final da década de 90, em algumas cidades sequer existia um sistema municipal de transporte público. Em Carlos Barbosa, por exemplo, as empresas utilizavam transporte próprio ou fretado para o deslocamento diário de contingentes significativos de sua mão de obra não residente na sede urbana. Nas empresas do Grupo Tramontina esse contingente correspondia, em 1998, a cerca de 40% dos trabalhadores, os quais residiam nos distritos municipais de Arco Verde, Santa Clara, Santa Luiza, Cinco da Boa Vista e em municípios vizinhos, como Barão e São Salvador do Sul, que nem pertencem à AUNE. O mesmo sistema estava sendo usado por outras empresas, como a Matrizeria Carlos Barbosa, empresa do grupo Grendene; por sua vez, a fábrica de calçados Grendene de Farroupilha empregava trabalhadores residentes em Carlos Barbosa. Em Garibaldi, onde o transporte urbano ainda era precário, as indústrias mais distantes do centro (como a Pena Branca), também utilizavam o sistema de transporte fretado para seus empregados.

Essas informações revelam que uma grande parte dos trabalhadores circula entre várias cidades e empresas, mostrando que não só é alto como é crescente o grau de integração entre elas (BORBA, 1999). A síntese desses fluxos é o que se procura retratar na

¹⁵ Outras informações obtidas na pesquisa, que confirmam a importância do transporte fretado, quando comparado com o transporte intermunicipal de linha: a) EXPRESSO CAXIENSE fazia, nessa modalidade, 83 viagens diárias (para cidades e distritos da AUNE) transportando um total de 56.492 passageiros/mês, enquanto que em transporte fretado eram feitas 153 viagens diárias, com 132.310 passageiros/mês; b) a TRANS-IND (de Caxias) atendia às empresas Fras-le, Randon e Incogrel da seguinte forma: para Fras-le - no percurso Caxias-Caxias, 14 viagens e 420 passageiros; entre Farroupilha-Caxias, 6 viagens com 160 passageiros; para Randon, entre Flores da Cunha-Caxias 6 viagens com 180 passageiros; Caxias- Caxias 2 viagens 53 passageiros; c) a KITURISMO (Caxias) também prestava serviços à Randon, com 12 viagens; 240 pessoas ao dia; d) a FURLATUR realizava 13 viagens diárias (não tinha registro do número de passageiros, porque cobra das empresas por viagem), atendendo Móveis Carraro e MADEN, transportando trabalhadores de Garibaldi e Carlos Barbosa para Bento Gonçalves; para a SCA, de Bento para Garibaldi, e dentro da área urbana de Garibaldi, para SCA, Chamdon, Penna Branca e FRINAL.

Figura 16, a seguir.

Figura 16: AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE/RS - 1998
Fluxo de passageiros em transporte intermunicipal



Fonte: Mapa METROPLAN/RS (1998)
 Fontes das informações adicionais: Projeto FEE/FINEP (1999)

2.3.3.2 – Reorganização do espaço intra-urbano

A reestruturação do espaço regional, com a configuração da Aglomeração Urbana do Nordeste, reflete-se também no nível intra-urbano, onde as principais transformações observadas são relativas à realocação de plantas industriais e ao surgimento de novos espaços residenciais¹⁶.

Devido ao crescimento urbano vertiginoso ocorrido nas duas décadas anteriores, a partir da década de 80 as indústrias deparam-se com a necessidade de deixar as áreas centrais. Na busca de novas localizações, elas não se dirigem exclusivamente às áreas industriais definidas e regulamentadas pelos Planos Diretores Urbanos¹⁷ – muitas empresas instalam-se junto aos principais eixos viários, independente de que os terrenos estejam ou não em área funcional industrial (Figuras 8 a 14). Em muitos casos, acontece de os PDUs consagrarem essa tendência.

Em Carlos Barbosa, unidades da Tramontina deixaram os pavilhões que ocupavam no centro¹⁸ indo concentrar-se no Bairro Triângulo, na entrada norte da cidade, junto ao trevo de acesso à RS-446 (estão aí também duas metalúrgicas e uma fábrica de material elétrico, do mesmo grupo empresarial). Essa localização permite acesso fácil a Garibaldi e Farroupilha, onde o Grupo possui outras plantas industriais. Também em Bento Gonçalves o Distrito Industrial, situado a nordeste da área central, apresenta uma ocupação relativa.

¹⁶ Em pesquisa por nós realizada junto às Prefeituras Municipais dos sete maiores municípios da AUNE, de agosto a dezembro de 1998, constatou-se que as informações existentes não são uniformes para todos eles. Isto obrigou a que, na análise dos diferentes aspectos das transformações recentes, fossem utilizados como exemplos aqueles que apresentassem informações mais completas.

¹⁷ Os Planos Diretores Urbanos de todos os municípios da AUNE especificam “Distritos” e/ou “Zonas” para a localização industrial.

¹⁸ Por ocasião da pesquisa esses pavilhões abrigavam um centro de distribuição da empresa, anteriormente sediado no município de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Em Farroupilha observa-se que, enquanto as unidades de menor porte (principalmente, as da indústria do vestuário) permanecem espalhadas pela malha urbana, as grandes plantas começam a instalar-se no Distrito Industrial e ao longo do eixo rodoviário Farroupilha-Caxias do Sul. Garibaldi apresenta uma distribuição espacial das indústrias que se caracteriza por ser em parte dispersa pela área urbana (empresas mais antigas), e em parte concentrada na área funcional implantada junto ao eixo de ligação com Bento Gonçalves.

Uma vez mais, é Caxias do Sul o município que maximiza a tendência geral. Como já foi mencionado, de 1980 em diante, a ocupação urbana estendeu-se acompanhando os principais eixos viários, produzindo a conurbação com Farroupilha e, de modo incipiente, também com São Marcos e Flores da Cunha. Estudos recentes, realizados com a finalidade de subsidiar a formulação do novo Plano Físico Urbano¹⁹, dão conta de que a realocação das indústrias caxienses não ficou restrita à área do Distrito Industrial e ao longo do eixo rodoviário Caxias-Farroupilha. Uma grande parte das empresas transferiu-se para a porção norte da área urbana, ao longo da rodovia RS-453, que integra o anel rodoviário (Figura 17).

Se, por um lado, são os novos pontos de localização industrial que “puxam” a expansão, é certo que, por outro lado, a mesma só se consolida com a implantação de novos espaços residenciais. De modo geral, na etapa recente (principalmente na década de 90), são ocupadas todas as áreas topograficamente aproveitáveis situadas na periferia das cidades ou separadas das áreas centrais por grandes vazios urbanos.

¹⁹ Em novembro/1998, quando da pesquisa de campo, ainda estava sendo elaborado o cadastro industrial atualizado de Caxias do Sul.

Examinando as duas maiores cidades - Caxias do Sul e Bento Gonçalves ²⁰ - percebe-se que a divisão dos espaços residenciais por classes de renda apresenta a mesma mescla de pobreza e riqueza do período anterior. Porém, em Caxias do Sul, diferentemente do que ocorrera na década de 70 (periferização), nos anos 80/90 a expansão da área urbana deveu-se, em grande medida, à implantação de loteamentos residenciais regulares. Em Bento Gonçalves, um número significativo de núcleos residenciais de classes de renda mais baixa se distribui por toda a área urbana. Esses núcleos tiveram origem variada: urbanizações promovidas pela Prefeitura Municipal, loteamentos populares, áreas públicas invadidas.²¹

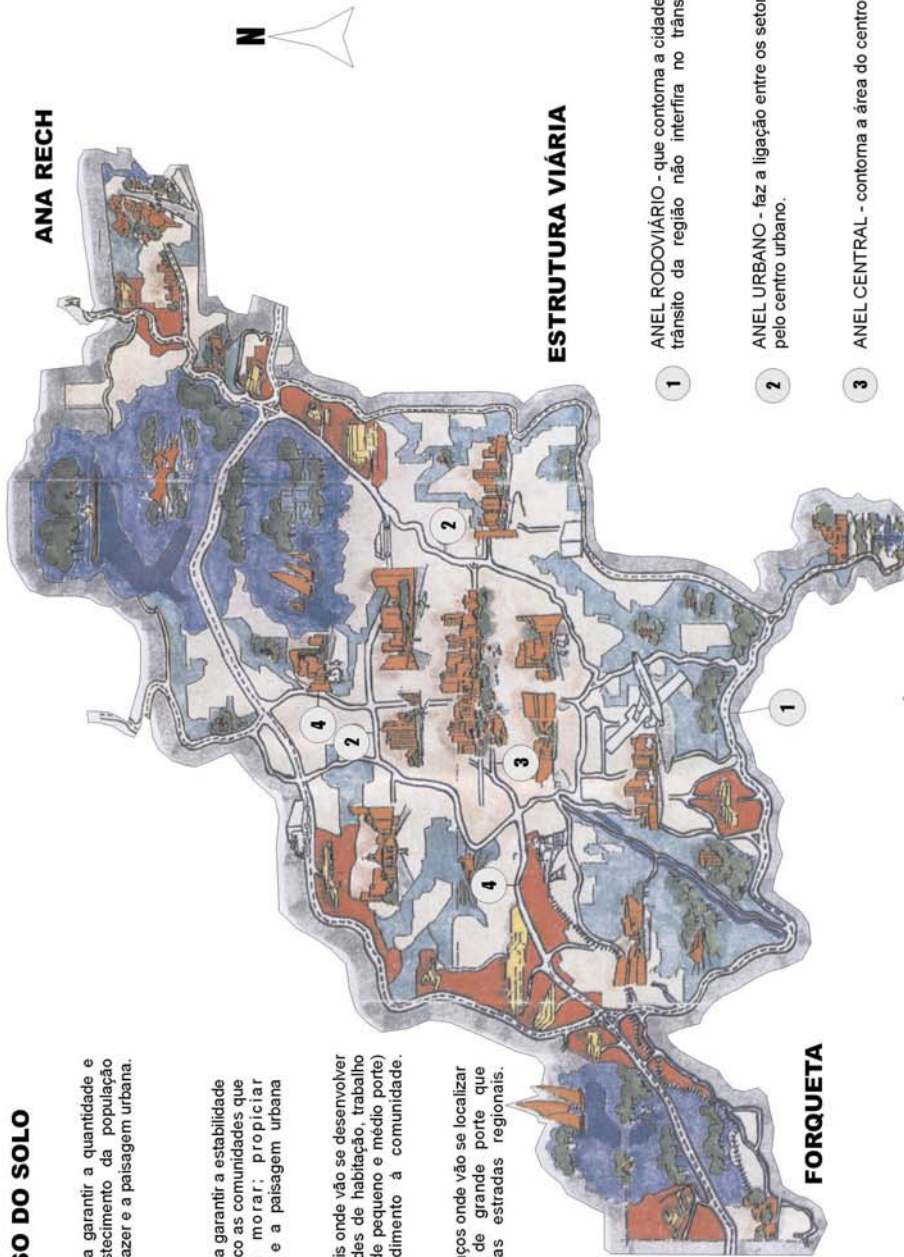
²⁰ Além de serem as maiores, são as que dispõem de informações mais completas.

²¹ Tal é o caso da Vila Divinéia, atual Bairro Municipal, e do Loteamento Tancredo Neves (ambos surgidos nos anos 80), dos loteamentos populares Zatt e Vila Nova II (da década de 90) e de invasões em áreas públicas, como os Loteamento Eucaliptos, na zona leste, e Bonsucesso, nas proximidades da UCS. Todos estão afastados da área central, com exceção do bairro Juventude da Enologia, um verdadeiro enclave de loteamentos irregulares (surgidos nas décadas 80 e 90), bastante próximo ao centro (BENTO GONÇALVES... , 1996).

Figura 17: CAXIAS DO SUL - PLANO FÍSICO URBANO

ZONEAMENTO DE USO DO SOLO

- **Zona das Águas** - Se destina a garantir a quantidade e qualidade d'água para o abastecimento da população e de suas atividades; propiciar o lazer e a paisagem urbana.
- **Zona das Encostas** - Se destina a garantir a estabilidade das encostas para não pôr em risco as comunidades que ali moram ou venham a morar; propiciar o lazer, preservar a vegetação e a paisagem urbana.
- **Zona de Habitação** - São os locais onde vão se desenvolver com mais intensidade as atividades de habitação, trabalho (comércio, serviços e indústrias de pequeno e médio porte) e os equipamentos de atendimento à comunidade.
- **Zona de Produção** - São os espaços onde vão se localizar as indústrias, principalmente de grande porte que necessitam estar próximos das estradas regionais.



ESTRUTURA VIÁRIA

- 1** ANEL RODOVIÁRIO - que contorna a cidade para que o trânsito da região não interfira no trânsito urbano.
- 2** ANEL URBANO - faz a ligação entre os setores sem passar pelo centro urbano.
- 3** ANEL CENTRAL - contorna a área do centro da cidade.
- 4** RADIAIS - ligam o anel rodoviário ao anel urbano e este ao anel central, são também vias principais dos setores. INTERBAIRROS - possibilitam a circulação e a ligação dos bairros em cada setor.

GALÓPOLIS

Fonte: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul / Gabinete Municipal de Administração e Planejamento
 Folheto de divulgação - "Plano Físico Urbano: como entender nossa cidade" - 1998

Por fim, cabe referir a emergência de uma nova modalidade de espaço residencial – trata-se da proliferação de residências em áreas que, pelas normas legais e/ou pelo uso econômico, ainda são consideradas rurais, mas que vêm apresentando um padrão urbano crescente e cada vez mais definido. Configuram fragmentos do espaço cujas características são melhor percebidas através da observação *in loco*. Por exemplo, no Vale dos Vinhedos, em Bento Gonçalves, onde se observa uma tipologia de construções e equipamentos complementares de padrão muito semelhante ao da zona urbana (Figuras 18 a 24). Nesse trecho, a separação campo-cidade está se tornando cada vez menos nítida. Quando nos deslocamos do centro da cidade em direção ao Vale, pela Estrada da Graciema, a 4 km do centro, aproximadamente, a paisagem exhibe um claro contraste: na saída da cidade, encontram-se vários núcleos habitações precárias (Figuras 25 e 26); no sentido inverso (quando se vem do Vale dos Vinhedos em direção ao centro), visualiza-se, no topo, o perfil da cidade (formado por prédios altos, torres de igreja, etc.) e mais abaixo, na encosta, um conjunto de construções agrupadas que em tudo se assemelha a uma grande favela.

A ocorrência de moradias de padrão urbano em área rural pode ser observada, também, entre Caxias do Sul e Flores da Cunha, na zona denominada “Caminhos da Colônia”, onde se localizam povoados como Otávio Rocha e Santa Justina, e os casarios das Linhas 40 e 80 (Figura 27). Uma possível explicação pode ser encontrada no texto do Plano Físico Urbano de Caxias do Sul: “*O espaço rural do município, por sua vez, pela inexistência de regulamentação de uso, possibilita o assentamento de atividades urbanas em todo o território municipal*” (CAXIAS DO SUL, 1975) Esse seria o fator que estaria favorecendo o crescimento da residência rural de trabalhadores urbanos e explicando, pelo menos em parte, o tipo de urbanização do campo que vem acontecendo na região.

A identificação de todos os fragmentos do espaço regional que ilustram essa situação está a exigir um detalhamento que só seria possível através de levantamentos diretos. Porém, em conjunto, essas constatações sugerem que a emergência desses novos feitos de espaços residenciais resulta da combinação de emprego urbano com residência em áreas suburbanas, “rurbanas”, ou nos pequenos núcleos situados em área de outros municípios, bem como da proliferação de atividades tipicamente urbanas (de comércio e serviços) nos espaços rurais mais próximos às cidades.

Essas constatações permitem afirmar que a organização espacial regional vem passando por transformações não menos significativas que as que afetam as empresas, ainda que, em se tratando das formas físicas, essas mudanças ocorram em ritmo mais lento.

A simultaneidade das transformações da base econômica e da organização espacial indica que a Aglomeração Urbana do Nordeste está se constituindo num espaço contínuo e integrado que é, ao mesmo tempo, suporte e fator do desenvolvimento regional – desenvolvimento este que está assentado, predominantemente, na indústria.



Figura 18: BENTO GONÇALVES/RS - Vale dos Vinhedos (2000): o campo urbanizado



Figura 19: Vale dos Vinhedos – Bento Gonçalves (2000)
Fábricas e residências em paisagem rural.



Figura 20: Bento Gonçalves - Vale dos Vinhedos (2000)
O campo urbanizado (2).



Figura 21: Bento Gonçalves - Vale dos Vinhedos (2000)
O campo urbanizado (3).



Figura 22: Bento Gonçalves - Vale dos Vinhedos (2000)
O campo urbanizado (4).



Figura 23: Vale dos Vinhedos - BENTO GONÇALVES/RS - 2000
Residência Sede empresa vinícola



Figura 24: Vale dos Vinhedos - BENTO GONÇALVES/RS - 2000
Sede empresa vinícola



Figura 25: Periferia de Bento Gonçalves - 2000
Núcleo residencial de população de baixa renda



Figura 26: Periferia de Bento Gonçalves - 2000
Encostas: Concentração de núcleos residenciais de população de baixa renda

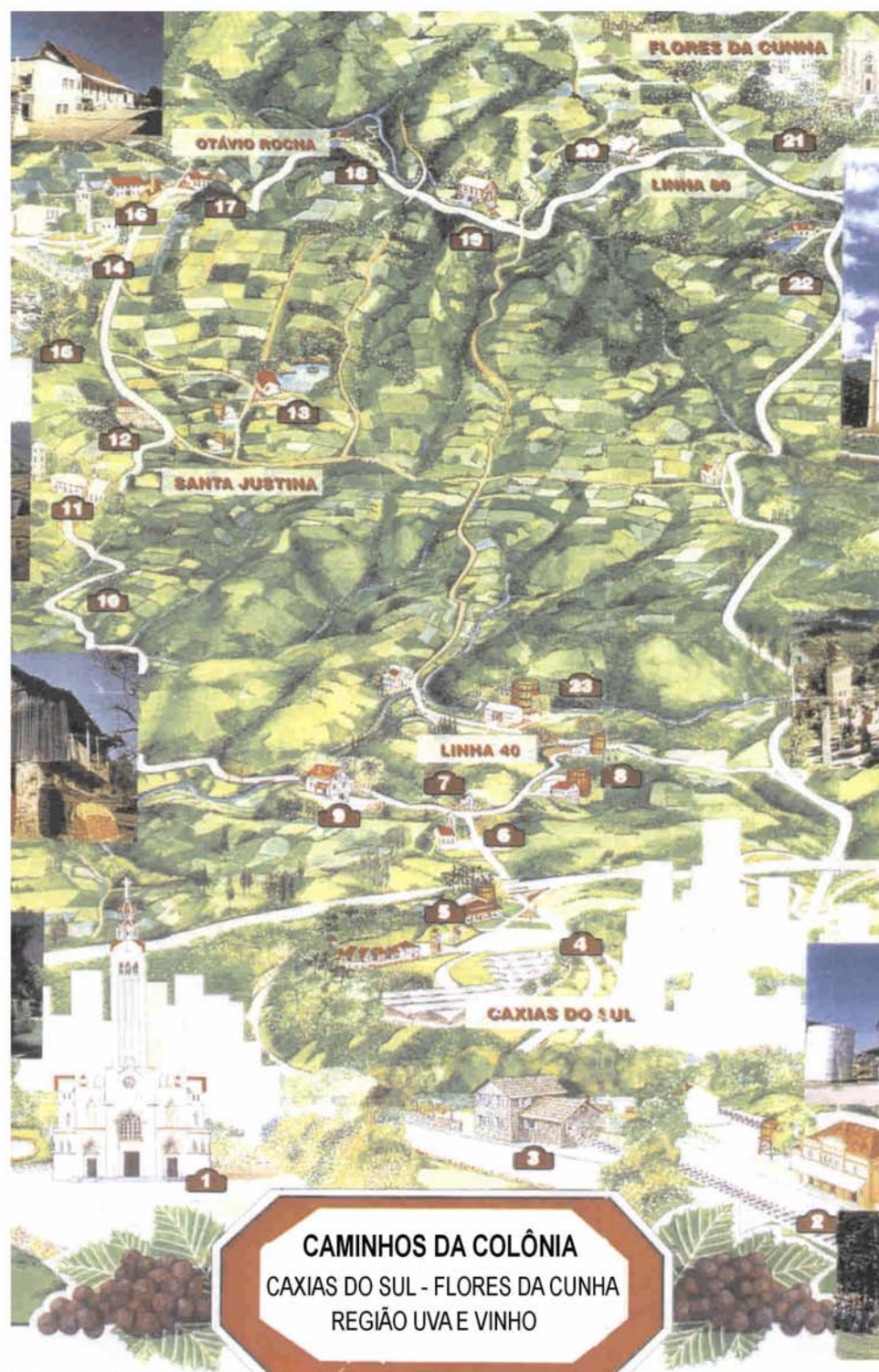


Figura 27: Folheto de divulgação: ilustra a densidade da ocupação e a concentração Turístico na área rural, entre Caxias do Sul e Flores da Cunha.

Fonte: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul / Serviço Municipal de Turismo

CAPÍTULO 3 – Agentes da estruturação espacial na AUNE/RS

Neste capítulo procura-se demonstrar que as características estruturais da Aglomeração Urbana do Nordeste e seu entorno não são simples decorrência da base econômica, mas refletem a atuação de agentes sociais, sejam classes e frações de classes ou movimentos sociais policlassistas, os quais estiveram presentes, ainda que de modo diferenciado, ao longo do período histórico descrito e analisado no capítulo anterior.

Com o propósito de identificar os principais segmentos da sociedade regional que tiveram interferência nos processos de estruturação espacial, foram utilizadas diferentes fontes de informação. Constatou-se que, na zona colonial italiana da região nordeste do Rio Grande do Sul - mais especificamente nos municípios que vieram a constituir a AUNE - os principais instrumentos de atuação dos agentes sociais sobre o espaço regional foram: a) as entidades e organizações representativas (classistas, assistenciais e outras); b) os vínculos com partidos políticos dominantes nas diferentes esferas de governo e administração (local, provincial e federal); c) as instituições regionais produtoras de conhecimento e tecnologia.

Foi possível distinguir, basicamente, dois tipos de ações: 1) as que têm a ver diretamente com a organização do espaço regional; 2) as que têm, originalmente, outros propósitos, mas terminam por repercutir sobre a organização espacial, como aquelas ditadas pelas necessidades do setor produtivo (das empresas e/ou de sua mão de obra) e as que dizem respeito às relações da região e seus municípios com outras esferas de governo e outros mercados. As ações do primeiro tipo abrangem a criação da infraestrutura indispensável às atividades produtivas (sistema viário, energia elétrica, comunicações, etc), a conquista de investimentos em grandes projetos (como, por exemplo, o polo metal-

mecânico) e o ordenamento do território regional e suas áreas urbanas (como a implantação de distritos industriais). No segundo tipo agrupam-se as ações dirigidas à consolidação da região como espaço de poder das elites regionais através de projetos que, além de terem inegável importância econômica, buscam destacar as peculiaridades regionais, como as feiras agro-industriais, comerciais e tecnológicas. Tais eventos revestem-se de grande significado simbólico e concorrem para a formação de uma identidade, uma vez que contribuem para que a região se reconheça como tal e nas suas diferenças em relação a outras regiões do Rio Grande do Sul e do país.

Esses dois tipos de ações são examinados, neste Capítulo, segundo a mesma periodização usada para caracterizar o desenvolvimento industrial da região. Ou seja, procura-se reconstituir a trajetória das organizações e entidades representativas dos diversos agentes sociais, verificando como surgem e evoluem, e quais os principais focos de sua atuação.

Observou-se a presença, na AUNE, de organizações do empresariado (tais como as Câmaras de Indústria e Comércio), organizações proletárias ou de trabalhadores (primeiramente, as entidades de assistência e ajuda mútua dos imigrantes; em seguida, os sindicatos e Círculos Operários) e entidades de outra natureza (como os centros tecnológicos e instituições de ensino superior). Os diferentes agentes tiveram peso desigual no processo de estruturação do espaço regional, em episódios que envolvem decisões sobre os traçados das estradas, a localização de obras públicas e a definição das sedes municipais. Constatou-se uma forte presença do empresariado capitalista, segmento que muito cedo (início do século XX) logrou constituir uma representação própria e vincular-se aos grupos dominantes da política estadual, ao passo que as classes trabalhadoras tiveram uma participação mais tênue, uma vez que só no final da segunda década do século XX

começaram a organizar-se em sindicatos.

A reconstituição histórica permitiu identificar, também, alguns fatores que concorreram para fazer de Caxias do Sul o centro da região: inicialmente, a importância econômica adquirida pela antiga “Sede Dante” como concentração de comerciantes e, em termos políticos, o fato de o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que dominou a política gaúcha por quase quatro décadas, ter mantido uma forte base de apoio no município (HEREDIA, 1997). Somou-se a isto o pioneirismo na constituição de uma instância de representação da elite empresarial local – a “Associação dos Comerciantes de Caxias”, precursora da atual Câmara de Indústria e Comércio e Serviços de Caxias do Sul – CIC, que sempre desempenhou um papel relevante nas principais questões regionais.

A CIC veio a tornar-se a mais forte e influente associação empresarial da região, tendo reunido um importante acervo de documentos sobre a atuação do empresariado regional ¹. Por essa razão uma parte substancial do presente Capítulo é baseada nesses registros, cuja existência e preservação evidencia, de por si, a importância que os agentes sociais a ela ligados atribuem ao auto-conhecimento, quando se trata de orientar suas práticas, seja no sentido de mantê-las ou inová-las, a cada etapa de sua trajetória.

¹ Os documentos da CIC-Caxias do Sul são a base de trabalhos de historiadores como Vânia Heredia (em HEREDIA 1993, 1997; MACHADO, HEREDIA, 2001), Mário Gardelin e Rovílio Costa (em GARDELIN, COSTA, 1993; GARDELIN, 1986; GARDELIN, 1987), que constituem-se nas principais fontes bibliográficas para as análises que fazemos neste Capítulo. No tocante a questões específicas relativas à estruturação espacial, as informações bibliográficas foram complementadas por nós, através de pesquisa direta nos Botetins da CIC e em Atas do Conselho do Plano Diretor Urbano de Caxias do Sul.

3.1 – Primeira fase: disputas

3.1.1 – Surgimento das entidades representativas

A tendência a associar-se está presente desde os primórdios da ocupação da zona colonial italiana, sendo incontáveis os episódios de colaboração e ajuda mútua entre os colonos registrados pelos memorialistas. Isso explica porque as organizações representativas dos vários agentes sociais já aparecem na fase de formação do espaço regional.

A constituição de uma classe dominante regional teve início com a concentração de capital nas mãos dos comerciantes e fortaleceu-se na medida em que estes foram estreitando seus vínculos com os industriais, em uma aliança que se mantém até hoje. Esse poderio econômico abriu passo a disputas no plano político.

Fundada em 1901, a Associação dos Comerciantes de Caxias é a entidade empresarial mais antiga da região. Apesar do nome, não ficava restrita à representação dos caxienses que se dedicavam à atividade comercial; incluía também, desde o início, os segmentos ligados às atividades de transformação do produto primário - os “industriais” (donos de moinhos, de madeiras, fabricantes de vinho) e os artesãos, que abasteciam de vários produtos o nascente centro urbano. Na verdade, a linha divisória entre comerciantes e industriais, nessa etapa era muito tênue e tendia a ser cada vez menos nítida, na medida em que o comércio era a principal fonte dos capitais que iam sendo investidos na indústria.

Conforme HEREDIA, a Associação dos Comerciantes de Caxias procurava congrega lideranças locais e, ao mesmo tempo, ser uma entidade representativa capaz de reivindicar, junto às autoridades competentes, a solução dos problemas básicos das

colônias. A Associação defendia também os interesses dos produtores da zona rural contra tentativas de aumento de impostos e, principalmente, lutava pela abertura de estradas que ligassem as colônias entre si e com outros pontos do Estado, aspectos que eram do interesse de todos os segmentos da sociedade regional (HEREDIA, 1993).

GIRON observa que, ao longo de sua história, a Associação dos Comerciantes de Caxias muitas vezes teve que agir como sindicato patronal, decidindo questões trabalhistas locais (GIRON, 1977). GARDELIN e COSTA destacam que, devido ao forte peso político alcançado, a entidade era considerada como uma espécie de “parlamento” local, tendo sido consultada até pelo Governo do Estado sobre várias questões, em várias oportunidades (GARDELIN, COSTA, 1993).

Existem registros do surgimento de entidades associativas dos trabalhadores ainda no século XIX, mas com um caráter bastante distinto. Em 1887 constituiu-se em Caxias a “*Società Operaria Príncipe di Nápoli*”, origem da Sociedade Caxiense de Mútuo Socorro, sendo, portanto, mais antiga que a Associação dos Comerciantes. Era uma entidade operária mutualista, de cunho essencialmente assistencial, que congregava também pequenos produtores rurais e artesãos. Entre seus objetivos estava a valorização da comunidade e da cultura italianas além de, naturalmente, o socorro aos filiados em situações de infortúnio, como doença, morte, invalidez.

Para BALDISSEROTTO, o que sucedeu a essa entidade reflete bem a diferenciação social que começava a se esboçar na zona colonial, no final do século XIX: em 1894, através de uma alteração estatutária, a *Società* dividiu seus sócios em duas categorias – os que pagavam mensalidades de um conto de réis e os que contribuía com apenas 500 réis – e decidiu que os direitos dos associados seriam proporcionais à quantia paga, inclusive em caso de enfermidade. Dois anos após esta reorganização da entidade (em 1896, portanto),

foi adquirido um lote de terra para a construção de uma sede própria. No mesmo ano, a mesma passou a chamar-se “*Società Italiana de Muttuo Soccorso Príncipe di Nápoli*”, perdendo a denominação inicial de “*opperaia*”, o que, segundo a autora, denota a fraca presença de operários no seu quadro social (BALDISSEROTTO, 1995).

O fato de a zona colonial italiana ter sido estruturada em um sistema de propriedades agrárias de cunho familiar deu origem a um terceiro segmento social expressivo – o dos pequenos produtores rurais. A propensão ao associativismo, já manifestada no meio urbano, ficou ainda mais evidenciada no forte movimento que surgiu entre os pequenos produtores de uva, que eram também fabricantes artesanais de vinho.

Como já foi dito (Cap 2.1), o vinho era produzido inicialmente para o consumo dos próprios colonos, mas logo se tornou o principal produto da região. Conforme GIRON, as primeiras safras foram colhidas em 1880. Apesar do pouco conhecimento das condições locais e da ausência de técnicas mais sofisticadas, a produção vinícola da zona colonial italiana foi abundante, aumentando em 60 vezes a produção estadual. Mas esse vinho caseiro era considerado de baixa qualidade e, a partir de 1885, passou a sofrer a concorrência do produto industrializado nos núcleos urbanos. A indústria vinícola expandiu-se com a ativação do comércio interestadual; surgiram novas empresas que, dispondo de técnicas modernas e mão de obra barata, faziam concorrência aos pequenos produtores do vinho colonial, os quais precisavam vender seu produto a preços aviltados (GIRON, 1992).

Frente às dificuldades, os “colonos do vinho” viram na constituição de cooperativas uma saída para sua crise. Essa forma de associação foi, de início, incentivada pelo próprio

Governo¹. De 1910 - ano da maior safra - até 1913, houve altos e baixos nas safras e o cooperativismo expandiu-se no setor vinícola (atingindo Caxias do Sul, Nova Vicenza, São Marcos, Antônio Prado, Bento Gonçalves e Guaporé). Uma lei de 1911 isentava as cooperativas de impostos territoriais, industriais e de exportação, de modo que os cooperativados contavam com vantagens que não eram dadas aos produtores individuais. Porém, o aumento da produção provocou uma baixa generalizada dos preços, ao que os empresários urbanos reagiram, articulando-se junto ao governo estadual para barrar o movimento cooperativista. Em 1913, o Congresso de Vinicultores, reunido em Bento Gonçalves, pediu formalmente ao Presidente da Província (Borges de Medeiros) o fim do cooperativismo no setor que, a partir daí, foi perdendo força.

O episódio ficou como um marco na luta do empresariado local para fazer valer seus interesses recorrendo, para tanto, à sua influência política. Nos anos subsequentes a produção vinícola voltou a crescer mantendo os preços elevados, embora isso possa ser atribuído, em maior medida, à conjuntura da I Guerra Mundial. O cooperativismo entrou em declínio, mas deixou marcas na cultura cívica da região.

3.1.2 – Vinculações político-partidárias

A história política do Rio Grande do Sul, no período que vai de 1892 até 1930, é marcada pela polarização entre republicanos e federalista, os primeiros reunidos no Partido Republicano Rio-grandense (PRR), e os demais polarizados pelo Partido Libertador (PL).

¹ Destefano Paternó, promotor do cooperativismo na região, era um técnico contratado pelo Ministério da Agricultura (GIRON, 1992).

As históricas divergências entre esses dois blocos eclodiram nas revoluções de 1893 e 1923, conflitos esses que tiveram reflexos sobre a vida dos imigrantes e seus descendentes.

A influência dos vínculos político-partidários sobre a vida das colônias manifestou-se desde seu início, bastando lembrar que a própria existência da zona colonial deve-se a um projeto do Império, assumido integralmente pelos governos republicanos depois de 1889.

Até 1890, época em que têm início as emancipações municipais (Cap. 2.1 – Figura 5), os colonos não participavam da administração, que ficava a cargo da Comissão de Terras, exclusivamente. Os imigrantes também não eram eleitores, só podendo votar depois da naturalização. Até 1895 sequer houve eleições na zona colonial. Além disso, os colonos estavam divididos pela origem (eram “austríacos” ou “italianos”) e tinham divergências quanto a questões da política européia. Quando da Revolução de 1893, depararam-se com o dilema de alinhar-se com republicanos ou federalistas. Na zona italiana havia um delicado equilíbrio entre os dois grupos, embora a maioria tendesse a apoiar o PRR e o governo de então, liderado por Júlio de Castilhos. Houve vários episódios de violência e enfrentamento entre as facções², durante os confrontos de 1893 e 1923.

É nesse quadro que se deve compreender o fato de que, para o empresariado de origem imigrante, as associações classistas tenham sido, também, um meio de ter acesso ao poder político, ainda que restrito à esfera local. Como destaca PESAVENTO, isso se deu através dos Conselhos Municipais:

“... foi nos Conselhos Municipais que os empresários

² Conta BOSCATTO que, em 1893, na estrada para Vacaria, nas proximidades de Nova Trento, os federalistas armaram uma tocaia contra os “legalistas” (republicanos); em 1923, nesse mesmo povoado, tropas de Borges de Medeiros atacaram o quartel dos partidários de Assis Brasil, que posteriormente reagiram, provocando a retirada dos borgistas (BOSCATTO, 1893:104-112). Há relatos similares em (LORENZONI, 1975:190-194) e (RIZZON, POSSAMAI, 1987:190-210).

tiveram maior presença em cargos políticos propriamente dito. Juntamente com os comerciantes e os grandes proprietários de terras, a burguesia industrial ocupava lugar de destaque em cada comunidade, compondo as chamadas 'classes conservadoras'. Naquelas localidades onde prevalecia a pequena propriedade colonial, e os pecuaristas não se faziam presentes, os comerciantes e industriais compunham, com quase exclusividade, os grupos privilegiados" (PESAVENTO, 1988:239).

Era, pois, nos Conselhos Municipais que o empresariado, através de seus membros mais proeminentes, efetivava a aliança com o PRR. Em Caxias, Vicente Rovea, importante comerciante local, foi o primeiro a ocupar o cargo de Intendente eleito, em 1907. Em 1924 foi a vez de Celeste Gobbato, nomeado pelo Governador estadual. Abramo Eberle, na qualidade de maior industrial da região, foi várias vezes Vice-Intendente nomeado (GIRON, 1977).

3.1.3 – Principais ações

Na fase inicial da estruturação do espaço regional, a principal reivindicação das colônias era a melhoria das vias de escoamento da produção, a ponto de os traçados das estradas e a localização de pontes tornarem-se objeto de disputas acirradas entre as várias localidades.

As estradas de rodagem e a via férrea eram vitais para os primeiros núcleos coloniais em dois sentidos: primeiramente, porque com elas se abriam as possibilidades de crescimento econômico; logo, porque, uma vez construídas essas vias se tornavam um fator de ascensão dos núcleos dentro da estrutura administrativa e, por conseqüência, de aumento ou reforço do poder político dos grupos locais. Nessas disputas interferiam fatores políticos, fazendo com que alguns núcleos obtivessem melhores resultados que outros, gerando

efeitos perceptíveis até hoje. Isto ficou demonstrado, em especial, no episódio que envolveu a definição do traçado e a implantação da ferrovia (reivindicada pelas colônias desde o final do século XIX), quando se manifestou uma forte oposição entre Caxias do Sul e Bento Gonçalves.

Em 1891, durante uma visita do Presidente da Província, Júlio de Castilhos, o Conselho Municipal de Caxias do Sul solicitara-lhe diretamente a construção de uma estrada de ferro que ligasse a região a Montenegro, São Sebastião do Caí e Porto Alegre (vide Figura 6). No entanto, a ferrovia só se concretizou em 1910, quando chegou ao então território de Bento Gonçalves, mais precisamente ao lugar onde hoje está a sede urbana de Carlos Barbosa. Instaurou-se uma intensa disputa entre Bento Gonçalves e Caxias do Sul pela extensão da linha. Esta cidade, que além da força econômica e de organização (representada pela ativa Associação dos Comerciantes), era um reduto do Partido Republicano Rio-grandense, foi vitoriosa. LORENZONI relata que no dia oito de junho de 1910, chegava à cidade o primeiro trem, fato que se constituiu em uma surpreendente derrota para os moradores de Bento Gonçalves:

“... desde o princípio, a citada via férrea de Montenegro iria chegar a Bento Gonçalves e, daqui, seguiria até Caxias. Prova disto era que os primeiros carros traziam, em letras enormes, a inscrição: Montenegro – Bento Gonçalves e, mais tarde, ignora-se o motivo, a linha em vez de seguir, de Carlos Barbosa em direção norte, tomou a leste, em direção de Caxias, excluindo Garibaldi e Bento Gonçalves” (LORENZONI, 1975:225).

O motivo não era assim tão obscuro: manifestara-se a força do empresariado caxiense e de sua organização representativa – a Associação dos Comerciantes (GARDELIN, COSTA, 1993). Em 1914, o município de Bento Gonçalves ainda lutava por

obter o prolongamento da via férrea que, passando por Garibaldi, chegasse até a sua sede municipal.

Outro exemplo já referido (Cap.2.1) do papel da ferrovia na estruturação do espaço regional e na definição da hierarquia entre os núcleos urbanos iniciais foi a disputa entre Nova Milano e Nova Vicenza. A linha inaugurada em 1910 passava entre as duas localidades, mas a estação foi colocada em Nova Vicenza, estimulando seu rápido desenvolvimento, principalmente em termos político-administrativos:

“Em 1910, Nova Milano já possuía juiz de paz, sub-delegado de polícia, escrivão distrital e uma escola. Dessa estrutura Nova Vicenza não dispunha. Menos de cinco anos após a inauguração da ferrovia (...) as autoridades se transferiram para Nova Vicenza, que passou a ser sede do Terceiro Distrito de Caxias do Sul” (MONTEGUTI et al., 1993:26).

Nova Vicenza evoluiu rapidamente de sede distrital a sede do município de Farroupilha, quando de sua emancipação. A conquista da estrada de ferro representou uma grande vitória política e muito contribuiu para a consolidação do predomínio regional de Caxias, que além de despontar, desde cedo, como o centro econômico mais desenvolvido e populoso da zona colonial, viu nascer a organização mais forte, atuante e influente da região. Foi através dela que Caxias logrou chamar a si a condição de representar a região em vários pleito e ações, que tiveram resultados concretos na economia e organização sócio-espacial.

3.2 – Segunda fase: hierarquia

No período que vai de 1930 a meados da década de 70, a atuação do empresariado regional caracteriza-se pelo empenho em promover e consolidar o desenvolvimento econômico que, nessa fase, adquire definitivamente uma base industrial (conforme já foi demonstrado no Capítulo 2). É a fase dos grandes projetos viários e de infraestrutura, em que as vinculações político-partidárias seguem sendo decisivas nas relações da região com as esferas estadual e a nacional de governo. O período marca, também, o início das ações voltadas para a organização do espaço urbano, especialmente no que refere à localização das indústrias.

3.2.1 – Estratégias regionais de desenvolvimento

A partir de 1930, a política de Vargas de impulso ao processo de industrialização configurou um quadro favorável tanto para as estratégias dos agentes sociais empenhados em desenvolver economicamente a região, quanto para o surgimento das primeiras representações classistas do operariado. A primeira organização de cunho sindical aparecera em 1929, em Caxias: era a União dos Operários Tanoeiros que, como o nome dizia, reunia trabalhadores especializados na fabricação de pipas e tonéis utilizados na indústria do vinho. O grupo era integrado por vinte e cinco artesãos, trazidos de Portugal pela Vinícola Antunes. Não era, portanto, uma organização criada por trabalhadores de origem italiana. Em 1930 esses operários promoveram uma greve por melhorias salariais e

redução da jornada de trabalho¹. A União dos Tanoeiros atuou até 1937.

Em 1931, ao ensejo da nova Lei de Sindicalização, também em Caxias, foi criada a “Sociedade União Operária”, que congregava trabalhadores de diversos ramos da indústria. As dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical nascente, na região, eram evidentes: a reunião de fundação da União Operária foi violentamente reprimida pela polícia, que efetuou prisões e confiscou os fundos arrecadados. A entidade (posteriormente transformada em União Sindicalista) existiu até 1940.

Segundo GIRON, a legislação sindical varguista veio ao encontro dos propósitos das classes patronais locais de manter o movimento operário sob controle. Os sindicatos surgidos nesse período - Construção e Mobiliário (1933); Metalúrgicos (1933); Tecelões (1933); Bancários (1935) – reivindicavam “dentro da lei e da ordem”, em consonância com a ideologia (republicana e positivista) das elites regionais. Depois de 1937, com o Estado Novo, o cerceamento aumentou, com a imposição do sindicato único vinculado ao Estado (GIRON, 1992).

Além de condicionadas pelo contexto da era getulista, as organizações de trabalhadores da região italiana foram influenciadas pelo padrão de relações de trabalho imperante nas empresas, quase todas de origem familiar. Segundo vários autores, o pequeno número de operários e a dispersão espacial das empresas, e mais o fato de os trabalhadores serem oriundos, em sua maioria, da pequena propriedade rural, teriam retardado a formação da consciência e da organização de classe. VARGAS afirma que as principais tradições ideológicas do operariado brasileiro (anarco-sindicalismo e comunismo) não repercutiram na zona colonial italiana, nem no município mais desenvolvido e industrializado – Caxias do Sul. O autor relembra que historiadores como

¹ O episódio é narrado por T. Tronca, na novela intitulada “Vapor Drina” (TRONCA, 1997).

Giron, Reche e Savordelli utilizam o termo “sindicalismo tardio” para caracterizar o movimento operário regional (VARGAS, 1995).

O empresariado, por sua vez, fortaleceu cada vez mais seus vínculos com o governo, em especial os empresários caxienses, que haviam apoiado de maneira explícita o movimento que conduziu Vargas ao poder em 1930². A partir daí, estiveram em condições de pleitear aos novos governantes uma atenção maior às necessidades regionais e, nesse sentido, foram persistentes na reivindicação de melhorias em energia elétrica, transportes, estradas e comunicações. A demonstração de força do empresariado caxiense se repete, nesta fase, em relação à extensão da ferrovia até Flores da Cunha e no caso da construção da Estrada Getúlio Vargas (a BR-2, atual BR-116).

Flores da Cunha, quando ainda era o quinto distrito de Caxias e se chamava Nova Trento, muito lutara pela emancipação, e fora sempre um foco de opositoristas ao Partido Republicano Rio-grandense. Pagou um alto preço por isso: chegou à década de 30 sem ter conseguido a sua conexão ferroviária. Como relata BOSCATTO:

“O ano de 1933 transcorria (...) Aqui em Nova Trento, o Partido Republicano Liberal era majoritário, seguindo a doutrina do Gal. Flores da Cunha, então Governador do Estado. Porém, havia um partido de oposição (...) O então Prefeito... lançou mão da antiga estratégia [para] captar a confiança e a simpatia total da população ... conseguir junto ao Governo do Estado a extensão de um ramal ferroviário, ligando Caxias do Sul a esta então vila de Nova Trento. A maioria da população acreditou na mencionada promessa ... com isso, o Partido Republicano Liberal venceu as eleições, com grande margem de votos (...) Na verdade, o Gal. José Antônio Flores da Cunha nunca prometeu nada aos nova-trentinos, ... limitou-se somente a atender o pedido do prefeito, que solicitou profissionais qualificados para a verificação, sem nenhum ônus para o estado (...) a Prefeitura Municipal designou mais gente, dentre seus funcionários, a fim de auxiliar a equipe estadual nos serviços (...) o traçado

99 MACHADO e HEREDIA transcrevem o telegrama enviado a Getúlio Vargas: “Associação Comerciantes reunida assembléia [...] resolveu renovar Vossência sua incondicional solidariedade ...”- solidariedade que se traduzira em coleta de fundos para o movimento revolucionário de 1930, na forma de dinheiro e mercadorias para as tropas e para as famílias dos soldados (MACHADO, HEREDIA, 2001:48)

ferroviário foi exposto ao público, em lugares de grande movimento e fácil acesso. Por causa disso, boa parte da população ficou muito esperançosa (...) O prestígio dos políticos caxienses junto ao governo do Estado era muito grande, naquela época, e barraria qualquer tentativa de favorecimento, como barraram, anos mais tarde, a passagem da BR-116 por esta cidade” (BOSCATTO, 1994:251).

Ao final da década de 30, emergiram disputas em relação à planejada abertura de uma estrada federal que ligaria o sul ao restante do país. Tratava-se da “Estrada Federal Getúlio Vargas” (BR-2, posteriormente BR-116), a rodovia que viria a ser, por várias décadas, a mais importante via estruturadora do espaço regional.

Consta que o traçado definido pelos engenheiros era representado por uma linha reta que unia Porto Alegre ao Passo do Socorro, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, deixando a região serrana à margem desse importante eixo de acesso aos mercados do sudeste brasileiro. A BR-2 deveria passar por Nova Petrópolis e pelos campos de São Francisco de Paula, até chegar a São Joaquim e Lajes, em Santa Catarina; esse roteiro excluía Caxias, condenando-a ao isolamento. Quando se observa o mapa viário atual, vê-se que isso não aconteceu (Figura 7).

Porque, afinal, a estrada passou por Caxias e – principalmente – porque daí desviou-se até São Marcos, quando se poderia alcançar o norte do Estado por caminhos menos acidentados? Conforme RIZZON e POSSAMAI, os técnicos do governo, desconhecendo a região, precisaram buscar orientação junto à Prefeitura de Caxias, ocasião em que os caxienses exercitaram todo seu poder de influência frente às esferas federal e estadual. Na gestão do Prefeito Dante Marcucci (um ex-presidente da Associação Comercial de Caxias) o traçado previsto foi alterado, depois que essa entidade promoveu uma ampla articulação com as autoridades municipais e liderou as pressões junto ao próprio presidente Getúlio Vargas. Em 1941 o trecho da BR-116 que ligava São Leopoldo a Caxias foi entregue ao

tráfego (RIZZON, POSSAMAI, 1987).

Com relação à BR-116, Flores da Cunha experimentou uma frustração semelhante à vivida quando da construção da ferrovia:

“Antes do fim da década de 30, enquanto aconteciam os primeiros estudos para elaborar o traçado da BR 116, o poder de pressão do prefeito e dos demais caxienses juntos às autoridades estaduais e federais fez surtir efeitos. A obra visava servir como rodovia estratégica para a movimentação rápida de tropas militares, mas os caxienses conseguiram desviá-la do traçado pretendido, que passaria por Flores da Cunha e Antônio Prado. Por causa dessas forças, a rodovia acabou seguindo um trajeto bem mais longo e montanhoso, passando por Ana Rech e São Marcos, então distritos de Caxias do Sul” (BOSCATTO, 1994:251).

Novamente é possível constatar reflexos na hierarquia urbana. São Marcos foi o grande beneficiado - além de, naturalmente, o município de Caxias. Segundo RIZZON e POSSAMAI, a abertura da BR-116 representou obra de fundamental importância para São Marcos, pois:

“... ensejou um surto de desenvolvimento econômico e marcou, social e psicologicamente, a vida de todos os são-marquenses. Através dela, a vila de São Marcos ficou ligada e passou a ser influenciada, fortemente, pelos centros maiores. A estrada fez surgir a vocação para as atividades relacionadas ao transporte de carga” (RIZZON, POSSAMAI, 1987:305).

Se, por um lado, alguns municípios “ganham”, outros “perdem” posições relativas no quadro regional.

“Nem é preciso dizer que a BR-116 teria trazido grande progresso para o nosso município [Flores da Cunha] e o de Antônio Prado. Porém, os caxienses, tolhendo-nos a oportunidade e dando-a aos seus distritos, pagaram bem caro por isso. O feitiço virou contra o feiticeiro, uma vez que São Marcos se desenvolveu e há muito já conquistou sua emancipação. Ana Rech também progrediu e já conta com uma Comissão de Emancipação (...) está em vias de conquistar a independência, através de plebiscito já aprovado” (BOSCATTO, 1994:251).

Note-se que enquanto São Marcos emancipou-se em 1964, Ana Rech até hoje não

conseguiu separar-se de Caxias do Sul, apesar de reunir melhores condições do que outros pequenos núcleos que já conquistaram a autonomia municipal, como Santa Tereza e Monte Belo³.

Ao lado das estradas, a energia elétrica foi a grande batalha dos agentes regionais, no período. Desde o início da expansão industrial, a escassez de energia fora um problema. Vale lembrar que, nos anos 30, a Metalúrgica de Amadeo Rossi transferira-se para São Leopoldo por esse motivo, enquanto a de Abramo Eberle manteve-se em Caxias, mediante os apelos da comunidade local (BALDISSEROTO, 1995). A solução pretendida pelos empresários era a construção de uma usina no Lajeado Grande. Em 1943, após uma prolongada estiagem, a solução emergencial foi construir linhas para trazer energia de Gramado e Galópolis até Caxias. Durante a gestão de Marcucci, houve uma grande pressão para que fosse iniciada a obra do Lajeado Grande – isso não aconteceu, e Caxias foi incluída na concessão de São Leopoldo (MACHADO, HEREDIA, 2000).

3.2.2 – Novas organizações representativas

A década de 40 registra o surgimento de novas modalidades de organizações representativas, tanto das classes trabalhadoras quanto do empresariado.

O avanço do desenvolvimento industrial alcançado sob o governo de Vargas, com o conseqüente acirramento das disputas entre patrões e empregados, foi terreno propício à atuação da Associação dos Comerciantes de Caxias. Como assinalam vários autores, em muitas oportunidades, essa entidade assumiu o papel de mediadora nas relações entre

³ Em 1989 a CIC manifestava-se claramente contra a emancipação de Ana Rech, argumentando que isso poderia criar problemas de abastecimento de água para Caxias do Sul, uma vez que na área desse distrito situam-se não somente a barragem, mas toda a bacia de captação do Arroio Faxinal (BOLETIM n. 157:7).

capital e trabalho. Por exemplo, em 1933 a Associação chamou a si a tarefa de reorganizar o comércio local frente à legislação trabalhista e previdenciária vigente, pressionando seus associados para que não descumprissem normas tais como a jornada de 8 horas, a folga semanal e a lei de férias. Empenhou-se também em estimular a sindicalização, tanto das classes patronais quanto operárias. Por iniciativa da Associação, foi formada uma “Comissão Mista de Conciliação das Classes Empresariais e Trabalhadoras”, dedicada a fazer cumprir rigorosamente as disposições legais. No final da década de 30, quando o salário mínimo tornou-se assunto obrigatório nas discussões do empresariado gaúcho, a Comissão Mista de Caxias criou um *bureaux* jurídico para orientar seus associados nessa matéria (MACHADO, HEREDIA, 2001).

Outro exemplo citado por MACHADO e HEREDIA refere-se à postura adotada pela Associação face à situação de inadimplência que vinha prejudicando o comércio, no sentido de regulamentar as vendas a crédito e implantar um cadastro de devedores, recomendando que, ao mesmo tempo, os empresários implantassem o pagamento quinzenal de salários – “... *a meta para o futuro era chegar-se ao pagamento semanal, única forma para que as compras chegassem a ser feitas somente a vista*” (MACHADO,HEREDIA, 2001:64).

Freqüentemente a entidade assumia a representação dos interesses de outros segmentos sociais, como no caso da demanda da Central de Cooperativas Sul Rio-grandenses de Vinhos (sediada em Caxias, e que congregava a maioria das cooperativas da região) junto ao Governo do Estado, pela criação de um entreposto do vinho e a conseqüente equiparação do Laboratório Bromatológico local ao da capital do Estado.

O envolvimento da Associação dos Comerciantes na busca de soluções para problemas considerados “de todos”⁴ faz com que, pouco a pouco, ganhe *status* de uma representação de caráter regional, e não apenas do município de Caxias.

Em 1945 foi fundado o Círculo Operário Caxiense. Os “Círculos Operários” haviam surgido, no Rio Grande do Sul, ainda na década de 30; a par de proporcionar aos seus associados uma ampla assistência social, objetivavam reunir os trabalhadores em torno a uma entidade apoiada pela Igreja Católica, afastando-os dos movimentos de esquerda⁵. O Círculo Operário Caxiense, além de adotar a orientação católica e assistencial típica do movimento, estabeleceu desde o início uma grande proximidade com as classes patronais. Inicialmente, obteve o apoio da Associação Comercial de Caxias do Sul⁶ para a aquisição de um prédio destinado à sede própria. Logo, a Associação estabeleceu uma contribuição ao Círculo a ser dada pelas indústrias, de 85 cruzeiros por empregado; o comércio contribuiria com subscrições de valor a ser definido. A vinculação com a Igreja foi mantida, estabelecendo-se que o prédio passaria à Mitra Diocesana caso o Círculo deixasse de existir. A inauguração da nova sede deu-se em 1947, com a presença de representantes de Círculos Operários de todo o Estado (BALDISSEROTTO, 1995).

Nessa fase, tal como na anterior, os vínculos com as forças dominantes no cenário político estadual e nacional continuam a ser uma variável decisiva para as estratégias dos agentes regionais, principalmente do empresariado.

⁴ Especialmente quando se tratasse de melhorias em estradas, energia e comunicações, mas também em outros temas: por exemplo, preocupação com a saúde pública levou a Associação a baixar normas de higiene para estabelecimentos comerciais e residenciais, a proibir a presença de animais e depósitos de lixo em determinadas áreas e também (MACHADO, HEREDIA, 2000).

⁵ O movimento “circulista”, inspirado nas encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, foi iniciado no Rio grande do Sul pelo Pe. Bentano; na região italiana, os impulsionadores foram o Pe. Orestes Valetta e Angelo Tronca (BALDISSEROTTO, 1995).

⁶ Trata-se da mesma Associação dos Comerciantes que em 1939 mudara de nome, passando a chamar-se Associação Comercial de Caxias.

GIRON observa que a hegemonia do Partido Republicano Rio-grandense fora alcançada depois de muitos conflitos, ocorridos ainda na década de 20. Quando parecia que se entrava em um período de calmaria a nível regional, as circunstâncias mundiais introduziram novos elementos. Surgiu o Fascismo, com seu apelo às classes médias nacionalistas, e também o Partido Comunista, concretizando um avanço dos setores de esquerda no país. Segundo a autora, o fascismo teve grande aceitação em Caxias e em toda a região.

Em 1937, o Estado Novo e, em seguida, a perspectiva da II Guerra, abririam um período de insegurança e perseguições na zona colonial italiana, principalmente depois do rompimento de Vargas com os países do Eixo. Mas, paradoxalmente, a guerra foi benéfica para a região, trazendo novo impulso às atividades produtivas, especialmente para o setor industrial. Algumas das maiores indústrias foram declaradas “empresas de interesse militar” e convocadas a trabalhar para as forças armadas brasileiras; seus trabalhadores estavam submetidos a um regime equivalente ao dos militares, que os impedia de abandonarem seus postos de trabalho sob pena de serem considerados desertores. Expandiram-se não só os ramos mais diretamente atingidos pelas medidas do governo, como a metalurgia, mas também o comércio em geral, com o crescimento dos salários e o conseqüente aumento da demanda. Ao final da década de 40 já se podia notar transformações importantes na estrutura da indústria regional, com o surgimento de indústrias mais dinâmicas ao lado das tradicionais, que vinham prevalecendo desde o início da industrialização.

Os avanços no plano econômico teriam contribuído para sepultar as ambigüidades políticas. Tanto que, nesse período: *“As atas da Associação não demonstram qualquer*

preocupação com a Guerra. Sua atenção estava voltada para os problemas internos e dificuldades de seus integrantes” (MACHADO, HEREDIA, 2001:68).

No período pós-guerra ocorre uma modificação muito expressiva na representação organizada do empresariado. Sempre houvera, na região, uma grande proximidade entre os segmentos empresariais do comércio e da indústria. Mas em 1951 foi criada, em Caxias, uma entidade específica dos industriais - a Delegacia Regional do Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul - CIF.

O CIF era uma poderosa organização que agrupava os industriais do Estado. A sucursal de Caxias, conforme definição expressa em seus estatutos, propunha-se a ser “... *uma associação por tempo indeterminado, com sede em Caxias do Sul, composta por firmas individuais e sociedades que tenham função de empresas fabris no município*” (GARDELIN, 1987 *In* BOLETIM ..., n. 130:8). E como tal, dedicou-se aos assuntos ligados diretamente à indústria, tornando-se porta-voz dos interesses das empresas do setor - por exemplo, denunciando a precariedade dos serviços telefônicos e as elevadas tarifas de energia elétrica. O número de associados cresceu rapidamente, acompanhando o crescimento industrial da região.

Em 1954, essa Delegacia Regional resolveu desvincular-se da organização estadual, sediada em Porto Alegre, tornando-se uma entidade autônoma – o Centro da Indústria Fabril de Caxias do Sul, com novos estatutos. Sobre sua atuação, há dois aspectos a ressaltar:

- a) quanto às relações entre as organizações representativas do empresariado, vários autores concordam em que, embora o CIF-Caxias tenha se dedicado a representar, de modo nítido, os interesses específicos dos industriais, não se constituiu por oposição à Associação Comercial.

“... havia a Associação Comercial de Caxias do Sul, representando as classes econômicas organizadas da cidade (...) ela poderia, evidentemente, suprir todas as necessidades de reivindicação. O Centro surge, entretanto, por necessidade de especialização. A indústria atingira tal volume que demandava órgãos próprios. (...) Não constitui o Centro um ato de oposição à Associação. Pelo contrário, nela sempre viu uma instituição que, no tempo, conquistara inegáveis méritos. E a prova disso está em que, em caso de extinção, os bens do CIF seriam a ela destinados. E isto se fez em duas vezes: na criação da Delegacia e na autonomia do Centro, separando-se de Porto Alegre” (GARDELIN, 1987 In BOLETIM ..., n. 130:7).

Havia cooperação entre as duas entidades em assuntos que interessavam a toda a comunidade. Na análise de GARDELIN (recuperada por MACHADO e HEREDIA), já se esboçava aí a entidade que viria a ser a atual Câmara de Indústria e Comércio e Serviços de Caxias do Sul (GARDELIN, 1987 In BOLETIM..., n. 130:8; MACHADO, HEREDIA, 2001:79).

b) o CIF de Caxias do Sul incentivou a fundação de centros similares em Bento Gonçalves e Farroupilha, fato que demonstra a força da entidade caxiense, inspiradora da classe empresarial dos demais municípios da região.

Até o final da II Guerra Mundial, à frente da Associação Comercial haviam predominado os empresários ligados ao comércio; na fase seguinte, até a criação do CIF, sobressaíram-se as lideranças da indústria. A discussão sobre a fusão das duas entidades teve início na década de 60 e aconteceu, de fato, em 3 de outubro de 1973, com a criação da Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul - CIC⁷.

⁷ MACHADO e HEREDIA consideram que, mais do que fusão, o que houve foi uma incorporação do CIF à Associação, que existia desde 1901, enquanto o CIF surgira em 1953 (MACHADO, HEREDIA, 2001).

3.2.3 - Identidade regional

Nesse período de sua história já se esboçava a imagem que a região tem de si mesma como uma região industrializada, mas que permanece fortemente ligada ao seu passado agrícola. A memória da origem rural das riquezas regionais transparece, de modo particularmente acentuado, no alto valor simbólico alcançado por um de seus produtos – a uva (e, por extensão, o vinho).

No começo da década de 30 o cultivo de uvas e a sua industrialização ainda eram as principais atividades da região. A par da relevância econômica, a uva era o produto regional que melhor representava a prosperidade alcançada através do espírito laborioso dos imigrantes. Ao mesmo tempo, havia uma consciência de que para conquistar o mercado nacional, o vinho da serra gaúcha precisava melhorar substancialmente a sua qualidade. Em Caxias, lideranças empresariais, políticas e comunitárias tomaram a iniciativa de realizar, em 1931, a primeira “Festa da UVA”, que foi um passo importante no processo de construção da identidade regional. É o que se pode depreender do histórico da Festa traçado por MACHADO e HEREDIA.

Segundo as historiadoras, já na segunda edição, em 1932, a Associação dos Comerciantes de Caxias encarregou-se da organização do evento e procurou dar-lhe maior abrangência. Além de ampliar as instalações (com a construção de um pavilhão na praça central de Caxias), decidiu cobrar dos participantes uma taxa de 500 réis por barril de 100 litros de vinho “exportado” para fora do Estado. Foram feitos contatos com algumas Prefeituras dos municípios próximos, que se recusaram a participar justamente por causa dessa taxa. A festa manteve seu caráter municipal, mas aumentou sua projeção com a

realização do I Congresso Brasileiro de Vinicultura e Enologia. O sucesso alcançado garantiu que em 1933, na sua terceira edição, a Festa da Uva ganhasse caráter regional, com a participação de Bento Gonçalves, Garibaldi, Nova Trento, Alfredo Chaves, Encantado, Guaporé, Estrela e até mesmo de produtores da região do Rio da Prata. Foi realizado, então, o II Congresso Brasileiro de Vinicultura e Enologia. Em 1937, a Festa transformou-se em feira agro-industrial, no intuito de mostrar a diversidade da economia regional e os produtos de suas principais indústrias.

A seqüência foi interrompida durante o Estado Novo e a II Guerra Mundial, período em que foram impostas restrições às comunidades estrangeiras. Em 1950 – ano da comemoração dos “75 Anos da Imigração Italiana” – a Festa da Uva reiniciou, já então consolidada como evento regional de primeira importância, que incorporava todos os municípios de origem italiana da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul. Com duração estendida para um mês, retomou os eventos já tradicionais (como o desfile de carros alegóricos) acrescidos de diversas atividades especificamente relacionadas à valorização da cultura dos imigrantes. Daí em diante a Festa passou a se realizar de quatro em quatro anos, voltando a ser bi-anual a partir da década de 70 (MACHADO, HEREDIA, 2001:49-59).

Atualmente, quase todos os municípios da AUNE têm sua feira, com expressão supra-regional e até internacional – Bento Gonçalves realiza a Feira Internacional da Indústria Moveleira; as feiras agro-industriais acontecem em Carlos Barbosa (Festi-Queijo) e em Farroupilha (Festa do Kiwi). Mas a Festa da Uva continua sendo a maior das festas regionais, constituindo-se em um momento em que a posição central de Caxias do Sul se mostra na plenitude e, pode-se afirmar, a Festa “traz a região” para Caxias.

O período que vai da década de 30 à de 70 é, enfim, a fase em que se definem as

hierarquias, seja entre os municípios e suas sedes urbanas, seja entre as classes sociais, tornando-se evidente a supremacia das classes empresariais e suas entidades representativas. Forja-se uma identidade - no sentido de que a região se reconhece como tal devido às suas características sócio-culturais; essas mesmas características, que a tornam distinta de outras regiões do Estado e do país, produzem a unificação de sua diversidade interna.

Em uma região de economia altamente diversificada, entende-se que a uva tenha assumido um valor simbólico tão forte, por ser o produto que expressa a vinculação entre as atividades agrícolas e a economia urbana, que caracteriza historicamente a região. A uva representa o passado, o presente e o futuro da sociedade regional: foi o principal produto da fase de formação da economia regional e do começo de seu desenvolvimento industrial; seguiu sendo cultivada nas pequenas propriedades, porém de maneira cada vez mais moderna e tecnificada; por fim, o tornou-se um dos produtos da região capazes de conquistar inserção nos mercados internacionais, pela qualidade e competitividade⁸.

3.3 – Terceira fase: predomínio

O período que vai de meados da década de 70 até o ano 2000 caracteriza-se por um conjunto de iniciativas levadas a efeito pelo empresariado, orientadas a dinamizar a região e, de modo simultâneo, a projetá-la no país e no exterior.

Em termos da criação de uma base territorial adequada ao nível e ao porte assumidos pelo setor industrial, além das tradicionais reivindicações por melhorias de

⁸ O que é atestado pelos certificados de origem recentemente obtidos por vinhos produzidos na região.

infraestrutura, ocorrem algumas ações voltadas especificamente à qualificação e integração do espaço regional, entre as quais destaca-se a implantação de uma rede de centros de produção de conhecimento e tecnologia. Também nesse aspecto o empresariado demonstra sua capacidade de liderança, impulsionando empreendimentos tais como a criação da Universidade de Caxias do Sul e a institucionalização da Aglomeração Urbana do Nordeste.

É nesta fase que o empresariado ascende, definitivamente, à posição de grupo predominante econômica e socialmente, na região. A região, por sua vez, historicamente consolidada, ingressa em uma nova fase de expansão.

3.3.1 – Configuração da “Região da AUNE”

O crescimento industrial e a urbanização ocorridos nas décadas anteriores conferiram ao segmento urbano do espaço regional a forma de uma aglomeração (Figura 15) cuja institucionalização, em 1994, veio a permitir maior grau de unidade e coordenação entre os municípios que a integram.

Nesse processo é notória a presença do empresariado, através de sua entidade máxima – a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços, cuja criação em 1973, pela fusão das duas entidades então existentes (a Associação Comercial e o Centro da Indústria Fabril), selara uma aliança histórica entre esses dois segmentos empresariais⁹. A entidade unificada deu continuidade às ações que marcaram a trajetória de suas antecessoras:

⁹ A expressão desse “salto qualitativo” vai ser a nova sede da entidade, inaugurada em 1976 – um prédio que se destaca na paisagem urbana da cidade e que não apenas permitiu a ampliação dos serviços aos associados, como passou a sediar os eventos de porte regional mais importantes (BOLETIM n. 2, 1976).

empenhou-se na modernização do setor industrial, apoiou seus associados nas atividades de exportação, fornecendo pessoal habilitado, incentivando a formação de consórcios, etc. Também manteve sua ingerência nas relações com as classes trabalhadoras – exemplo disso é a pesquisa que a CIC realizou sobre o custo de vida em Caxias do Sul, com vistas a orientar uma política de preços e salários em nível local e regional (BOLETIM ..., n. 3; BOLETIM..., n. 23).

Nesse período, marcado por transformações econômicas estruturais (descritas no Capítulo 2), o ordenamento do território passa a ser reconhecido como um fator decisivo para a continuidade do desenvolvimento regional.

A atuação da CIC sempre tivera Caxias do Sul como alvo principal, mas nesta etapa, mais do que nas anteriores, sua atuação evidencia que o empresariado adquirira uma clara visão do espaço regional como um conjunto de elementos (materiais e humanos) que devem ser geridos de maneira integrada, de modo a garantir sua funcionalidade econômica e social.

Em toda a região a indústria tinha se desenvolvido, até então, sem zoneamento de qualquer espécie. Conforme se viu no Capítulo 2, havia sérios problemas para a expansão das plantas nos locais onde se encontravam, o que determinava a necessidade de delimitar novas áreas para a localização das indústrias. Segundo a CIC, isso possibilitaria não só a reorganização intra-urbana, como viabilizaria novos projetos de infraestrutura e serviços, facilitaria o controle da poluição e atrairia novas empresas para o município (BOLETIM..., n.6).

Mais uma vez o pioneirismo coube a Caxias do Sul, onde a discussão sobre o Distrito Industrial remonta ao início da década de 70, quando a Prefeitura Municipal propôs o aumento do IPTU e taxaço mais elevada dos terrenos “baldios”. Na época, tanto a

Associação Comercial quanto o Centro da Indústria Fabril manifestaram-se contra, reivindicando um tratamento especial para as empresas industriais do município. Não houve decisão imediata, pois havia algumas divergências sobre a quem deveria caber a iniciativa de implementar o Distrito Industrial - se ao poder público municipal, exclusivamente, ou com a parceria da classe empresarial (GARDELIN, 1987 *In* BOLETIM..., n. 137:15). Alguns defendiam a descentralização, ou seja a criação de várias áreas para a localização de indústrias, situadas nas principais saídas da cidade (MACHADO, HEREDIA, 2000)¹⁰.

Em 1971, terrenos situados nas proximidades do Bairro Centenário, em Caxias do Sul, que se estendiam em direção à RS-122, no trecho próximo a Farroupilha, foram declarados de utilidade pública – aí veio a ser instalado o Distrito Industrial caxiense, na década de 80. Como se percebe na Figura 10 (Cap 2.2), paralelamente à concentração das indústrias na área planejada, acabou sendo consagrada a localização existente, resultado da busca espontânea das empresas pelos terrenos à margem dos grandes eixos viários. Essa tendência repetiu-se, em alguma medida, em todos os municípios da região.

Desde então, simultaneamente às ações para racionalização do espaço, o empresariado empenha-se em uma nova estratégia para o desenvolvimento da região. Primeiramente, tratando de obter junto ao governo estadual que Caxias do Sul fosse declarada área metal-mecânica e, desse modo, pudesse ser incluída na programação de política industrial do Rio Grande do Sul para o quinquênio 75/80, recebendo os incentivos e o apoio dos vários programas governamentais correspondentes. Um editorial do Boletim Informativo expunha os argumentos: Caxias do Sul e os municípios limítrofes formavam a

¹⁰ Como era o caso do industrial R. Randon (MACHADO, HEREDIA, 2001:95).

maior concentração de indústrias metalúrgicas, após a Grande Porto Alegre¹¹; esse “pólo” tinha se constituído espontaneamente, mas necessitava de ações governamentais específicas que garantissem a continuidade do seu crescimento. O empresariado pleiteava:

“... maiores recursos às empresas já instaladas para que produzam a toda capacidade; incentivo à implantação de pequenas indústrias que produzam bens ainda não existentes e que são consumidos por outras do mesmo setor; reforço financeiro para capital de giro; criação e instalação de escolas técnicas, particularmente as de nível médio de 1º grau” (BOLETIM..., 16:5).

Como resultado, estimava-se a geração de 8.000 empregos. Foi formada uma Comissão Executiva com vistas à implantação do “Pólo Metal-Mecânico”, que CIC passou a coordenar. Em janeiro de 1979, o Presidente da entidade, em manifestação ao Governador do Estado, declarava:

“É uma questão de sobrevivência, a definição de Caxias do Sul como pólo metal-mecânico. As verdadeiras vocações são inatas. A nossa é, indubitável e potencialmente, a industrial, com todas as evidências e comprovações. As zonas industriais com o relevo desta, requerem uma estratégia governamental” (BOLETIM..., n.32:3).

E pedia interferência da autoridade também na questão do Distrito Industrial:

“Seu crescimento tem sido restringido e o seu futuro comprometido pela ausência de uma política clara e firme, de parte do poder público municipal, no sentido de definir áreas para a localização de estabelecimentos fabris. Urge uma ação participante e disciplinadora do Governo do Estado” (BOLETIM..., n.32:4).

¹¹ Denominação comumente aplicada à Região Metropolitana, na época formada por quatorze municípios.

No mês de fevereiro de 1979 foi assinado o decreto que definia a “Grande Caxias” como área de abrangência do Complexo Metal-Mecânico. Para o empresariado caxiense, além dos interesses do município, estariam sendo contemplados, também, os da região:

“... a área do complexo sobrepassa, de muito, as fronteiras do município (...) serão as cidades vizinhas que auferirão as melhores vantagens” (...) Farroupilha, Carlos Barbosa, São Marcos, Flores da Cunha, etc. serão incluídas na área de influência do complexo. Haverá, desta forma, uma integração regional, que o vinho, não obstante todo seu sentido histórico, não conseguiu realizar (BOLETIM..., n.32:1).

O avanço representado pela conquista do Pólo reiterou a preocupação com infraestrutura: a ampliação da rede viária e a solução dos problemas energéticos voltaram a ser o foco das reivindicações, demonstrando, uma vez mais, o alcance regional das ações empreendidas e/ou lideradas pela CIC–Caxias do Sul.

No final dos anos 70 a entidade envolveu-se na luta pela duplicação da BR-116, que implicou também em melhorias do sistema viário de Caxias do Sul, com a construção de um viaduto sobre a rodovia na zona leste da cidade (trecho que completou o anel viário, mostrado na Figura 17). Mas a obra viária que desde então vem centralizando as atenções da região é a chamada “Rota do Sol”. Essa rodovia, uma vez concluída, completará a ligação entre a região serrana e o litoral gaúcho, representando uma notável economia de fretes para as indústrias do pólo metal-mecânico de Caxias do Sul e demais municípios da região, em relação aos mercados do sudeste brasileiro.

Tal como no caso da BR-116, a construção da Rota do Sol também teve que enfrentar obstáculos naturais – neste caso, os que separam o Planalto Riograndense da planície litorânea. A meados dos anos 80 começaram as obras na intersecção com a BR-116, nas proximidades de Ana Rech. O traçado previsto sofreu várias alterações em função

de problemas técnicos e ambientais. Em 1990, um trecho de 54 km (entre Tainhas e Terra de Areia) foi embargado pelo IBAMA, obrigando a que fossem feitas reformulações no projeto. A Rota do Sol é considerada a “rodovia da integração” porque, quando concluída e conectada à BR-101, permitirá a ligação de diversas regiões do Estado ao centro do país (Figura 7).

O provimento de energia sempre fora um ponto de estrangulamento do crescimento industrial, parcialmente solucionado em 1966, quando foi inaugurada a ligação de Caxias do Sul ao sistema Scharlau-Farroupilha, da Companhia Estadual de Energia Elétrica-CEEE (GARDELIN, 1987 In BOLETIM..., n.133:9). A batalha por infra-estrutura condizente com o nível de desenvolvimento alcançado pela região teve prosseguimento, na fase mais recente, com o esforço por incluir Caxias do Sul no traçado do gasoduto Bolívia-Brasil e no projeto de construção de um novo aeroporto regional (BOLETIM..., n.84:2).

A par de sua atuação continuada nas questões regionais, a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul¹² nunca esteve ausente das discussões e decisões sobre problemas da cidade onde tem a sua sede física e simbólica. Em julho de 1975, quando foi criado o Conselho do Plano Diretor Urbano de Caxias do Sul (Lei Municipal n. 2.228), previa-se a participação da CIC. A entidade adotou como prioridade a implantação do Distrito Industrial, mas passou a envolver-se também nas questões relativas ao *déficit* de habitações populares, expansão da rede de esgotos, melhoria do planejamento institucionalizado e adequação da estrutura administrativa municipal, etc. (BOLETIM ..., n. 6; BOLETIM..., 132)

Uma vez mais a participação ativa da entidade empresarial contrasta com a fraca

¹² Em 1991 os novos estatutos incluíram o setor Serviços, passando a chamar-se Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul.

presença de organizações das classes trabalhadoras – em especial, os sindicatos, sobre os quais são escassas as referências na bibliografia disponível. BRUGALLI registra a existência em Caxias do Sul, na década de 80, de diversos sindicatos de trabalhadores¹³, mas não menciona qualquer atuação dos mesmos em questões urbanas que porventura estivessem a afetar seus representados (como carências de moradia, transporte ou outras). Segundo o autor, as demandas da população urbana de menor renda eram canalizadas pela “União das Associações de Bairros” que, em 1988, reunia 101 entidades filiadas e 19 em formação. Essas Associações pleiteavam melhorias de transporte urbano, saneamento básico nos bairros, moradias e lotes populares, legalização de loteamentos irregulares (BRUGALLI, 1988).

Outro eixo de atuação que mobiliza os agentes regionais, nesse período, é a apropriação dos instrumentos para planejamento e gestão territorial facultados pela Constituição Estadual de 1989 e pela nova Lei de Desenvolvimento Urbano/RS. Nesse sentido, o fato principal é a institucionalização da Aglomeração Urbana do Nordeste-AUNE/RS, pela Lei Complementar 10.335, de 28/12/1994.

A constituição da AUNE como um ente político-administrativo significou um avanço na possibilidade de coordenar a ação dos municípios, definindo uma estrutura capaz de dar-lhe sustentação. Pela lei de criação a AUNE ficou composta por:

- a) uma instância voltada à gestão – o Conselho Deliberativo - integrado pelos Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais dos municípios integrantes, cuja função é tratar de questões de interesse comum tais

¹³ O autor lista quatorze sindicatos de trabalhadores em Caxias do Sul, entre eles alguns ligados aos principais ramos industriais: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Fiação e Tecelagem; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Químicas e Farmacêuticas (BRUGALLI, 1988).

como: disciplinamento do uso do solo urbano e rural, saneamento básico, localização de empreendimento que causam impactos, sistema viário, habitação, além da definição de políticas de desenvolvimento regional (Art. 2º);

- b) uma instância dedicada ao planejamento – o Comitê Técnico - do qual participam, além de quadros técnicos das Prefeituras, representantes do Governo do Estado e da Universidade de Caxias do Sul (Art 3º). A esse Comitê, que funciona junto à Universidade de Caxias do Sul, cabe realizar levantamentos junto às Prefeituras e órgãos setoriais do Estado, com a finalidade de subsidiar e motivar a ação coordenada dos municípios no planejamento e gestão da área da AUNE.

O Relatório Técnico de 1996, que traz uma síntese da primeira etapa de trabalho, aponta os principais problemas cuja solução demanda a integração e coordenação dos municípios. Pela ordem, são citados: 1) a questão dos resíduos sólidos urbanos, que as administrações municipais vinham enfrentando isoladamente, sem a necessária articulação regional; 2) deficiências no abastecimento de água, comuns à maioria dos municípios, quais sejam: escassez de mananciais de captação, precariedade das redes, inexistência de um plano de ação para a recuperação dos mananciais; 3) o crescimento da demanda habitacional por parte da população mais carente, concentrada principalmente no eixo industrial formado pelos municípios de Caxias do Sul-Farroupilha-Bento Gonçalves (RELATÓRIO ..., 1996:8-12).

Na instância estadual de governo, a AUNE reporta-se à Fundação Metropolitana de Planejamento/METROPLAN, que tem a atribuição de prestar apoio às aglomerações

urbanas do Estado em planejamento e gestão territorial. Mas, por sua estrutura e dinâmica, a estrutura administrativa da AUNE tende a funcionar como embrião de um “governo regional” – o que significa um avanço em comparação, inclusive, com a Região Metropolitana de Porto Alegre, onde se observa uma fragmentação e/ou superposição de organismos gestores e de planejamento, de diferentes esferas de governo¹⁴.

A institucionalização da AUNE expressa o reconhecimento de que a aglomeração urbana é a “espinha dorsal” da região e, ao mesmo tempo, contribui para consolidá-la. Pode-se afirmar que, com isso, configura-se definitivamente o espaço regional, entendido como a cidade [ou cidades] e o entorno que com ela cresce e dela se beneficia¹⁵.

O papel do empresariado nesse processo torna-se mais evidente quando se examina a origem e evolução de outra instituição regional relevante: a Universidade de Caxias do Sul/UCS.

A UCS originou-se das antigas faculdades de Ciências Econômicas, Filosofia e Direito, e das Escolas de Enfermagem e de Belas Artes. Criada em 1967, congregava essas faculdades e suas instituições mantenedoras, sob a denominação “Associação Universidade de Caxias”. Em 1974, a Associação passou por uma séria crise financeira e administrativa, que necessitou da intervenção do Governo Federal, através do Ministério da Educação. A solução encontrada foi criar a “Fundação Universidade de Caxias”, cuja finalidade seria dar sustentação à própria Universidade, integrada pela Mitra Diocesana e Sociedade Hospitalar N. S. de Fátima (ambas mantenedoras das diversas faculdades e escolas que a haviam formado), as Prefeituras Municipais de Caxias do Sul, Guaporé, e São Marcos

¹⁴ Na Região Metropolitana de Porto Alegre operam, além da METROPLAN, seis diferentes Conselhos Regionais de Desenvolvimento/COREDEs (que englobam até mesmo alguns municípios de fora da RMPA), e também os sistemas de Orçamento Participativo Estadual e Orçamentos Participativos municipais – estes, existentes em cinco municípios metropolitanos (BORBA, 2000).

¹⁵ Capítulo 1 - LIPIETZ, 1994)

(representando a região), Governo do Estado, Governo Federal e a Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul (<http://www.ucs.br/institucional>).

A CIC teve aí um papel decisivo, pois apesar de o Governo Federal ter assumido o compromisso de destinar recursos para a recuperação da UCS¹⁶, foram os empresários que, com sua contribuição, a viabilizaram como uma instituição de ensino superior e entidade jurídica de direito privado, em dezembro de 1973. A CIC passou, então, a ter participação nos órgãos de administração da Universidade.

Na década de 80 a UCS enfrentou uma nova conjuntura de crise. O então Reitor J. L. de Moraes atribuíu a situação de *deficit* da Universidade ao fato de os alunos serem, em sua grande maioria, trabalhadores que financiam sua própria formação acadêmica e, em discurso publicado no Boletim Informativo da CIC, menciona o projeto para transformá-la em uma “Universidade Comunitária Regional”. Segundo o Reitor “... *Prefeituras dos municípios da região e respectivas Câmaras Municipais estão bastante receptivas à idéia e que isto resultará em apoio efetivo*” (BOLETIM ..., 137:6). A CIC decide apoiar novamente a UCS, de diferentes formas, para que a mesma seja “... *um estabelecimento de ensino superior, de caráter regional e comunitário*”. Os empresários fazem sugestões quanto à forma de participação das empresas, que deve ser através de serviços, bolsas e auxílio diretos, mas sempre sob a coordenação da própria CIC (BOLETIM ..., 139:7).

A Universidade de Caxias do Sul surge, pois, como um instrumento para suprir as necessidades de mão-de-obra com as qualificações requeridas pelo setor produtivo. Se, nessa dimensão, a UCS pode ser vista como voltada aos interesses específicos dos setores

¹⁶ O governo federal teria prometido um aporte de 6 milhões de cruzeiros (moeda da época), enquanto as entidades empresariais aportaram, efetivamente, 1,2 milhão. Posteriormente, o Governo do Estado doou um terreno que pertencia à estação experimental para a construção do Campus universitário e de uma Escola Técnica (MACHADO, HEREDIA, 2001).

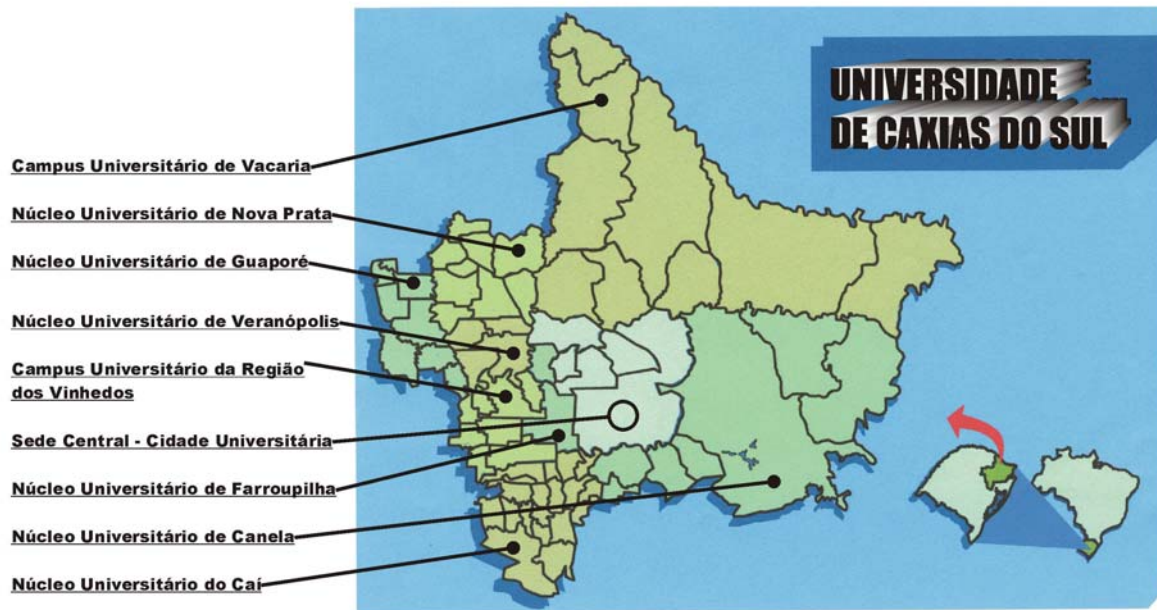
empresariais, analisando sua estrutura e atuação percebe-se que a mesma não se reduz a essa função pragmática, mas responde a uma visão estratégica da elite dirigente regional.

3.3.2 – Ampliação dos limites da região

Em 1993, com a aprovação do Ministério da Educação e do Desporto, a Universidade de Caxias do Sul tornou-se uma universidade regional, passando a abranger 70 municípios do Estado (Figura 28), definindo-se como “*uma instituição comunitária e regional, que tem por missão produzir conhecimento em todas as suas formas e torná-lo acessível à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento, principalmente da região*” (<http://www.ucs.br>).

A UCS tem sido um importante fator de integração regional. Possui unidades em Caxias do Sul, Vacaria, Bento Gonçalves, Canela, Farroupilha, Guaporé, Nova Prata, Veranópolis e São Sebastião do Caí (Figura 28). Nesses municípios são oferecidos cursos específicos, mais caracteristicamente ligados ao setor industrial ou comercial predominante a nível local. Por exemplo: Tecnologia em Moda e Estilo (no Campus 8 – na margem da RS-122, entre Caxias do Sul e Farroupilha), onde também funciona o Laboratório de Design, dedicado à pesquisa e difusão de *design* no segmento industrial da Região Nordeste; Tecnologia em Hotelaria, em Canela; Curso de Administração, Habilitação em Comércio Exterior, no Núcleo Universitário de Farroupilha; Tecnologia em Produção Moveleira no Campus da Região dos Vinhedos, em Bento Gonçalves (Figura 29). Outros, como o Programa de Desenvolvimento de Executivos (PDE) e o Instituto de Administração Municipal podem ser considerado de interesse dos vários setores empresariais e governamentais.

Figura 28: Área de Abrangência da Universidade de Caxias do Sul - UCS



Fonte: <http://www.ucs.br/ucsnaregioao/apresentacao>

A qualificação da mão-de-obra tem sido uma preocupação no meio empresarial da região, desde longa data. A estreita vinculação da Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Caxias do Sul com a Universidade deu lugar a ações específicas que resultaram em um complexo de escolas técnicas e centros tecnológicos espalhados pelos municípios da AUNE (Figura 29).

O Instituto de Administração e Tecnologia/IAT surgiu em 1979, a partir de um termo de colaboração entre a CIC e a UCS, e já em 1980 passou a funcionar no prédio da Câmara. Em 1988, frente à necessidade de reativar os Laboratórios de Tecnologia e Pesquisa, Química e Engenharia, um novo convênio foi firmado, possibilitando o apoio financeiro do Sindicato das Industrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul. Essa é uma ação que traduz bem a visão dos empresários sobre a função de um instituto tecnológico universitário, como o IAT:

[O IAT representa] “... *um importante passo para a integração entre aquela instituição de ensino superior e as empresas de Caxias do Sul e da região de jurisdição do Sindicato...*” (BOLETIM..., n.141:5)

[O IAT deve] “... *oferecer serviços básicos às empresas, ou seja, ensaios físicos, químicos e dinâmicos de diversos materiais, (...) instalar um laboratório de análises químicas completo, (...) abrir cursos de curta duração para capacitação e aprimoramento de nível mais técnico que universitário*” (BOLETIM..., n.148:9)

O Editorial do Boletim Informativo da CIC, intitulado “Centros Tecnológicos”, resume a concepção empresarial sobre as relações entre pesquisa, tecnologia e formação profissional:

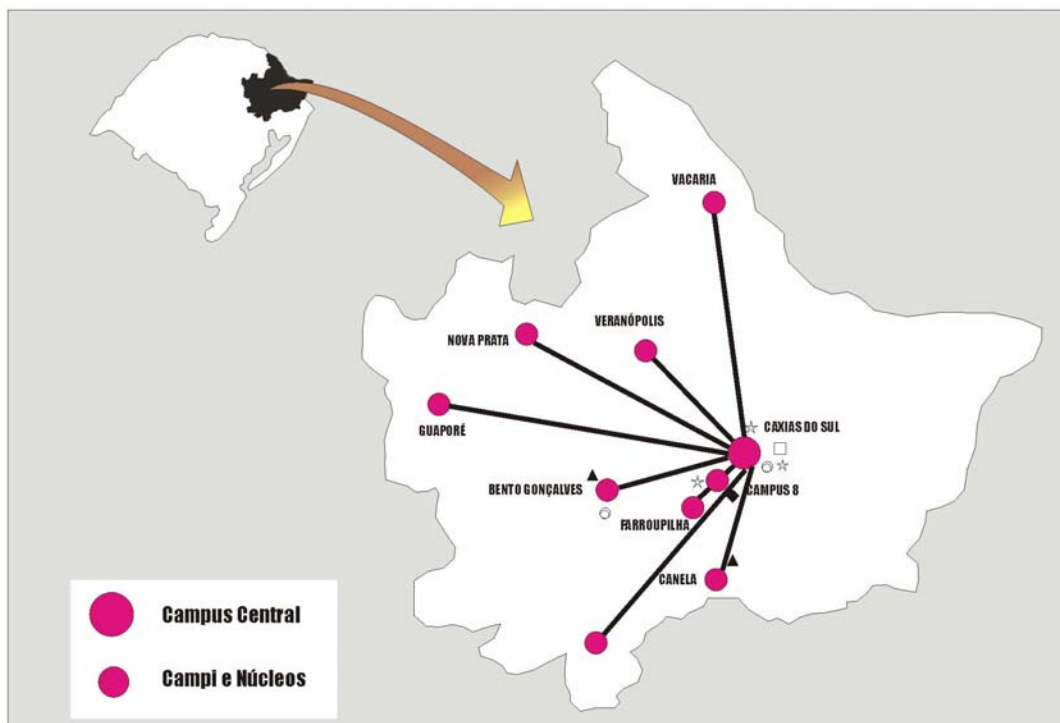
“Os avanços tecnológicos dependem das pesquisas, dos estudos, das invenções, e estas são geradas em laboratório. As

Universidades são laboratórios naturais (...) A falta de recursos, o gigantismo das instituições, a complexidade de suas estruturas, muitas vezes inibem a pesquisa ou, o que é pior, quando alguns estudos resultam positivos, não são aplicados na prática (...) As escolas profissionais, particularmente o SENAI e o SENAC, prestam serviço apenas na formação profissional, e não propriamente na pesquisa. (...) Agora a velocidade é eletrônica e não mecânica, e o computador programa, controla e executa. Os robôs substituem mão-de-obra nas áreas insalubres, perigosas e de exaustiva repetição. Tudo indica que, em decorrência disso, novas fibras, novas ligas, novos materiais devam ser criados para dar ao processo produtivo a velocidade que a própria máquina impõe” (BOLETIM ..., n.146:1).

Chamando a atenção para as carências tecnológicas da indústria regional, o mesmo Editorial recomenda a estreita colaboração entre a Universidade e a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul, objetivando multiplicar os centros tecnológicos:

“... existem condições e existem de sobra oportunidades de aplicação prática daquilo que um Centro tecnológico, seja em que área for, pode oferecer em matéria de novas técnicas, novos materiais e novos produtos” (BOLETIM..., n. 146:1).

Figura 29: Área de Abrangência da Universidade de Caxias do Sul
Centros de Produção de Conhecimento e Tecnologia



- **Universidade de Caxias do Sul - Unidades**
- **Centros Tecnológicos**
 CETEMO-SENAI Centro Tecnológico do Mobiliário
 CTM-SENAI Centro Tecnológico de Mecatrônica
- **Escolas Técnicas - UCS**
 CETEC de Caxias do Sul
 CETEC de Bento Gonçalves
 CETEC de Farroupilha
 CETEC de Guaporé
- ☆ **Programas/Projetos**
 Centro de Estudos Tecnópole da Serra
 Pólo de Modernização Tecnológica
 Aglomeração Urbana do Nordeste
- ◆ **Laboratórios**
 Laboratório de Desing - UCS
- ▲ **Cursos**
 Tecnologia em Hotelaria - UCS
 Tecnologia em Produção Moveleira - UCS

Escolas técnicas de nível médio também foram uma constante reivindicação do empresariado¹. Em 1993 surgiu em Bento Gonçalves o primeiro Centro Tecnológico (CETEC) da UCS. O CETEC de Caxias do Sul começou suas atividades em 1995 e logo foram inauguradas mais duas unidades: uma em Farroupilha, outra em Guaporé. Os alunos dos CETECs têm acesso a toda a estrutura da Universidade para a realização de atividades científicas e complementares (bibliotecas, laboratórios, museus, etc.).

Outros dois importantes empreendimentos são resultado da parceria entre a UCS e o Serviço Nacional da Indústria/SENAI: o Centro Tecnológico do Mobiliário/CETEMO e o Centro de Mecatrônica /CTM-SENAI. Ambos estão ligados às mudanças nos mercados de consumo e nas condições de competitividade, que induzem as empresas a inovar seus processos de produção e introduzir mudanças organizacionais e tecnológicas. Isso causou alterações no perfil da mão de obra, demandando um contingente de trabalhadores polivalentes, criativos e mais participativos.

O CETEMO, em atividade desde 1982, dá respaldo às indústrias, atuando em pesquisa aplicada e assistência técnica; mantém um Núcleo de Informação Tecnológica sobre madeira e mobiliário e oferece formação profissional. Uma pesquisa sobre os egressos do CETEMO, realizada no período 1986-1990 por FRANZÓI e ROESE, constatou uma relativa inadequação da mão de obra formada à demanda do setor. Segundo os autores, a indústria moveleira da região promovera a automação comprando equipamentos com controle eletrônico, que ganharam importância na importação de maquinário. Mesmo assim, a maioria dos dirigentes de empresas entrevistados opinava que, dadas as características dos processos produtivos e dos produtos, não se necessitava de mão

¹ Em 1973, Raul Randon, então presidente da CIC, já pleiteava uma escola técnica ao Governador, dizendo que há mais de quinze anos essa era uma importante reivindicação do empresariado (BOLETIM ..., n.32).

de obra muito qualificada, e sim de operadores que realizassem tarefas mais simples. Dos egressos entrevistados, só uma minoria (28,6 %) estava trabalhando no setor, em tarefas da produção (FRANZOI, ROESE, 1992:38-46).

Na implantação do Centro de Mecatrônica (CTM), além do SENAI e da UCS, estiveram envolvidas as Câmaras de Indústria e Comércio de Caxias do Sul, Farroupilha e Bento Gonçalves. Inaugurado em 1994, o CTM é hoje um importante pólo irradiador de tecnologia para toda a região e mesmo para a América Latina. Possui vários laboratórios para o desenvolvimento de sistemas de automação da produção²; dedica-se à formação de profissionais para atuação nas diferentes famílias tecnológicas da Mecatrônica. Diferentemente da opinião dos autores da pesquisa sobre os egressos do CETEMO, TIEPPO considera que o CTM forma profissionais capazes de facilitar às empresas seu encaminhamento em direção à modernização tecnológica, uma vez que:

“... a formação profissional do Técnico em Automação Industrial (TAI) não está voltada somente à implantação de novos processos e/ou à operação de processos baseados em tecnologia de CIM já instalada, mas principalmente à adaptação de processos produtivos rígidos , baseados em rotinas adequadas e equipamentos dirigidos para processos produtivos flexíveis”(TIEPPO, 1997:8).

Dando seguimento à implantação de centros tecnológicos na região, desde 1999 está em atividade o Centro Tecnológico Automotivo de Caxias do Sul.

Paralelamente, desde 1993 a UCS gerencia, mediante convênio com o Governo do Estado, um programa denominado “Pólo de Modernização Tecnológica da Serra”, ligado

² O CTM compreende oito laboratórios para aprendizagem dos conceitos de “*Computer Integrated Manufacturing-CIM*”: Intersdisciplinar, Eletrônica, Eletropneumática, Eletrohidráulica, Sistemas Flexíveis de Manufatura-FMS, Controle de processos, CNC Industrial e Manufatura Integrada por Computador (FIERGS/SENAI-RS, 1998).

ao Conselho Regional de Desenvolvimento/COREDE, que abrange sub-programas para o desenvolvimento de Mecatrônica, Qualidade, Agroindústria e Oleoquímico, Móveis, Plásticos, Material Esportivo. Também a implantação da “Tecnópole da Serra” vem sendo articulada pela UCS desde 1994, com a assessoria do Ministério de Ciência e Tecnologia, objetivando “...*criar condições científicas e tecnológicas para inserir a região de forma competitiva na economia global da sociedade do conhecimento*” (www.ucs.com.br).

Em conjunto, essas realizações configuram uma estratégia para qualificar o espaço regional, dotando-o dos requisitos necessários às mais modernas formas de produção, especialmente no setor industrial.

Já o caráter comunitário da Universidade de Caxias do Sul transparece não apenas na estrutura descentralizada, através da qual ela oferece uma variada gama de oportunidades de formação acadêmica e técnica adequadas às necessidades da região³, mas também nas ações comunitárias e na sustentação dada pela Universidade a múltiplas iniciativas de outros agentes regionais. Por exemplo, no âmbito da integração com a comunidade, a UCS mantém participação ativa no Conselho da AUNE, sendo um dos principais agentes de programas de interesse regional e municipal, tais como: Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos; Sub-habitação Urbana; Arborização Urbana; Plano Físico Urbano; Festa Nacional da Uva; Hospital Geral; Rodovia Rota do Sol; Conselho Regional de Desenvolvimento da Serra (RELATÓRIO..., 1996).

³ Em 2001, a UCS oferecia 35 cursos de graduação, com 55 habilitações, em todas as grandes áreas do conhecimento; 4 programas de Mestrado recomendados pela CAPES e convênios com programas interinstitucionais de Mestrado e Doutorado em outras universidades brasileiras; 170 projetos de pesquisa (www.ucs.br/institucional).

Analisadas as conexões entre a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul - CIC, a estrutura gestora da Aglomeración Urbana do Nordeste- AUNE e a Universidade de Caxias do Sul - UCS, pode-se afirmar que:

- se, por um lado, a AUNE é o eixo articulador do espaço regional, por outro, a UCS veio a dar capacidade de expansão a esse núcleo central de tal modo que, atualmente, o espaço regional corresponde à porção de território gaúcho abrangida pela atuação da UCS;
- por sua vez, a área de abrangência da UCS é, atualmente, o espaço de referência para a atuação dos agentes sociais regionais – aquela porção do território gaúcho esses agentes que reconhecem como sendo a “sua região”;
- região, esta, que é vista como unitária, apesar de suas diferenças internas, e como distinta a outras regiões do estado, tanto pela sua história quanto pelo seu potencial de desenvolvimento futuro.
- essa unidade está baseada em uma identidade “para dentro”, dada pelas características do “local”, e “para fora”, por ser a região um espaço conectado a uma realidade que vai além das fronteiras estaduais e nacionais – o “global”. Essa representação da região está que está claramente expressa no lema da UCS: *“Pés na região, olhos no mundo”*.

Essa mesma visão impregna o discurso dos dirigentes empresariais: É o que se pode depreender de textos que aparecem no álbum comemorativo dos 100 anos da CIC:

“Ao longo de sua história, a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul posicionou-se como agente de

desenvolvimento do município de Caxias e da região, colocando-se diante das exigências impostas pelo mercado internacional que se apresentaram na década de 90, segundo as condições econômicas, políticas e sociais da nova tendência econômica mundial” (MACHADO, HEREDIA, 2000:172).

O empresariado percebe a região como sendo essa sociedade enraizada nesse território. Além disso, vê a si mesmo como o segmento capaz de liderar a sociedade regional, em uma fase de tão profundas transformações, bem como considera a sua entidade representativa como o instrumento mais efetivo para tal. Devido a sua trajetória, a referida entidade estaria em condições de:

“... pensar e agir de forma conjunta as diretrizes empresariais, acompanhando as mudanças históricas e sua repercussões sociais” (MACHADO, HEREDIA, 2000:85).

O empresariado, na medida em que tem sido, historicamente, o segmento social mais influente na formulação e implementação da identidade regional, converteu-se em grupo dominante e no único detentor de condições para ser protagonista de um projeto para a região. A atuação da CIC há muito ultrapassou o marco reivindicatório tradicional (na busca de funcionalidade do espaço para a produção), tornando-se o instrumento para a implementação desse projeto, que consiste em, a partir de uma visão do que a região é, inferir o que pode vir a ser, indicar as possibilidades e alternativas e influenciar decisivamente nas escolhas de objetivos e na atuação orientada aos objetivos escolhidos.

CONCLUSÃO

A análise da formação e consolidação da Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE/RS), procedida neste trabalho, evidenciou que o processo de estruturação do espaço urbano-regional acompanha o trânsito de uma economia baseada na agropecuária colonial para uma base predominantemente industrial. Ficou também demonstrado que tal relação não obedece apenas a determinações estruturais, mas é fruto da atuação de diferentes agentes sociais, orientada ao ordenamento do território no qual desenvolvem suas práticas.

Nesse sentido, tais agentes desenvolvem diferentes estratégias. Algumas das ações por eles empreendidas estão diretamente voltadas à criação do suporte físico-espacial indispensável às atividades produtivas, como a implantação de infraestruturas (viária, de energia elétrica, de comunicações, etc) e o planejamento e zoneamento das áreas urbanas. Outras têm, originalmente, propósitos diferentes, mas terminam por repercutir sobre a organização espacial, dando origem a novas estruturas físicas e institucionais – tal é o caso dos investimentos na consolidação de um pólo industrial metal-mecânico e na criação de uma rede de centros de formação de mão de obra, na região. Entre as ações de impacto indireto sobre o espaço, podem ser incluídas até mesmo as feiras agro-industriais, comerciais e tecnológicas que, além de sua inegável importância econômica, contribuem para explicitar as peculiaridades sócio-culturais da região, reforçando sua identidade.

Quanto à maior ou menor capacidade de efetivar ações que, direta ou indiretamente, concorrem para definir a estrutura espacial, constatou-se que, no caso da AUNE, o empresariado capitalista (comercial-industrial) deteve, desde os primórdios da formação do

espaço regional, um grande poder de influência, ao passo que foi tardia e bastante tênue a participação dos segmentos de trabalhadores assalariados e pequenos proprietários rurais. Para todos eles as entidades representativas foram o principal instrumento de atuação. Mas, enquanto o empresariado, já no começo do século XX, conseguiu criar e fortalecer entidades de caráter classista e reivindicativo, os assalariados agruparam-se, inicialmente, em entidades de cunho assistencial e de auxílio mútuo, vindo a constituir sindicatos somente ao final da segunda década. Entre os pequenos produtores rurais surgiu um terceiro tipo de entidade: as cooperativas, disseminadas por toda a região. A capacidade de ação de algumas dessas entidades foi potencializada, em vários momentos, pelos vínculos que os agentes por elas representados foram capazes de estabelecer com as forças políticas dominantes nas diferentes esferas de governo e administração (local, provincial e federal).

Verificou-se que a atual configuração da região da AUNE (constituída pelo aglomerado urbano e seu entorno) é fruto de um processo de longa duração, que remonta ao último quartil do século XIX e passou por, pelo menos, três fases – formação, consolidação e transformações recentes. Neste trabalho, foi possível estabelecer uma correspondência entre as transformações na organização espacial e as que ocorreram na base econômica, em cada fase – o que, de certo modo, veio a confirmar a hipótese teórica inicial de que a estruturação do espaço regional obedece a uma espécie de “lei geral” do desenvolvimento capitalista relativa à necessidade de adequação entre as estruturas físicas e o estágio organizativo e tecnológico alcançado pelas atividades produtivas. A intenção primordial do trabalho, porém, foi averiguar em que medida o processo de estruturação deveu-se, especificamente, à capacidade de ação (*agência*) de determinados segmentos da sociedade regional e, desse modo, destacar o papel ativo dos agentes sociais na determinação dos traços estruturais que terminaram por conferir à região suas características distintivas.

A fase de formação iniciou em 1875, com a ocupação de terras na região serrana do nordeste do Rio Grande do Sul por imigrantes italianos, em pequenas propriedades que utilizavam predominantemente mão de obra familiar e produziam preferentemente para consumo próprio. Superadas as dificuldades que marcaram os primeiros anos, essas pequenas propriedades conseguiram produzir excedentes que, levados ao mercado, abasteciam a própria região colonial, a capital provincial e mesmo algumas áreas do centro do país.

Os imigrantes formavam, na origem, um grupo econômica e culturalmente bastante homogêneo e tiveram amplas oportunidades de acesso à terra rural e urbana e aos meios de explorá-la, o que deu nascimento a uma sociedade relativamente igualitária. Mas essa sociedade começou a diferenciar-se já nas primeiras décadas do século XX, a partir dos próprios lotes coloniais que, por sua localização, solos e outros recursos naturais, apresentavam diferenças de potencial produtivo. Também contribuiu para a diferenciação social o fato de que alguns imigrantes dominavam técnicas do trabalho manufatureiro, o que lhes permitia estabelecer-se com pequenas oficinas nas sedes municipais e nos cruzamentos das “linhas”. Mas foi o comércio dos excedentes da produção colonial que propiciou a acumulação dos capitais que, aplicados à produção artesanal, promoveram o surgimento das primeiras manufaturas, concentradas nos maiores núcleos urbanos. Desse modo, pode-se dizer que a associação entre comércio e indústria foi a base da riqueza e do poder das elites regionais, desde seus primórdios.

A hierarquia social refletiu-se na estruturação do espaço regional. Simultaneamente à ocupação dos lotes coloniais, iam sendo abertas vias de ligação dos

núcleos urbanos entre si, e destes com a zona rural. Essas vias eram essenciais para o escoamento da produção, e sua transformação em estradas constituiu-se na principal reivindicação das colônias frente aos governos imperial e republicano, dando lugar a disputas acirradas entre as várias localidades. Por um lado, quanto melhores as condições para a circulação de mercadorias, tanto maiores as maiores possibilidades de crescimento econômico e, conseqüentemente, de ascensão do respectivo núcleo na estrutura administrativa da região colonial. Por outro, a possibilidade de influir na definição dos traçados das estradas e na localização de pontes dependia da capacidade organizativa dos grupos locais e das alianças políticas que lograssem estabelecer na esfera estadual.

No que tange aos reflexos que tais disputas tiveram na hierarquia urbana, é emblemático o episódio relativo à expansão da ferrovia que fazia a ligação da zona central do Estado e a região serrana. Em 1910, a linha havia chegado a Carlos Barbosa, com previsão de seguir em direção a Bento Gonçalves, mas os caxienses conseguiram que ela fosse estendida até Caxias, cidade à qual chegou nesse mesmo ano, enquanto Bento Gonçalves teve que esperar por tal benefício até 1918.

Essa vitória de Caxias pode ser debitada a dois fatores: o município sempre fora um reduto de apoio ao Partido Republicano Rio-grandense (que dominou a dominou a política gaúcha por quase quatro décadas) e tinha a mais antiga e atuante entidade representativa da região: a Associação dos Comerciantes. Fundada em 1901, a Associação notabilizou-se pela defesa não apenas dos interesses de seus associados como também de outros segmentos da sociedade local e dos municípios vizinhos. Dessa

forma, contribuiu decisivamente para firmar a posição de Caxias do Sul como principal centro regional.

Em relação à estruturação espacial intra-urbana, na fase de formação há dois elementos a destacar: a localização das unidades produtivas e a formação de áreas residenciais da força de trabalho.

Embora houvesse produção artesanal junto às pequenas propriedades rurais, a tendência predominante era de que as unidades com características de manufatura ou fábrica se localizassem preferentemente nas áreas urbanas. Foi o que aconteceu tanto nas maiores cidades - Bento Gonçalves e Caxias do Sul – quanto nas pequenas, como Garibaldi e Carlos Barbosa. Já em Flores da Cunha, onde o principal produto era o vinho, a maioria dos estabelecimentos era constituída de cantinas rurais. Esse padrão de localização de unidades industriais – concentradas em áreas centrais e/ou dispersas por toda a malha urbana - foi mantido praticamente inalterado por muito tempo, pois não conflitava com o crescimento urbano.

Quanto às áreas residenciais operárias, verificou-se que, de modo geral, não se formaram bairros caracteristicamente operários, e mesmo os bairros com predominância de população operária eram raros e não tinham limites bem demarcados, mantendo-se integrados ao conjunto da área urbana. Nesse sentido, Galópolis – a pequena vila do Lanifício São Pedro - vem a ser um exemplar diferenciado dentro da organização espacial produzida pela indústria, na região (a começar por sua localização, afastada do núcleo central da Colônia Caxias, e próxima da fonte potencial de energia – a Cascata do Véu da Noiva). O povoado se constituiu em uma típica “vila de fábrica”, cuja função explícita era garantir a fixação da força de trabalho nas proximidades da fábrica.

Ao final da década de 1920, a zona colonial italiana do nordeste do Rio Grande do Sul estava configurada como uma região diferenciada em relação às demais regiões do Rio Grande do Sul: densamente povoada, pontilhada de núcleos urbanos muito próximos, interligados por uma rede de estradas de rodagem e ramais ferroviários, distinguia-se principalmente da Campanha, onde a formação histórica havia gerado poucos núcleos, muito distanciados entre si. A evolução da manufatura ao patamar fabril já era perceptível em alguns ramos industriais tradicionais na região, como o vinícola, o têxtil e o metalúrgico. Enfim, ao final da fase de formação, estavam dadas as condições estruturais (econômicas, sociais e territoriais) para o desenvolvimento que posteriormente se verificou, na região.

A fase seguinte, que se estende de 1930 a meados da década de 70, é marcada pelo crescimento da produção industrial e pela expansão das áreas urbanas.

A partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a região foi beneficiada pela política de apoio às “indústrias naturais”, assim chamadas por utilizarem matérias primas nacionais e locais. Aos gêneros industriais tradicionais - como bebidas, alimentos, móveis – acrescentaram-se outros, como calçados, têxtil e vestuário. No plano político, a situação na área colonial italiana tornou-se complexa. Apesar do apoio devotado ao Partido Republicano Rio-grandense haviam surgido focos de simpatia pelo facismo, inicialmente tolerado com “antídoto” às idéias de esquerda (comunismo e anarquismo). Houve perseguições a imigrantes e seus descendentes, gerando um clima de tensão que iria se agravar durante o Estado Novo e a II Guerra Mundial. A guerra, porém, terminou sendo benéfica para a região, graças às encomendas do governo para suprir as forças armadas brasileiras, o que trouxe novo impulso às atividades do setor industrial (principalmente, às

indústrias metalúrgicas) cujo crescimento refletiu-se positivamente no comércio e demais atividades urbanas de modo que, no pós-guerra, a região vivia um clima de prosperidade.

Nesse período, foram criadas novas entidades de representação tanto das classes assalariadas quanto do empresariado. Em Caxias do Sul, onde em 1929 ocorrera a primeira grande greve (tanoeiros), foi fundada a “Sociedade União Operária” (1931); posteriormente transformada em União Sindicalista, essa entidade existiu até 1940. A legislação da era Vargas mantinha o movimento operário sob controle, de modo que os sindicatos surgidos nesse período - Construção e Mobiliário (1933); Metalúrgicos (1933); Tecelões (1933); Bancários (1935) – eram pouco reivindicativos e não ameaçavam seriamente os interesses das classes econômica e socialmente dominantes. A partir de 1937, com a imposição do sindicato único vinculado ao Estado, esse controle aumentou. Acrescente-se a isso o fato de que as organizações de trabalhadores da região italiana foram bastante influenciadas pelo padrão de relações de trabalho vigente na maioria das empresas, quase todas de origem familiar e cujos trabalhadores, em sua maioria, eram oriundos da pequena propriedade rural. Segundo vários autores, isso provocou um certo retardo na formação da consciência e da organização da classe, na região. A proximidade entre patrões empregados pode ser comprovada, por exemplo, com a fundação do Círculo Operário Caxiense (1945), entidade que além de adotar orientação católica e assistencial, recebeu, desde o início, o apoio da principal organização da classe empresarial – a Associação Comercial de Caxias do Sul (nova denominação da Associação dos Comerciantes de Caxias).

Os empresários caxienses, por seu lado, resolveram criar, em 1951, uma Delegacia Regional do poderoso Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul (CIF-RS). Em 1954, essa delegacia desvinculou-se da organização estadual, tornando-se uma entidade

autônoma: o Centro da Indústria Fabril de Caxias do Sul (CIF-Caxias). Este, embora voltado primordialmente aos interesses específicos dos industriais, estabeleceu estreita colaboração com a Associação Comercial (essa convergência foi determinante para a posterior unificação das duas entidades, em 1973, na Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul – CIC). A atuação do empresariado caracterizou-se pelo empenho em promover o desenvolvimento econômico regional. Valendo-se de suas entidades e suas vinculações político-partidárias, impulsionou projetos viários de importância para a região e buscou a resolução de problemas de energia elétrica, transportes e comunicações. O caso mais expressivo é o BR-101 (posteriormente denominada BR-116), cujo traçado previsto era uma linha reta ligando Porto Alegre à divisa com Santa Catarina, através dos Campos de Cima da Serra, acabou sendo desviada para a região colonial italiana, passando por Caxias do Sul e São Marcos. A Associação Comercial de Caxias promoveu ampla articulação com autoridades municipais (vários prefeitos eram membros e ex-presidentes da entidade) para pressionar o governo estadual e o próprio Vargas. Em 1941, a estrada foi entregue ao tráfego.

Durante a segunda fase do processo de estruturação do espaço regional a expansão das áreas urbanas foi contínua, mas a partir da década de 50 (período pós-guerra) a migração rural-urbana intensificou-se por conta do avanço da industrialização. Isso causou o crescimento acelerado das cidades que hoje constituem a AUNE de modo que, nos anos 60, em todas elas, a ocupação urbana já extravasara os limites dos núcleos urbanos originários (caracterizados pelo traçado ortogonal) e vários trechos da ferrovia e das rodovias haviam sido incorporados à estrutura intra-urbana.

No plano econômico, as mudanças estruturais experimentadas pela região ficaram evidentes no Censo Demográfico de 1970, cujos dados acusaram uma forte transferência de

população do setor primário para as atividades urbanas: entre 1960 e 1970, a população economicamente ativa na Agricultura caiu trinta pontos percentuais, enquanto que no setor de Comércio e Serviços passou de 34% a 39% e na Indústria, de 20% a 46%. Essa transferência se refletiu no aumento do grau de urbanização que, no conjunto dos seis maiores municípios da aglomeração, aumentou de 52% para 78%, sendo que três deles superou 90%.

O Censo de 1980 mostrou que, desde meados da década 70, Caxias do Sul e os municípios limítrofes configuravam um verdadeiro pólo da indústria mecânica e metalúrgica – o segundo em importância no Rio Grande do Sul. Esse pólo havia se constituído espontaneamente, mas necessitava de ações governamentais específicas que garantissem a continuidade do seu crescimento. Novamente a Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul empenhou-se em concretizar esse projeto, que era do interesse não apenas de seu município, mas de toda a região. Em 1979 foi criado, por decreto federal, o Complexo Metal-Mecânico de Caxias do Sul. A cidade havia adquirido, então, algumas das características da cidade industrial clássica - *locus* da produção da riqueza e da pobreza, lugar onde a proliferação de ocupações irregulares e loteamentos clandestinos acabou formando uma periferia pobre, constituída de áreas com traçado irregular e carência de infraestrutura.

Frente ao acúmulo dos problemas tiveram início, em todas as cidades da região, os planos diretores urbanos (PDUs), como tentativa de controle, ordenamento e aumento da funcionalidade das áreas urbanas. Nesse sentido, a implantação do Distrito Industrial de Caxias do Sul, cujo projeto teve a participação ativa da CIC, foi uma iniciativa pioneira.

O contraste entre a capacidade de influência das organizações classistas persistia,

também, no trato das questões urbanas. Em Caxias do Sul, por exemplo, a CIC esteve sempre presente nas discussões e decisões sobre problemas que afetavam a cidade onde tinha sua sede, ao passo que era fraca a atuação dos sindicatos na defesa de interesses específicos de seus representados. As demandas da população de menor renda por melhorias do transporte urbano, saneamento básico nos bairros, provisão de moradias e legalização de loteamentos irregulares eram canalizadas pela “União das Associações de Bairros” (que, em 1988, congregava mais de 100 filiadas).

Ao completar-se a fase de consolidação, tornara-se nítida a auto-imagem da região como um espaço produtivo e sócio-cultural com características étnicas, históricas e culturais próprias e, por isso, distinta a outras regiões do Estado. A identidade regional, forjada no mesmo processo que gerou a hierarquia urbana e estabeleceu a supremacia econômico-social do empresariado, podia ser claramente observada em eventos como a Festa da Uva - uma feira agro-industrial que se realiza desde 1931. Sediada em Caxias do Sul, a Festa foi assumindo progressivamente uma inequívoca expressão regional, ao incorporar todos os municípios “italianos” da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul na celebração da prosperidade da economia regional, atribuída ao espírito laborioso dos imigrantes. Interrompida durante a II Guerra, voltou a acontecer a partir de 1950. Em 1975, quando foi comemorado o centenário da imigração italiana no Estado, a uva havia se convertido no símbolo máximo da pujança da região que, embora industrializada, permanecera fortemente ligada ao seu passado agrícola.

Outro fator que contribuiu decisivamente para definir e consolidar a identidade regional foi a criação da Universidade de Caxias do Sul (UCS), em 1973. Apesar de ter sido apoiada pelo governo federal da época, foram os empresários que, através da CIC,

viabilizaram a implantação da UCS, passando a ter participação preponderante nos órgãos de administração da Universidade. Na década de 80, a UCS foi transformada uma “Universidade Comunitária Regional”, abrangendo setenta municípios do Estado, ampliando assim seu papel na integração regional.

A fase seguinte caracteriza-se por uma sucessão de transformações tanto na base econômica quanto na organização do espaço regional.

A década 80 foi um período marcado pela crise econômica que se abateu sobre a economia nacional e repercutiu fortemente no Rio Grande do Sul. Nessa situação, a exportação tornou-se a única saída para um grande número de empresas da região. Mas nos anos 90 as empresas precisaram inovar seus processos de produção a fim de aumentar sua produtividade e competitividade. O esforço foi no sentido de introduzir mudanças organizacionais e tecnológicas, tais como atualização em equipamentos, novas técnicas de controle de qualidade, relacionamento com fornecedores e usuários, bem como tiveram que fazer maiores investimentos na formação de trabalhadores com novo perfil, mais criativos e mais participativos. Isso aconteceu, principalmente, em segmentos da indústria metal-mecânica produtores de máquinas, ferramentas, autopeças e cutelaria.

Paralelamente, foram adotadas estratégias conjuntas e formas de comercialização e *marketing*, orientadas a dinamizar a região e, de modo simultâneo, a projetá-la no país e no exterior, através da CIC e das demais câmaras de toda a região. Mas a estratégia que trouxe os maiores resultados foi a implantação de um conjunto de centros tecnológicos e de capacitação de mão de obra.

Esse processo tivera início em 1979, com o Instituto de Administração e Tecnologia/IAT da UCS, criado com o apoio financeiro do Sindicato das Indústrias

Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul) Em seguida, vieram os Centros Tecnológicos (CETECS), escolas técnicas de nível médio destinadas a suprir as necessidades de mão-de-obra com as qualificações requeridas pelo setor produtivo. Em 1993, surgiu em Bento Gonçalves o primeiro Centro Tecnológico (CETEC) da UCS. O CETEC de Caxias do Sul começou suas atividades em 1995 e logo foram inauguradas mais duas unidades: uma em Farroupilha, outra em Guaporé. Os alunos dos CETECs têm acesso a toda a estrutura da Universidade de Caxias (bibliotecas, laboratórios, museus, etc.) para a realização de atividades científicas e complementares.

A pesquisa é função de centros tecnológicos Centro Tecnológico Mecatrônica (em Caxias do Sul) e o Centro Tecnológico da Indústria Moveleira (em Bento Gonçalves). Na implantação do CTM, além do SENAI e da UCS, estiveram envolvidas as Câmaras de Indústria e Comércio de Caxias do Sul, Farroupilha e Bento Gonçalves. Inaugurado em 1994, tornou-se um importante pólo irradiador de tecnologia para toda a região e mesmo para a América Latina. Possui vários laboratórios para o desenvolvimento de sistemas de automação da produção; dedica-se à formação de profissionais para atuação nas diferentes famílias tecnológicas da Mecatrônica. Desde 1999 está em atividade o Centro Tecnológico Automotivo de Caxias do Sul.

A estreita colaboração com a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul, objetivando multiplicar os centros tecnológicos, poderia sugerir que a UCS nasceu e cresceu voltada aos interesses específicos dos setores empresariais mas, por sua estrutura e atuação, constata-se que responde a uma visão estratégica da elite dirigente regional.

Nesta etapa, mais do que nas anteriores, a atuação da CIC evidencia que o empresariado adquirira uma clara visão do espaço regional como um conjunto de elementos (materiais e humanos), que deviam ser geridos de maneira racional e integrada, de modo a

garantir sua funcionalidade econômica e social. Tratava-se de qualificar o espaço regional, o qual estava passando por várias transformações, dotando-o dos requisitos necessários às mais modernas formas de produção, especialmente no setor industrial.

A meados da década de 90, o aglomerado já estava delineado. A realocação das plantas industriais que até então haviam permanecido em áreas centrais, bem como a implantação de novas unidades, não se deu apenas nas áreas definidas e regulamentadas pelos planos diretores urbanos. Em Caxias do Sul, muitas empresas optaram por terrenos localizados junto aos principais eixos viários, na porção norte da área urbana e ao longo da rodovia que integra o anel rodoviário.

Como tendência geral, a ocupação urbana desbordou os perímetros urbanos legais e, em vários pontos, formou-se uma malha urbana contínua por sobre os limites dos municípios. De modo mais nítido, isso aconteceu ao longo do eixo que liga Caxias a Farroupilha, onde foram se instalando plantas industriais, *shopping centers*, novos prédios da UCS, entre outros empreendimentos de grande porte. Esse processo avançou também, ainda que com menor intensidade, entre Bento Gonçalves e Garibaldi; Garibaldi e Carlos Barbosa e entre Caxias do Sul e Flores da Cunha.

O aumento da integração entre os municípios do aglomerado podia ser aquilatado pelos fluxos no transporte inter e intra-municipal de passageiros que, ao longo da década de 90, crescera em número de linhas, número de viagens e de passageiros transportados por dia. Também crescera o transporte de fretamento, feito em veículos providenciados pelas empresas. No período 1991/99 aumentou o número de empresas transportadoras, de empresas usuárias (entre elas, algumas das maiores indústrias da região) e de trabalhadores transportados, diariamente, entre a residência e o local de trabalho. A importância dessa

modalidade se evidencia quando se considera que, no final da década de 90, em algumas cidades do aglomerado sequer existia um sistema municipal de transporte público.

Ao mesmo tempo, a ocupação para fins residenciais e com atividades tipicamente urbanas (de comércio e serviços) expandiu-se sobre áreas próximas às cidades que, pelas normas dos Planos Diretores ainda eram classificadas como rurais, que começaram a apresentar um padrão urbano cada vez mais definido.

Em 1991, os novos estatutos da CIC, de 1991, incluíram o setor Serviços, passando a entidade a chamar-se Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul. Em 1994, através de Lei Complementar, foi criada formalmente a criação da Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE/RS), fato que expressa o reconhecimento de que o aglomerado tornara-se a espinha dorsal do espaço regional. Contando com uma estrutura técnica de apoio que funciona junto à UCS, a institucionalização da AUNE ampliou as possibilidades de coordenar a ação dos municípios integrantes, garantindo-lhes maior presença nos conflitos inter-regionais, dentro do Estado.

São claras as conexões (históricas e atuais) entre a entidade de classe do empresariado regional - a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul (CIC) – e o principal centro produtor de conhecimento e tecnologia – a Universidade de Caxias do Sul (UCS), no processo de consolidação e institucionalização da AUNE. Se, por um lado, a aglomeração urbana é o núcleo articulador do espaço regional, por outro, a Universidade de Caxias do Sul (UCS) constituiu-se em fator de expansão desse núcleo central, de tal modo que seus limites originários foram expandidos. Atualmente, o espaço regional incluiu toda a área abrangida pela presença e pela atuação da UCS. Essa é a porção do território gaúcho que, atualmente, os agentes sociais regionais reconhecem como sendo a “sua” região.

A região é o espaço de poder econômico e político do empresariado, que se vê como o segmento da sociedade regional capaz de liderar um “projeto de região” – ou seja, a partir de uma visão do que a região *é*, de inferir o que pode *vir a ser* e influenciar decisivamente nas escolhas de objetivos e na atuação orientada a alcançá-los. Isso fica claro no discurso veiculado através de sua principal organização representativa - a Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Caxias do Sul.

Por fim, pode-se afirmar que foi principalmente por força dos fatores endógenos que a região da AUNE alcançou sua prosperidade atual e seu potencial de desenvolvimento futuro. Ao preservar suas características de “local” e, ao mesmo tempo, manter-se conectada a uma realidade que se estende para além das fronteiras estaduais e nacionais - o chamado “espaço global”, a AUNE corrobora a hipótese segundo a qual não há uma fórmula geral para uma região converter-se em “ganhadora”, mas em todos os casos é imprescindível a presença atuante dos agentes sociais locais. Talvez seja esse o sentido de afirmação de LIPIETZ (citando SCOTT) de que, nesse tipo de processo, “... *o conteúdo é mais importante que a forma*”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro. A regulação urbana e o regime urbano: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n.2 p.510-555, 1995.

ACCURSO, Cláudio F. **Estudo macroeconômico de uma região**: Estado do Rio Grande do Sul – Brasil [Mestrado]. Escuela de Estudios Latinoamericanos para Graduados - Universidad de Chile. Santiago do Chile, 1958.

ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul**: Caxias do Sul: Ed. São Miguel, 1964.

AGLIETTA, Michel. **The theory of capitalist regulation**: the US experience. London: NLB, 1979.

AGLOMERAÇÃO urbana do nordeste: relatório executivo. Caxias do Sul: Conselho Deliberativo/Comitê Técnico Provisório, 1996.

AGLOMERAÇÕES urbanas do estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento Territorial e Obras/CEDU/CODEL, 1992.

ALONSO, José Antonio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul nos anos 80. In: ALMEIDA, Pedro Fernando (coord.). **A economia gaúcha e os anos 80**: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. Porto Alegre: FEE, 1990.

ALONSO, José Antônio Fialho; BENETTI, Maria; BANDEIRA, Pedro S. “**Crescimento econômico da região Sul do Rio Grande do Sul**: Causas e Perspectivas”, Porto Alegre: FEE, 1994.

ALONSO, José Antônio Fialho. Caracterização econômica da região metropolitana de Porto Alegre nos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, Rio de Janeiro, **Anais ...** 2021.

ANTUNES JÚNIOR, José Antônio Valle; RUAS, Roberto L. Competitividade e estratégias de gestão em indústrias tradicionais: progressos e limites recentes. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.13, n.1, p. 204-225, 1992.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES. Bento Gonçalves: ontem e hoje. Bento Gonçalves, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1994.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Evolução dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Comissão de Assuntos Municipais, (s. d.).

AZEVEDO, Sérgio de; GUIA, V. Reforma do estado e federalismo: os desafios da governança metropolitana. In: RIBEIRO, L.C.Q. (org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ-FASE / Revan, 2000.

BALDISSEROTTO, Maria Helena Della Giustina. **O processo de industrialização em Caxias do Sul e suas implicações espaciais – 1875-1930**. [Mestrado] Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

BANDEIRA, Pedro S. (coord.). **Crescimento regional no Rio Grande do Sul**: tendências e

desafios. Porto Alegre: FEE / METROPLAN, 1997 (Projeto 2010).

BARBOSA, Eva Machado. Estudos urbanos e crise dos paradigmas: emergência de um campo de pesquisa multidisciplinar. In: OLIVEIRA, N., BARCELLOS, T. (org.). **O Rio Grande do Sul urbano**. Porto Alegre: FEE, 1990.

BAUDIZZONE, E. et al. **Buenos Aires: una estratégia urbana alternativa**. Buenos Aires: Fundación Plural, 1988.

BENTO GONÇALVES. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor do Município de Bento Gonçalves**. Bento Gonçalves: 1992.

BENTO GONÇALVES. Prefeitura Municipal. Instituto de pesquisa e Planejamento Urbano. **Evolução da População por Bairros e Distritos – Bento Gonçalves – 1991/1996**. Bento Gonçalves: 1996.

BENTO GONÇALVES. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania. **Bento Gonçalves – Realidade Social**. Bento Gonçalves: s. data.

BECATTINI, Giacomo. The marschallian industrial district as a socio-economic notion. In: PYKE, F; BECATTINI, G.; SENGERBERGER, W. **Industrial Distritcs and Interfirm Cooperation in Italy**. Genebra, OIT, 1990.

BENKO, Georges. Os novos espaços industriais: a lógica locacional. **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Ano 7, n. 1, abr. 1993.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. **As regiões ganhadoras**. Distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994.

BETTIN, Gianfranco. **Los sociólogos de la ciudad**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1982.

BOBBIO, N.; MANTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

BODDY, Martin. Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica. In: VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond (coord.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990.

BOLETIM DA CÂMARA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CAXIAS DO SUL – CIC n.2, julho/1976; n.3, agosto/1976; n.6, novembro/1976; n.16, setembro/1977; n.23, abril/1978; n.32, janeiro/1979; n.34, março/1979; n.84, abril/1983; n.130, março/1987; n.131, abril/1987; n.132, maio/1987; n.137, outubro/1987; n.139, novembro/1987; n.146, julho/1988; n.148, setembro/1988. Caxias do Sul.

BORBA, Sheila Villanova. Notas sobre o papel da indústria na estruturação das áreas urbanas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 1994.

BORBA, Sheila Villanova. Estruturação intra-Urbana em cidades industriais do Rio Grande do Sul. In: OLIVEIRA, Naia (coord.). **Dinâmica da Urbanização RS: Temas e Tendências**. Porto Alegre, FEE, 1995. (Relatório de Pesquisa)

BORBA, Sheila Villanova. Transformações tecnológicas e estruturação intra-urbana: comparação entre duas cidades do RS. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 23, n.1, 1995 b.

BORBA, Sheila Villanova. **Impactos urbanos das transformações da economia industrial na Região Nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1999. (Documentos FEE)

BOSCATTO, Claudino Antonio. **Memórias de um neto de imigrantes italianos: pioneiros de Nova Trento**. Flores da Cunha: Ed. Jornalística O Florense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Tania; MONTE-MÓR, Roberto. Meio ambiente, exclusão e política urbana em cidades monoindustriais: reflexões sobre o caso de Ipatinga. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6, Brasília, **Anais ...**, 1995.

BREITBACH, Áurea C. M. **Mudanças tecnológicas e efeitos territoriais: a região de Caxias do Sul como objeto de estudo**. Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, (25) 1:178-201, 1997.

BRUGALLI, Alvino Melquides. **Caxias Grande do Sul: dados e números do 1º pólo econômico do interior do Rio Grande**. Caxias do Sul : De Zorzi, 1988.

CAGLIARI, Zenair Ataíde; LAZZARI, Rosângela. **História urbana de Garibaldi** (Monografia) - Curso de Especialização em Geografia, Universidade de Caxias do Sul, 1983.

CALANDRO, Maria Lucrecia. **O Setor de Autopeças no Rio Grande do Sul**. (Relatório Parcial 2). Projeto Competitividade da Indústria Gaúcha, Porto Alegre, FEE/ SEBRAE/ FAPERGS, 1995.

CÂMARA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CAXIAS DO SUL. **CIC, 95 anos: compromisso com o desenvolvimento**. Caxias do Sul, 1996.

CÂMARA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CAXIAS DO SUL. **Caxias do Sul: dados sócio-econômicos**. Caxias do Sul, 1997.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL. **Atas do Conselho do Plano Diretor Urbano/CPDU** (junho 1995 a janeiro 1996) Caxias do Sul.

CAMPOS, Sílvia; SCHERER, André L.F. **A Cadeia Produtiva Têxtil/Vestuário no Rio Grande do Sul**. (Relatório Parcial 1) Projeto Competitividade da Indústria Gaúcha. Porto Alegre, FEE/SEBRAE/FAPERGS, 1995.

CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana brasileira: Redes Urbanas Regionais: Sul. Brasília: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA –IPEA, 2000, v. 6.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1979.

- CASTELLS, Manuel. **Movimientos sociales urbanos**. Mexico: Siglo Veintiuno, 1980.
- CASTELLS, Manuel. **The city and the grassroots**. Berkeley: University of California, 1983.
- CASTELLS, Manuel. High Technology, Space and Society. **Urban Affairs**, London, v. 28, 1985.
- CASTELLS, Manuel. Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho. **Espaço e Debates**, n. 17, 1985.
- CASTELLS, Manuel. The informational city: **information, technology, economic restructuring and the urban-regional process**. Blackwell, Oxford and Cambridge USA, 1989.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTILHOS, Clarisse C.; PASSOS, Maria Cristina (org.). **Indústria gaúcha: competitividade e inovação**. São Leopoldo: UNISINOS; Porto Alegre: FEE, 1998.
- CASTRO, Ruy. **Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha**. São Paulo: Schwartz Ltda, 1995.
- CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. URBASUL. **Relatório Preliminar para o Planejamento Integrado de Caxias do Sul**. Caxias do Sul, 1970.
- CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. URBASUL. **Plano de Ação Imediata de Caxias do Sul – 1ª etapa**. Caxias do Sul, 1975.
- CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Vilas e bairros: a história contada pela comunidade**. Caxias do Sul, 1986.
- CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. URBASUL. **Plano Físico Urbano – Município de Caxias do Sul: Diretrizes Gerais**. Caxias do Sul, julho/1993.
- CONCEIÇÃO, Octavio A.C. “Novas” tecnologias, “novo” paradigma tecnológico ou “nova” regulação: a procura do “novo”. **Ensaio FEE**, Porto Alegre (17) 2: 409-430, 1996.
- CORREIA, Telma de Barros. Moradia e trabalho: o desmonte da cidade empresarial. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., Brasília, **Anais ...**, 1997.
- COSTA, Geraldo Magela. A produção do espaço urbano sob o impacto da indústria globalizada: um estudo de caso. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., Caxambu, **Anais...**, 1996.
- COSTA, Heloisa Soares Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Cidades industriais planejadas e a exclusão da força de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., Brasília, **Anais ...**, 1995.
- DINIZ, Clélio Campolina. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. IPEA, 1995, (Texto para Discussão nº.375).
- ENGELS, Federico. **Para a questão da habitação**. Lisboa: Avante, 1983.

ENGELS, Friedrich. La situación de la clase operaria en Inglaterra (1845). In: CHOAY, Françoise. **El urbanismo: utopías y realidades**. Barcelona: Lúmen, 1976.

FARIA, Otávio Augusto de. **Dicionário geográfico, histórico e estatístico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, (s. d.).

FARRET, Ricardo Libanez. Paradigmas de estruturação do espaço residencial intra-urbano. In: FARRET, R. L. (org). **O espaço da cidade: contribuição à análise urbana**. São Paulo: Projeto, 1985.

FLIGENSPAN, Flávio B. **A Indústria de Cutelaria no Rio Grande do Sul**. (Relatório Parcial 1) Projeto Competitividade da Indústria Gaúcha. Porto Alegre, FEE/SEBRAE/FAPERGS, 1995.

FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

FRANZOI, Naira; ROESE, Mauro. A trajetória profissional dos egressos do CETEMO/SENAI – 1986-1990. Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial – DR/RS:. Porto Alegre, fevereiro de 1992.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Barcelona: Península, 1967.

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. **Colônia Caxias: origens**. Porto Alegre: Edições Est, 1993.

GARDELIN, Mário. **Para uma história da CIC**. In: BOLETIM DA CÂMARA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CAXIAS DO SUL/CIC, n.130. Caxias do Sul: 1987.

GARDELIN, Mário. **Subsídios para a história econômica de Caxias do Sul**: Centro da Indústria Fabril de Caxias do Sul – apontamento cronológicos. In: BOLETIM DA CÂMARA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CAXIAS DO SUL/CIC, n. 131, 133, 137, 138. Caxias do Sul: 1987.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: evolução histórica**. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1977.

GIRON, Loraine Slomp (coord.). **Caxias do Sul: homem, tempo e espaço (subsídios)**. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Cultura, 1992.

GOTTDIENER, Mark. A teoria da crise e a reestruturação sócio-espacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond (coord.). **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, IUPERJ, 1990.

GUN, Philip. A informática e o assentamento industrial. As implicações da inovação tecnológica. **Espaço e Debates**, São Paulo: NERU, v.1, N. 21, 1987.

HARVEY, David. **Urbanismo y desigualdad social**. México: Siglo XXI, 1977.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo, Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **A condição pos-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HEREDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Apontamentos para uma histórica econômica de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul (Cadernos de Pesquisa), 1993.

HEREDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de industrialização da zona colonial italiana**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1997.

INDÚSTRIA. Porto Alegre: SCP/FEE, 1998, (Projeto 2010).

INFORMAÇÕES físico-territoriais, demográficas e sócio-econômicas da aglomeração urbana do nordeste. Porto Alegre: METROPLAN/RS, 1998.

KOWARIK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAZZAROTTO, V.; VALENTIN, J. **Vilas e bairros**: a história contada pela comunidade. Caxias do Sul, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1986.

LAGEMANN, Eugênio. **A industrialização no Rio Grande do Sul**: um estudo histórico. Porto Alegre: IEPE/FCE/UFRGS, 1978.

LAGO, Luciana Corrêa do. Desigualdades sócio-espaciais e migração intra-urbana: a trajetória das classes sociais na (trans)formação do espaço metropolitano do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., Brasília, **Anais ...**, 1997.

LAGO, Luciana Corrêa do. O que há de novo na clássica dualidade núcleo-periferia: a metrópole do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L.C. de Queiroz (org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan, Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, 2000.

LEBORGNE, Danielle; LIPIETZ, Alain. Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In: VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond (coord.). **Reestruturação urbana**: tendências e desafios. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **El pensamiento marxista y la ciudad**. México: Extemporáneos, 1972.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**, São Paulo: Cortez, v. 8, n. 25, 1988.

LIPIETZ, Alain. O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade? **Espaço e Debates**, São Paulo: NERU, v. 14, n. 38, 1994.

LIPIETZ, Alain. “Globalização, reestruturação produtiva e impacto urbano” - São Paulo: Polis, n. 27, 1996.

LIPIETZ, Alain. **A abordagem regulacionista sobre a crise do fordismo** (Palestras). Programa de Pós Graduação em Administração – PPGA/UFRGS. Porto Alegre, novembro, 1996.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero, Universidade de Brasília, 1988.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: Sulina, 1975.

MACHADO, Maria Abel; HEREDIA, Vânia Beatriz Merlotti. **Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul: 100 anos de história**. Caxias do Sul: Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul – CIC, 2001.

MAIA NETO, Adalberto Alves et al. (1986). **Renda Interna Municipal I – 1938/1980**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, out/1986, (Valor Agregado, v. 1).

MARX, Karl. A ideologia alemã. In: FERNADES, Florestan. **Marx/Engels**. São Paulo, Ática, 1984.

MARX, Karl. **O capital**. México: Fondo de Cultura Económica, 1968. t.1.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. e COSTA, Heloisa S. M. **Inovações tecnológicas e novas espacialidades**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., Caxambu, outubro, 1996.

MIGOT, Aldo Francisco. **História de Carlos Barbosa**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1989.

MONTEGUTTI, Ivo; GIACOMEL, Mirian Teresa; DALL’OSBEL, Simone Ana. **Farroupilha ontem e hoje: subsídios**. Farroupilha: SecretARIA Municipal de Educação e CultuRa, 1993.

OLIVEIRA, Naia et al. O processo de urbanização no Rio Grande do Sul: características recentes. In: ALMEIDA, Pedro Fernando (coord.) **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990.

PARK, Robert Erza. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PASSOS, Maria Cristina; CALANDRO, Maria Lucrecia. Considerações sobre a reestruturação da indústria brasileira. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.13, n. 1, 1992.

PASSOS, Maria Cristina. **A Indústria de Máquinas-ferramentas no Rio Grande do Sul**. Projeto Competitividade da Indústria Gaúcha, FEE/SEBRAE/FAPERGS, Porto Alegre, 1995. (Relatório Parcial 2)

PASSOS, Maria Cristina; LIMA, Rubens Soares de. Competitividade e inovação na indústria gaúcha: nota introdutória. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 24, n. 2, setembro, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os industriais da república**. Porto Alegre: IEL, 1991.

PIORE, Michael. Inovações tecnológicas e o impacto sobre a cidade. **Espaço e Datas**, São Paulo: NERU, v.7, n. 1, 1987.

PIORE, Michael; SABEL, Chalés F. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

PIQUET, Rosélia. O papel da cidade-empresa na formação urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., Brasília: **Anais ...**, 1997.

POZZENATO, José Clemente. **O quatrilho**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PRETECEILLE, Edmond. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, L.C. de Queiroz, SANTOS JÚNIOR, O. Alves. **Globalização, fragmentação e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

PROJETO Cidades de Porte Médio (CPM) – Sub-Projeto Aglomerado Urbano de Caxias do Sul – Vol I e IA – Infra-estrutura Urbana e Comunitária. Caxias do Sul: CONVENIO MINTER/SUDESUL, 1982.

PROJETO Cidades de Porte Médio (CPM) – Sub-Projeto Aglomerado Urbano de Caxias do Sul – Vol II – Geração de Emprego e Renda. Caxias do Sul: CONVENIO MINTER/SUDESUL, 1982.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REDE DE PESQUISA SOBRE ESTRUTURAÇÃO INTRAURBANA DAS CIDADES BRASILEIRAS (1994) - Boletim nº 3, Brasília, Fevereiro/1994.

RIBEIRO, L.C. de Queiroz, SANTOS JÚNIOR, O. Alves. **Globalização, fragmentação e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

RIBEIRO, L.C. de Queiroz. **O futuro das metrópoles**: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan, Observatório IPPUR/UFRJ-FASE, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Projeto Eixos Industriais no Interior do Rio Grande do Sul** - Relatório de Localização Industrial. Porto Alegre, 1986.

RIZZON, Luiz A.; POSSAMAI, Osmar J. **História de São Marcos**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1987.

ROCHA, Vicente Estáquio; COSTA, Geraldo Magela. **Produção do espaço na periferia metropolitana**: reflexões a partir do caso de Betim, MG. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., **Anais ...**, Brasília, 1995.

RUAS, Roberto. Difusão de novos paradigmas da produção industrial: convergências e especificidades em dois segmentos industriais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 1991.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**: estudos sobre a subordinação do camponês ao capital. [Mestrado]. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/USP, 1977.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. **O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil. Espaço e Datas**, São Paulo: NERU, n. 25, 1988.

SCHMITZ, Hubert. **Small shoemakers and fordist giants**: tale of a supercluster. Brighton, England: Institute of Development Studies, University of Sussex, 1993.

SCOTT, Allen J.; STORPER, Michael. Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica. **Espaço e Debates**, São Paulo: Cortez, v. 8, n. 25, 1988.

SILVA, Vera Lúcia Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: da SILVA, Marcos A. (coord.). **A república em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SMOLKA, Martim O. Para uma reflexão sobre o processo de estruturação interna das cidades brasileiras: o caso do Rio de Janeiro. **Espaço e Debates**, São Paulo: Cortez, v.7, n. 21, 1987.

STORPER, Michael. A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In: VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond (coord.). **Reestruturação urbana**: tendências e desafios. São Paulo: Nobel, IUPERJ, 1990.

STORPER, Michael. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, L.C. Queiroz, SANTOS JÚNIOR, O. Alves. **Globalização, fragmentação e reforma urbana**: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

TARGA, Luiz Roberto P. Comentário sobre a utilização do método comparativo em análise regional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, 1991.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Mudanças no padrão de urbanização: novas abordagens para a década de 90. **Espaço e Debates**, São Paulo: NERU, v. 7, n. 36, 1992.

TAUILE, Ricardo. Automação industrial e diferentes alternativas de organização do trabalho e da produção. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 21, n.1, 1993.

TIBURSKY, Domingos. **Notas prévias para a história de Flores da Cunha**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

TIEPPO, Sérgio. **O Centro Tecnológico de Mecatrônica-SENAI/CS e a modernização tecnológica da indústria brasileira**: estudo da formação do técnico em automação industrial. [Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio grande do Sul, 1997.

TOPALOV, Christian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. **Espaço e Debates**, São Paulo: Cortez, v. 8, n. 23, 1988.

TRONCA, Tadiane. **Vapor drina**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

VARGAS, Pepe. **O movimento operário caxiense**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

VAS, Lilian F.; ALBERNAZ, M. P. Notas históricas sobre a formação do espaço construído: os tipos de habitação multifamiliar. In: TURKENICZ, Benamy; MALTA, Maurício. **Desenho urbano**: anais do II SEDUR. Brasília, 1986.

VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano: esse desconhecido. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6., **Anais ...**, Brasília, 1995.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. Esbozo de una sociologia comprensiva. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WEBER, Max. **Historia económica general**. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WEBER, Max. Conceitos e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (1979). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de Freitas. Distritos Industriais. In: CATTANI, Antonio David (org). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Porto Alegre: Vozes / Ed. da Universidade, 1997.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de Freitas (1997). Especialização Flexível. In: CATTANI, Antonio David (org). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Porto Alegre: Vozes / Ed. da Universidade, 1997.